A SAGA NO PRATA

Juvêncio Saldanha Lemos

No dia 28 de janeiro de 1680 dom Manuel Lobo desembarcou na margem esquerda do Rio da Prata.
Seguindo o clássico cerimonial português, fardado com o uniforme de gala de Mestre-de-Campo do Real Exército Português,
com a Cruz de Cristo bordada no peito, bandeira lusitana na mão esquerda,
espada desembainhada na mão direita, respirou fundo, cravou então a espada no solo,
declarando a posse daquela terra em nome de Deus Todo Poderoso e do Rei de Portugal.

Letra & Vida
Editora Sulani

Versão condensada

General de Exército Virgilio Ribeiro Muxfeldt
Porto Alegre
2017

LEMOS, Juvêncio Saldanha, Coronel. A Saga no Prata. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009.

SUMÁRIO

Península Ibérica – a origem de tudo

A Península Ibérica, nome derivado da designação "Hibéria" dada pelos antigos gregos à porção mais ocidental da Europa, é habitada desde a Pré-História. A primeira sociedade, primitiva, que se tem notícia nessas paragens, constituída pelos "iberos", é considerada a mais antiga identidade étnica da Europa Ocidental.

Os iberos, a partir do século X a.C. passaram a conviver com sucessivas invasões, armadas ou pacíficas, de outros povos: lígures, celtas, fenícios, cartagineses, judeus e gregos.

No ano 214 a.C., pelo litoral da Catalunha, chegaram os romanos, com o seu César, seu idioma e seus usos, impondo tudo isso, sem dificuldades, à população ibérica. Em menos de dez anos, o litoral mediterrâneo da Península Ibérica estava totalmente dominado. Posteriormente, os romanos trouxeram a fé cristã.

No V século d.C., com a queda do Império Romano do Ocidente, foi a vez dos povos chamados de "bárbaros" pelos romanos invadirem a península: alanos, vândalos, suevos e por fim, os visigodos.

Povo interessante eram os visigodos ("godos do oeste", ou "godos sábios"). De origem germânica, rebelde e guerreiro, esse povo saiu das geladas regiões bálticas, no século III a.C., e, como uma praga de gafanhotos, vagou pela Europa Central, pilhando tudo que encontrava pela frente. Nem mesmo a poderosa Roma escapou-lhes, no ano 410. Acabaram por converter-se ao Cristianismo e, na segunda década do século V, marcharam para o oeste, fugindo dos hunos, mais selvagens que eles.

No ano 415 alcançaram a Península Ibérica. Gostaram do lugar, dominaram os locais e estabeleceram uma estável organização política, que durou quase três séculos, o Império Visigodo, com capital em Toledo.

Esse Império acabou de forma lamentável. Com a morte do rei Vitiza em 710, dois pretendentes ao trono, Agila e Rodrigo engalfinharam-se em violenta disputa que descambou para uma aberta guerra civil.

Rodrigo venceu, porém Julião, governador de Ceuta, colônia visigoda no norte da África, partidário do derrotado Agila, teve a infeliz ideia de convidar seus vizinhos árabes a interferir na questão, europeia e cristã.

Havia séculos que os sarracenos esperavam por essa oportunidade. Liderados por Tárique, cruzaram o estreito de Gilbraltar e, ainda que em gritante inferioridade numérica, derrotaram o exército do rei Rodrigo na batalha de Guadalete, em 711. Dois anos depois a maior parte da península era um emirado árabe, com capital em Córdoba.

Notável é que os mouros, como eram chamados os árabes no norte da África, talvez por sua tão diversa cultura, não tenham conseguido impor aos povos dominados da Península Ibérica nem seu idioma nem sua religião, o Islã. Isso que a região ficou sob seu domínio por quase oitocentos anos, até a tomada de Granada pelos reis católicos Isabel e Felipe de Aragão em 1492.

A reconquista da Península Ibérica pelos cristãos começou pelo norte, onde um chefe tribal, Pelágio, iniciou uma revolta armada e derrotou os árabes na batalha de Cavadonga, em 718, e os expulsou das montanhas das Astúrias. Foi um exemplo para outros líderes regionais, tanto que, no século X, Galícia, Leão, Navarra, Aragão e Castela também estavam livres da dominação árabe, estruturando-se em reinos independentes.

Ao iniciar-se o século XII a antiga "Hibéria" se encontrava dividida entre pequenas entidades políticas autônomas, algumas cristãs, outras muçulmanas. Nesse quadro sobressaíam-se os reinos cristãos de Castela e Aragão e o reino muçulmano de Granada.

Castela, enquanto lutava contra os árabes, foi dominando os reinos menores: Galícia, Astúrias, Leon, Córdoba, Sevilha, Múrcia. E Aragão, da mesma forma, dominou Valência, Catalunha e Zaragoza.

Na luta contra os árabes, empreendida pelo rei de Leão (Leon) no século XI, destacaram-se dois nobres franceses, os Condes Raimundo e Henrique de Borgonha. O rei de Leão, reconhecendo seu empenho nessa santa guerra, concedeu-lhes a mão de cada uma das duas de suas filhas em casamento. Raimundo ficou com Dona Urraca e Henrique com Dona Tereza. Esta, por sinal, ilegítima.

Como dote, o casal D. Henrique-D. Tereza recebeu uma pequena porção de terras compreendida entre os rios Minho e Tejo, parte de uma região maior conhecida há tempos como "Lusitânia", e que recebeu a denominação de "Condado Portucalense", naturalmente integrado ao reino de Leão.

O conde Henrique morreu em 1114, deixando um filho adolescente, D. Afonso Henriques, que herdou e aprimorou o espírito aventureiro do pai. Cresceu, armou-se cavaleiro, conquistou respeito e autoridade no território Portucalense. Não fraquejou nem mesmo diante de sua mãe, que como rainha-regente e por razões estratégicas, tentou unir seu reino ao da Galícia, derrotando-a e aos seus aliados galegos na batalha de São Mamede, em 1128, terminando por condená-la ao exílio, onde morreria.

Consolidada a situação interna, D. Afonso Henriques passou a combater os mouros, dilatando as fronteiras portucalenses. E, após bater os árabes na batalha de Ourique, em 1139, passou a intitular-se Rei de Portugal, título reconhecido sem maiores problemas pelo Papa e pelos demais reinos ibéricos. Afinal, era só mais um reino cristão que surgia para enfrentar o inimigo comum.

Os descendentes de D. Afonso Henriques, a chamada dinastia dos Borgonha, continuaram sua obra. Os muçulmanos foram definitivamente expulsos do sul do rio Tejo, sendo essa região anexada ao reino português com o nome de Algarve.

O rei D. Fernando I, último rei da dinastia dos Borgonha, morreu deixando apenas uma filha, Dona Beatriz, casada com o rei de Castela que, incontinente, se apresentou para ocupar o vacante trono português.

Os portugueses não concordaram com essa pretensão e veio uma invasão castelhana. Os lusos reagiram, colocando à frente da resistência D. João, Mestre da Ordem Militar de Avis, um tio bastardo do falecido rei Fernando, que teve a lucidez de escolher o cavaleiro Nuno Álvares para formar e comandar um exército a fim de enfrentar os invasores, nomeando-o "Condestável" ou seja, comandante-em-chefe das tropas portuguesas

Os soldados de Castela foram fragorosamente derrotados por Nuno Álvares em Atoleiros, em 1384, tendo os portugueses consolidado sua vitória nas posteriores batalhas de Aljubarrota e Valverde.

D. João foi aclamado rei de Portugal, iniciando-se a gloriosa dinastia de Avis. As guerras entre Portugal e os reinos vizinhos continuaram ao longo do tempo, e o primeiro tratado de paz entre Castela e Portugal, só seria firmado em 1431. O pequeno reino português, ao mesmo tempo que alargava seu território derrotando os mouros, aguentara firme as investidas de galegos, leoneses e castelhanos!

"Arma, arma. Real, real.
Viva El Rei de Portugal!"

Recordando, a Península Ibérica cristã, até o século XV, constituiu-se num mosaico de reinos independentes, com idiomas próprios, como o castelhano, o português, o galego, o catalão, o basco, sendo Portugal um desses reinos cristãos.

Esse quadro começou a mudar a partir de 1469, quando os reinos de Castela e Aragão se uniram pelo casamento do rei Fernando de Aragão com a rainha Isabel de Castela, formando um novo e poderoso Estado, de cuja natural expansão, subjugando os reinos menores e impondo o idioma de Castela, surgiria a Grande Espanha. Mas o fato é que essa grande e poderosa Espanha não conseguiu submeter o pequeno reino de Portugal!

Qual a explicação para isso?

Tudo indica que a preocupação prioritária dos castelhanos fosse a de completar a expulsão dos árabes e, numa segunda etapa, dominar progressivamente os reinos cristãos mais próximos. Com isso, o reino de Portugal ganhou um precioso tempo, tempo esse sabiamente investido em hábeis iniciativas políticas e diplomáticas, buscando proteção divina em Roma e proteção terrena em Londres. Com esses aliados de peso, Portugal impunha respeito. É verdade que se tornou um estado temente ao Papa e quase se transformou numa colônia inglesa, mas conseguiu manter sua independência frente aos castelhanos.

A consequência natural disso foi a de que Portugal e Espanha nasceram se detestando. Seus litígios, famosos e permanentes na Europa, foram trazidos para a América e transmitidos por herança às suas respectivas colônias, sempre alimentados pela tradição e estimulados pelas políticas de Estado, oriundas das metrópoles.

Como expressou o poeta lusitano Garcia de Resende:

"Portugueses, castelhanos,
Não os quer Deus juntos ver"

Pode-se mesmo afirmar que Atoleiros, em 1384, foi o primeiro combate de uma guerra que só terminaria no Passo do Rosário, no Rio Grande do Sul, em 1827.

SELVAGEM, Carlos, Capitão de Cavalaria. Portugal Militar. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

O Tratado de Tordesilhas

Os povos europeus, mesmo os mais audaciosos, impregnados de superstições e pavores religiosos, não se atreviam a enfrentar o oceano aberto, chamado de "mar tenebroso" e limitavam suas navegações às regiões costeiras da Europa e do norte da África.

Os povos ibéricos, como bons peninsulares, entretanto, desenvolveram uma natural intimidade com o mar. Mas com respeito!

Portugueses e espanhóis, após aperfeiçoarem os cascos e velames de suas embarcações, que inclusive resultaram na construção das caravelas portuguesas, uma embarcação maior, com três mastros e um castelo de proa, passaram a empreender, por volta de 1400, viagens ao longo da costa atlântica da África.

Essas viagens sofriam o constante ataque de piratas árabes que, com base em Ceuta, porto da atual costa marroquina, saqueavam e afundavam os barcos europeus que se aventuravam em águas que consideravam suas.

A solução foi tomar Ceuta dos árabes, proeza conseguida pelos portugueses em memorável investida no ano de 1415. Um dos comandantes lusos, o Infante D. Henrique, filho do rei D. João I, fundador da dinastia de Avis, ao voltar a Portugal decidiu criar na cidade de Sagres, no ano de 1418, um grande centro náutico para a

sistematização do conhecimento naval, construção de maiores e melhores embarcações e formação de pessoal capaz de empreender navegações de longo curso.

O resultado não se fez esperar. As caravelas evoluíram para as naus, a bússola e o astrolábio substituíram as estrelas como referências para a navegação, os conhecimentos científicos sobrepujaram as lendas, permitindo o desafio de enfrentar o "mar tenebroso".

Nessa época, a atividade econômica mais rentável envolvendo os países europeus era o comércio de mercadorias trazidas das Índias, como eram conhecidos os países da Ásia.

Essas mercadorias, chamadas de especiarias, cumpriam um longo, perigoso e complexo trajeto, alternando trechos percorridos por caravanas de camelos com trechos vencidos por pequenas embarcações, por vezes sendo assaltadas por ladrões, sempre pagando elevados "pedágios" a chefes tribais, até chegar aos principais portos europeus.

Mesmo com todas essas peripécias, os lucros auferidos com a venda dessas mercadorias em portos europeus compensavam os riscos.

A principal rota desse comércio passava por Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente. Quando os turcos muçulmanos conquistaram Constantinopla em 1453 e interromperam o tráfego cristão, abriu-se uma janela de oportunidade para ser buscado um caminho alternativo que restabelecesse o "caminho das Índias".

Espanha e Portugal se lançaram nessa empreitada, buscando um caminho marítimo para as Índias, sem pedágios e sem risco de assaltos.

A Espanha optou por navegar sempre a oeste e, em 1492, Cristóvão Colombo chegou à América Central, pensando que havia chegado a terras asiáticas. Portugal apostou na busca de um caminho que contornasse a África e Vasco da Gama, em 1498, chegou a Calicut.

Portugal havia descoberto o caminho marítimo para as Índias, mas a Espanha havia descoberto um novo mundo!

Após a descoberta de Colombo, o Vaticano, atento ao fato de que os navios ibéricos haviam aportado em novas terras e contatado com novas gentes, procurou se posicionar em relação ao que estava ocorrendo, através de um documento formal, a bula Inter Coetera (Entre outros assuntos em tradução para o português), editada em 4 de maio de 1493.

Através dessa bula, o papa Alexandre VI tratou de informar aos reis de Espanha e Portugal, que Deus concedera à Igreja Católica a soberania sobre as terras já descobertas e outras que por acaso fossem encontradas.

Mais importante, como que declarando não ter pretensões fora das preocupações religiosas, Alexandre VI delegou aos reis de Espanha e Portugal a sua soberania sobre essas terras. E, para evitar possíveis confrontos, estipulou qual a porção que pertenceria a cada reino. Ficava o "mundo desconhecido" dividido por uma "linha imaginária" distante 100 léguas (600 km) a oeste das ilhas de Cabo Verde. O que existisse até ali seria dos portugueses; além, dos espanhóis.

Entretanto, a descoberta de Colombo e a quase certeza de havia mais terras a serem descobertas além da linha traçada, levaram os portugueses a se sentir injustiçados por essa repartição do mundo atlântico. E reclamaram junto ao Papa e à Espanha.

Como as relações entre os reis de Portugal e Espanha, devido a laços familiares, fossem excepcionalmente cordiais nessa ocasião, os embaixadores de Portugal e Espanha reuniram-se na cidade espanhola de Tordesilhas onde, em 1494, acordaram em alterar algumas disposições da bula papal.

A principal alteração foi quanto à localização da tal linha imaginária, que passou de 100 para 300 léguas (1800 km) a oeste de Cabo Verde. Por esse primeiro tratado de

fronteiras entre Portugal e Espanha relativo ao Novo Mundo, parte do que viria a ser o Brasil foi assegurado a Portugal.

Em 1500, a expedição de Pedro Álvares Cabral com destino às Índias bateu nas costas do atual estado da Bahia. Feitos os cálculos, era terra dentro da porção portuguesa. Começou assim a ocupação da América do Sul pelos lusos que, paulatinamente assenhoraram-se de todo o litoral entre a foz do Amazonas e a baía da Guanabara.

Os espanhóis abordaram a América do Sul pelos extremos, norte e sul, evitando o saliente brasileiro. Em1513, Vasco Nuñes de Balboa desembarcou no istmo do Panamá e o atravessou, sabe Deus como, até chegar ao oceano Pacífico. E ao sul, em 1516, Juan Diaz de Solis alcançou o Rio da Prata.

Dessa forma, uma enorme pinça espanhola envolvia as possessões lusitanas na América do Sul. Também no Novo Mundo o reino Português teria que crescer espremido entre o mar e os castelhanos.

PAYRÓ, Roberto J. El Mar Dulce. Buenos Aires: Editora Losada S. A., 1951

A conquista da América do Sul

Ao tempo do descobrimento da América, a Espanha já era um Estado organizado, cristão, unitário, no qual vivia uma população estimada em sete milhões de habitantes. Havia pouca riqueza, mas muita disposição de buscá-la nas terras recém descobertas, se lá houvesse. Por riqueza entenda-se, principalmente, ouro e prata.

E foi com essa motivação e através de penetrações simultâneas pelos extremos norte e sul, realizadas por ambiciosos aventureiros, que os espanhóis conquistaram a sua porção nas Américas.

Após Balboa chegar ao Pacífico, Hernán Cortez derrotou os astecas e conquistou o México e suas minas de prata. Francisco Pizarro e Diego de Almagro derrotaram os incas e conquistaram o Peru e suas minas de ouro e prata. Em 1541, Orellana percorreu o Rio Amazonas, desde as nascentes até sua foz, enquanto Pedro de Valdívia chegava ao Chile.

Tal como os espanhóis, os portugueses também não tardaram em tomar posse de sua porção no Novo Mundo. Todavia, a ação portuguesa foi bem menos espetacular que a espanhola. O litoral brasileiro foi pacientemente explorado nos primeiros trinta anos. Sem pressa e sem aventureiros, pois não foram detectados indícios da existência de ouro ou prata e a maior parte das tribos nativas se mostrara amistosa.

A componente militar da conquista estava voltada contra os franceses e não contra os nativos. Isso porque os franceses andavam explorando a costa sul-americana, como que tentando neutralizar, pelo fato consumado, a injustiça do seu alijamento na repartição do Novo Mundo em Tordesilhas.

Certamente foi a presença francesa que obrigou os portugueses a acelerar a efetiva ocupação do Brasil. Em 1530 chegou a esquadra de Martin Afonso de Souza, com essa missão. Nesse mesmo ano foi fundada a vila de Santos, extremo meridional da presença lusitana na América.

Quando iniciou a colonização do Brasil, a população de Portugal era estimada em um milhão de habitantes.

PAYRÓ, Roberto J. El Mar Dulce. Buenos Aires: Editora Losada S.A., 1951.

LEVENE, Ricardo. Política Cultural Argentina y Americana. Buenos Aires: Ed. M. Gleizer, 1937.

VARNHAGEN, Francisco. História Geral do Brasil. São Paulo: Ed. Melhoramentos.

A descoberta oficial do Rio da Prata

A descoberta do Rio da Prata, principal área de atrito entre portugueses e espanhóis na América do Sul, e a trágica história do marinheiro responsável por essa descoberta, merecem um capítulo especial.

Juan Diaz, de família espanhola e formação em assuntos do mar em Portugal, era um experimentado navegador, com excelentes serviços prestados à coroa portuguesa. Acusado de matar sua mulher portuguesa em Lisboa e submetido a processo, cansou de esperar que o governo lusitano lhe pagasse os avultados e já atrasadíssimos salários que tinha direito por força de contratos legais. Recrutou um bando de flibusteiros, armou uma pequena embarcação, fez-se ao mar e abordou o primeiro navio mercante português que encontrou. Era um carregamento de ouro que vinha da Guiné.

Juan Diaz cobrou-se bem mais do que lhe deviam, distribuiu o restante pela tripulação e fugiu para a Espanha.

Portugal pediu sua extradição por homicídio e pirataria. Mas Juan Diaz, por seus conhecimentos marítimos, era valioso demais para que os espanhóis o enviassem para ser enforcado em Portugal. Para reforçar seus laços com a Espanha, Juan Diaz acrescentou Solís ao seu nome, em homenagem a um vilarejo espanhol onde dizia que havia nascido.

A serviço da Espanha participou de expedições exploradoras do continente americano, sob as ordens de Vicente Pinzón e, em 1515, foi encarregado de explorar o litoral sul da América do Sul, na busca de uma passagem para oeste.

Solís, no comando de três caravelas, zarpou a 13 de outubro de 1515 do porto de Barrameda e após atingir o litoral brasileiro na altura da baía da Guanabara, tomou o rumo sul e em fevereiro de 1516 atingiu a foz do Rio da Prata, “um mar de água doce”.

Adentrando a foz do rio, Solis decidiu dar sepultura em uma ilha situada na junção dos atuais rios Paraná e Uruguai, a um tripulante recém falecido, de nome Martin Garcia, e decidiu dar esse nome à ilha, em homenagem ao seu tripulante, nome esse que nunca mais foi alterado.

Prosseguindo na exploração do estuário com a caravela “La Latina”, Solis decidiu ir à terra num pequeno barco acompanhado por seis marujos. A pequena expedição foi emboscada e trucidada por nativos à vista dos que permaneceram a bordo da caravela, que nada puderam fazer.

Ao imediato de Solís, Francisco de Torres, só restou a opção de retornar para as duas embarcações que haviam fundeado na foz do rio e navegar de volta para a Espanha.

PAYRÓ, Roberto J. El Mar Dulce. Buenos Aires: Editora Losada S.A., 1951

A colonização ibérica na América

Por colonização, entenda-se o aproveitamento dos recursos de toda a ordem, inclusive humanos, de determinada área, pelo homem nela radicado (interna) ou dela estranho (externa).

Na América ocorreu a colonização externa, promovida pelos países europeus. A colonização externa pode ser permanente, quando a população colonizadora chega para ficar, por enquadramento, quando os colonizadores administram a população nativa, ou por razões puramente militares, por meio da presença de um forte contingente militar.

A colonização permanente pode ser realizada de três maneiras:
- Pela substituição da população nativa por contingentes populacionais vindos do exterior;
- Por repovoamento, quando a população nativa é reduzida e acaba absorvida por um grande efetivo oriundo do exterior;
- Por associação, quando as populações nativas e colonizadoras se misturam.

Na América, portugueses e espanhóis chegaram para ficar, substituindo a população nativa em determinadas áreas, ocupando áreas escassamente povoadas ou se misturando com as populações nativas.

O objetivo, tanto de portugueses como de espanhóis, ao empreender a colonização do Novo Mundo, foi o de retirar o máximo de riquezas das colônias, no menor tempo, gastando o mínimo possível.

LIMA, L.F.Barreto, Gen. Formação das Nacionalidades Sul-Americanas. Ed. Gab. Fotocartográfico, 1964.

A administração colonial na América Ibérica

Espanha e Portugal criaram órgãos governamentais específicos para administrar a colonização de seus domínios no Novo Mundo.

Esses órgãos, poucos e simples de início, foram crescendo em tamanho, quantidade e complexidade, acompanhando o aumento da importância das colônias no cenário econômico das metrópoles.

Em essência, os sistemas espanhol e português pouco diferiam. Ponto comum em ambos: a figura do Rei, que exercia a suprema autoridade por direito divino, portanto fora e acima de toda a estrutura político-administrativa do Estado. A vontade do Rei era a lei.

A estrutura criada para administrar as colônias espanholas compreendia:
- O Conselho das Índias, destinado a assessorar o rei e executar suas decisões;
- A Casa de Contratação, encarregada de administrar o comércio com as colônias;
- O Consulado das Índias, para apreciar as controvérsias jurídicas surgidas no comércio com as colônias;
- Os Vice-Reinados, destinados a administrar as diferentes regiões da América espanhola;
- As Capitanias Gerais, subordinadas aos Vice-Reis, responsáveis pelo comando e controle das forças militares de cada região;
- As Governações, divisões político-administrativas dos Vice-Reinados;
- As Intendências, subdivisões político-administrativas da Governações;
- Os Corregedores, espécie de prefeitos municipais;
- Os Cabildos, espécie de câmara de vereadores.

A estrutura portuguesa para administrar sua colônia sul-americana compreendia:
- O Conselho das Índias, que centralizava todas as decisões sobre a colônia;
- O Conselho Ultramarino, criado em 1642, após a restauração da coroa portuguesa;
- O Governador-Geral, estrutura adotada a partir de 1549, face ao fracasso das Capitanias Hereditárias;
- O Vice-Rei, cargo criado em 1720, em substituição ao Governador–Geral, mas com jurisdição apenas sobre a Capitania do Rio de Janeiro;
- Os Capitães Gerais, com atribuições políticas, administrativas e militares sobre as demais províncias, subordinados diretamente ao rei, em Lisboa;
- As Câmaras Municipais.

Na prática, as populações coloniais tinham pouco ou nenhuma autonomia política, administrativa e militar, limitando-se a cumprir as determinações das metrópoles.

Ainda que similares na concepção e na estrutura, os sistemas administrativos coloniais de Portugal e Espanha, quando aplicados às realidades americanas, funcionaram de maneira bem diversa.

Acontece que, no tempo dos descobrimentos, os países europeus seguiam instintivamente os princípios da doutrina econômica conhecida como *mercantilismo* que, em resumo, reduzia a riqueza das nações à quantidade de moeda acumulada, ou seja, a quantidade de ouro e prata que existia em seus cofres.

Nesse quadro, logo ao chegar ao Novo Mundo, os espanhóis encontraram ouro e prata, enquanto que os portugueses, para decepção geral, só encontraram índios, matas e bichos.

Compreende-se, assim, porque a autoridade do rei de Espanha caiu sobre as colônias americanas com todo o rigor, enquanto na colônia portuguesa os controles metropolitanos foram bem mais suaves e flexíveis. Se não havia nem ouro nem prata, para que endurecer?

DARACT, Julio Cobos. Historia Argentina. Buenos Aires: Edicion Virtus.

Uma zona de atritos no sul da América

No início da colonização ibérica no Novo Mundo, portugueses e espanhóis estavam perfeitamente de acordo quanto à fronteira que os separava na América do Sul: o meridiano de Tordesilhas.

Na verdade essa linha de fronteira nada mais era do que um risco traçado em mapas imprecisos. No terreno era praticamente impossível saber-se onde passava exatamente essa linha, mas tanto portugueses quanto espanhóis procuravam respeitá-la, para evitar atritos desnecessários. Foi então que, em 1580, o meridiano de Tordesilhas deixou de existir, por morte natural.

Em 1576, uma disputa interna no império do Marrocos, propiciou ao jovem rei de Portugal, D. Sebastião, o pretexto para expandir seus domínios ao norte da África, apoiando uma das facções em luta. Aprestando um poderoso exército, desembarcou na costa africana em 1578 e, contrariando os conselhos de seus capitães mais experientes, se internou no deserto, longe do apoio dos canhões dos navios, para dar combate às forças muçulmanas que o esperavam junto à fortaleza de Alcácer Quibir. Inferiorizados em número, cansados pela longa jornada no deserto, os portugueses foram inapelavelmente batidos. D. Sebastião provavelmente morreu em combate, porém seu corpo nunca foi encontrado.

Como D. Sebastião não tinha herdeiros, pois era solteiro, assumiu o trono o seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, que ao morrer em 1580, também não deixou nenhum herdeiro para o trono luso. Diante desta situação, Felipe II, rei da Espanha, por ter ascendência portuguesa, pois sua mãe era filha do rei D. Manuel I, o Venturoso, reivindicou o trono para si e, após mandar seu exército invadir o reino vizinho, deu o troco a Atoleiros, Aljubarrota e Valverde, sendo proclamado rei de Portugal, sob o título de Fernando I. Começava a União Ibérica, com as duas coroas comandadas por um único rei.

Se Portugal e Espanha tinham um único rei, não havia mais razão para a existência do meridiano de Tordesilhas, como fronteira entre as respectivas colônias sul-americanas.

Os portugueses logo após a oficialização da União Ibérica, trataram de expandir-se para o sul, o oeste e o norte.

No sul, os bandeirantes paulistas, no fim do século XVI e início do século XVII, inicialmente à procura de ouro e, posteriormente, com o objetivo de escravizar índios, atingiram regiões que hoje integram os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, expulsando dessas regiões os jesuítas espanhóis que, através das " reduções " haviam catequizado milhares de indígenas.

Na expansão para oeste destaca-se a bandeira de Raposo Tavares, que partindo de São Paulo, em 1648, com 1.200 homens, brancos, mamelucos e índios, percorreu mais de 10 mil quilômetros em três anos, tendo seguido os cursos dos rios Tietê, Paraná, Paraguai, Guaporé, Madeira e Solimões-Amazonas, navegando até Gurupá, no atual estado do Pará.

No norte, em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco levantou um forte na foz do rio Amazonas, origem de Belém do Pará e, em 1639, o capitão Pedro Teixeira, à frente de 2.500 pessoas, entre militares, índios e familiares, empreende viagem de exploração da calha do rio Amazonas, partindo de Belém. Empregando cerca de 50 grandes canoas, atinge Quito, no Equador, e regressa a Belém depois de haver percorrido mais de 10.000 km de rios, assegurando assim a posse de vasta porção da bacia amazônica para Portugal.

Graças à efêmera União Ibérica, os territórios coloniais portugueses na América do Sul, inicialmente estimados em dois milhões de quilômetros quadrados, foram multiplicados por quatro!

Em 1640, os portugueses sentiram-se fortes o bastante para se livrar do terceiro rei espanhol a governá-los e se rebelaram contra Felipe IV de Espanha (Fernando III de Portugal). A revolta foi vitoriosa, graças ao apoio de França e Holanda, inimigas figadais da Espanha e o Duque de Bragança, líder do movimento, foi aclamado rei, com o nome de D. João IV, iniciando-se com ele a dinastia dos Braganças, a última de Portugal.

Reconquistada a soberania lusa, restabeleciam-se na Europa os limites territoriais entre Portugal e Espanha, que não haviam sido modificados durante a União Ibérica, em decorrência da fórmula de "dois reinos, um único rei".

Mas e na América do Sul? Como restabelecer o que nunca tinha existido?

Como a possibilidade da retirada dos portugueses das terras que já ocupavam não foi sequer considerada, a ideia de reviver a fronteira fixada pelo Tratado de Tordesilhas foi tacitamente descartada e o novo limite entre as colônias espanholas e portuguesas na América tornou-se uma incógnita.

Assim, em meados do século XVII, o cenário colonial da América do Sul mostrava os espanhóis vasculhando os Andes à cata de ouro e prata e fincando o pé na região platina, em torno das cidades de Assunção e Buenos Aires, e os portugueses dominavam o litoral brasileiro, da foz do Amazonas à baía da Guanabara, enquanto investiam na procura de ouro e, na falta deste, na busca por índios para serem escravizados.

O contato físico entre espanhóis e portugueses ainda não havia ocorrido, fora os ataques dos bandeirantes às reduções dos jesuítas espanhóis que haviam aldeiado e catequizado milhares de índios. Entretanto, face ao avanço das frentes de colonização, a confrontação era inevitável, pressagiando-se atritos de toda ordem que, obviamente, terminariam em conflitos militares.

A geografia determinou a região onde ocorreria o encontro entre espanhóis e portugueses na América do Sul.

Ao norte não poderia ser, por falta de condições para a aproximação física entre ambos. Muita selva, muito índio hostil, muito bicho, muita doença, eis a melhor fronteira para separar povos antagônicos. No oeste brasileiro, o quadro era idêntico. A

cordilheira dos Andes, a selva tropical, o pantanal mato-grossense, tudo separava naturalmente portugueses e espanhóis. Restava o sul.

Acesso fácil pelo oceano Atlântico, rios navegáveis, ausência de selva intransponível, planícies onduladas, bom pasto, solo fecundo, enfim, ausência de obstáculos de vulto à progressão dos portugueses para o sul e dos espanhóis para o norte.

O sul, mais especificamente, a bacia do Prata, portanto, seria o palco onde as avançadas de Espanha e Portugal se entestariam e para onde logo transfeririam as suas seculares desavenças.

Na falta de uma fronteira definida, aos portugueses interessava apoiar seus domínios em acidentes geográficos bem caracterizados: o rio Amazonas ao norte e o rio da Prata ao sul. Aos espanhóis, ao sul, interessava delimitar a fronteira ao norte do Rio da Prata, na linha Ibicuí-Jacuí. Desta forma, o terreno entre o Rio da Prata e a linha Ibicuí-Jacuí teria que ser disputado metro a metro.

SELVAGEM, Carlos, Capitão de Cavalaria. Portugal Militar. Imprensa Nacional de Lisboa,1931

LORETO, Aliatar. Capítulos da História Militar do Brasil. Ed Biblioteca Militar, 1946.

BORGES FORTES, Amir, General. Geografia Física do Rio Grande do Sul. Ed. Globo,1959.

Os espanhóis no Prata

Cinco anos depois da trágica expedição de Solís, Fernão de Magalhães adentrou algumas dezenas de milhas no “Rio de Solís”, até dar-se conta de que por ali não conseguiria contornar a América e alcançar o Peru, que era sua intenção. Deu meia-volta, batizou o monte “Vidéo” (sexto monte de oeste – VI de O) na margem esquerda do estuário e prosseguiu para o sul e para a primeira circunavegação da terra.

Em 1527, Sebastião Caboto entrou no “Rio de Solís” com a missão de chegar ao Peru. Após construir um fortim na margem direita do rio, que denominou de Sancti Spiritu, continuou a navegar rio acima. Nesse avanço, encontrou canoas tripuladas por índios, que carregavam rudimentares artesanatos de prata. Os índios foram atacados e a prata confiscada. Foi devido a esse incidente que o “Rio de Solís” virou Rio da Prata. E a palavra prata, argentum em latim, ficou indelevelmente associada àquela área. Região platina ou argentina.

Caboto, após atingir a região do atual Paraguai, sempre sofrendo hostilidades das populações nativas, retornou para a foz do rio, onde constatou que o fortim Sancti Spiritu havia sido destruído e sua guarnição trucidada. Sem condições de permanecer na área, Caboto voltou para a Espanha onde cumpriu pena de dois anos de prisão por negligência.

Face aos insucessos das expedições oficiais, o rei Carlos V resolveu apelar para a iniciativa privada, começando então o período dos Adelantados. Adelantados eram pessoas encarregadas de conquistar e explorar determinados territórios, apropriando-se de suas riquezas e de sua população, podendo utilizá-las como bem entendessem, desde que pagassem impostos à Coroa.

O primeiro adelantado da região platina, D. Pedro de Mendoza, saiu de Cádiz em agosto de 1534, capitaneando uma frota de dez navios, que transportavam mais de mil pessoas, entre colonos, soldados e tripulantes.

Essa expedição chegou ao Rio da Prata em fevereiro de 1536 e, novamente à margem direita do estuário, foi fundada uma povoação, *Puerto de Nuestra Senhora Santa Maria del Buen Aire.* É o nome da padroeira dos navegantes e até hoje, o nome oficial da cidade de Buenos Aires é Santa Maria.

Esse porto de Buenos Aires foi imediatamente atacado pelos índios e cerca de 150 espanhóis morreram nos primeiros combates. Os espanhóis resistiram e, embora cercados por terra, dispunham de embarcações que subiam o rio em busca de víveres. Desta forma, alguns povoados surgiram às margens do rio Paraná e, em 1537, Juan de Salazar fundou a cidade de Assunção, já no rio Paraguai.

A manutenção do porto de Buenos Aires se tornou inviável e após Pedro de Mendoza embarcar de volta para a Espanha, seu segundo em comando, Domingo Martinez de Irala, decidiu, em 1541, a evacuação de seus habitantes para Assunção. Tão logo os espanhóis saíram, Buenos Aires foi arrasada.

O segundo adelantado do Prata, D. Alvar Nuñes Cabeza de Vaca, famoso por suas façanhas na América do Norte, saiu de Cádiz em 1540, no comando de cinco navios e 500 homens. Em março de 1541, após uma parada na ilha de Santa Catarina, dividiu sua expedição em dois destacamentos: um prosseguiria embarcado para Assunção, enquanto que o outro, sob seu comando, seguiria para o mesmo destino, mas por terra!

Cabeza de Vaca varou pioneiramente o interior dos atuais estados de Paraná e Santa Catarina, foi o primeiro europeu a vislumbrar as cataratas do rio Iguaçu e, no dia 12 de março de 1542, entrou triunfalmente em Assunção, à frente de 250 homens e 26 cavalos.

Cabeza de Vaca era um desbravador, não um governante. Na sua ânsia de conquistar novas terras, descuidou de administrar a sua cidade. Após muitas e infrutíferas reclamações, em 1544 os moradores de Assunção perderam a paciência e Cabeza de Vaca foi deposto e devolvido, sem agradecimentos à Espanha, onde foi julgado e inocentado. Foi a primeira revolta política na região platina, pois os habitantes de Assunção elegeram como governador interino a Domingo Martinez de Irala.

O terceiro adelantado foi Juan Ortiz de Zarate, que havia se destacado na conquista do Peru. Zarate partiu do porto de Barrameda em outubro de 1572, mas só chegou na foz do Rio da Prata no ano seguinte, desembarcando na região da atual cidade de Colônia, onde pretendia instalar uma guarnição. Tão logo desembarcaram, os espanhóis foram atacados pelos índios charruas e forçados a se refugiar na ilha de Martín Garcia, de onde foram resgatados por Juan de Garay, governador interino de Assunção. O governo de Zarate foi efêmero, pois morreu em Assunção em 1576.

O quarto adelantado do Prata foi D. Juan Torres de Vera y Aragon, alçado a essa posição por haver casado com a filha de Zarate, que havia comprado e pago o cargo. Vera y Aragon teve sua posição contestada pelo Vice-Rei do Peru, que tinha um candidato ao cargo. Vera y Aragon, enquanto defendia seus direitos junto à Casa de Contratación em Madri, designou a Juan de Garay como seu representante em Assunção.

Juan de Garay, em 1580, partiu de Assunção para seu mais arrojado empreendimento: a refundação da cidade de Buenos Aires, que realizou com sucesso.

Em 1587, Vera y Aragon finalmente foi reconhecido como Adelantado e chegou a Assunção, exercendo suas funções até 1593, quando retornou à Espanha, deixando o capitão Hernando Arias de Saavedra, mais conhecido por Hernandárias, em seu lugar.

Hernandárias era um espanhol *criollo*, isto é, nascido e criado no Paraguai, conhecia os usos e costumes dos índios guaranis que habitavam a região e dominava seu idioma. A ocupação de novas terras, a expansão dos rebanhos bovinos e equinos, a fundação de novas cidades e a assimilação de indígenas atingiram níveis incomparáveis durante o seu governo.

Entre seus insucessos está a perda de 500 homens, trucidados pelos charruas quando exploravam a "banda oriental do rio Uruguai".

Talvez, devido a essa tragédia, Hernandárias convenceu-se de que a ocupação da região banhada pelo rio Uruguai, na base da conquista militar, seria difícil e demorada.

Concebeu então, de forma pioneira, a estratégia de substituir a espada pela cruz. Em vez de soldados, mandar padres, em vez de matar, evangelizar. Sob seu governo cresceu significativamente o número de reduções jesuíticas na região platina.

Durante a administração de Hernandárias, o rei Felipe III, em 1517, dividiu a província do Paraguai em duas *Gobernaciones*: a *Gobernación del Paraguay*, com sede em Assunção e a *Gobernación del Rio de La Plata,* com sede em Buenos Aires.

Com a autonomia conquistada e explorando a sua posição estratégica na boca do Prata, passagem e parada obrigatória para quem chegava ou partia das colônias platinas, o porto de Buenos Aires entrou em franco progresso. A população aumentou, o comércio floresceu, a riqueza finalmente apareceu. A introdução do braço escravo africano trouxe consigo o desenvolvimento da agricultura. E os índios, empurrados cada vez mais para o sul, deixaram de ser constante ameaça.

É de se notar que, enquanto Buenos Aires crescia e prosperava, a valente e pioneira Assunção, que se considerava "mãe" de Buenos Aires, entrou em irreversível estagnação política e econômica. Nessa época, portanto, começa o divórcio entre paraguaios e argentinos.

Em meados do século XVII os espanhóis estavam firmemente assentados na região platina, dominando a foz do Rio da Prata, contando com diversas povoações em seu interior, com destaque para Santa Fé, fundada em 1573, Corrientes, fundada em 1588 e Encarnación, fundada em 1615. Administrativamente dispunham de duas bem organizadas *gobernaciones* coloniais.

Como estavam os portugueses?

BAEZ, Cecilio. Historia Colonial del Paraguay y Rio de la Plata. Asunción: Imprenta Zamphirópolos e Cia.,1926.

Os portugueses no Prata

A data exata em que os portugueses tomaram conhecimento da existência do Rio da Prata é motivo de controvérsias. A data mais antiga se refere à possibilidade de que o navegador florentino Américo Vespúcio, a serviço de Portugal, tenha em 1502, atingido a costa da Patagônia, tendo passado, portanto, pela foz do grande rio.

É certo, porém, que o navegador português João de Lisboa, em seu "Tratado de Marinharia" dedicou um capítulo à costa da América do Sul, onde faz referência ao Rio da Prata, por onde teria passado em 1511, em expedição conjunta com Estevão Froes.

Todavia, investidas colonizadoras na região platina não eram, na época, do interesse de Portugal. Não por respeito ao meridiano de Tordesilhas, mas porque suas prioridades de ocupação da terra americana concentravam-se no litoral leste/nordeste brasileiro, alvo da manifesta cobiça de franceses e holandeses.

Foi só em 1530 que o rei D. João III ordenou que uma grande expedição portuguesa avançasse até o Rio da Prata. Com essa missão D. Martim Afonso de Souza chegou ao Rio de Janeiro em abril de 1531, no comando de cinco barcos e quatrocentos homens.

Três meses depois continuou viagem para o sul. Chegou até a costa do Rio Grande do Sul onde, na certeza de haver ultrapassado o limite de Tordesilhas e não achando oportuno entrar em choque com os castelhanos, decidiu retornar e ancorar na ilha de Santa Catarina. Mas uma de suas caravelas, a "Santa Maria do Cabo", comandada por seu irmão Pero (Pedro) Lopes de Souza, foi destacada para, isoladamente, prosseguir na missão de avançar até o estuário platino.

Pero Lopes desincumbiu-se airosamente da missão, pois não só penetrou no Rio da Prata, como também subiu pelo rio Paraná até território paraguaio, onde colocou marcos de posse da coroa lusitana.

No retorno, navegando audaciosamente próximo da traiçoeira costa rio-grandense, descobriu e entrou no canal que liga a Lagoa dos Patos ao mar. Isso em 3 de janeiro de 1532. E foi em justíssima homenagem a esse valoroso irmão que D. Martim mandou que esse canal, que por sua amplitude pensavam ser um grande rio, fosse denominada *Rio Grande de São Pedro,* nome pelo qual seria conhecido todo o território do atual Rio Grande do Sul.

Reunidos os dois irmãos em Santa Catarina, retornaram para Portugal, dando por cumpridas as ordens recebidas de seu rei. Na passagem pelo litoral de São Paulo, ainda fundaram a vila de São Vicente, a mais meridional povoação portuguesa no Brasil.

Depois disso, muito tempo se passaria até que os portugueses retornassem ao Prata, para valer. Mas é certo que embarcações isoladas, em expedições particulares e aproveitando-se da União Ibérica, aventuraram-se livremente pelo estuário platino. Marcos de posse portugueses foram localizados na ilha de Maldonado, por volta de 1600.

GIL, Luiz Enrique Azarola. Los Orígenes de Montevideo (1607-1749). Buenos Aires: Ed. Libreria e Editorial La Faculdad.
QUINTELLA, Ignacio da Costa. Annaes da Marinha Portugueza, Volume 1. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias,1839.

.

Os jesuítas espanhóis no Prata

A conquista da América pelos ibéricos teve duas vertentes, a política e a religiosa. A política visando a exploração econômica das terras descobertas e a religiosa buscando evangelizar os povos que habitavam essas terras.

Essas vertentes ora se mesclavam, ora se antagonizavam, com a predominância de uma sobre a outra.

Em determinada época, no Prata, a Espanha chegou mesmo a oficializar a atuação da Igreja Católica como executora da política colonial, atividade eminentemente temporal, que os padres desempenharam com satisfação. Algo que Portugal, com toda sua afinidade com o Vaticano, nunca se atreveu a fazer.

Por isso que franciscanos, capuchinhos, dominicanos, agostinianos e jesuítas, principalmente jesuítas, chegaram ao Novo Mundo com as primeiras caravelas e trataram de criar uma organização administrativa própria.

Na América do Sul, o primeiro bispado português foi criado em 1552, com sede na Bahia. O primeiro bispado espanhol foi criado três anos depois, em Assunção.

Em 1580, chegaram a Assunção, vindos da Bahia, os padres jesuítas Juan Saloni (espanhol), Thomaz Fields (irlandês) e Manuel Ortega (português).

O primeiro ficou em Assunção, enquanto os dois outros, subindo o rio Paraná, iniciaram a catequese dos índios guaranis da região do Guairá, território do oeste do atual estado do Paraná.

Esses três homens podem ser tidos como os fundadores do que seria depois conhecido como *Reino Teocrático-Jesuítico-Indígena* que abrangia terras do Paraguai, Argentina, Uruguai e sul do Brasil.

Apesar da entrada dos jesuítas nessa área não poder ser considerada como inteiramente pacífica, como por exemplo, na região do Guairá, onde o cacique Jaguá-

Pitã (onça de pelo avermelhado) ofereceu resistência e foi neutralizado militarmente, é inegável que os padres jesuítas foram mais bem recebidos pelos índios do que os aventureiros castelhanos.

Sem ostentar qualquer utensílio que pudesse parecer arma, sempre de batina preta, movimentos calmos, olhar cândido, voz mansa, falando tupi-guarani apreendido na Bahia, a chegada dos jesuítas desconcertou os índios, sempre desconfiados quanto às pretensões dos brancos. E quando os padres descobriram que aqueles filhos de Deus, em seu inacreditável primitivismo, não conheciam música, a conquista se acelerou. Os índios largavam tudo para, embevecidos, seguir os padres, que sabiam produzir sons agradáveis com a garganta, com as flautas e com as violas.

Conquistada a confiança nativa, seguiu-se a catequese, que foi um retumbante sucesso, surpreendendo a própria administração colonial espanhola.

De início, os seguidores de Santo Inácio de Loiola respeitaram as liberdades nômades dos selvagens, acompanhando-os em suas andanças. Mas, por volta do ano de 1600, resolveram estabelecer colônias fixas, de produção agropastoril, a que deram o nome de *Reduções*, ou seja, reunir para converter.

Com o sucesso do sistema de reduções, a presença dos jesuítas na área platina cresceu tanto, em tamanho e importância que, em 1607, mereceu autonomia. Nesse ano foi criada a *Província Jesuítica do Paraguai,* independente da existente no Peru.

Após espalharem-se por toda a área entre os rios Paraná e Paraguai e seus afluentes, os jesuítas avançaram para leste, explorando ambas as margens do alto rio Uruguai.

Transposto o rio Uruguai, os inacianos avançaram sobre a Depressão Central Rio-Grandense. Desse avanço sobre o atual território do Rio Grande do Sul foram surgindo as reduções do Tape, ao norte do rio Jacuí; Santa Thereza e Visitação, no rio Jacuizinho; São Joaquim, nas cabeceiras do rio Pardo; Jesus Maria e Santa Ana, nas fraldas do Botucaraí; Natividade, na serra de São Martinho; Cosme e Damião, no alto da Serra Geral.

Em 1635, na *Província Jesuítica do Paraguai* havia quatro regiões missioneiras bem distintas: a de *Itatins*, ao sudeste do atual Mato Grosso do Sul; a de *Guairá*, a oeste dos atuais Paraná e Santa Catarina, a de *Missiones,* entre os rios Paraná e alto Uruguai; e a dos *Tapes,* no centro do atual Rio Grande do Sul. Todas sob a proteção espiritual de Deus e material do rei da Espanha.

Após espalharem-se por toda área entre os rios Paraná e Paraguai e seus afluentes, os jesuítas aceitaram o desafio de explorar os misteriosos territórios do *Uruay*, que os brancos passaram a chamar de Banda Oriental do Rio Uruguai, domínio de índios bravios que desde o martírio de Solís, davam cabo sistematicamente de todo o aventureiro que ousasse invadir suas terras.

Ao sul, debruçados sobre o Rio da Prata, estavam os charruas; a leste, na costa atlântica, os arachanes; a oeste, nas margens norte e sul do Rio Negro, os yaros e chonas, respectivamente; no noroeste, os guenoas.

Luiz de Céspedes, que substituiu Hernandárias no cargo de governador do Paraguai, após ver fracassadas tragicamente todas a expedições despachadas para a Banda Oriental, decidiu, em 1625, pôr em prática a ideia sugerida por seu antecessor: utilizar religiosos e não soldados na neutralização dos indígenas, principalmente dos charruas, os mais belicosos.

Após disputa com os franciscanos, sobre a quem recairia tão desafiadora missão, os jesuítas conseguiram que o governador Céspedes lhes concedesse a exclusividade na catequese dos gentios da Banda Oriental, acrescida das atribuições temporais de fundar reduções, nomear caciques, criar tribunais e fazer justiça.

O padre jesuíta Roque Gonzáles de Santa Cruz, após muito bem sucedida atuação no Chaco paraguaio, no Guairá e na região do Iguaçu, onde fundou a cidade de Encarnación, aceitou com entusiasmo o desafio de contatar os charruas.

Chegando às margens do rio Uruguai, fundou as vilas de Concepción, Yapeyu e Candelária. No dia 15 de novembro de 1628, entretanto, em contato com índios guaranis que resistiam à evangelização, foi morto com requintes de crueldade na região de Caaró, em terras da atual cidade gaúcha de São Luiz Gonzaga. A conversão dos charruas, na realidade, nunca foi conseguida, o que causou sua completa extinção no século XIX.

PAYRÓ, Roberto J. EL Mar Dulce. Buenos Aires: Editora Losada S.A., 1951.
SEPP, Padre Antonio. Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos. São Paulo: Ed. Martins Editora.
GIL, Luiz Enrique Azarola. Los Orígenes de Montevideo (1607-1749). Buenos Aires: Ed. Libreria e Editorial La Facultad.

Os primeiros choques entre portugueses e espanhóis no Prata

Ou, o que é a mesma coisa, entre bandeirantes e jesuítas espanhóis, pois se os jesuítas espanhóis passaram a ser agentes oficiais da colonização espanhola no Prata, os bandeirantes desempenharam o papel de executores oficiosos da política portuguesa de conquistar novas terras a oeste da linha de Tordesilhas. Contendores de respeito.

Os jesuítas eram abnegados, desprendidos, estóicos; os bandeirantes, decididos, resolutos, ambiciosos. Do polo irradiador paraguaio, os jesuítas avançaram para leste, em busca de almas. Os bandeirantes, desde a base paulista, arrojaram-se para o oeste e sul, à cata de escravos. O objeto material dessas duas vontades era o mesmo: índios!

Foi a partir de 1628 que os bandeirantes resolveram pegar os índios onde eles existiam aos milhares e já devidamente reunidos e aculturados: nas reduções dos jesuítas espanhóis. Os padres, surpreendidos inicialmente, reagiram, dando início a uma verdadeira guerra, informal, não declarada, mas violentíssima.

Em 1629, à frente de 90 “portugueses de São Paulo” e 3000 índios paulistas seus aliados, Antônio Raposo Tavares avançou sorrateiramente pelo rio Tibagi, prosseguiu pelo Ivaí, desceu o Paraná e caiu de surpresa sobre as reduções existentes no Guairá, como era conhecida a região situada entre os rios Iguaçu e Paranapanema, no atual estado do Paraná. Várias reduções foram destruídas e um grande número de índios foram apresados e levados para serem vendidos em São Paulo.

Dois anos depois, Raposo Tavares voltava ao Guairá, arrasando 11 das 13 reduções que ainda resistiam, voltando a São Paulo com nova leva de índios escravizados. No ano seguinte, foi a vez de Vila Rica e Ciudad Real del Guayrá, as maiores reduções do Guairá serem atacadas e destruídas. Assustados, os jesuítas viram anos e anos de trabalhos reduzidos a nada e, tentando salvar o pouco que sobrara da fúria bandeirante, evacuaram desordenadamente toda a área, num verdadeiro êxodo para regiões que hoje integram o Paraguai, a Argentina e o Rio Grande do Sul.

Os ataques dos bandeirantes prosseguiram. Em 1633 destruíram as reduções da província de Itatins, na margem direita do rio Paraná, em território do atual estado do Mato Grosso do Sul e em seguida partiram na perseguição aos retirantes, na direção sul.

Em 1635, a bandeira de Luiz Dias Paes Leme invadiu o território do atual Rio Grande do Sul e atacou as reduções jesuíticas no coração gaúcho. Foi o início da chamada Guerra do Tape. Houve reação de vulto, principalmente em Jesus Maria, a mais fortificada

de todas. Reforços chegados de São Paulo desequilibraram a luta e em 1637 Jesus Maria também foi arrasada.

Nesse mesmo ano a bandeira de Francisco Bueno atacou e destruiu as reduções de Santa Theresa, São Carlos de Caapi, Apostoles de Caazapaguazu, Candelária, Caaró e San Nicolas, obrigando os jesuítas, e os índios que conseguiram salvar, a se refugiarem na margem direita do rio Uruguai, em território da atual Argentina.

A destruição total do que ainda restava das reduções do Tape, como era chamada essa província jesuítica, foi executada nos anos de 1637/1638, por Fernão Dias Paes Leme, que arrasou sucessivamente São Cosme e São Damião, São José, São Tomé, São Miguel e Natividade, todas no rio Ibicuí. Estava acabada, por obra dos bandeirantes, a primeira fase do domínio jesuítico-espanhol no território do atual Rio Grande do Sul (os jesuítas espanhóis só voltariam ao atual território rio-grandense em 1682, quando iniciaram a instalação das reduções que deram origem aos "sete povos" das Missões).

E o que faziam as autoridades espanholas? Nada, pois temiam armar os índios. Entretanto, em nova investida dos bandeirantes, ocorreu o combate de Caazapaguazu, atual cidade gaúcha de Garruchos, em que pela primeira vez os índios usaram armas de fogo, fornecidas pelos espanhóis de Buenos Aires. Os bandeirantes foram vencidos e cerca de 2000 índios que já estavam em seu poder foram libertados.

Os paulistas juraram vingança. Organizaram uma grande expedição, coisa de 400 brancos e 3.000 índios tupis, sob o comando de Jerônimo Pedroso de Barros e Manuel Pires, e rumaram para o sul.

Avisados, os jesuítas decidiram jogar tudo ou nada dessa vez. Reuniram 4.000 índios sob a chefia do cacique Inácio Abiaru, distribuíram 300 armas de fogo – era proibido, mas as autoridades espanholas fizeram vista grossa – e escolheram o local para uma batalha decisiva: proximidades do arroio Mbororé, um afluente da margem direita do rio Uruguai, por onde descia a bandeira.

No dia 11 de março de 1641 travou-se a *Batalha de Mbororé*. Na qual os índios infligiram uma aniquilante derrota aos paulistas.

Essa batalha, travada em território que hoje corresponde à província argentina de Misiones, foi um dos mais decisivos acontecimentos na história do Prata. Fosse outro o resultado, os bandeirantes, isto é, os portugueses, estenderiam o seu inconteste domínio por toda a margem esquerda do rio Paraná. Imagine-se como seria o mapa da América do Sul, hoje...

Com essa batalha, encerra-se o ciclo expansionista paulista na região platina, pois os bandeirantes desistiram de buscar índios no sul e partiram em busca de diamantes a oeste, em Mato Grosso e Goiás e ao norte, em Minas Gerais.

Quanto aos jesuítas espanhóis, a sua perda foi considerável. Das 63 reduções fundadas, só 23 resistiam: 15 em Misiones, atual província argentina e 8 no sul do Paraguai.

Portugal, graças à ação dos paulistas, que agiram por sua conta e risco, havia vencido esse primeiro embate com a Espanha em terras americanas.

FIALHO, Adalardo, General Entradas e Bandeiras, in Revista do IGHMB, Ano 26, 2º semestre de 1941,V. 41.
BAEZ, Cecilio. Historia Colonial del Paraguay y Rio de la Plata. Asunción: Imprenta Zamphirópolos e Cia., 1926.
ACEVEDO, Eduardo. Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia, 3ª Ed., 1942.

A fundação da Colônia do Sacramento, sua destruição e restauração

Em 1640, face à debilidade da coroa espanhola, principalmente em decorrência de sua participação na Guerra dos Trinta Anos, em que sofreu uma série de derrotas frente à França e de uma rebelião na província da Catalunha, a secular guerra entre Portugal e Espanha, iniciada em Atoleiros, Aljubarrota e Valverde, teve novo desdobramento.

Coroando um crescente anseio de autonomia do povo português, ocorreu a revolta de 1640 em Lisboa, na qual um grupo de conspiradores da nobreza portuguesa, num golpe de estado, aclamou o duque de Bragança como Rei de Portugal, com o título de D. João IV (1640-1656), dando início à quarta Dinastia – Dinastia de Bragança. A luta pela restauração de Portugal levaria a 28 anos de conflitos com a Espanha, mas desde 1º de dezembro de 1640 estava desfeita a União Ibérica, com óbvios reflexos na América do Sul.

Ao aproximar-se o final do século XVII, a linha divisória de fato na região platina, entre o restaurado reino português e a Espanha, era o rio Paraná. A jurisdição espanhola, era inconteste e definitiva em toda a sua margem direita. Os problemas estavam na margem esquerda.

Ao norte do rio Iguaçu, o território estava inapelavelmente sob a ocupação portuguesa, em razão da investida bandeirante e consequente expulsão dos jesuítas castelhanos. Inclusive havia surgido até um porto marítimo nessa latitude, a vila de Paranaguá, fundada em 1648, então a mais extrema posição meridional dos lusos na América.

A extensão de terra existente entre o rio Iguaçu e o rio da Prata, constituía-se em vasta terra de ninguém.

Na Europa, e trabalhando com mapas, foi muito fácil para D. Pedro II, filho de D. João IV, regente de 1668 a 1683 e daí rei de Portugal até 1706, chegar à conclusão de que os limites naturais do Brasil eram o rio Amazonas e o rio da Prata e passou à ação para estender a colônia portuguesa até a margem esquerda desse rio.

Além de estimular o avanço português além Tordesilhas, doando aos seus súditos terras invadidas, conseguiu que o papa Inocêncio XI baixasse uma bula, em 1676, a "Romani Pontificis", que estendia a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro até o Rio da Prata.

Embora sem efeito temporal, esse documento, de certa forma, avalizava as pretensões portuguesas de chegar ao Prata. Em 1678, D. Pedro II decidiu dar o passo mais audacioso das exitosas façanhas portuguesas no Novo Mundo, nomeando D. Manuel Lobo, um dedicado e experiente militar da baixa nobreza lusa, Governador do Rio de Janeiro, e dando-lhe instruções precisas para instalar uma fortaleza na margem esquerda do rio da Prata, em frente a Buenos Aires, com a finalidade de servir de marco inicial da colonização portuguesa da Banda Oriental.

D. Manuel Lobo, tão logo chegou ao Rio de Janeiro, iniciou os preparativos para dar cumprimento às instruções recebidas do rei. Após recrutar gente e reunir suprimentos de toda a ordem no Rio de Janeiro, São Paulo e São Vicente, zarpou desta última vila em oito de dezembro de 1679, no comando de cinco embarcações e um contingente de cerca de 400 pessoas, entre elas uma dezena de mulheres.

Após penosa navegação ao longo da traiçoeira costa sul do Brasil e arriscando encalhar nos bancos de areia do estuário do Rio da Prata, no dia 20 de janeiro de 1680, os portugueses chegaram ao local da sua futura colônia.

Os espanhóis de Buenos Aires tomaram conhecimento da presença portuguesa quando, a 23 de janeiro, um marinheiro de uma fragata espanhola ancorada no porto, no cumprimento de ordens para buscar lenha na margem oposta do Rio da Prata, avistou as cinco embarcações portuguesas e tratou de retornar com a notícia.

Alertado, o Governador de Buenos Aires, D. José de Garro, imediatamente despachou barcos de reconhecimento para esclarecer qual a nacionalidade dos visitantes.

Após o desembarque do primeiro escalão da expedição e da construção de um barracão para servir de depósito, D. Manuel Lobo, em 28 de janeiro, oficializou a posse da nova colônia portuguesa, seguindo o clássico cerimonial: fardado com o uniforme de gala de Mestre-de-Campo do Real Exército Português, com a Cruz de Cristo bordada no peito, bandeira lusitana na mão esquerda, espada desembainhada na mão direita, respirou fundo, cravou a espada no solo e tomou posse daquela terra em nome de Deus Todo Poderoso e do Rei de Portugal.

Prosseguindo, ordenou que ali se construísse a cidade...*do Sacramento e a nova Colônia da Capitania do sul...*

O ato foi saudado com emocionadas orações, tiros para o ar e salvas dos canhões das naves, ao largo.

Os barcos de reconhecimento espanhóis escutaram o foguetório e se aproximaram, chegando a dialogar com os marinheiros portugueses, antes de voltar para Buenos Aires.

De posse das informações trazidas por seus navios, o Governador D. José de Garro partiu para a ação, mobilizando as tropas de que dispunha e enviou emissários para convencer os portugueses a se retirar de terra espanhola.

D. Manuel Lobo retrucou que estava em terra portuguesa e que tinha ordens para fundar uma colônia e só se retiraria por ordem expressa de seu rei.

Os espanhóis cercaram a posição portuguesa, com a clara intenção de obrigar sua guarnição a se render, assolada pela fome, apertando o cerco dia após dia.

Após escaramuças fora da estacada, a tropa espanhola, 50 cavalarianos de Santa Fé, 80 correntinos, 50 homens de Buenos Aires, 300 homens de Tucumán e Córdoba e 3.000 índios missioneiros, sob o comando do mestre-de-campo Vera e Mujica, recebeu autorização para o ataque, que finalmente foi desfechado em 7 de agosto. Devido à disparidade de forças em confronto, em uma hora a cidadela lusa havia sido arrasada, seus defensores mortos, feridos ou feito prisioneiros. D. Manuel Lobo, ferido, sobreviveu, tendo melhor sorte que sua esposa, que morreu lutando em sua defesa.

Segundo relato de Vera e Mujica, morreram 125 portugueses e foram aprisionados 125 homens e seis mulheres.

A notícia de que a Colônia do Sacramento havia sido atacada e ocupada pelos espanhóis causou indignação em Lisboa, mas a hipótese de uma represália armada foi de pronto descartada, devido à superioridade militar espanhola no Prata. Só restava o caminho da diplomacia.

Com a Espanha fragilizada na Europa, onde colecionava inimigos, e com o decidido apoio da Inglaterra, Portugal conseguiu arrancar da Espanha um "Tratado Provisório", assinado em 1681, no qual ficou estabelecido que a Colônia do Sacramento seria devolvida aos portugueses como passo inicial de negociações que se seguiriam e definiriam exatamente as fronteiras entre Portugal e Espanha no Novo Mundo. Esse tratado (Tratado de Lisboa), "provisório", duraria um século!

Assim, no dia 26 de janeiro de 1683, o novo capitão-general do Rio de Janeiro, D. Duarte Teixeira Chaves, ancorou suas quatro embarcações frente à Colônia e a seguir, promoveu sua reocupação, iniciando sua transformação em verdadeira fortaleza.

A legitimação da presença portuguesa no Prata foi mais um fator de motivação para acelerar o avanço luso-brasileiro nesse rumo. Os paulistas, que em 1675 haviam fundado a vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, na ilha de Santa Catarina, fundaram Laguna em 1684 e a vila de Nossa Senhora dos Pinhais, atual Curitiba, em 1693.

RODRIGUES, José Honório. O Continente do Rio Grande. Rio de Janeiro: Ed. São José,1954.
ASSUNÇÃO, Fernando. Epopeya y Tragedia de Manuel Lobo-Biografia del fundador de Colonia de Sacramento (1635-1683). Montevideo: Edição Lunardi y Risso, 2003.
BRASIL, Assis, General. Batalha de Caiboaté. Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1935.

A segunda tomada da Colônia do Sacramento pelos espanhóis e sua devolução

A segunda oportunidade para os espanhóis de Buenos Aires afastarem a incômoda presença portuguesa, bem à sua frente, surgiu no quadro da eclosão, na Europa, da *Guerra da Sucessão Espanhola.*

Em 1700 morre D. Carlos II, rei de Espanha e último da dinastia dos Habsburgos. Sem ter herdeiros de sangue, legou em testamento a coroa espanhola ao Duque Felipe de Anjou, neto de Luiz XIV, rei da França. Felipe de Anjou ascende ao trono com o nome de Felipe V, o primeiro da dinastia dos Bourbons.

Porém, o arquiduque Carlos de Habsburgo, filho de Leopoldo I, imperador da Áustria, por ser primo de D. Carlos II por parte de mãe, julgava ter mais direitos ao trono espanhol. Preterido, rebelou-se, dando início a uma insurreição, que evoluiu para um quase generalizado conflito europeu.

A França se alinhou à Espanha em apoio a Felipe V, enquanto Áustria, Prússia, Holanda e Inglaterra apoiaram o arquiduque Carlos de Habsburgo.

Portugal, que havia travado com a Espanha a dura *Guerra da Restauração* e alcançado a paz com o poderoso vizinho em 1668, não tinha o menor interesse em se envolver nessa guerra, mas sua tradicional aliança com a Inglaterra, reforçada pelo Tratado de Methuen, em que acordou trocar manufaturados ingleses por vinho português, fez com que Espanha e França lhe declarassem guerra.

Enquanto os batalhões portugueses e espanhóis retomavam sua secular guerra na Europa, as notícias e reflexos do novo conflito chegavam à América.

Para começar, vieram os franceses Du Clerc e Duguay-Trouin que atacaram e saquearam o Rio de Janeiro, em operações de pirataria travestidas de operações de guerra. Mas o pior foi no Prata.

O governador de Buenos Aires, D. Alonso Valdéz Inclán, vislumbrou a tão esperada oportunidade para acertar contas com os portugueses da Colônia do Sacramento, cuja presença, na outra margem do rio, havia já mais de vinte anos, além de humilhar moralmente os platinos, era foco de escandaloso contrabando que roubava impostos do seu rei.

Requisitou índios das reduções e brancos das cidades vizinhas, organizou uma poderosa força militar e atacou, em outubro de 1704, a cidadela lusitana. Desta vez, porém, os lusos estavam preparados para resistir. O comandante português, D. Sebastião de Veiga Cabral, era um soldado competente. Resistiu bravamente ao assédio inicial dos espanhóis e, posto sob sítio, sustentou a posição por seis meses. Como não lhe chegassem reforços e com seus suprimentos quase no fim, decidiu evacuar a praça. Nada deixando ao inimigo, fez-se ao mar com toda sua gente e seguiu para Laguna no dia 15 de março de 1705. Só então os castelhanos ocuparam as ruínas da Colônia do Sacramento.

Em 1711, por morte de seu irmão mais velho, o imperador D. José I, o insurrecto arquiduque Carlos de Habsburgo foi chamado a ocupar o trono austríaco, com o nome de Carlos IV, abrindo caminho para o término da guerra da sucessão espanhola que,

entretanto, só terminaria com a assinatura, pelos beligerantes, do tratado de Utrecht em 1713.

Como Portugal insistia na devolução da Colônia do Sacramento por parte da Espanha, foi necessário um tratado específico sobre o assunto. O segundo Tratado de Utrecht, assinado pelos dois países em 1715, devolveu a Colônia do Sacramento às mãos lusitanas.

Dessa forma, no dia 16 de novembro de 1716, o governador de Buenos Aires, D. Baltazar Garcia Ros, entregou a Colônia do Sacramento a D. Manuel Gomes Barbosa, nomeado novo governador da praça lusa.

Gomes Barbosa começou, pacientemente, a reconstruir a cidadela, com ênfase nos entrincheiramentos e fortificações. Em pouco tempo, o solitário núcleo lusitano no Prata era novamente uma respeitável praça-de-guerra.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. A Colônia do Sacramento (1680-1777). Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1937.

Boletin Historico del Ejercito, Montevideo, Uruguay, nº 319-312.

A fundação de Montevidéu

Selada a paz entre Portugal e Espanha, devolvida a Colônia do Sacramento a Portugal, persistia a indefinição da extensão das terras a serem ocupadas pelos lusitanos. Portugal entendia que era toda a Banda Oriental; os espanhóis reconheciam apenas os arredores da cidadela, até a clássica distância do tiro de canhão, tradicional conceito vigorante na época.

Antes que esse delicado problema fosse discutido, surgiu um fato novo no estuário do Rio da Prata: a presença de franceses.

Em 1717, um galeão francês de 30 canhões ancorou nas proximidades da atual Montevidéu e dele desembarcou uma centena de homens que começaram a montar um acampamento. O governador Garcia Ros mobilizou suas tropas, com expressivo contingente de índios missioneiros e arrasou o acampamento gaulês. Ao retirar suas forças teve o cuidado de deixar uma pequena guarnição no local. Essa foi a primeira ocupação oficial da margem esquerda do estuário platino pelos espanhóis.

Em 1719 e 1720, os franceses tentaram se estabelecer em locais que correspondem às atuais cidades de Maldonado e Castilhos, sendo prontamente repelidos. Os destacamentos deixados nessas regiões foram os embriões dessas localidades.

O rei Felipe V, mais familiarizado com os assuntos que diziam respeito às colônias americanas da Espanha, não tardou em perceber que fora um erro a devolução da Colônia do Sacramento aos portugueses, mas evitando confrontar-se com Portugal e sobretudo sua aliada, a Inglaterra, propôs comprá-la, com pagamento à vista, proposta que foi prontamente recusada por Portugal.

D. Felipe V decidiu, então, submeter a possessão lusa a rígido confinamento. Visando obrigar os portugueses a se retirar do Prata, determinou, em 1717, que o novo governador de Buenos Aires, Bruno Maurício de Zavala, intensificasse o povoamento da Banda Oriental.

Como Maurício de Zavala demorasse a agir, coube aos portugueses retomar a iniciativa. Em novembro de 1723, um destacamento de cerca de 150 homens, embarcados em cinco pequenos navios e chefiados pelo mestre-de-campo Manuel de Freitas da Fonseca, oriundos do Rio de Janeiro, desembarcou na região de Montevidéu e deu início à construção de uma fortaleza.

Assustado e ciente de que seria duramente cobrado pelo seu rei por não ter cumprido as ordens de iniciar a ocupação da margem esquerda do estuário do Prata, D. Bruno Maurício de Zavala mobilizou um exército de cerca de 1000 combatentes, a maioria composta por índios missioneiros.

À frente desse exército, Zavala atravessou o Rio da Prata e marchou em direção às posições portuguesas. O comandante português apavorou-se com a aproximação dos platinos, decidiu não esperar pelo combate e fez-se ao mar com toda a sua gente de volta ao Rio de Janeiro. Injustificável covardia pela qual foi exemplarmente punido.

Sem resistência, no dia 20 de janeiro de 1725, as tropas espanholas ocuparam a península em frente ao monte Video. Ali foi hasteada a bandeira espanhola que só seria arriada noventa anos depois.

Zavala, entusiasmado com a fácil vitória, pediu ao cabildo de Buenos Aires que lhe enviasse famílias de colonos para povoar a região ocupada. Ao retornar a Buenos Aires deixou no local uma guarnição fixa de 110 soldados regulares e 350 índios. Nascia assim a cidade de *San Felipe de Montevideo*. Com a chegada de colonos de outras cidades platinas e, principalmente, das ilhas Canárias, Montevidéu floresceu como centro comercial, graças a seu excelente porto natural, o que levou Zavala a lhe dar foros de cidade em 1729.

A consolidação de Montevidéu como polo de expansão espanhola na Banda Oriental lançou por terra, irreversivelmente, o sonho português de manter-se na margem esquerda do Rio da Prata. A Colônia do Sacramento ficou sufocada, presa em seus limites urbanos, um corpo estranho incrustado num organismo em crescimento e do qual seria fatalmente expelido, ao natural, quando chegasse a hora.

O florescimento de Montevidéu, acrescido pelas suas raízes canarinas, não passou despercebido à vaidosa Buenos Aires, dando início a um quadro de antipatias que sempre caracterizou a relação entre as duas cidades.

Boletin Historico del Ejercito, Montevideo, Uruguay, nº 319-312.
GIL, Luiz Enrique Azarola. Los Orígenes de Montevideo (1607-1749). Buenos Aires: Ed. Libreria e Editorial La Facultad.

Enquanto isso, no Paraguai...

A *Gobernación del Río de la Plata*, criada em 1534, também conhecida como *Gobernación del Paraguay*, devido a ter sua sede em Assunção, foi dividida, em 1617, em *Gobernación del Paraguay* ou *del Guayrá* e *Gobernación del Río de la Pla*ta, com sede em Buenos Aires, apresentando como resultado imediato a atrofia de Assunção e o desenvolvimento acelerado de Buenos Aires.

Além de perder prestígio político, os paraguaios foram deixados sozinhos na luta contra os bandeirantes paulistas, ao mesmo tempo que tinham de conviver com um verdadeiro estado paralelo, representado pela *Província Jesuítica del Paraguay,* devido aos padres terem autonomia com relação aos governantes seculares de Assunção.

Os ataques dos bandeirantes às reduções jesuíticas de Itatins (Mato Grosso), Guairá (Paraná) e Tape (Rio Grande do Sul), fez com que os jesuítas decidissem abandonar essas regiões e se refugiar na margem direita do rio Paraná, decisão apoiada pelos governantes de Assunção, que perceberam a vantagem de se defender apoiados num obstáculo representado pelo caudaloso rio. Esse recuo, obviamente, representou uma perda territorial considerável.

A partir de 1641, com a vitória na batalha de Mbororé contra os portugueses de São Paulo, o Paraguai experimentou uma relativa segurança em suas fronteiras. Porém um

novo fator de instabilidade teve início em Assunção, com sucessivas rebeliões e as consequentes trocas de governo se sucedendo, uma após outra, até que o Vice-Rei do Peru expediu ordens para o governador de Buenos Aires, D. Bruno Maurício de Zavala, “pacificar” o Paraguai.

Iniciando-se em 1725, a ação pacificadora de Maurício de Zavala só terminou em 1735, cabendo a D. Martin José Echauri ser o primeiro governador dessa nova fase da história paraguaia, representada pela existência de governos fortes em Assunção.

A intervenção de Buenos Aires nos assuntos internos do Paraguai teve como consequência o surgimento, em Assunção, de um forte sentimento isolacionista. O Paraguai passou a enclausurar-se em suas fronteiras, buscando preservar sua soberania.

Foi esse isolacionismo, perseguido como política de Estado, que permitiu ao Paraguai se manter uno, íntegro e imune às numerosas tentativas de absorção por parte de Buenos Aires.

BAEZ, Cecilio. Historia Colonial del Paraguay y Rio de la Plata. Asunción: Imprenta Zamphirópolos e Cia., 1926.

A capitania d’El Rei

No início do século XVIII, estavam pois os espanhóis definitivamente instalados no Rio da Prata. O enclave luso na Colônia do Sacramento não ameaçava de forma alguma a supremacia castelhana na área, cuja evidente tendência de expansão territorial era para o norte, enquanto os portugueses estavam acomodados nos portos do Desterro e de Laguna.

Não havia fronteira definida ou sequer admitida a separar espanhóis e portugueses. Entre eles havia apenas o vazio, uma terra de ninguém, um território que apesar de ter sido percorrido por religiosos, bandeirantes e aventureiros independentes, continuava a ser um deserto, em termos de povoamento civilizado e um mistério no que tange ao conhecimento geográfico.

Repita-se que, ao tempo do descobrimento da América, essa área estava indiscutivelmente abrangida pela jurisdição espanhola, mas a partir de 1580, com a união ibérica e a consequente caducidade do tratado de Tordesilhas, essa certeza havia acabado. Para os espanhóis essa área pertencia ao Paraguai, enquanto que para os portugueses tratava-se da *Capitania d’El Rei,* pois não tinha sido distribuída a nenhum donatário ou capitão-geral.

A Guerra da Sucessão Espanhola, que reascendeu o antagonismo entre Portugal e Espanha na Europa, que resultou em novo conflito entre esses dois países, detonou a ocupação da Capitania d’El Rei pelos portugueses do Brasil.

A ocupação da Colônia do Sacramento, de 1705 a 1716, pelos espanhóis de Buenos Aires, mostrou aos portugueses a necessidade de estabelecer uma ligação terrestre com essa sentinela avançada nas margens do Rio da Prata. Coube ao lagunense João de Magalhães, em 1722, comandar uma expedição terrestre de reconhecimento ao território da banda oriental do rio Uruguai. Após atingir o desaguadouro da Lagoa dos Patos, onde hoje está localizada a cidade de São José do Norte, retornou com uma compensadora tropa de gado e de cavalos, que se reproduziam livres nos pampas sulistas, além de instalar uma segura guarda nas margens do rio Tramandaí. Ao redor dessa guarda surgiram as primeiras *estâncias* (lugar onde se pode estar), iniciando-se assim, de maneira informal, a colonização do hoje estado do Rio Grande do Sul.

Em 1725, a coroa portuguesa, verificando a possibilidade de abastecer os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais com as tropas de gado, muares e cavalos que

podiam ser obtidos a baixo custo nos pampas sulinos e convencida da importância de se antecipar à provável investida castelhana sobre o interior da Banda Oriental, determinou à Capitania de São Paulo que intensificasse a colonização dessas terras. Assim, além do caminho do litoral, em 1727, o tropeiro paulista Francisco de Souza Faria desbravou uma nova e conveniente estrada para o sul, via Curitiba.

Em 1730, o padre Diogo Soares completou um levantamento topográfico do litoral gaúcho, permitindo a distribuição oficial das primeiras sesmarias a colonos portugueses, assegurando para Portugal a posse de extensa região além da linha de Tordesilhas.

TESCHAUER, S.J.Carlos. Vida e obras do Venerável Roque Gonzales de Santa Cruz-Primeiro Apóstolo do RGS. Ed. Augmentada,1913.
FORTES, Gen. João Borges. Troncos Seculares-O povoamento do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1931.
FORTES, Gen. João Borges. Rio Grande de São Pedro-Povoamento e Conquista. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, V.37, 1940.

O terceiro ataque espanhol à Colônia do Sacramento

Em 1734 um incidente diplomático em Madrid levou Portugal e Espanha a um estado de beligerância, servindo como pretexto para um novo ataque espanhol à Colônia do Sacramento. O governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, um veterano das lutas peninsulares, mal tomou conhecimento da possibilidade de uma nova guerra, tratou de mobilizar o costumeiro exército de índios missioneiros e, no dia 20 de outubro de 1734, cruzou o rio e colocou a Colônia do Sacramento sob sítio, contando como certa a sua rendição em pouco tempo.

Desta vez a Colônia estava preparada, moral e materialmente. Sob o comando de D. Antônio Pedro de Vasconcellos, um competente e experiente militar português, a cidadela lusitana resistiria ao assédio espanhol.

D. Antônio aguentou firme e, sempre que possível, partiu para o ataque, inquietando as forças sitiantes. Em carta para o capitão-general de São Paulo, em que pedia reforços, sugeriu a ocupação da barra do Rio Grande, em caráter permanente, transformando-a em base para as ações no Prata.

Recém promovido ao generalato, no dia 2 de março de 1735, desembarcou no Rio de Janeiro o brigadeiro José da Silva Paes, para exercer interinamente as funções de Capitão-General.

Homem ativo e desembaraçado, Silva Paes, ao ser avisado do estado de guerra com a Espanha, preparou-se para o combate, reforçando as defesas do Rio de Janeiro e preocupou-se até com o que não era de sua alçada, o sítio da Colônia do Sacramento e para lá despachou, em dezembro de 1735, uma expedição com suprimentos, seguida por outra, três meses depois.

A coroa portuguesa, conhecedora da capacidade de Silva Paes, em março de 1736, deu-lhe ordens para que passasse a capitania-geral do Rio de Janeiro para D. Gomes Freire de Andrade e seguisse para a área platina, a fim de liderar as ações contra os castelhanos.

Comandando uma esquadra de cinco navios e cerca de 500 combatentes, Silva Paes, em meados de agosto de 1736, chegou à foz do Rio da Prata e, após escaramuças com pequenas embarcações espanholas, em setembro estava diante de seu grande objetivo: Montevidéu.

Montevidéu estava pesadamente guarnecida e artilhada. Após uma investida infrutífera, Silva Paes se convenceu da impossibilidade de um desembarque nesse local e de-

cidiu seguir para a Colônia do Sacramento, que continuava sitiada, e atacou algumas posições espanholas isoladas.

A seguir, Silva Paes rumou para o canal do Rio Grande, onde esperava encontrar reforços vindos por terra.

Fracassara a tentativa de conquistar Montevidéu, porém em 1737, face a um armistício entre Portugal e Espanha firmado na Europa, os espanhóis de Buenos Aires levantaram o cerco à Colônia do Sacramento, que entretanto perdeu grande parte da área que ocupava antes da investida castelhana.

FORTES, Gen Borges. O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande, in separata da Revista do IHGRGS, Ano 13, Trimestre 3.

A fundação do Presídio do Rio Grande

Em princípios de 1736, o conselho Ultramarino português aprovou a sugestão do governador da Colônia do Sacramento, D. Antônio Pedro de Vasconcellos, quanto à criação de um núcleo permanente no canal do Rio Grande.

Cumprindo determinação do rei D. João V, D. Gomes Freire de Andrade deu ordens ao brigadeiro Silva Paes para que estabelecesse uma colônia no *Rio de São Pedro*.

Assim, em 19 de fevereiro de 1737, a esquadra de Silva Paes entrou na barra do Rio Grande, onde a esperava uma tropa comandada pelo coronel Cristóvão Pereira de Abreu, que havia chegado por terra.

Logo após o desembarque, Silva Paes deu início à construção de um *presídio,* expressão usada para designar um aquartelamento permanente, batizado com o nome de *Jesus-Maria-José.* A colonização oficial portuguesa em território rio-grandense começava com a instalação de um posto militar.

No dia 2 de março de 1737, foi rezada a primeira missa no interior do presídio e nascia assim a atual cidade de Rio Grande.

Com a fundação do presídio Jesus-Maria-José, na margem sul do canal do Rio Grande, os portugueses deram o passo decisivo para a incorporação da antiga Capitania d'El Rei aos seus domínios americanos, pois barrava a única via terrestre, a do litoral, que permitia o acesso dos espanhóis platinos ao extremo sul do Brasil.

Além disso, os canhões do fortim cobriam o próprio canal do Rio Grande, dando aos portugueses o total controle do tráfego naval para o interior rio-grandense. E foi por dominar essa passagem obrigatória que os portugueses conseguiram ocupar e povoar o vale do rio Jacuí, antes que os espanhóis o fizessem. O canal do Rio Grande era a porta de entrada para o coração do Rio Grande do Sul e o presídio Jesus-Maria-José se transformou na fechadura dessa porta, sempre chaveada aos castelhanos.

Levantado o cerco à Colônia do Sacramento e consolidado o presídio Jesus-Maria-José, Silva Paes tomou o rumo do sul, instalando guardas no Taim e no arroio Chuí e construindo o forte de São Miguel, que passou a ser o limite sul do Brasil. O atual estado do Rio Grande do Sul começava a se transformar no baluarte português na bacia do Prata.

FORTES, Gen Borges. O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande, in separata da Revista do IHGRGS, Ano 13, Trimestre 3.

A consolidação da ocupação do Rio Grande do Sul pelos lusos

Com o novo panorama político de fato existente na região platina – os espanhóis adonando-se da Banda Oriental, enquanto que os portugueses se expandiam pelos arredores do canal do Rio Grande – o capitão-general do Rio de Janeiro, D. Gomes Freire de Andrade, a par de sempre que possível enviar gente para expandir o povoado, decidiu organizar no presídio do Rio Grande um Regimento de Dragões, que foi o primeiro corpo militar regular a ter sede nas terras gaúchas.

O primeiro comandante do Regimento de Dragões foi o coronel André Ribeiro Coutinho. Entusiasmado com a missão recebida de consolidar a presença lusitana no extremo sul do Brasil, em sua pitoresca "carta dos muitos", fez um retrato preciso da terra que viria ser o Rio Grande do Sul, antecipando o sentimento de orgulho que baliza o amor do gaúcho por seu rincão natal:

> *...porque aqui há muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real, muita perdiz, muito jacum, muito laticínio, muito ananás, muita courama, muita madeira, muito barro, muito bálsamo, muita serra, muito lago e muito pântano; no verão, muita calma, muita mosca, muita mutuca, muito mosquito, muita polilha, muita pulga; no inverno, muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão, e com todo o tempo muito trabalho, muita faxina, muito excelente ar, muito boa água, muita esperança, muita saúde...*

Sete anos depois o núcleo português no canal do Rio Grande já era, oficialmente, uma vila. Enquanto que a base pioneira dos portugueses no Rio Grande do Sul, localizada na região de Tramandaí cresceu e expandiu-se na direção oeste.

Em rápida sequência surgiram os povoados de Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio (atual Osório) e Capela Grande (atual Viamão).

Contudo, foi a exitosa instalação dos portugueses no canal do Rio Grande que lhes deu condições para, explorando a via de penetração Lagoa dos Patos-RioJacuí, alcançar, ocupar e colonizar efetivamente o interior do Rio Grande do Sul.

Como o arquipélago português dos Açores, por essa época, apresentava evidentes sinais de saturação demográfica, o rei de Portugal, D. João V (o Magnânimo), matou dois coelhos com uma só paulada, ao determinar a transferência de ilhéus açorianos para o extremo sul do Brasil.

No período de 1748 a 1753, a crônica registra a entrada de 3.000 açorianos em Rio Grande. Chegavam ao presídio, tomavam um fôlego e prosseguiam para a depressão central do rio Grande do Sul. E assim foram aparecendo Rio Pardo, Santo Amaro, Taquari e Triunfo.

Por sua localização estratégica – perto do mar, fácil ligação com a vila do Rio Grande e, principalmente por dominar a passagem para o vale do Jacuí – um povoado estabelecido às margens do estuário do Guaíba progrediu mais que os outros. Já havia meio milhar de moradores quando chegaram os primeiros 60 casais de açorianos, que deram o primeiro nome ao local – Porto dos Casais – mais tarde mudado para *Porto Alegre.*

Segundo o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre foi fundada em 26 de março de 1772, dia em que foi criada a *Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais,* emancipando-se de Viamão.

RODRIGUES, José Honório. O Continente do Rio Grande. Rio de Janeiro: Ed. São José, 1954.

O Tratado de Madri

Transcorridos dois séculos e meio da descoberta da América, Portugal e Espanha ainda não tinham definidos os limites de seus domínios sul-americanos.

O pior é que a acelerada ocupação, de fato, da Banda Oriental pelos espanhóis e do Rio Grande pelos portugueses, estava encolhendo dramaticamente a "terra de ninguém" que os separava, aumentando, desta forma, o risco de conflito, tão logo as suas respectivas avançadas se entestassem. Isso, nenhuma das duas coroas desejava.

O peso dos interesses em jogo moldava as intransigências recíprocas. A Espanha cansara de ser continuadamente lograda pelos portugueses, desde Tordesilhas. E, para Portugal, já naquela época, o Brasil, um novo Portugal na América, era tudo.

Uma curiosa aproximação entre as coroas portuguesa e espanhola havia ocorrido, em 1729. O príncipe D. José, filho do rei português D. João V, desposara a princesa D. Mariana Vitória, filha do rei espanhol D. Felipe V; por outro lado, o príncipe das Astúrias, filho do rei espanhol, casara-se com a princesa D. Maria Bárbara de Bragança, filha do rei português.

Com isso, os reis de Portugal e Espanha tornaram-se, e por dupla via, futuros avós. Um anormal clima de cordialidade e de boas intenções passou a caracterizar o relacionamento político luso-espanhol em meados do século XVIII. Estavam dadas as condições para a diplomacia intervir com êxito em tão intrincado contencioso.

Alexandre de Gusmão, nascido no Brasil e principal negociador lusitano, coordenou, desde Lisboa, as negociações com Madri, conduzidas no mais absoluto sigilo que culminaram em janeiro de 1750, quando foi assinado o *"Tratado de limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores D. João V, rei de Portugal, e de D. Fernando VI, rei de Espanha", o Tratado de Madri* ou seja, o rei português, D. João V, assinou um importantíssimo tratado de limites na América com seu genro, D. Fernando VI.

As bases técnicas desse tratado, saídas quase todas da cabeça de Alexandre de Gusmão, são de impressionante bom senso e objetividade. Já no introito, uma joia de realismo: Portugal e Espanha acordavam em revogar sumariamente as disposições do Tratado de Tordesilhas.

No lugar do meridiano acordado em Tordesilhas, se estabeleceu, como elemento divisor dos respectivos domínios na América, o princípio batizado como *Uti Possidetis,* concebido por Alexandre de Gusmão, segundo o qual as fronteiras deveriam respeitar os territórios efetivamente ocupados pelas partes.

A demarcação material da linha de fronteira também evoluiu, pois em vez de um meridiano imaginário, acidentes topográficos de vulto, facilmente identificáveis, como rios e morros balizariam as novas fronteiras.

Grosso modo, a fronteira entre portugueses e espanhóis na América começava no sopé do morro de Castillos Grande, na costa atlântica ao sul do arroio Chuí, seguia pelo divisor de águas Lagoa Mirim-Rio Negro, buscando as nascentes do rio Ibicuí, continuava pelo leito desse rio até a sua foz no rio Uruguai, prosseguia pelo leito desse rio até sua inflexão para leste, onde por terra infletia para oeste até o rio Paraná e por esse rio seguia para o norte, definindo aproximadamente a atual fronteira oeste do Brasil.

Para que a zona das Missões Jesuíticas no noroeste do Rio Grande do Sul não permanecesse como enclave espanhol no território lusitano, nem a Colônia do Sacramento como um enclave português no território espanhol, pelo Tratado de Madri os reinos ibéricos acordaram, sabia e justamente, uma mútua cessão. Assim os portugueses entregavam a Colônia do Sacramento aos espanhóis e recebiam em troca o território das Missões Orientais do rio Uruguai. O único empecilho a essa permuta seriam os jesuítas espanhóis e os índios guaranis que habitavam a região das Missões Orientais.

VIANA, Hélio. História Diplomática do Brasil", Ed. BIBLIEX, 1958.

A Guerra Guaranítica

Ajustada nos mapas a linha de fronteira entre os domínios sul-americanos de Portugal e Espanha, correspondia materializá-la no terreno, através de marcos fronteiriços. Essa missão foi atribuída a uma comissão mista, constituída por *demarcadores inteligentes* de ambos os países.

Em setembro de 1752 a comissão mista se reuniu na região de Castillos, na Banda Oriental, onde foi fixado o primeiro marco, *punto de arranque de la línea,* de mármore lavrado, trazido de Portugal.

Após o lançamento de 31 marcos, no dia 27 de fevereiro de 1753, uma das patrulhas de reconhecimento da Comissão de Demarcação atingiu a região da capela de Santa Tecla, ao norte de Bagé. No dia seguinte, ao movimentar-se, essa patrulha teve o seu passo obstado por um piquete de 60 índios, sob o comando do cacique Sepé Tiaraju. Era a vanguarda da força missioneira do padre jesuíta Tadeus Xavier Hennis, destacado para organizar a nova redução de Santo Antônio, nas cabeceiras do arroio Santo Antônio, onde hoje se eleva a cidade de Lavras do Sul.

Perguntado por ordem de quem ousava perturbar a execução das vontades dos reis ibéricos, o cacique respondeu com arrogância: "*Por ordem do Padre Superior e do Padre Cura!*".

Os patrulheiros contestaram que os reis estavam muito acima do Padre Cura. A resposta de Sepé Tiaraju, petulante, foi a de que *...El Rey estava muito longe, e que eles só conheciam o seu bem-dito padre...* e que *...iriam impedir a invasão das terras que Deus e São Miguel lhes haviam dado.*

Com ordens de não hostilizar os índios, os ibéricos suspenderam a demarcação e recolheram-se a Buenos Aires e Colônia do Sacramento, respectivamente, à espera de novas instruções.

Na realidade, as vanguardas dos reis ibéricos haviam se chocado com as vanguardas da Província Jesuítica do Paraguai, subordinada diretamente ao rei da Espanha.

Desde o início do século XVII os jesuítas espanhóis tinham abraçado a causa de catequizar os índios bravios da região platina com excelentes resultados, pois cerca de 150 anos depois tinham estabelecido 30 reduções, que aldeavam em torno de 250 mil almas.

Dessas 30 reduções, 7 estavam situadas na margem esquerda do rio Uruguai e, pelo Tratado de Madri, as terras ocupadas por essas reduções teriam que passar à jurisdição portuguesa, devendo padres e índios serem evacuados e reassentados na margem direita do rio.

Obviamente, os jesuítas missioneiros não concordaram com essa evacuação, pois punha a perder parte do trabalho em que se haviam empenhado com tanto afinco e não vacilaram em denunciar os termos do Tratado de Madri que os afetavam. Mesmo contrariando ordens dos superiores, passaram a negar aos reinos ibéricos quaisquer direitos sobre a região do *Siete Pueblos* e prepararam militarmente os seus índios para a guerra que certamente viria.

Politicamente os jesuítas espanhóis estavam isolados. A Espanha já começava a preparar-se para coibir os excessos da Companhia de Jesus em suas colônias. A administração leiga do Paraguai sempre olhou com desconfiança o verdadeiro "estado dentro do estado" representado pela Província Jesuítica do Paraguai, que se regia por suas próprias regras. Os espanhóis de Buenos Aires, hostilizados desde os primórdios da colonização na região platina, não tinham nenhuma simpatia pela causa indígena. Quanto aos portugueses, sobretudo os de São Paulo, ainda não haviam esquecido a derrota de Mbororé.

Militarmente, a tropa formada por índios guaranis missioneiros não tinha a menor condição de enfrentar exércitos europeus, veteranos de várias campanhas no velho comtinente.

Alçado à condição de comandante militar, o padre Tadeus Xavier Hennis, que na Europa fora oficial de cavalaria, fez o que pôde. Nomeou dois auxiliares diretos, os caciques Sepé Tiaraju e Nicolas Nanguiru e conseguiu organizar um arremedo de exército, mesmo sabendo que sua tropa jamais seria páreo para os bem armados e comandados soldados ibéricos.

O objetivo estratégico dos jesuítas era evidente, por ser o único possível: retardar o trabalho dos demarcadores ibéricos, ganhando tempo até que o harmonioso clima político entre Portugal e Espanha se desvanecesse, o que certamente ocorreria, dado o histórico antagonismo entre essas duas nações. Se o tal Tratado de Madri, que tinha ferrenhos adversários tanto em Lisboa quanto em Madri, fosse mandado para o inferno, tudo voltaria a ser como dantes na região missioneira.

Com toda essa fragilidade estratégica, coube aos índios tomar a iniciativa da campanha que passou à história como a Guerra Guaranítica.

Em fevereiro de 1754, antes portanto do enfrentamento em Santa Tecla, Sepé Tiaraju, à frente de 300 índios, havia atacado um fortim português localizado na confluência do Rio Pardo com o Rio Jacuí. Colhidos de surpresa, inicialmente os portugueses foram obrigados a retrair de suas posições, mas, reorganizados, contra-atacaram e expulsaram os invasores, que se retiraram em completa desordem.

Em abril do mesmo ano, Sepé Tiaraju voltou a atacar o fortim de Rio Pardo, à frente de cerca de 500 índios, mas desta vez os portugueses estavam preparados e aguentando firme o assédio inicial, acabaram por aprisionar 53 índios e o próprio Sepé Tiaraju.

Aproveitando um descuido da guarda que o custodiava, Sepé Tiaraju conseguiu fugir, deixando para trás os 53 prisioneiros que foram enviados a Rio Grande.

Os exércitos português e espanhol, em maio de 1754, começaram a se posicionar a partir de Buenos Aires e Rio Grande, devendo convergir diretamente sobre os Sete Povos. Inicialmente os portugueses utilizariam a via Lagoa dos Patos-Rio Jacuí para atacar Santo Ângelo, enquanto que os espanhóis, subindo o rio Uruguai, atacariam São Borja.

Os espanhóis, sob o comando de D. José de Andonaegui, governador de Buenos Aires, encontrou sérias dificuldades em seu deslocamento, devido ao rigoroso inverno que se abateu sobre a região platina e após algumas escaramuças vitoriosas com as vanguardas indígenas e sofrendo carência de suprimentos, decidiu retornar a Buenos Aires.

Os portugueses, sob o comando de D. Gomes Freire de Andrade, chegaram sem contratempos, ao fortim de Rio Pardo e, sem retardo, seguiram na direção de Santo Ângelo, enfrentando apenas guerrilhas esporádicas. Acampados nas margens do rio Jacuí, esperaram por notícias da progressão espanhola. Surpreendidos por uma cheia excepcional do rio e tomando conhecimento da retirada espanhola para Buenos Aires, refluíram para Rio Pardo e, posteriormente para Rio Grande.

Surpreendentemente, a primeira campanha da Guerra Guaranítica terminou favoravelmente aos índios.

Obviamente as coroas ibéricas se impacientaram com os resultados da desastrosa campanha de 1754, pois o seu prestígio estava em jogo e decidiram por nova campanha, onde seriam corrigidos os erros cometidos. Para tanto, decidiram que os respectivos exércitos deveriam atuar juntos. E assim foi feito.

Em janeiro de 1756, os portugueses e espanhóis juntaram-se na região de Bagé e, após as cerimônias de praxe, partiram para as Missões.

Alertados sobre a movimentação dos ibéricos, uma vanguarda missioneira, cerca de 1.500 índios, sob o comando do cacique Sepé Tiaraju, partiu ao seu encontro e passou a hostilizar a sua progressão.

No dia 7 de fevereiro o exército aliado acampou nas margens do rio Vacacaí. Avistada uma manada de gado alçado na outra margem do rio, uma patrulha foi enviada com o objetivo de conseguir carne fresca para alimentação da tropa.

Transposto o rio, a patrulha avistou um grupamento de índios, que se retiraram sem oferecer resistência, mas foram perseguidos por uma forte coluna comandada pelo segundo em comando no exército espanhol, D. José Joaquim Viana. Os índios foram alcançados ao cair da noite e, no combate que se seguiu, desfavorável aos indígenas, morreu o seu chefe, o cacique Sepé Tiaraju. No dia seguinte, o grosso da coluna transpôs o rio e prosseguiu em sua marcha para as Missões.

Morto Sepé Tiaraju, assumiu o comando do exército missioneiro o cacique Nicolau Nhanguiru, sem maior experiência nas artes da guerra que, temerariamente, decidiu enfrentar o exército ibérico em uma batalha campal clássica.

No dia 19 de fevereiro travou-se a desigual *Batalha de Caiboaté,* que terminou com a morte de cerca de 1.500 índios. As perdas dos ibéricos foram de quatro mortos, um português e três espanhóis. Estava definida a Guerra Guaranítica.

Imperturbável, o exército aliado seguiu sua marcha. Em 16 de maio, a redução de São Miguel, abandonada e em chamas, foi ocupada. No dia seguinte, caiu a redução de São Lourenço, igualmente sem luta. Em fins de junho a ocupação de toda a região das Missões estava concluída. Dez meses depois, os portugueses foram evacuados para Rio Pardo e a Gobernación de Buenos Aires assumiu a administração da área.

Ironicamente, a esperança dos jesuítas de barrar a demarcação da fronteira se tornaria realidade em 1761, através do Tratado de El Pardo, entre Portugal e Espanha, que revogaria as disposições sobre a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões contidas no Tratado de Madri. A Colônia do Sacramento continuaria a pertencer a Portugal e os Sete Povos à Espanha.

Boletin Histórico del Ejército, Montevideo, Uruguay, nº 319-322.
MELO, Sebastião José de Carvalho,Marques do Pombal. República Jesuítica Ultramarina. Ed. Gravataí/SMEC,1984.
FULLOP-MILLER, René. "Os santos que abalaram o mundo". Ed. José Olímpio Editora, 1948.
TESCHAUER, S.J. Pe. Carlos. Poranduba Riograndense.
PIZZURNO, Carlos H. Lecciones de Historia Argentina. Buenos Aires: Ed. Crespillo.
BRASIL, Gen. Assis. Batalha de Caiboaté. Ed. Livraria do Globo,1935.
SEPP, Padre Antonio. Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos. São Paulo: Ed. Martins Editora.

A ocupação de parte do Rio Grande do Sul pelos espanhóis

Em 1756 novo conflito se iniciaria na Europa, a Guerra dos Sete Anos. Começando por uma disputa entre França e Inglaterra pelas respectivas colônias na América do Norte, acabou por opor, de um lado França, Áustria, Saxônia, Rússia, Suécia e Espanha e de outro, Inglaterra, Prússia e Hannover. O pequeno Portugal, inicialmente, tentou ficar neutro nessa guerra, mas após receber um *ultimatum* franco-espanhol para definir-se, não restou opção senão se alinhar a sua tradicional aliada e protetora, a Inglaterra e em 1762, novamente, Portugal e Espanha entraram em guerra, com os inevitáveis e indesejados reflexos no Novo Mundo.

D. Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, considerando que Espanha e Portugal estavam em guerra, que o Tratado de Madri tinha caducado e que em consequência a fronteira entre espanhóis e portugueses na América ainda era o meridiano de

Tordesilhas, tratou de aprestar um poderoso exército para expulsar os portugueses das terras que considerava como espanholas.

Cruzando o Rio da Prata, à frente de um exército de 6.000 homens, atacou a Colônia de Sacramento, que se rendeu em 29 de outubro de 1762. Uma investida espanhola, cumprindo ordens de Ceballos, partindo do território das Missões e tendo como objetivo a vila de Rio Pardo acabou em completo desastre para os espanhóis. Acampados no arroio Santa Bárbara, foram surpreendidos, em 1º de janeiro de 1763 pelos Dragões comandados pelo capitão Francisco Pinto Bandeira e um contingente de "aventureiros paulistas" comandados pelo capitão Miguel Pedroso Leite e se retiraram desordenadamente, deixando no campo de batalha valioso butim bélico. Essa derrota enfureceu D. Pedro de Ceballos, que mesmo sabendo que a paz havia sido assinada em Paris, em fevereiro de 1763, dando fim à Guerra dos Sete Anos, resolveu dar uma última lição aos portugueses, atacando o presídio de Rio Grande. Saindo de Montevidéu, em fins de março de 1763, tomou sucessivamente a Fortaleza de Santa Teresa e o Forte de São Miguel.

A notícia da queda da Fortaleza de Santa Teresa provocou a convocação de um Conselho de Guerra na vila de Rio Grande, no qual foi decidida a evacuação da vila. Assim, em 24 de abril a vanguarda espanhola ocupou a vila sem encontrar resistência e a 12 de maio de 1763 Cevallos entrou triunfalmente em Rio Grande.

Conquistada Rio Grande, os espanhóis atravessaram o canal e se estabeleceram em São José do Norte, visando retomar a ofensiva com o objetivo de conquistar Torres. Essa ofensiva só não se consumou porque Ceballos, acatando ordens superiores, finalmente reconheceu que a guerra havia acabado.

Portugal e Espanha, bastante desgastados por uma guerra que não era sua, em novembro de 1762, haviam celebrado na cidade francesa de Fointainebleau um tratado de paz provisório, que previa a mútua restituição de territórios conquistados durante as hostilidades, sem delongas nem indenizações.

A paz definitiva, assinada em Paris em fevereiro de 1763, ratificou os termos acordados em Fointainebleau.

Ceballos acabou por devolver a Colônia do Sacramento à jurisdição portuguesa, mas se recusou a devolver a vila de Rio Grande e a cabeça de ponte de São José do Norte, argumentando que esses territórios sempre foram espanhóis. Os portugueses tiveram que se resignar e, como a região das Missões continuava sob domínio espanhol, a maior parte do território do atual Rio Grande do Sul ficou sob jurisdição espanhola.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). Rio de Janeiro: Imprensa do EME,1935.

Boletin Historico del Ejercito, Montevideo,Uruguay, nº319-322.

A retomada da margem norte do canal de Rio Grande

A retomada dos territórios perdidos para os espanhóis na investida de Ceballos foi difícil e demorada e começou com a expulsão dos espanhóis da região de São José do Norte.

O novo capitão-mor da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul (ou o que restou dela), nomeado em fevereiro de 1764, coronel José Custódio de Sá e Faria, era um militar experiente e conhecedor do terreno em que iria atuar, pois integrara o Exército de Demarcação e participara da Guerra Guaranítica.

Frente ao fato consumado da ocupação castelhana, elaborou uma estratégia objetiva: primeiro, conter a expansão dos espanhóis para o norte, para só depois tratar de recuperar os territórios perdidos.

Instalando a sede da capitania em Viamão, acelerou o assentamento de colonos portugueses no estuário do Guaíba e no vale do rio Jacuí, estabelecendo uma barreira contra eventuais pressões castelhanas oriundas do sul ou do oeste. Assim o avanço espanhol foi contido, mas a recuperação das terras perdidas exigiria cuidadosos procedimentos de natureza militar.

Um curioso episódio, ocorrido no Portugal europeu, entretanto, facilitou as coisas para o coronel Custódio no tocante ao campo militar.

Pois não é que por essa época, o jovem Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda, um brilhante, mas genioso capitão do regimento de Voluntários Reais, então aquartelado na cidade de Faro, no Algarves, desentendeu-se por causa de uma namorada, com um oficial inglês que prestava serviço, como contratado, naquela Unidade. Desafiado para duelo, o jovem Manoel aceitou e matou o desafiante. Foi por isso processado, julgado e condenado a morte.

Para um pequeno país, que carecia de soldados valentes, isso seria um inominável desperdício, mas os ingleses exigiam satisfação.

A solução encontrada pela coroa lusa – brilhante – foi a de "matar" o capitão Sepúlveda, despachando-o sob nova identidade para o Brasil, onde seus ímpetos belicosos poderiam ser mais bem aproveitados, isto é, dirigidos contra os seculares inimigos espanhóis, e não criando caso com os poderosos aliados britânicos.

Assim "nasceu" o capitão José Marcelino de Figueiredo, que tão logo chegou ao Brasil, em 1765, foi despachado para o sul. Apresentando-se ao coronel Custódio em Viamão, foi de imediato destacado para comandar o pequeno fortim de São Caetano da Barranca, recentemente construído às margens da Lagoa dos Patos, ao norte de São José do Norte.

Marcelino queria ação! E não descansou enquanto não recebeu um substancial reforço de paulistas e, ainda que não oficialmente, sinal verde para reconquistar a vila de São José do Norte.

Após uma primeira tentativa frustrada pelo mau tempo, em 6 de junho de 1767, Marcelino desembarcou sua tropa de cerca de 500 combatentes nas imediações de São José do Norte e a guarnição espanhola, face à sua patente inferioridade numérica, achou prudente evacuar a praça, antes que fosse cercada. Marcelino entrou triunfalmente em São José do Norte, quebrando o controle absoluto do tráfego naval no canal do Rio Grande por parte dos espanhóis.

O surpreendente foi que a retomada da margem norte do canal pelos lusos, iniciativa do coronel Custódio e do capitão Marcelino ficou por isso mesmo, limitando-se os espanhóis às reclamações diplomáticas de praxe.

Atendendo aos reclamos dos espanhóis, o capitão Marcelino foi "punido" com uma transferência para o Rio de Janeiro, onde assumiu o comando de um regimento e contra o coronel Custódio foi expedida uma ordem de prisão que jamais chegou ao sul...

No início de 1769, foi nomeado Vice-Rei do Brasil o fidalgo D. Luís de Almeida Soares Portugal Alarcão Eça e Mello e Silva, o Marquês do Lavradio, que sintomaticamente trouxe de Lisboa a nomeação do agora coronel José Marcelino de Figueiredo para as funções de capitão-geral da Capitania do Rio Grande de São Pedro, que logo após assumir o cargo passou a "vivificar" a indefinida linha de fronteira com os espanhóis, através de agressivo patrulhamento, que não raro, transformava-se em sérios incidentes internacionais.

Alarmada, a coroa espanhola decidiu colocar na Gobernación de Buenos Aires um experiente militar, D. Juan José Vertiz y Salcedo, que assumiu as funções em setembro de 1770.

Vertiz y Salcedo partiu para o enfrentamento com Marcelino e o ambiente na fluida fronteira entre portugueses e espanhóis, que já estava ruim, ficou muito pior.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). Rio de Janeiro: Imprensa do EME,1935.

A ofensiva de Vertiz y Salcedo contra o Rio Grande do Sul

Cada um a sua maneira, Vertiz y Salcedo e o coronel Marcelino trataram de se preparar para o conflito que se tornava inevitável.

Vertiz y Salcedo iniciou a mobilização de um exército para dar uma exemplar lição aos portugueses, enquanto o coronel Marcelino, começando por transferir o governo da capitania de Viamão para o Porto dos Casais, se aproximando assim de Rio Grande e de Rio Pardo, aumentou a vigilância nos passos do rio Camaquã e construiu mais três fortins na região imediatamente ao norte do canal do Rio Grande.

No último trimestre de 1773, D. Vertiz y Salcedo deu por concluída a mobilização de seu exercito, cerca de 1000 combatentes de infantaria, cavalaria e artilharia e atravessou o Rio da Prata.

Em novembro saiu de Montevidéu e, pelos altos da *Coxilha Grande,* buscou as nascentes do rio Negro, nos cerros de Bagé, onde erigiu um fortim de apoio, denominado de *Santa Tecla,* deixando clara sua intenção de conquistar Rio Pardo, principal bastião português na capitania.

Alertado sobre a movimentação dos espanhóis, Marcelino se transferiu para Rio Pardo, para comandar pessoalmente a resistência.

Cumprindo ordens de Vertiz y Salcedo, o capitão D. Antônio Gomez de Velasco, que comandava as guardas espanholas nos passos do Vacacaí, havia reunido seus 400 homens e, despreocupadamente acampara nas margens do rio Botucaraí, à espera da chegada das tropas do governador para nelas se incorporar.

Ao raiar da madrugada de 2 de janeiro de 1774, a tropa do capitão Rafael Pinto Bandeira caiu-lhes em cima, arrasando o acampamento e provocando a debandada de seus ainda sonolentos ocupantes. Esse foi o *Combate do Botucaraí*, uma retumbante vitória dos portugueses que levaram para Rio Pardo um apreciável butim de armamentos, víveres, gado e cavalos. Além de cerca de 80 prisioneiros, entre eles D. Velasco.

Desconhecendo esse verdadeiro desastre, Vertiz y Salcedo continuou seu avanço sobre Rio Pardo. Acampando com o grosso de suas tropas a duas léguas de seu objetivo, determinou que uma coluna vanguardeira, liderada pelo comandante das Missões, D. Francisco Bruno de Zavala, ocupasse o passo do rio Tabatingaí, um pequeno afluente do Jacuí, perto da foz do rio Pardo e passagem obrigatória para chegar ao fortim luso.

Esse passo estava vigiado pelas volantes dos capitães Rafael Pinto Bandeira e Carneiro da Fontoura, que após o contato com os espanhóis, se retiraram, canalizando-os para uma região pantanosa, onde foram cercados e atacados pela retaguarda, obrigando-os a debandar em completa desordem. Esse foi o *Combate do Tabatingaí,* também conhecido como *Combate do Pantano Grande.*

Ao tomar conhecimento dos desastres ocorridos nos rios Botucaraí e Tabatingaí, Vertiz y Salcedo, após trocar comunicados com o coronel Marcelino, decidiu retornar para Buenos Aires via Rio Grande.

A fracassada ofensiva de Vertiz y Salcedo deixou como único resultado positivo para os espanhóis, o Forte de Santa Tecla, nas coxilhas de Bagé. Já os portugueses sentiram que lhes era possível recuperar os territórios perdidos dez anos antes.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. "Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). Rio de Janeiro: Imprensa do EME,1935.

A vinda do general Boehm para o Brasil

Em 1761, a guerra iniciada na Europa em 1756 e que duraria sete anos, fez com que o rei D. José I e seu primeiro ministro, o Marquês do Pombal, se dessem conta de que a acelerada evolução da arte da guerra – fruto principalmente do gênio do rei Frederico II da Prússia, ao organizar, treinar e comandar seu vitorioso exército – passara ao largo de Portugal. As conjunturas europeia e americana indicavam que, dificilmente, Portugal ficaria fora dos conflitos que se avizinhavam em ambos os cenários, sendo inadiável a tomada de medidas urgentes para aumentar o poder de combate das tropas portuguesas.

Aconselhado pelos aliados ingleses, coube ao marquês do Pombal a iniciativa de buscar na Prússia os meios destinados a transformar a bisonha força armada lusitana em uma eficiente máquina de guerra. Assim foi contratado, a peso de ouro, Frederico Guilherme Von Schaumburg-Lippe, um nobre prussiano, veterano das campanhas europeias, normalmente referido como Conde de Lippe.

Lippe chegou em Portugal em julho de 1762, com um batalhão de mercenários suíços e diversos oficiais auxiliares. Verificando o lastimável estado do exército português, que não combatia há mais de 40 anos, concentrou o seu primeiro esforço em disciplinar, fardar, organizar, equipar e treinar o exército da melhor maneira possível.

Os resultados do trabalho do Conde de Lippe e seus auxiliares não tardaram em aparecer e quando a coroa portuguesa, em fins de 1762, foi forçada a entrar na Guerra dos Sete Anos, que desde 1756 se desenrolava na Europa, foi possível a Portugal, com um providencial reforço de 8.000 soldados ingleses, defender-se satisfatoriamente de uma tentativa de invasão por parte da Espanha, que dispunha de um exército muito superior.

Terminada a guerra em 1763, Lippe e vários de seus oficiais retornaram para seus países de origem, mas deixaram em Portugal um novo exército, organizado, disciplinado e pronto para o combate.

Com a descoberta do ouro nas províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás no início do século XVIII, a economia portuguesa dependia cada vez mais de sua colônia sul-americana. Assim, obtida a paz na Europa em 1763, a maior preocupação em termos de segurança para Portugal passou a ser o Brasil, razão pela qual, em 1764, o rei D. José I escolhe para chefiar uma missão militar ao Brasil, o militar alemão João Henrique Boehm, que havia sido o principal auxiliar do Conde de Lippe durante a reorganização do exército português e se retirado para a Alemanha após o término da guerra.

O general Boehm embarcou rumo ao Brasil na companhia de cerca de 80 oficiais, entre os quais se destacava outro auxiliar do Conde de Lippe, o suíço Diogo Funck, especialista em fortificações. Três regimentos do novo exército português – Bragança, Moura e Estremóz – também foram enviados para o Rio de Janeiro, destinados a formar o casco do exército português no Brasil. Graças ao trabalho metódico e profissional do general Boehm e de sua equipe, já em 1773 a coroa portuguesa dispunha no Brasil de uma força militar organizada, disciplinada e com razoável poder de combate.

A investida de Vertiz y Salcedo sobre a Capitania do Rio Grande definiu a oportunidade dessa força entrar em ação. O Marquês do Pombal transmitiu ao Marquês de Lavradio as ordens de El Rei:

> *...logo que receber esta carta faça transportar ao Rio Pardo, Viamão, Rio Grande de São Pedro, o tenente-coronel João Henrique Boehm...e os três regimentos de Bragança, Moura e Extremóz; com toda a artilharia e munições que lhe forem competentes...*

Em dezembro de 1773, os três regimentos portugueses seguiram por mar para Laguna, onde desembarcaram e seguiram por terra até Porto Alegre, onde o general Boehm ultimou os preparativos para a retomada da vila do Rio Grande.

A tropa, constituída pelos três regimentos portugueses, acrescidos do Regimento de Infantaria de Santos, da Legião de Cavalaria de São Paulo e dos Dragões de Rio Prado alcançava o respeitável efetivo de mais de 6.500 soldados regulares.

Terminados os últimos ajustes, Boehm determinou que toda a tropa se deslocasse para a região de São José do Norte, que transformou-se numa verdadeira praça de guerra.

Face a toda essa movimentação, que não passara despercebida, os espanhóis de Buenos Aires enviaram, por mar, um destacamento de cerca de 1.000 combatentes para reforçar as defesas da Vila de Rio Grande.

COSTA, Samuel Guimarães. A Formação Democrática do Exército Brasileiro. Ed. BIBLIEX,1957.
SODRÉ, Nelson Werneck. Narrativas Militares", Ed. BIBLIEX, 1959.

A tomada da Guarda de São Martinho

A linha de defesa ocupada pelos espanhóis na região do Rio Grande apoiava-se em três pontos-fortes: a vila de Rio Grande que barrava as vias de acesso litorâneas, o Forte de Santa Tecla que barrava as vias de acesso pelas coxilhas do interior e a Guarda de São Martinho, localizada nas imediações da atual cidade gaúcha de Santa Maria que barrava o acesso à região das Missões.

Essa Guarda era constituída por um destacamento avançado, postado ao pé das primeiras elevações à oeste do Rio Jacuí, que controlava o acesso à estrada que se infiltrava através da densa mata serrana (monte em espanhol, daí a expressão *boca do monte*), por um fortim situado a duas léguas, já no alto da serra, o Fortim de São Martinho e mais adiante o acampamento do grosso da tropa espanhola encarregada de guarnecer tanto o fortim quanto o destacamento.

Cumprindo ordens do coronel Marcelino, na madrugada de 31 de outubro de 1775, o capitão Rafael Pinto Bandeira, à frente de uma tropa de 350 combatentes, após abrir uma picada de cerca de três léguas na densa mata que pelo leste protegia o acampamento espanhol, o atacou de surpresa. A tropa espanhola, constituída majoritariamente por índios missioneiros, debandou, buscando abrigo na mata. A seguir, tanto o fortim, quanto o destacamento do pé-da-serra foram atacados pela retaguarda e facilmente conquistados e a guarda de São Martinho passou ao controle português. Estava aberto o caminho para a conquista das Missões.

O butim amealhado pelos portugueses e levado para Rio Pardo foi valioso: um canhão, 3.000 cabeças de gado e um milhar de cavalos e muares.

Eufórico com a tomada de São Martinho, o coronel Marcelino voltou sua atenção para o Forte de Santa Tecla.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). Rio de Janediro: Imprensa do EME,1935.

A tomada do Forte de Santa Tecla

Em janeiro de 1776, o coronel Marcelino consultou Pinto Bandeira sobre a possibilidade de conquistar o Forte de Santa Tecla e teve como resposta que era possível, desde que recebesse algum reforço. Incontinenti, Marcelino despachou-lhe 200 dragões, sob o comando do sargento-mor Patrício José Correa da Câmara, e a consulta virou ordem.

Pinto Bandeira, à frente de uma coluna composta por 600 homens e um trem formado por 3.000 cavalos, 150 bois de carga, suprimentos de boca e munições, em fevereiro de 1776, partiu para o cumprimento da ordem recebida.

Ao amanhecer do dia 28 de fevereiro de 1776, o reduto espanhol foi avistado, mas desta vez não houve surpresa. A aproximação portuguesa fora detectada e acompanhada pelas volantes de cobertura castelhana e, por consequência, o forte estava preparado para a luta.

Santa Tecla era uma construção rústica, mas muito bem erigida. Guarneciam-na sete oficiais, 16 dragões, 180 infantes e 60 índios, sob o comando do capitão Luiz Ramires. A artilharia era composta por oito peças de pequeno calibre.

Pinto Bandeira realizou uma investida, para testar o inimigo, que reagiu com pesado tiroteio, obrigando-o a suspender o assalto. Pinto Bandeira decidiu então montar acampamento, à vista do inimigo, e recolher todo o gado e cavalhada encontrada em volta do forte, impondo assim rigoroso sítio à posição espanhola.

Era o tipo de guerra, estática, que Pinto Bandeira não entendia e não gostava. Por isso, transferiu ao sargento-mor Patrício, um calejado oficial da infantaria regular, a missão de planejar e executar o assalto à fortificação inimiga.

Esse assalto, tentado em 10 de março, frustrou-se no nascedouro, pois os canhões portugueses, necessários para derrubar o portão do forte, negaram-se a funcionar.

Pinto Bandeira teve que se contentar em apertar ainda mais o cerco, coisa que absolutamente não o satisfazia. Desalentado, já pensava em desistir e retornar para a sua base, quando o capitão Ramirez solicitou a presença de um parlamentar português.

Para o forte se tocou o sargento-mor Patrício, que no dia 25 de março de 1776 recebeu a rendição formal do Forte de Santa Tecla, em troca da retirada honrosa da sua guarnição.

No dia seguinte, os portugueses ocuparam o baluarte, dando imediato início ao seu desmantelamento. Chegara a hora da vila de Rio Grande.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). Rio de Janeiro: Imprensa do EME, 1935.

A retomada da vila do Rio Grande

A todas essas, e sem diminuir o mérito das façanhas de Rafael Pinto Bandeira, a quem bastava*...uma cuia de mate na mão e duas bruacas na garupa ...*para varar o pampa gaúcho, era no litoral que portugueses e espanhóis se entestavam para valer, separados pelas traiçoeiras águas do canal do Rio Grande.

Na margem norte alinhavam-se cinco fortins portugueses, e a sua retaguarda se acomodara o general Boehm e sua tropa. A réplica espanhola, na margem sul, consistia em idêntico número de fortins, cinco, quase que simetricamente se confrontando com os

fortins portugueses. A sede do comando espanhol ficava na vila do Rio Grande, onde existiam outros três fortins menores. Mais ao sul, já fora do complexo de defesa do canal, havia ainda os fortins do Taim, Albardão e Passo da Mangueira.

A ordem de El Rei para atravessar o canal, e de qualquer maneira, chegou ao Brasil em fins de setembro de 1775, em carta do marquês do Pombal ao Vice-Rei Lavradio:

> *...que, sem a menor perda de tempo procure Vossa Excelência expugnar, e lançar os castelhanos fora das Fortallezas do lado meridional do Rio de São Pedro, e da Villa do mesmo nome...*

A primeira investida portuguesa, com esse objetivo, foi um fracasso. Os portugueses conceberam um complicado plano de transposição, conjugando ações navais e terrestres, em resumo, um assalto anfíbio, operação complexa e de difícil execução, por exigir perfeita coordenação e unidade de comando de forças acostumadas a atuar isoladamente.

Assim, em 19 de fevereiro, uma flotilha portuguesa, sob o comando do almirante Robert Mac-Donnall, irlandês a serviço de Portugal, investiu barra adentro, sendo recebida por uma terrível salva dos fortins espanhóis, que haviam detectado sua presença e se preparado para o combate. Após três horas de canhoneio entre os fortins e a flotilha, Mac-Donnall decidiu retrair, pois o combate lhe era desfavorável e retornou para sua base em Santa Catarina.

Desolado, Boehm desativou seu dispositivo para o assalto, e o dia terminou com uma indiscutível vitória das armas espanholas.

A notícia da tomada do Forte de Santa Tecla, ocorrida mês e meio depois, mostrando que era possível derrotar os castelhanos, contribuiu para levantar o moral dos portugueses e Boehm deu início a novo plano de ataque, sem a participação da Marinha, optando pela ideia de cruzar o canal de surpresa e conquistar os fortins castelhanos em rápida e direta ação de choque.

Essencial para o sucesso da operação, o sigilo dos preparativos foi absoluto. Apenas sete oficiais conheciam todos os detalhes do arrojado plano de Boehm e as embarcações e tropas de assalto foram sendo distribuídas pelas praias onde a travessia teria início com a maior discrição e dissimulação.

Eis que chega o dia 31 de março de 1776, aniversário da rainha de Portugal, D. Maria I, que ascendera ao trono por morte de seu pai, D. José I, data que, por ordem do general Boehm, deveria ser comemorada com a maior pompa e circunstância. E assim o foi, desde a alvorada: missas, salvas de artilharia, desfiles, uniformes de gala e até um baile, à noite, na vila de São José do Norte.

Os espanhóis, inicialmente alarmados com aquela barulhada toda, relaxaram tâo logo souberam o motivo e voltaram às rotinas de um modorrento domingo. Anoiteceu e a música e alegre vozearia, vinda do lado português só poderia mesmo aumentar a despreocupação das sentinelas espanholas.

Às três da madrugada, acabou o baile e os soldados portugueses receberam ordem de ataque. Com notável rapidez, as diferentes companhias seguiram para as suas bases de partida, embarcaram, cruzaram o canal e caíram sobre os adormecidos fortins castelhanos, antes ainda do clarear do dia.

Na verdade, o plano do general Boehm era ousado, mas simples, só exigindo surpresa total, o que foi conseguido e consistia, basicamente, no emprego de dois escalões sucessivos. Logo após o sucesso do primeiro escalão, que rapidamente se apossou de dois fortins espanhóis, Boehm lançou o segundo escalão, utilizando as mesmas embarcações que tinham conduzido o primeiro. Estava consolidada a cabeça-de-ponte lusitana na margem sul do canal do Rio Grande. Os fortins que ainda resistiam estavam isolados

entre si, sendo apenas uma questão de tempo sua queda. Para completar o isolamento dos espanhóis, uma nova esquadra portuguesa, comandada pelo almirante Hard-Castle, inglês a serviço de Portugal, fechou a entrada da barra do canal, impedindo a chegada de reforços por mar.

Amanhecido o dia, os portugueses iniciaram a limpeza dos últimos bastiões de resistência. Uma flotilha espanhola, que operava dentro do canal e protegia a vila de Rio Grande, rumou para a barra. Atacada pela esquadrilha de Hard-Castle, perdeu alguns navios, mas conseguiu escapar para Buenos Aires.

Ao comandante da guarnição espanhola, D. Miguel Texada, constatando a impossibilidade de prosseguir resistindo, só restou a retirada, com o que foi possível salvar, na direção sul, rumo à fortaleza de Santa Tereza.

No dia 2 de abril de 1776, sem resistência, o general Boehm entrou na vila de Rio Grande. Os dias seguintes foram usados para, metodicamente, destruir totalmente os fortes castelhanos no canal e no dia 7 de abril, foi realizado um solene “Te Deum” pela reconquista da vila do Rio Grande. Abençoadas as armas, o general Boehm prosseguiu o avanço para o sul, ocupando sem dificuldades todo o território até o forte do Taim.

Aí chegaram as ordens de Lavradio para que parasse, pois as coroas portuguesa e espanhola, em janeiro de 1776, haviam acordado iniciar negociações para *...tratar amigablemente las diferencias del Rio Grande de San Pedro...*

Demora, perfeitamente compreensível face ao tempo que uma mensagem levava entre Lisboa-Rio de Janeiro- São José do Norte ou má fé, por parte dos portugueses, o fato é que Rio Grande e seu estratégico canal de acesso ao oceano Atlântico, chave para a posse efetiva da Capitania do Rio Grande do Sul estavam definitivamente sob a bandeira de Portugal.

A retomada de Rio Grande pelos portugueses surpreendeu, e depois enfureceu os espanhóis. Após o costumeiro jogo diplomático, que deveria dar em nada mais do que os protocolares pedidos de desculpas, os espanhóis resolveram dar um definitivo “basta” na expansão portuguesa sobre o Rio da Prata.

FORTES, João Borges, General. Rio Grande de São Pedro-Povoamento e Conquista. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, V.37, 1940.

A retaliação espanhola

Ciente de que a Gobernación de Buenos Aires não tinha como retaliar as recentes vitórias portuguesas na área do Prata, a corte de Madri decidiu avocar a si o revide às afrontas recebidas.

Iniciou pela transformação da Gobernación em Vice-Reinado, aumentando assim o status político de Buenos Aires. Em prosseguimento organizou uma poderosíssima expedição militar – coisa de dez mil homens, embarcados em mais de 100 navios – a fim de recuperar os territórios ultimamente perdidos no sul do Brasil e neutralizar de uma vez por todas a constante ameaça portuguesa na área platina.

Essa formidável esquadra saiu do porto de Cadiz em novembro de 1776, comandada pelo primeiro Vice-Rei nomeado para o Prata, D. Pedro de Ceballos, que assim voltava para seu conhecido teatro de operações.

Ceballos velejou direto para a ilha de Santa Catarina e, no dia 20 de fevereiro de 1777, atacou e ocupou a vila do Desterro, que estava fracamente guarnecida, pois o grosso das tropas havia sido deslocado para Rio Grande.

Consolidada a conquista da ilha, Ceballos, em 28 de março, seguiu para o sul, passando precavidamente ao largo de Rio Grande, aportando em Montevidéu no dia 22 de

abril. De Montevidéu, Ceballos marchou sobre a Colônia do Sacramento, que se rendeu no dia 4 de junho de 1777. Colônia foi arrasada, sendo destruídas moradias, fortificações e muralhas.

Em agosto, suas tropas engrossadas por reforços enviados por Vertiz y Salcedo desde Buenos Aires, finalmente Ceballos se decidiu a marchar sobre a vila de Rio Grande, via litoral.

O esperado choque entre Ceballos e Boehm, no entanto, acabou não ocorrendo. Um novo tratado de limites, batizado com o nome de Santo Ildefonso, havia sido celebrado entre Portugal e Espanha.

A oficialização do término das hostilidades na América do Sul, em acordo assinado por representantes de Ceballos e Boehm, evitou um confronto que todos temiam e ninguém queria. Armas ensarilhadas, a questão de fronteiras entre Portugal e Espanha no Novo Mundo voltava a ser problema para ser resolvido pelos respectivos topógrafos.

FORTES, João Borges, General. Rio Grande de São Pedro-Povoamento e Conquista. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, V.37, 1940.

O Tratado de Santo Ildefonso

A partir de 1777, as coisas começaram a mudar, para pior, no Portugal europeu. A tradicional aliada, a Inglaterra, às voltas com a rebeldia de suas colônias norte-americanas, não podia, ainda que temporariamente, prover a secular proteção à coroa portuguesa.

Internamente, com a morte de D. José I, subira ao trono sua filha, D. Maria I. Essa troca de cabeças, longe de ser pacífica, causara profundas mudanças na administração do Estado português. Viveu-se um período que, inclusive, entrou para a história com o nome de "Viradeira", tal o rancoroso ajuste de contas promovido pelos que ascenderam ao poder com a nova rainha, contra os antigos governantes, particularmente o poderoso primeiro ministro de D. José, o Marquês do Pombal.

Como no Prata a Espanha possuía um poderoso exército de 10.000 homens, muito bem comandado, impunha-se para Portugal um acordo diplomático com a Espanha, para acalmar os ânimos belicosos espanhóis, enquanto se aguardava o retorno de bons ventos políticos, interna e externamente.

Assim, sabiamente orientada, D. Maria I celebrou com seu primo, D. Carlos III, rei de Espanha, no dia 1º de outubro de 1777, um novo acordo de limites entre os seus respectivos domínios na América do Sul. Foi o Tratado de Santo Ildefonso, nome dado devido à cidade onde foi assinado, na província espanhola de Segóvia.

Fragilizado, Portugal teve que aceitar condições praticamente impostas pelos espanhóis. Por outro lado, é evidente que nunca passou pela cabeça dos portugueses pôr em prática tal tratado, apenas ganhar tempo.

Pelo Tratado de Santo Ildefonso, os portugueses entregavam aos castelhanos todo o território ao sul da Lagoa Mirim, aí incluída a Colônia do Sacramento e reconheciam a jurisdição espanhola sobre as Missões, isto é, sobre toda a área a oeste do Rio Jacuí. Em troca, os espanhóis renunciavam aos seus "direitos" na barra do Rio Grande e restituíam a ilha de Santa Catarina.

Na verdade, os portugueses trocavam o que era seu pelo que já era seu! Obviamente os lusos esperavam que esse tratado nunca saísse do papel.

Os encarregados pela demarcação dos novos limites, só se encontraram em princípios de 1784, no Chuí, para dar início ao trabalho, sob indisfarçável desconfiança e ressentimento entre as partes. Após o lançamento dos primeiros marcos fronteiriços, no

Chuí e no Taim, nenhum marco mais foi lançado, tal a divergência entre os demarcadores e, em 1787, os trabalhos de demarcação foram suspensos, de comum acordo.

SOARES, José Carlos de Macedo. Fronteiras do Brasil no Regime Colonial. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

O Vice-Reinado do Prata

O Vice-Reinado do Peru, cuja fantástica jurisdição abrangia toda a América do Sul espanhola, suportou esse gigantismo até 1718. Nesse ano, a Espanha foi obrigada a fracioná-lo, criando o Vice-Reinado da Nova Granada (atuais Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela), do qual, por razões puramente policiais, combater a pirataria que grassava no mar do Caribe, separou-se a Capitania-Geral da Venezuela. Por razões geográficas, os formidáveis obstáculos representados pela Cordilheira dos Andes e o deserto de Atacama, foi natural o surgimento da Capitania-Geral do Chile.

Com essa estrutura político-administrativa, a América do Sul espanhola chegou a 17-76. Nesse ano, o crescimento da importância econômica da região platina, mais o fato de ser muito mais fácil a ligação dessa região com a Europa do que com o Peru e, principalmente, a urgência estratégica em obstaculizar a revivida projeção lusitana sobre a Banda Oriental, ensejou a criação do Vice-Reinado do Prata, com sede em Buenos Aires.

A criação desse Vice-Reinado foi uma iniciativa sábia e oportuna, mas o traçado de seus limites jurisdicionais foi desastroso. Interesses econômicos, valores humanos e determinantes geográficos foram atropelados, lançando as sementes dos conflitos dessagregadores que ensanguentariam a região no século XIX, dando origem a Argentina, Paraguai e Uruguai.

A Argentina, verdadeiro milagre geopolítico, somente se unificaria em 1861, após violentos conflitos internos e mantém, até hoje, o latente antagonismo entre as províncias interiores (arribeñas), e as litorâneas (porteñas).

BEVERINA, Juan. El Virreinato de las Províncias Unidas del Rio de la Plata. Buenos Aires: Ed. Circulo Militar, Biblioteca del Oficial.

A conquista das Missões orientais pelos portugueses

Em 14 de julho de 1789, a eclosão da Revolução Francesa, que culminaria com a prisão e posterior decapitação do rei Luís XVI e a transformação da França monárquica em República em 1792, deu início a *uma nova época para a história do mundo,* no dizer do grande poeta e pensador alemão Johann Wolfgang von Goethe.

As monarquias europeias, assustadas com o radicalismo dos revolucionários franceses, trataram de atacar a França republicana, mas surpreendentemente, o novo exército francês conseguiu resistir aos exércitos profissionais dos monarcas europeus e, com a ascensão de um jovem general, Napoleão Bonaparte, a França passou a ser a maior potência militar da Europa continental.

Napoleão Bonaparte, após se consagrar como grande defensor da República Francesa, acabou por restaurar o regime monárquico na França, sagrando-se imperador em 1804.

Em sua luta contra a Inglaterra, que protegida por sua poderosa Marinha passou a desafiar a aspiração francesa de conquistar toda a Europa, Napoleão acabou por invadir a Espanha e dar um ultimato a Portugal, para que abdicasse de sua secular aliança com os ingleses.

Na verdade, e mui sensatamente, os portugueses haviam até então se conservado na cômoda distância, política e geográfica, do terremoto provocado pela Revolução Francesa na Europa. Mas agora o pequeno reino luso estava colocado entre a cruz e a espada. Isso porque seria suicídio romper o tradicional alinhamento com os ingleses, e seria temerário desconhecer a nova ordem francesa, que já chegava às suas fronteiras, via Espanha.

O Príncipe-Regente português, D. João (sua mãe, a rainha D. Maria I, fora afastada do trono em 1792, por loucura) contava com excelentes diplomatas e conseguiu a proeza de permanecer na órbita inglesa, sem desgostar os franceses, até a ascensão de Napoleão ao trono francês, que não aceitou a neutralidade lusa e obrigou a submissa coroa espanhola a declarar guerra a Portugal, a 29 de janeiro de 1801.

Essa guerra, de curta duração, pois terminou em 6 de junho de 1801, com assinatura de um acordo de paz na cidade de Badajoz, não teve maiores desdobramentos na península ibérica, mas teve importantes consequências na América, com a revogação, de fato, do Tratado de Santo Ildefonso.

Quando a notícia de que havia se iniciado uma guerra na Europa entre Portugal e Espanha chegou ao conhecimento do capitão-general do Rio Grande do Sul, coronel Sebastião Xavier da Veiga Cabral, em 15 de junho de 1801 (a paz na Europa já havia sido assinada uma semana antes), uma ofensiva portuguesa foi desencadeada contra os castelhanos na região a oeste da Lagoa Mirim, que culminou com a conquista da vila de Cerro Largo, cerca de cinco léguas ao sul do Rio Jaguarão.

Na região de Rio Pardo, os portugueses atacaram as guardas de fronteira espanhola e, encontrando fraca resistência, chegaram até a região de Santa Tecla, onde se instalaram.

Mas o inacreditável estava para acontecer na região das Missões.

A porta de acesso aos Sete Povos das Missões continuava sendo a Guarda de São Martinho que, conquistada espetacularmente por Rafael Pinto Bandeira em, 1775, fora devolvida aos espanhóis pelo Tratado de Santo Ildefonso. Precavidos, os portugueses mantiveram um posto avançado, entre Rio Pardo e a Guarda de São Martinho, a Guarda de São Pedro Mártir.

Um estancieiro gaúcho, por nome Manoel dos Santos Pedroso, vislumbrou naquela guerra de 1801, uma excelente oportunidade para aumentar graciosamente seu rebanho bovino. E não demorou, junto com uma vintena de seus peões, em apresentar-se às autoridades lusas e pedir autorização para, particularmente, promover atos de hostilidade contra os castelhanos.

Petição deferida, foi ele posto à disposição do comandante da guarda de São Pedro Mártir, capitão Francisco Barreto Pereira Pinto. Sua primeira missão foi a de atacar São Martinho. Atacou e ocupou aquela base espanhola. Mas ele estava de olho mesmo era nas gordas vacas castelhanas que pastavam nas margens do rio Uruguai.

Aqui para a história e começa a lenda. Lenda que transmuta um perigoso delinquente em herói nacional.

José Borges do Canto era um bárbaro. Homem sem lar, sem lei, sem Deus. Nasceu em 1775, na vila de Rio Pardo, sob teto miserável, filho de pai açoriano e mãe fugitiva da Colônia do Sacramento.

Aos 16 anos, para sobreviver, assentou praça no Regimento dos Dragões. Abominou a rotina da caserna e a disciplina sufocante. Desertou menos de dois anos depois, levando nove cavalos da Real Fazenda.

Em 1797, já um gaúcho calejado em experiências envolvendo índios vagos, castelhanos extraviados, portugueses contrabandistas e mulheres sem pátria nem dono, apresentou-se voluntariamente no seu Regimento, sendo então, conforme a legislação da época, levantada a anterior deserção.

Pouco depois, desertou pela segunda vez. Tinha cabelos castanhos e olhos pardos. Um seu parceiro escreveu que ... *havia muitos anos que vivia entre espanhóis e portugueses naquela vasta campanha...couto e refúgio dos criminosos de ambas as nações...*

Mas era português de coração e como tal, cultivava valores e respeitos. Quando soube, nesse ano de 1801, que sua mãe estava nas últimas, acorreu a Rio Pardo, chegando a tempo de velá-la.

O tenente coronel Patrício José Correa da Câmara, comandante da fornteira de Rio Pardo, soube que ele estava na vila e, em vez de mandar prendê-lo, convocou-o para uma conversa. Sugeriu que, sem maiores compromissos oficiais, ele se tocasse para as Missões Orientais.

Borges do Canto concordou. Pelas estâncias de Cachoeira recrutou 19 peões aventureiros e à frente deles, seguiu para as Missões. No caminho, se lhe juntaram mais 20, e foi com esse efetivo de 39 homens decididos e sem muita coisa a perder nesta vida, que José Borges do Canto passou a operar extra-oficialmente para El Rei de Portugal, seu Senhor.

Com ordens não muito precisas, a pequena tropa de Borges do Canto foi mandada se apresentar ao comandante da guarda de São Pedro Mártir. Com esse reforço, o capitão Pereira Pinto, concebeu um improvisado plano para fustigar o inimigo: o destacamento de Santos Pedroso que acabara de conquistar São Martinho, seguiria para o vale do rio Uruguai, a fim de impedir a chegada de reforços castelhanos, enquanto Borges do Canto, seguiria na direção geral dos Sete povos, sem bem se saber para quê.

No primeiro dia de sua investida, Borges do Canto tomou, de surpresa, um posto avançado espanhol que cobria a região das Missões pelo sul. No terceiro dia, emboscou uma patrulha de reconhecimento inimiga e a aprisionou. No quarto dia assaltou a Guarda de Santo Inácio, que lhe rendeu um butim de 500 cavalos. Prosseguindo, no quinto dia, assaltou a Guarda de São João Mirim e dois dias depois, debaixo de copiosa chuva e trovoadas assaltou um acampamento espanhol, que se rendeu. São Miguel, a capital dos Sete Povos, estava agora ao seu alcance, cerca de uma légua adiante.

A tropa de Borges do Canto aumentava a cada dia, pela adesão de índios interessados em participar da repartição dos despojos de guerra.

Na manhã do sétimo dia, um estarrecido coronel D. Francisco Rodrigo, governador espanhol das Missões, se viu inapelavelmente cercado em São Miguel. Privado de recursos e sem a menor possibilidade de receber reforços, o governador negociou uma rendição honrosa e, no dia 12 de agosto de 1801, os portugueses ocuparam sem luta a capital missioneira, garantida a retirada incólume de D. Francisco e seus soldados. Por desconhecer esse trato, Santos Pedroso atacou e aprisionou essa coluna às margens do rio Uruguai.

Depois de São Miguel, seguiram-se as ocupações de São João, Santo Ângelo, São Luís, São Nicolau e São Lourenço, nas quais os homens de Borges do Canto entraram sob aclamação dos índios que as habitavam, pois não queriam mais ser governados pelos espanhóis. Só faltava conquistar São Borja, que resistia ao assédio de Santos Pedroso.

Reunidas, as tropas de Borges do Canto e Santos Pedroso acabaram por conquistar São Borja. Toda a região missioneira na margem esquerda do rio Uruguai estava agora sob a dominação lusa. A fronteira fora, finalmente, empurrada para as barrancas do rio Uruguai.

Antes que o ano findasse, a notícia da paz na Europa chegou ao sul da América. Como a Espanha havia tido um pequeno ganho territorial na fronteira com Portugal, o tratado acordado em Badajoz não fazia nenhuma referência sobre a devolução de territórios

ocupados durante a brevíssima guerra, o que acabou por legitimar as conquistas portuguesas na Província de São Pedro.

José Borges do Canto e Manuel de Santos Pedroso, atuando à margem da legalidade formal, anexaram ao domínio português um território maior que o próprio Portugal europeu.

O ano de 1801 balizou o fim de uma era na história do Prata, pois originados na Europa, os ventos napoleônicos acabaram por chegar ao Novo Mundo.

HOMEM, J. S. Torres, Coronel. Annaes das Guerras com os Estados do Prata e Paraguay. Imprensa Nacional, 1941.
DOMINGUES, Moacyr . A Conquista da Missões, um enigma histórico. Porto Alegre: Suplemento do Correio do Povo, edição de 13/07/1974.
FORTES, João Borges, General. Rio Grande de São Pedro-Povoamento e Conquista. Rio deJaneiro: Biblioteca Militar, V.37,
1940.

A primeira invasão inglesa no Prata

Em 9 de novembro de 1799, o general francês Napoleão Bonaparte, através de um bem sucedido golpe de estado, derrubou o Diretório, constituído por cinco membros e que constituía-se no Poder Executivo da França. No lugar do Diretório foi instituído o Consulado, composto por três membros, mas como Napoleão foi eleito primeiro cônsul, cargo que acumulava com o de comandante do exército, passou a exercer um poder absoluto, inaugurando a era napoleônica na França, que duraria até 1815.

Como o exército francês havia se tornado o mais poderoso da Europa, os ingleses, históricos rivais da França, isoladamente ou formando coligações internacionais contra o expansionismo francês, mantiveram um contínuo estado de guerra com a França entre 1793 e 1802, ano em que foi firmado o Tratado de Amiens.

O Tratado de Amiens, entre a França e o Reino Unido, foi chamado de "tratado de paz definitivo", pois deveria dar um fim ao conflito entre as duas maiores potências bélicas da Europa daquele tempo. Esse "fim" infelizmente não durou muito, pois foi quebrado um ano depois, quando Napoleão, insatisfeito com o não cumprimento de algumas cláusulas do tratado por parte dos ingleses, passou a planejar a invasão da Inglaterra.

O planejamento dessa invasão incluía o apoio da Espanha à causa francesa. Assim, em 22 de outubro de 1803, Napoleão ditou um escandaloso tratado aos amedrontados governantes espanhóis: a França consentiria que a Espanha permanecesse neutra no conflito que se aproximava, desde que seus portos ficassem abertos aos navios franceses e fosse paga a vultosa contribuição mensal de seis milhões de francos destinada a auxiliar o esforço de guerra contra os ingleses.

A Inglaterra se achou no direito de também exigir da Espanha idêntica quantia para idêntico fim, mas teve essa pretensão negada, o que a levou ao sistemático apresamento de navios espanhóis, que terminaria numa guerra entre as duas nações, formalmente declarada pela Espanha em 12 de dezembro de 1804, com imprevistas e espetaculares consequências na América colonial espanhola.

Após declarar guerra à Inglaterra, a Espanha aliou-se à França na Guerra da Terceira Coligação, em que Áustria, Rússia e Suécia se uniram contra Napoleão. Nas batalhas em terra, Napoleão derrotou sucessivamente os exércitos inimigos, mas a derrota da esquadra franco-espanhola frente à esquadra inglesa, ao largo do cabo espanhol de Trafalgar, em 21 de outubro de 1805, determinou o fim de qualquer possibilidade da França invadir a Inglaterra.

Afastada a possibilidade de uma invasão francesa ao seu território, não interessava à Inglaterra hostilizar a Espanha, na esperança de que seu povo se revoltasse contra a impopular aliança com a França. Mas nem todos os ingleses pensavam assim.

O almirante inglês Sir Home Popham havia, em 1804, concebido a ideia de, no quadro da guerra declarada pela Espanha contra seu país, ativar um Teatro de Operações no Rio da Prata, a fim de levar o conflito aos domínios espanhóis na América meridional, ideia que foi prontamente arquivada pelo Almirantado inglês.

Ao almirante Popham foi dada, então a missão de transportar e apoiar as tropas do general David Baird, encarregadas de conquistar a colônia holandesa do Cabo da Boa Esperança, esse sim um objetivo estratégico de grande importância para a Inglaterra, pois a Holanda estava ocupada por forças francesas e sua colônia poderia ser usada por Napoleão como base para interferir no comércio inglês com suas possessões asiáticas.

A esquadra de Popham chegou ao Cabo da Boa Esperança no dia 4 de janeiro de 1806. Posto sob sítio e atacado, o baluarte holandês rendeu-se 14 dias depois.

Missão cumprida, Popham convenceu o general Baird a ceder-lhe o 71º Regimento de Escoceses e tomou o rumo do Rio da Prata. Em escala na ilha de Santa Helena convenceu seu governador a entregar-lhe o Regimento de Infantaria dessa ilha e mais um destacamento de artilharia. No dia 8 de junho de 1806 chegou ao estuário do Rio da Prata, com um escalão de desembarque, composto por cerca de 1.000 combatentes sob o comando do general William Carr Beresford, pronto para a batalha.

A notícia do novíssimo estado de guerra com a Inglaterra não havia mudado substancialmente a rotina do Vice-Reinado do Prata. O Vice-Rei, o Marquês de Sobremonte, convocara uma “Junta de Guerra” que elaborara um rascunho de plano de defesa de Buenos Aires. Para a direção das operações militares foi nomeado o francês D. Santiago de Liniers y Brémont, um experiente oficial da marinha francesa que viera para a América junto com a esquadra de D. Pedro Ceballos e acabou por radicar-se em Buenos Aires.

Liniers baseou seu plano de defesa sob a hipótese de que o melhor local de desembarque de tropas orientadas para atacar Buenos Aires seria na Enseñada de Barragan, cerca de 60 km ao sul da cidade, onde mandou preparar trincheiras e espaldões para os canhões.

Quando os ingleses começaram, em 26 de junho de 1806, a desembarcar em Quilmes, 16 km ao sul de Buenos Aires, os improvisados combatentes platinos disponíveis apenas puderam estabelecer uma precária posição defensiva, destinada a barrar a progressão inimiga e ganhar tempo, enquanto ocorria a mobilização do restante das tropas.

O general Beresford partiu imediatamente para o ataque e, desbaratando a posição defensiva espanhola, avançou para a capital, onde imperava a maior confusão e improvisação. Na manhã do dia 27 de junho, os ingleses, sem luta, transpuseram o Passo do Riachuelo, última posição que poderia ser ocupada pelos espanhóis. Nesse mesmo dia o Vice-Rei fugiu para Córdoba.

Seguiu-se a rendição de Buenos Aires, requerida por Beresford, para evitar injustificável derramamento de sangue e assim, em nome de Sua Majestade Britânica, o general William Carr Beresford assumiu as funções de governador do Prata.

Passada a euforia da vitória, o general Beresford e o almirante Popham começaram a se preocupar com a fragilidade de sua posição, decorrente do pequeno efetivo disponível para enfrentar uma muito provável reação espanhola e pediram reforços a Londres.

O governo britânico, quando tomou conhecimento de que a tropa que enviara para a Cidade do Cabo, no sul da África, se encontrava em Buenos Aires, no sul da América, adotou medidas drásticas. A primeira delas chamar a Londres o almirante Popham, para ser submetido a uma merecida Corte Marcial. A segunda, determinar que Beresford re-

gressasse para a Cidade do Cabo tão logo chegasse a Buenos Aires um reforço de 3.000 homens, sob o comando do general Achmuty.

A situação de Beresford se deteriorou rapidamente. Os soldados irlandeses, rebeldes católicos incorporados a força ao exército britânico, começaram a desertar, ao constatar que tinham a simpatia da população local, também católica. Além disso, Liniers, que se refugiara em Montevidéu, retornou a Buenos Aires à frente de uma milícia recrutada pelo governador D. Pascual Ruiz Huidobro.

Após intimar Beresford para que se rendesse e evitasse o derramamento de sangue, intimação prontamente rechaçada, Liniers atacou as posições inglesas, conquistadas sucessivamente, até só restar o Forte da cidade, em que Beresford se refugiara. Ante a iminência de ter seus homens massacrados dentro da Forte, Beresford içou a bandeira branca da rendição incondicional.

Acabara a primeira investida britânica no Prata, que logo seria reprisada. A França nada perdera, mas o império colonial espanhol na América fora ferido de morte.

BEVERINA, Juan, Coronel. Las Invasiones Inglesas al Rio de la Plata (1806-1807). Buenos Aires: Ed. Circulo Militar, Biblioteca del Oficial.

ACEVEDO, Eduardo. Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia, 3ª Ed, 1942.

A segunda invasão inglesa no Prata

O general David Baird, lá na Cidade do Cabo, recebeu o pedido de reforços de Beresford e apressou-se em enviar a Buenos Aires cerca de 2.000 homens, sob o comando do tenente-coronel T. J Backhouse, comissionado brigadeiro para essa missão.

Backhouse chegou ao Prata em princípios de outubro de 1806, encontrando Popham desolado com o que acontecera em Buenos Aires, porém ainda mantendo o bloqueio naval à cidade.

Estudando a situação, Backhouse se convenceu de que, no momento, um ataque a Buenos Aires estava fora de cogitação. Contudo, tinha ordens para desembarcar no estuário platino. Se não podia fazer isso em uma margem, tentaria na outra, em Montevidéu.

Testadas em 28 de outubro as baterias das fortalezas de Montevidéu, que se revelaram mortíferas, Backhouse optou por desembarcar no dia seguinte, nas praias de Maldonado, cerca de 100 km a sudoeste da capital da Banda Oriental, fora portanto do alcance de qualquer canhão. A vila de Maldonado foi ocupada pelos ingleses, após sangrenta batalha casa a casa, a custo de quase 100 baixas.

O general Achmuty, enviado a Buenos Aires, atendendo ao pedido de reforços feito pelo general Beresford, chegou ao Prata em dezembro de 1806 e tomando conhecimento da evolução dos acontecimentos, decidiu, obviamente, desembarcar em Maldonado,

Em novembro de 1806, saíra da Inglaterra uma expedição militar com destino ao Chile, formada por 4.000 homens comandados pelo coronel John Crawford, comissionado em Brigadeiro. Em escala na Cidade do Cabo, Crawford recebeu novas ordens, devendo seguir para o Prata.

Assim, o exército inglês, de maneira improvisada, se viu envolvido em uma operação em larga escala na região platina, com cerca de 10.000 homens, apoiados por uma centena de navios. Para o comando geral das operações, foi nomeado o tenente-general John Whitelocke.

Enquanto o general Whitelocke e a expedição do coronel Crawford não chegavam ao Prata, o general Achmuty assumiu o comando das tropas inglesas na região de Maldo-

nado e resolveu agir. Em 14 de janeiro de 1807, apresentou-se diante de Montevidéu no comando de uma esquadra de 72 navios, que transportava 5.000 soldados.

Após expedir uma intimação exigindo a rendição da cidade, prontamente rechaçada pelo Vice-Rei Marquês de Sobremonte, que trocara seu refúgio em Córdoba por Montevidéu, as tropas inglesas, apoiadas pela artilharia da esquadra, desembarcaram em 17 de janeiro na praia de Buceo, a três léguas de Montevidéu.

A progressão inglesa em direção a Montevidéu, iniciada em 19 de janeiro, foi penosa, pela tenaz resistência dos espanhóis e somente a 3 de fevereiro ocorreu o sangrento assalto final, com a vitória dos ingleses.

A queda de Montevidéu abalou Buenos Aires. Em 7 de fevereiro, uma "Junta de Guerra" chegou a sugerir ao Cabildo, espécie de governo municipal, a destituição e prisão do Vice-Rei espanhol, que por indolência e incompetência e por haver fugido para Las Piedras, era o maior culpado pela humilhante derrota. Iniciava-se assim, desencadeado pela Inglaterra, o processo que levaria à independência de Argentina, Uruguai e Paraguai.

Em episódio nebuloso, o general Beresford, dispondo de total liberdade em Buenos Aires, sob o compromisso de honra de não fugir, acabou por refugiar-se na ocupada Montevidéu, de onde seguiu para Londres, em cumprimento a seu destino de participar ativamente nos acontecimentos que levariam à independência do Brasil.

Enquanto em Buenos Aires discutiam o que fazer para expulsar os ingleses do Prata, o general Achmuty consolidava sua posição na margem esquerda do Rio da Prata, conquistando a Colônia do Sacramento.

Em maio de 1807 chegou a Buenos Aires o coronel espanhol Francisco Xavier de Elio, um veterano das guerras contra os mouros, Portugal e França, com o título de Comandante General de la Campanha Oriental. O Cabildo lhe confiou uma tropa de 500 homens. Com esse pequeno efetivo o coronel Elio atravessou o Rio da Prata para atacar as posições inglesas na Colônia do Sacramento. Repelido, só lhe restou atravessar o estuário de volta a Buenos Aires.

Nomeado desde 24 de fevereiro de 1807 para as funções de "Comandante das forças de terra em serviço na parte meridional da América do Sul", o tenente-general John Whitelocke desembarcou em Montevidéu no dia 10 de maio, à frente de uma tropa de 1600 soldados ingleses. No dia 14 de junho chegou ao estuário do Prata a esquadra que trazia o brigadeiro Crawford e seus 4.200 homens, vinda da cidade do Cabo.

No comando de uma impressionante força militar de 11.000 homens, Whitelocke sentiu-se forte o suficiente para atacar Buenos Aires. No dia 28 de junho de 1807, o exército britânico cruzou o Rio da Prata e desembarcou entre a Enseñada de Barragan e a Punta de Lara. Completado o desembarque, os ingleses partiram para a conquista de Buenos Aires, encontrando pequenas resistências das milícias platinas enviadas ao seu encontro, para ganhar tempo.

No dia 2 de julho de 1807, a vanguarda de Whitelocke acampou na periferia de Buenos Aires. Na manhã seguinte, os ingleses intimaram os defensores a se renderem.

O coronel Elio, que havia assumido o comando da defesa, rejeitou a rendição, desencadeando os preparativos para a batalha final por Buenos Aires.

Na manhã do dia 5 de julho, a disciplinada tropa inglesa começou o assalto, invéstindo a cidade pelas estreitas ruas que levavam à Plaza Mayor, onde se encontrava a última linha de defesa.

O combate "casa a casa" acabou por diminuir o ímpeto dos ingleses que, por volta das 11 horas da manhã passaram de atacantes a defensores. O contra-ataque espanhol, feroz, violento, desorganizado, descentralizado, incontrolável, foi muito bem sucedido e ao

entardecer, os ingleses, com pesadas baixas, resistiam em bolsões de defesa, sem apoio mútuo.

Na manhã do dia 6 de julho, os combates recrudesceram, com os ingleses empregando as tropas mantidas em reserva, que também foram cercadas. Na tarde desse mesmo dia, o general Whitelocke, pressentindo uma derrocada total, despachou um subordinado, o brigadeiro Gower para a Plaza Mayor, a fim de negociar com Liniers, que havia assumido o comando das improvisadas forças de defesa, os termos de uma rendição, o que suspendeu os combates.

Ao meio dia de 7 de julho de 1807, Whitelocke endossou o acordo negociado entre Gower e Liniers e assim encerrou-se a segunda e última investida inglesa contra as colônias espanholas no Rio da Prata.

Em cumprimento ao acordo, no dia 9 de setembro, o último contingente inglês, comandado pessoalmente por Whitelocke, zarpou para Londres, deixando no Prata as sementes das futuras nações oriundas da colonização espanhola na Bacia do Prata: Argentina, Paraguai e Uruguai.

BEVERINA, Juan, Coronel. Las Invasiones Inglesas al Rio de la Plata (1806-1807). Buenos Aires: Ed. Circulo Militar, Biblioteca del Oficial.
IBARGUREN, Carlos. Juan Manuel de Rosas. Buenos Aires: Libreria La Facultad.
ACEVEDO, Eduardo. Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia,1942.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil

Ao coroar-se imperador da França, em 2 de dezembro de 1804, Napoleão Bonaparte deixou claro que não admitiria nenhuma autoridade superior à sua. A Inglaterra, que já havia participado de duas coligações de nações contrárias à França que emergira da revolução de 1789, ambas derrotadas por Napoleão, tratou de organizar uma terceira, aliando-se a Áustria e Rússia.

Napoleão então resolveu acabar de vez com aquela irritante e persistente oposição ao seu gênio, planejando um ataque à ilha inglesa, feito somente conseguido pelos romanos. Para concretizar esse objetivo, seria necessário dispor de uma esquadra capaz de neutralizar a marinha inglesa durante a travessia do Canal da Mancha, que separa a Inglaterra da França.

No dia 21 de outubro de 1805, ao largo do cabo espanhol de Trafalgar, uma batalha entre uma esquadra inglesa, composta por 27 navios e comandada pelo almirante Horacio Nelson, e uma esquadra franco-espanhola, integrada por 33 navios, sob o comando do almirante francês Pierre Villeneuve, terminou com uma indiscutível vitória da frota inglesa, que afundou ou capturou 18 navios inimigos e não perdeu nenhum navio, demonstrando a total superioridade britânica nos mares.

Essa derrota fez com que Napoleão mudasse de estratégia contra a Inglaterra. Em vez de uma invasão, tomar medidas que sufocassem sua economia. Concebeu então um ”bloqueio continental”, isto é, fechar todos os portos do continente aos navios ingleses, privando assim a Inglaterra de seu intenso e vital comércio.

No entanto, para que essa medida fosse efetiva, era preciso que todos os portos europeus fossem fechados aos ingleses, inclusive os portugueses.

O Príncipe Regente de Portugal, D. João, além do martírio de ter que suportar uma mãe louca (a rainha D. Maria I, que havia enlouquecido) e uma esposa geniosa (a espanhola D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, rei da Espanha) viu-se diante da aterradora ameaça de invasão por parte da poderosa França, se seu pequeno país não

participasse do tal “bloqueio continental”, rompendo o tradicional alinhamento com os ingleses.

Intimado por Napoleão, D. João retardou a tomada de uma decisão, mas acabou tendo de ceder, fechando os portos portugueses à Inglaterra, mas uma nova exigência francesa, a de confiscar os bens de todos os cidadãos ingleses que moravam em Portugal, foi repelida com veemência.

A resposta napoleônica foi imediata. No dia 27 de outubro de 1807, França e Espanha celebraram o Tratado de Fountainebleau. Por esse tratado, Portugal simplesmente deixava de existir e seu território seria dividido entre os dois estados celebrantes.

Em seguida, as forças francesas do general Junot invadiram o solo português, marchando na direção de Lisboa.

Sem exército capaz de resistir à invasão, D. João decide por em prática um antigo plano, transferir a sede do governo português para o Brasil, de onde, em segurança, a coroa portuguesa continuaria a desafiar Napoleão. Tudo com a imprescindível ajuda britânica.

No dia 28 de novembro de 1807, véspera da entrada de Junot em Lisboa, os navios transporte portugueses fizeram-se ao mar, convenientemente escoltados pela esquadra inglesa do almirante Sidney Smith. Neles iam embarcados os membros da Família Real e mais 10.000 pessoas, entre criados, nobres, ministros, comerciantes, religiosos, militares, juízes etc, ou seja, os quadros de uma administração governamental que se mudava inteira para a América.

A Corte lusitana chegou ao Rio de Janeiro no dia 8 de março de 1808. O Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves e o Rio de Janeiro passou a ser a capital do estado luso.

LIMA, L. F. Barreto, General. Formação das Nacionalidades Sulamericanas. Ed. Gab. Fotocartográfico, 1964.

O fim do Vice-Reinado do Prata

Expulsos os ingleses, o agradecido rei espanhol, D. Carlos IV, em 3 de dezembro de 1807, nomeou Liniers como Vice-Rei interino do Prata. Os espanhóis de Buenos Aires, que também haviam lutado nas batalhas contra os ingleses, não gostaram de ter um estrangeiro como governante e passaram a hostilizar Liniers, ainda que não às claras.

D. Francisco Javier de Elio, nascido na Espanha, nomeado governador de Montevidéu por Liniers, não tardou em expressar a insatisfação de estar subordinado a um francês.

Preocupado com a insuficiência de recursos para governar o Vice-Reinado, em consequência das lutas contra os ingleses, Liniers lançou uma espécie de empréstimo compulsório, os “Vales Patrióticos” que, como todos os impostos, foi muito mal recebido pela população platina e Elio, desde Montevidéu, deu voz aos reclamos do povo, em correspondência enviada a Madri.

Enquanto em Buenos Aires e Montevidéu cresciam as desavenças políticas, uma crise familiar corroía a legitimidade da família reinante em Madri. O rei Carlos IV, desde 1788, havia praticamente deixado o governo a cargo de sua mulher, Maria Luísa de Parma, e do primeiro-ministro Manuel Godoy, tido por seu amante.

Em 19 de março de 1808, responsabilizado pela péssima situação em que a Espanha se encontrava, praticamente um estado vassalo da França, D. Carlos IV viu-se obrigado a abdicar do trono em favor de seu filho mais velho, que foi coroado como Fernando VII. Incentivado pelo general Murat, comandante das tropas francesas estacionadas na Espanha, D. Carlos procurou o apoio de Napoleão, e conseguiu sua coroa de volta, mas

por pouco tempo, pois Napoleão, convocando D. Carlos, D. Maria Luísa, D. Fernando e D. Manoel Godoy, para uma conferência de conciliação na cidade de Bayonne, obrigou-o a abdicar de novo, desta vez para entregar a coroa espanhola a seu irmão José Bonaparte.

Napoleão, para que seu irmão se consolidasse no trono espanhol, com o título de D. José I, decidiu manter toda a família real espanhola exilada em território francês.

A reação do povo espanhol a esses acontecimentos, natural e espontânea, foi a constituição de "Juntas de Gobierno" em todas as províncias espanholas, protegidas por grupos armados irregulares e obedientes a uma "Suprema Central", organizada em Sevilha, com a missão de governar o país enquanto durasse o cativeiro de Fernando VII.

A resposta das tropas de ocupação francesas foi uma dura repressão e uma guerra civil, "guerrilla" ou seja, pequena guerra, se alastrou pela Espanha.

E ainda, no exercício do poder alternativo na Espanha, a "Suprema Central" despachou mensagens para todas as colônias espanholas, exigindo que jurassem fidelidade ao rei D. Fernando VII, temporariamente no exílio.

Essa exigência chegou a Buenos Aires no dia 2 de agosto de 1808. E com ela, o caos.

Liniers, que nunca deixara de ser um fiel cidadão e devotado oficial francês, sabedor do que ocorreu em Bayonne, convenceu o Cabildo de Buenos Aires a postergar o juramento até a chegada de melhores informações.

O coronel Elio, na outra margem do estuário, viu no episódio, a oportunidade de hostilizar Liniers e, em ato de rebeldia, convenceu o Cabildo de Montevidéu a jurar fidelidade a D. Fernando VII. Foi o início do fim do Vice-Reinado do Prata.

Enquanto a hostilidade pessoal entre Elio e Liniers aumentava e passava a ser um confronto entre Montevidéu e Buenos Aires, nesta última surgiu um novo antagonismo, entre as milícias formadas por espanhóis americanos ou "criollos" que apoiavam Liniers e as formadas por espanhóis europeus, lideradas por D. Martin de Álzaga, que apoiavam Elio e sua lealdade a D. Fernando VII.

Alarmada com as notícias chegadas do Prata, a "Central" de Sevilha resolveu exonerar Liniers e, no dia 11 de fevereiro de 1809 nomeou aquele que viria a ser o último Vice-Rei do Prata, o tenente-general D. Baltazar Hidalgo de Cisneros.

Cisneros assumiu suas funções em 30 de julho de 1809 e tratou de reforçar a autoridade de seu cargo, dissolvendo a "Junta" de Montevidéu e dando respostas positivas às demandas de seus governados.

Mas Cisneros, teoricamente o representante do rei da Espanha no Prata, teve a sua autoridade contestada quando, em maio de 1810, chegou a notícia que a "Central" sevilhana, que dizia representar o Rei D. Fernando VII, havia sido dissolvida por Napoleão. Cisneros tentou negociar sua autoridade, em vão, com os insurgentes, liderados por Manuel Belgrano. Como podia subsistir a autoridade do representante de um rei que não mais reinava?

Na noite de 19 de maio, os líderes civis e militares de Buenos Aires, convocados por Belgrano, decidiram formar uma "Junta de Gobierno" para governar no lugar do Vice-Rei e comunicaram essa decisão ao Vice-Rei Cisneros.

Pressionado, Cisneros autorizou a convocação de um Cabildo Abierto que, instalado em 22 de maio, deliberou por três dias, até que no dia 25 de maio, pressionado pela massa popular que se reunira na Plaza Mayor e pelo Regimento de Patrícios, oficializou uma "Primera Junta Gobernativa", para substituir o Vice-Rei e deu posse a seus nove membros.

Na noite desse mesmo dia, com a maior dignidade, Cisneros, compreendendo que o Vice-Reinado do Prata não mais existia, afivelou suas malas, desocupou o Forte, sede

oficial do governo, e instalou-se em uma residência particular, aguardando o primeiro navio para a Espanha.

Começara, efetivamente, o processo de separação da região platina da Espanha, que demoraria seis longos e dolorosos anos.

MIGUENS, Silvia. Ana y el Virrey. Buenos Aires: Edição Editorial Sudamericana.
ACEVEDO, Eduardo. Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia, 3ª Ed, 1942.
PIZZURNO, Carlos H. Lecciones de Historia Argentina. Buenos Aires: Ed. F. Crespillo.
LIMA, L. F. Barreto, General. Formação das Nacionalidades Sulamericanas. Ed. Gab. Fotocartográfico, 1964.
ARRILI, Bernardo Gonzales. Historia de la Argentina. Buenos Aires: Editorial Nobis.
BEVERINA, Juan. El Virreinato de las Províncias Unidas del Rio de la Plata. Buenos Aires: Ed. Circulo Militar, Biblioteca del Oficial.

A "interiorização" da revolução buenairense

O que aconteceu no dia 25 de maio de 1810, em Buenos Aires, foi uma revolução. De um lado, os partidários de uma maior autonomia frente à coroa espanhola, por isso mesmo autoproclamados "revolucionários". Do outro lado os que pretendiam se manter fiéis ao rei espanhol, fosse ele quem fosse, ou seja, os "realistas.

Uma das primeiras decisões da "Primeira Junta Gobernativa" foi a de que o novo governo a ser instalado na região abrangida pela autoridade do derrocado Vice-Reinado do Prata, seria escolhido por um *Congresso Geral,* no qual todas as províncias que o integravam deveriam estar representadas.

Por isso, já no dia 27 de maio, foram despachados emissários aos cabildos do interior, com instruções para que elegessem seus representantes e os encaminhassem a Buenos Aires. Enquanto o *Congresso Geral* não se instalasse, a "*Junta Gubernativa"* concedeu-se a prerrogativa de administrar politicamente a área, em substituição à autoridade do Vice-Rei. Na realidade, a "revolução" de 25 de maio, não ultrapassara os limites geográficos de Buenos Aires e, as demais províncias viram com desconfiança o papel protagonista assumido pela "Junta Gubernativa".

Procurando interiorizar o movimento revolucionário, foram enviadas às províncias expedições destinadas a buscar o apoio de seus habitantes, entusiasmando os simpatizantes, intimidando os neutros e, se necessário, combatendo militarmente os opositores realistas.

Tais expedições acabaram por constituir-se, em algumas províncias, em confronto aberto entre os *porteños* de Buenos Aires e os *arribeños* do interior, descambando para uma verdadeira guerra civil. No incidente mais grave, uma expedição militar, o denominado Exército do Norte, saiu de Buenos Aires em 9 de julho de 1810, destinada a Córdoba, onde estava em curso a organização de um forte movimento realista, encabeçado pelo governador Juan Gutierrez de la Concha e apoiado pelo ex Vice-Rei Liniers.

Após a derrota das improvisadas forças realistas, a Junta de Buenos Aires decretou o sumário "justiciamento" dos principais líderes realistas e assim, em 28 de agosto, foram fuzilados cinco comandantes realistas, entre eles o herói da resistência contra os ingleses, Santiago Liniers.

Vencida a resistência em Córdoba, o Exército do Norte tomou a direção do Alto Peru, atual Bolívia, onde começou a encontrar as forças do General José de Córdoba y Rojas,

que haviam sido enviados pelos realistas do Peru em tardio apoio à resistência cordobesa.

Após um indefinido entrevero em Cotagaita, seguiu-se a vitória de Suipacha, mas o general realista José Manuel de Goyeneche, nomeado comandante de um "Exército Pacificador" pelo Vice-Rei do Peru, esperou pacientemente a chegada dos revolucionários às margens do rio Desaguadero e os derrotou inapelavelmente na Batalha de Huaqui. Foi um desastre total para o Exército do Norte, que teve de refluir para Buenos Aires. Essa campanha definiu o limite norte da expansão revolucionária platina.

Além de cooptar as províncias do norte do Vice-Reinado, era necessário convencer a província do Paraguai e a Banda Oriental a se unir ao esforço revolucionário de Buenos Aires.

DARACT, Julio Cobos. Historia Argentina. Buenos Aires:Edicion Virtus.
ACEVEDO, Eduardo.Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia, 3ª Ed., 1942.

A valente autonomia paraguaia

Os emissários de Buenos Aires não foram bem recebidos no Paraguai. O governador D. Bernardo Velazco, desconfiado, ao invés de providenciar a escolha de alguém para representar a província no Congresso Geral, decidiu organizar o seu próprio "*Consejo General*", formado por ele próprio, pelo Cabildo de Assunção e por personalidades representativas da população.

Instalado no dia 24 de julho de 1810, esse Conselho não tardou em, pela voz de um integrante do Cabildo, D. Francisco Javier Bogarin, deixar bem claro qual seria a postura paraguaia ante os recentes acontecimentos na Europa e em Buenos Aires:

> *...esta asamblea no perderá su tiempo debatendo si el cobarde padre o el apocado hijo es rey de España...Cada uno de ellos há abdicado dos veces. Los dos han mostrado su débil espíritu y desleal corazón. Ni el uno ni el outro puede ser ya rey em ninguna parte. Mas sea o no rey de España el uno o el outro, que nos importa a nosotros? Ninguno de ellos es ya rey del Paraguay. El Paraguay no es el patrimonio de España, ni província de Buenos Aires. El Paraguay es independiente y es republica.*

E completou dizendo que a única coisa que se devia discutir naquela assembleia era...*como debemos defender y mantener nuestra independência contra España, contra Lima, contra Buenos Aires y contra Brasil...*

Os inimigos do Paraguai estavam claramente definidos e nominados e os portugueses apareciam em última prioridade.

Contudo, o Conselho teve o bom senso de reconhecer que ainda estava cedo para uma total independência política. Por isso, no dia 27 de julho, proclamou que a província do Paraguai:

- juraria obediência ao Conselho de Regência recentemente criado em Madri;
- manteria "fraternal solidariedade" com Buenos Aires, a quem oferecia a sua amizade, porém sem reconhecer-lhe qualquer precedência ou superioridade;
- constituiria uma "Junta de Guerra" para encarregar-se da defesa da província paraguaia.

A atitude dos paraguaios foi considerada em Buenos Aires como resistência contrarevolucionária, idêntica à ocorrida em Córdoba, apenas que conduzida por *criollos.* E para neutralizá-la impunha-se uma solução de força.

Portanto, no dia 25 de setembro, saiu de Buenos Aires uma expedição militar, comandada por Manuel Belgrano, comissionado no posto de coronel, destinada a submeter o Paraguai.

Belgrano, então com 41 anos, era bom em latim, filosofia e literatura, mas nada entendia de assuntos militares. Advogado diplomado pela Universidade de Valladolid, fora mandado pela coroa espanhola para Buenos Aires como alto funcionário civil.

Marchando com rapidez através de Entre Rios e Corrientes, o exército de Belgrano penetrou no território paraguaio em fins de novembro, tendo atravessado o rio Paraná frente à cidade de Candelária.

Após enviar um emissário portando uma intimação para as autoridades em Assunção se renderem, Belgrano progrediu em solo paraguaio encontrando fracas resistências, até encontrar, em 15 de janeiro de 1811, uma formidável posição paraguaia em Paraguari, a 50 quilômetros de Assunção. Comandada pessoalmente por D. Velasco.

No confronto que se seguiu, Batalha de Paraguary para os portenhos e Cerro Porteño para os paraguaios, o exército de Belgrano foi fragorosamente derrotado, tendo de retirar-se, constantemente fustigado pelas volantes guaranis.

O desastre em que se transformara a expedição consumou-se definitivamente às margens do rio Tacuari, no dia 9 de março, quando os paraguaios envolveram a retaguarda dos retirantes e destroçaram por completo o que restava da capacidade operativa do exército portenho.

Pouco depois, na noite de 14 para 15 de maio de 1811, os paraguaios proclamaram a sua total independência política, a primeira da América do Sul e uma *Junta Superior Gubernativa* assumiu o governo, escorada nas armas do coronel Pedro Juan Caballero.

Consolidada a autoridade da Junta, um seu membro, José Gaspar Rodrigues de Francia y Velasco, um austero advogado diplomado pela Universidade de Córdoba, acabou por assumir todo o poder, de forma absoluta.

Francia, inicialmente eleito Consul do Paraguai, em 1816 foi nomeado "Supremo e Perpétuo Ditador do Paraguai", ou para o povo, simplesmente "El Supremo", e governou até sua morte em 1840.

Para salvar o Paraguai da anarquia que grassava nas províncias platinas, Francia implantou um férreo isolamento territorial. Foi construída uma compacta linha de guarnições fronteiriças, a emigração foi proibida, a população motivada a desconfiar dos estrangeiros, o exército em permanente prontidão, a ordem interna mantida a ferro e fogo.

Graças a Francia, o Paraguai conseguiu manter sua independência em face das tentativas portenhas para incorporá-lo.

BAEZ, Cecilio. Historia Colonial del Paraguay y Rio de la Plata. Asunción: Imprenta Zamphirópolos e Cia, 1926.
DARACT, Julio Cobos. Historia Argentina. Buenos Aires: Edicion Virtus.
MENDONÇA, Renato de. Fronteira em Marcha. Ed. BIBLIEX, V 221, 1956.
PEREIRA, Baptista, Dr. Civilização contra Barbarie. São Paulo, 1928.

O impasse em Buenos Aires

O esforço dos revolucionários de Buenos Aires para manter íntegro o território herdado do Vice-Reinado do Prata sofreu com os insucessos militares no Alto Peru e no Paraguai e, principalmente com as divergências políticas que começaram a surgir entre eles.

A primeira "Junta Gubernativa" já nascera contaminada por uma profunda discórdia ideológica. O coronel Cornélio Saavedra, seu presidente, de sólida formação militar, era

um fervoroso conservador e monarquista confesso, mas o secretário da junta, Dr. Mariano Moreno, era um incontrolável revolucionário radical.

Para complicar a situação, logo começaram a chegar a Buenos Aires os delegados das províncias do interior, convocados para participar do "Congresso General", que teimava em não se reunir.

Esses delegados, cansados de esperar, inquietos com as ideias incendiárias de Mariano Moreno e, muito preocupados em deixar bem claro que não reconheciam em Buenos Aires o direito de mandar nas demais províncias, exigiram a sua incorporação à Junta, para também participar do governo provisório do Prata.

No dia 14 de dezembro de 1810, os delegados provinciais foram incorporados à Junta, sob veemente protesto de Mariano Moreno, que à ela renunciou. Essa nova junta, que ficou conhecida como "*Junta Grande",* era composta por 22 membros e continuava presidida por Saavedra.

Para afastar Mariano Moreno, mas reconhecendo seu indiscutível mérito e valia no processo revolucionário em andamento, pois as revoluções não se fazem sem os radicais, mas não prosperam com eles, a solução foi mandá-lo para Londres, como representante oficial das "*Províncias del Rio de la Plata".*

Províncias do Rio da Prata, essa foi a denominação criada para a entidade política que sucedia o Vice-Reinado do Prata.

Mariano Moreno embarcou num navio inglês com destino à Inglaterra. Enjoando a bordo desde o primeiro dia, foi-lhe ministrado um medicamento contra enjôo, mas Moreno entrou em convulsão e acabou morrendo, no litoral de Santa Catarina, aos 31 anos de idade, com a suspeita de ter sido envenenado.

Para substituir Mariano Moreno como secretário da Junta foi escolhido o advogado e sacerdote Gregório Funes que, na intenção de "democratizar" a revolução, concebeu e implantou, por decreto, o direito de cada província eleger a sua própria Junta Governativa. A medida, bem-intencionada na teoria, revelou-se extremamente perniciosa na prática, ao aprofundar o fosso político e espiritual que separava as rudes províncias *arribeñas* da culta e rica Buenos Aires *porteña.*

Foram essas Juntas Provinciais a origem do bárbaro caudilhismo que infelicitou o panorama argentino até meados do século XIX.

O segundo semestre do ano de 1811 começou com notícias alarmantes: a reação realista na fronteira norte, com o general Goyeneche avançando sobre Tucuman, boatos de que uma poderosa esquadra espanhola já estaria no Atlântico rumo ao Prata e a pior de todas, confirmada, de que os portugueses haviam invadido a Banda Oriental.

A Junta, considerando que com 22 integrantes que defendiam interesses diversos, seria difícil tomar com a presteza necessária as medidas necessárias para enfrentar tão graves situações, concordou em deixar o governo aos cuidados de apenas três de seus membros.

Constituiu-se dessa forma um Triunvirato, uma espécie de poder executivo, ficando a Junta como uma espécie de Legislativo. Uma das primeiras providências do Triunvirato foi despachar um de seus membros. D. Manuel Sarratea, para a Banda Oriental, com ordens para negociar, com urgência e a qualquer preço, um armistício com o realista "Vice-Rei" Elio, sitiado pelos revolucionários comandados pelo coronel Rondeau, em Montevidéu.

Era necessário acabar com essa "guerrinha", por dois motivos: liberar a força do coronel Rondeau, que se fazia mais necessária em Tucuman, no esforço de deter a progressão do general Goyeneche e retirar dos portugueses a desculpa de que haviam invadido a Banda Oriental a pedido do sitiado coronel Elio, que defendia os interesses do rei Fernando VII, irmão de Carlota Joaquina, esposa do Príncipe Regente de Portugal.

A missão de Sarratea foi bem sucedida, pois em 20 de outubro foi assinado um armistício, em que se acordou o fim do sítio a Montevidéu, a manutenção da autoridade de Elio em toda a Banda Oriental e a retirada das forças portuguesas e de Buenos Aires que se encontravam na Banda Oriental.

Em Buenos Aires, os atritos entre o "executivo" representado pelo Triunvirato e o "legislativo" representado pela Junta, se agravou e o Triunvirato, em 7 de novembro de 1811, deu um golpe palaciano, dissolvendo a Junta.

O Triunvirato se autoproclamou *Gobierno Superior Provisional de las Províncias Unidas del Prata* e, a título de Constituição, redigiu e editou um "Estatuto Provisional", para regular suas relações com as províncias.

Os delegados provinciais tiveram que retornar para suas respectivas províncias, ressentidos e definitivamente rompidos com a nova ordem instalada em Buenos Aires. As províncias platinas se afastaram cada vez mais umas das outras, mas tinham um ponto em comum, uma profunda antipatia a Buenos Aires.

PIÑERO, Norberto. Escritos de Mariano Moreno. Citado por Cecilio Baez em Historia Colonial del Paraguay y Rio de la Plata.
PEREIRA, Baptista, Dr. Civilização contra Barbarie. São Paulo, 1928.
DARACT, Julio Cobos. Historia Argentina. Buenos Aires: Edicion Virtus.

A complexa questão da Banda Oriental

No contexto revolucionário platino, a Banda Oriental se constituía num desafio ao realismo político.

D. Francisco Javier de Elio, nomeado governador de Montevidéu por Liniers, após a expulsão dos ingleses do Prata em 1807 e, desde então, em franca rebeldia com Buenos Aires, por não aceitar ficar submetido à autoridade de um francês, aproveitou a convocação do "Cabildo Abierto", em 22 de maio de 1808, para colocar-se em posição de virtual autonomia em relação ao Vice-Reinado do Prata.

O tradicional antagonismo entre Montevidéu e Buenos Aires, até então cultural e comercial, se tornou também político-institucional. Dessa forma, os acontecimentos ocorridos em Buenos Aires a partir de 25 de maio de 1808, foram recebidos com suspeita pelos orientais.

Tal como no Paraguai, os emissários da Junta de Buenos Aires foram mal recebidos e, posteriormente, expulsos da Banda Oriental. Para complicar a situação, em busca da proteção de Elio, Montevidéu passou a ser um refúgio seguro para os "realistas" que, nas províncias, se sentiam ameaçados pelos "revolucionários".

A Junta de Buenos Aires, considerando que a Banda Oriental, além da afrontosa rebeldia, estava se constituindo em valhacouto de inimigos da revolução, planejou submetela, tão logo fossem solucionadas as mais preocupantes situações existentes no Alto Peru e no Paraguai.

Em outubro de 1810, desembarcou em Montevidéu o seu novo governador, o marechal Gaspar Vigodet, nomeado pelo Conselho de Regência espanhol, que havia substituído a dissolvida Junta de Sevilha, e o coronel Elio retornou imediatamente para a Europa.

O marechal Vigodet, ao tomar conhecimento dos acontecimentos que se desenrolavam do outro lado do rio, e sem ter recursos suficientes para enfrentar uma invasão que mais cedo ou mais tarde aconteceria, enviou um alarmante pedido de socorro ao único que poderia auxiliá-lo, o Príncipe Regente português, no Rio de Janeiro.

Na realidade, a vinda de Vigodet produziu um alívio na Junta de Buenos Aires, pois por pior que se mostrasse, pensavam os revolucionários, não poderia ser pior que o intratável Elio.

Durou pouco essa situação de conforto, uma vez que, em princípios de 1811, D. Francisco Javier de Elio retornou ao Prata, nomeado Vice-Rei pelo Conselho da Regência espanhol, em substituição a D. Baltazar Hidalgo de Cisneros, que havia sido deposto em maio de 1810.

Elio, monarquista convicto, não se atreveu a aportar em Buenos Aires. Desembarcou em Montevidéu e se apressou a expedir correspondência à Junta de Buenos Aires, exigindo que o governo lhe fosse entregue e tudo o mais simplesmente esquecido.

Os indignados revolucionários de Buenos Aires contestaram afirmando que o simples fato de Elio apresentar-se com o título de Vice-Rei já era uma ofensa à razão e ao bom senso. Só restava a opção pela força e, em 12 de fevereiro de 1811, Elio declara guerra à Junta Grande de Buenos Aires.

Como as ideias revolucionárias já haviam atravessado o Rio da Prata, fincando raízes entre a população que vivia no interior da Banda Oriental, grupos de revolucionários começaram a se organizar e não tardaram em entrar em choque com as tropas enviadas para reprimi-los. O combate decisivo entre os realistas de Montevidéu e os revolucionários deu-se na Batalha de Las Piedras, travada em 18 de maio de 1811, nas cercanias de Montevidéu, em que José Gervasio Artigas, no comando de uma pequena força recrutada em Buenos Aires, reforçada pelos insurgentes orientais, derrotou as forças regulares do "Vice-Rei" Elio.

Esta seria a única vitória de Artigas em sua saga para fazer da Banda Oriental uma nação independente. Após essa derrota, os realistas ficaram confinados em Montevidéu, que foi colocada sob sítio.

A situação na Banda Oriental encaminhou-se para um impasse. Nem os realistas tinham condições de romper o cerco, nem os revolucionários tinham força para assaltar a fortificada Montevidéu.

Os sitiantes montaram o seu quartel-general no Cerrito onde, em princípios de junho, o coronel José Rondeau, comandante de uma coluna enviada pela Junta de Buenos Aires, assumiu as funções de Comandante-Geral das Operações na Banda Oriental, passando Artigas a desempenhar as funções de subcomandante.

Esse impasse constituía-se num sério problema para a Junta de Buenos Aires, que se agravou com a não desejada, mas sempre temida, intervenção portuguesa. Em 17 de junho de 1811, organizada em três colunas, uma poderosa força portuguesa avançava em direção ao Rio da Prata.

ARRILI, Bernardo Gonzales. Historia de la Argentina. Buenos Aires: Editorial Nobis.

Os portugueses invadem a Banda Oriental

Os acontecimentos ocorridos no Prata estavam sendo acompanhados de perto pela coroa lusitana que, desde 1808, estava instalada no Rio de Janeiro. O Príncipe-Regente D. João e seus ministros não desviavam os olhos do que sucedia no derrocado Vice-Reinado do Prata.

O impasse surgido entre os realistas de Montevidéu e os revolucionários de Buenos Aires propiciava a oportunidade de levar o limite meridional do Brasil até as margens do Rio da Prata, concretizando o tão acalentado sonho português.

O governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, D. Diogo de Souza, em novembro de 1810, recebeu a ordem de organizar, e com urgência, um "Exército de

Observação". D. Diogo era experiente nas coisas da paz e da guerra e não teve dificuldade, em princípios de 1811, de dar por terminada a mobilização desse "Exército de Observação", que aguardava ordens concentrado em três núcleos operacionais.

O primeiro, às margens do rio Ibirapuitã, nas proximidades da atual cidade de Alegrete; outro, perto da atual cidade de Bagé; um terceiro nas Missões.

Com o impasse surgido na Banda Oriental decorrente da Batalha de Las Piedras, D. João percebeu que havia chegado a hora de agir. Ao amanhecer do dia 17 de junho de 1811, a tropa de D. Diogo de Souza, cujo grosso havia sido concentrado na região de Bagé e com a denominação conveniente e assustadoramente mudada para "Exército Pacificador da Banda Oriental", deu início à invasão da Banda Oriental.

A vila de Melo foi ocupada em 23 de julho e a 2 de setembro a Fortaleza de Santa Tereza foi ocupada sem luta, abrindo o caminho do litoral em direção a Montevidéu.

No dia 14 de outubro o "Exército de Pacificação" acampou em Maldonado, para tomar um fôlego antes da arremetida final sobre Montevidéu.

D. Manuel Sarratea, enviado pela Junta de Buenos Aires para encontrar uma saída negociada para o impasse da Banda Oriental, se encontrava em Montevidéu desde setembro, e com a investida portuguesa, não encontrou maiores dificuldades em conseguir um armistício entre realistas e revolucionários, que acima de suas divergências, eram inimigos históricos dos lusitanos.

O armistício, assinado em 20 de outubro, estipulava o levantamento do sítio a Montevidéu, reconhecia a autoridade do governador Elio sobre a Banda Oriental e determinava a retirada das tropas portuguesas e de Buenos Aires.

Artigas não concordou com os termos do armistício e pressionado pela Junta de Buenos Aires, se retirou para a província de Entre Rios, na margem direita do rio Uruguai, acompanhado por uma impressionante massa de retirantes, estimada em 15.000 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, no que passou à história como o "Êxodo Uruguaio".

Firmado o armistício, Elio se apressou a informar a D. Diogo de Souza de que, como o sítio de Montevidéu havia sido levantado, não se fazia mais necessária a intervenção lusa e terminava solicitando que as forças portuguesas se retirassem da Banda Oriental.

Educado, D. Diogo de Souza respondeu que suspendia o avanço sobre Montevidéu, mas que não se retiraria sem ordens expressas do Rio de Janeiro e passou a monitorar as tropelias que piquetes artiguistas promoviam na margem esquerda do rio Uruguai.

Em março de 1812, o "Exército Pacificador" iniciou seu deslocamento para Paysandu, na margem esquerda do rio Uruguai, que foi ocupada em 2 de maio, após breve escaramurça com forças artiguistas.

O quartel-general de D. Diogo de Sousa foi montado em Paysandu e começaram de imediato as operações de limpeza nas duas margens do rio Uruguai. Após atacar e destruir Japeju, San Tomé e Laureles, D. Diogo se preparava para atacar Artigas em seu reduto de Ayuí, quando D. Miguel de Sarratea se apresentou no acampamento português trazendo uma cópia de um armistício assinado em Buenos Aires em 27 de maio de 1812, entre o governo português e o governo platino, em que se fixavam as condições para a imediata retirada do "Exército Pacificador" da Banda Oriental.

Nada mais restou ao disciplinado D. Diogo de Souza que cumprir as ordens para retornar ao Brasil e desmobilizar suas tropas.

Encerrou-se dessa forma a primeira intervenção portuguesa na Banda Oriental.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Historia Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 1970.

PRESAS, José. Memórias Secretas de Carlota Joaquina. Rio de Janeiro: Ed. Irmãos Pongetti e Zélio Valverde, 1940.

CÁCERES, Ramón de, Coronel. Reseña de la Revolución Oriental. Montevideo: Revista Historica, Publicación del Museo Histórico Nacional, Tomo 29, Ano 52, 1952.
DARACT, Julio Cobos. Historia Argentina. Buenos Aires: Edicion Virtus.
BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Cia Editora Nacional, 1935.

O fim da presença colonial espanhola no Prata

O ano de 1812 começara em Buenos Aires com o Triunvirato, que se autodenominara *Gobierno Superior Provisional de las Províncias Unidas,* submetido a preocupantes ameaças internas e externas.

Internamente era ameaçado pela permanente conspiração realista e, externamente pelas forças militares do general Goyeneche, que desciam do Alto Peru.

No segundo semestre a situação melhorou sensivelmente. Em julho o governo conseguiu sufocar um perigoso levante realista liderado por D. Martin de Álzaga, herói da resistência contra os ingleses, que foi sumariamente fuzilado, e em setembro o general Belgrano obteve uma retumbante vitória sobre a vanguarda de Goyeneche, na Batalha de Tucumán, que deteve definitivamente o perigo realista vindo do Alto Peru.

Buenos Aires pôde então se voltar para a Banda Oriental, onde o marechal Gaspar de Vigodet novamente havia substituído o governador D. Francico Elio, que se retirara voluntariamente para a Espanha, mas o pacífico Bernardino Rivadávia, *Secretário de Gobierno y Guerra* do Triunvirato relutava em tomar medidas militares mais enérgicas contra os realistas de Montevidéu.

Nesse clima, em outubro, eclodiu um vitorioso golpe de estado em Buenos Aires, chefiados pelos coronéis José de San Martin e Carlos Maria de Alvear, que alterou a composição do Triunvirato, afastando seus três integrantes e seu influente Secretário de Gobierno y Guerra, D. Bernardino Rivadávia.

O novo Triunvirato, para acalmar os *arribeños* convocou uma *Asamblea General Constituyente,* com a finalidade de discutir uma constituição para as *Províncias Unidas do Rio da Prata.*

O próximo passo foi exigir que Vigodet deixasse o governo. Como Vigodet não aceitou o ultimatum, deu-se por caduco o armistício de 1811 e foi ordenado o reinício das operações contra Montevidéu.

Em fins de 1812, um exército platino, comandado por D. Manuel Sarratea, tendo como vanguarda as forças do coronel José Rondeau, reimpôs sítio à praça de Montevidéu.

Como a luta era contra um inimigo comum, os espanhóis realistas, antipatias foram superadas e Artigas foi convidado a participar do cerco, convite aceito.

Artigas saiu do exílio em Ayuí e com suas tropas assumiu o cerco *a la izquierda de la línea al frente de Montevideo.*

As relações entre Artigas e Buenos Aires continuavam, entretanto, conflituosas. À medida que as tropas portuguesas iam se retirando dos territórios orientais, os artiguistas os iam ocupando e Sarratea se viu obrigado a reagir às impertinências de Artigas. Após alguns entreveros sem maiores consequências, Sarratea mudou de estratégia e passou a cooptar os tenentes de Artigas, oferecendo postos militares, condecorações e honrarias, sendo bem sucedido.

Decepcionado com as deserções, Artigas passou a prestigiar caudilhos sem qualquer cultura ou educação, o que revelou ser trágico no futuro.

Com os atritos se avolumando, o Triunvirato tomou duas providências enérgicas: chamar o diplomático Sarratea de volta, deixando o coronel José Rondeau no comando ge-

ral das tropas patriotas na Banda Oriental e intimar Artigas a enviar representantes à *Asamblea Constituyente* ou jurar-lhe fidelidade, mesmo sem ter nela representação.

Artigas então convocou um *Congreso* do povo oriental. Instalado em Canelones, o *Congreso* o elegeu *Gobernador* da Banda Oriental e escolheu cinco delegados para representá-lo na *Asamblea Constituyente.*

Em 13 de abril de 1813, Artigas redigiu o que pode ser considerado a certidão de nascimento do Uruguai. Nos vinte artigos desse documento, conhecido como *Instrucciones del Año XIII*, Artigas explicitou como seria o Estado que substituiria o Vice-Reinado do Prata, do qual a *Província Oriental*, autônoma, seria integrante.

De forma provocativa, determinava que a capital desse Estado fosse em qualquer lugar, menos em Buenos Aires...

A reação da *Asemblea* foi imediata, não aceitando os delegados artiguistas, levando Artigas a romper relações com Buenos Aires em julho de 1813.

Com o segundo semestre de 1813, chegaram a Buenos Aires notícias aterradoras relativas à campanha militar do Alto Peru. Confiante por haver barrado o avanço realista em Tucumán, Belgrano reiniciara a marcha para o norte e fora fragorosamente derrotado pelas forças do general Goyeneche nas batalhas de Vilcapuyo e Ayohuma.

A situação interna também preocupava, com as conspirações realistas, apoiadas por Montevidéu, se sucedendo e o acirramento da disputa entre *unitários e federalistas,* na *Asamblea.*

O Triunvirato lançou mão dos dois melhores oficiais militares disponíveis para enfrentar essas emergências.

San Martin foi designado para substituir Belgrano, no Exército do Norte, e Alvear, para assumir o comando geral das tropas estacionadas na Capital.

Na Banda Oriental, cumprindo ordens de Buenos Aires, o general Rondeau convocou um *Congreso General*, que escolheu cinco representantes orientais para participar da *Asamblea* e decidiu formar uma *Província Oriental*, ligada às *Províncias Unidas del Rio de la Plata*, cujo governo seria exercido por uma *Junta Governativa*, composta por três membros.

Artigas retaliou, retirando suas tropas do cerco de Montevidéu, que foram acompanhadas por um expressivo contigente de desertores das tropas do general Rondeau, que praticamente perderam a capacidade de combater.

Foi o rompimento definitivo entre artiguistas e buenairenses.

No dia 21 de Janeiro de 1814, a *Asamblea Constituyente* decidiu concentrar em uma só cabeça as decisões e responsabilidades do Poder Executivo, substituindo o Triunvirato por um *Directorio Supremo de las Províncias Unidas del Plata*, e empossou o primeiro *Director Supremo*, D. Gervásio Antônio de Posadas.

Posadas tratou de enfrentar o maior perigo que se apresentava no momento, a teimosa resistência realista em Montevidéu. Intuiu que, enquanto o porto dessa cidade estivesse liberado, não cessariam de chegar reforços e suprimentos para as tropas de Vigodet. Para bloquear o porto, a revolução platina precisava de uma esquadra.

Posadas contratou um experiente comandante de navios mercantes, que transportava mercadorias entre Buenos Aires e Montevidéu, o irlandês Willian Brown, para, com a patente de tenente coronel, organizar uma marinha de guerra.

Brown, que havia servido na marinha inglesa e lutado contra Napoleão, conseguiu comprar quatro barcos velhos, quase imprestáveis. Tripulou-os com estrangeiros, recrutados no cais de Buenos Aires e os artilhou de forma improvisada.

Com essa improvisada flotilha, Brown navegou para Montevidéu e, em 10 de março de 1814, após escaramuças com navios espanhóis que guardavam o porto, os afugentou e impôs um bloqueio naval à cidade.

A partir daí, sitiada por terra e por mar, a rendição de Montevidéu seria apenas questão de tempo. O coronel Alvear foi nomeado para o comando das forças sitiantes, em substituição ao coronel Rondeau e Vigodet negociou com ele os termos de uma rendição honrosa, consumada em 17 de maio de 1814.

Vigodet, no documento de rendição, explicitou a despedida do poder espanhol na área:

> *...Ya que los azares de la guerra me han obligado à capitulación y entregar el país a sus naturales, espero tener la satisfaccón de que ustedes se tratarán unos a otros como hermanos y de su emancipación de la madre pátria no los abismará em los sinsabores de la guerra civil...*

Acabou dessa forma melancólica a épica presença colonial espanhola no Rio da Prata, começada pelo infortunado Juan Diaz de Solis, em 1516.

DARACT, Julio Cobos. Historia Argentina. Buenos Aires: Edicion Virtus.
CÁCERES,Ramón de, Coronel. Reseña de la Revolución Oriental. Montevideo: Revista Historica, Publicación del Museo Histórico Nacional, Tomo 29, Ano 52, 1952.
ARRILI, Bernardo Gonzales. Historia de la Argentina. Buenos Aires: Editorial Nobis.
ACEVEDO, Eduardo. Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia, 3ª Ed., 1942.
Jornal "El Dia", Montevideo, Edição de 24/08/1975, P. 10.

Artigas se adona da Banda Oriental

Mal havia se acomodado no gabinete de governador de Montevidéu, Alvear passou a ser hostilizado pelos caudilhos artiguistas e, no dia 24 de junho de 1814, recebeu um comunicado do coronel Francisco Otorgués solicitando que a cidade lhe fosse entregue.

A resposta de Alvear foi atacar as tropas de Ortogués que estavam acampadas em Las Piedras, cerca de 20 km de Montevidéu. Surpreendida, a força artiguista sofreu acachapante derrota e os remanescentes foram acolhidos por outro caudilho artiguista, D. Fructuoso Rivera.

Essa vitória afastou a ameaça artiguista sobre Montevidéu, mas no interior continuaram as escaramuças entre artiguistas e portenhos.

No Alto Peru, San Martin tinha conseguido reorganizar o Exército do Norte e estabilizar a situação. Nem os platinos podiam retomar a marcha para o norte, nem os realistas tinham como recomeçar uma ofensiva para o sul. Um impasse total.

Da Europa, entretanto, chegaram as piores notícias. O rei D. Fernando VII fora libertado por Napoleão e, em março de 1814, reassentara-se no trono espanhol. Tão logo sentou no trono, aboliu a Constituição Liberal que a Junta de Sevilha havia editado em 18 de março de 1812 e o regime da Espanha voltou ao velho absolutismo.

Com os boatos de que a coroa espanhola estava aprestando uma expedição para "punir" os revolucionários do Prata, as tropas de Alvear foram trazidas para Buenos Aires, e apenas as praças de Montevidéu e Canelones ficaram guarnecidas.

A gravidade da situação levou o Director Supremo a renunciar em 9 de janeiro de 1815, sendo substituído, no mesmo dia, pelo recém promovido brigadier-general Carlos Maria de Alvear.

O coronel Manuel Dorrego, que comandava a praça de Canelones, decidiu atacar uma coluna artiguista que se aproximava de suas posições. O comandante artiguista, Fructuoso Rivera, evitou o combate e retraiu na direção de Paysandu, onde travou-se a Batalha de Guayabos, em que os platinos foram completamente derrotados.

Sitiado na capital, ao restante do exército platino que ocupava a Banda Oriental, só restou acertar com Artigas a evacuação da cidade e, no dia 27 de fevereiro de 1815, a cavalaria oriental entrou em Montevidéu.

Artigas, surpreendentemente, continuou em seu acampamento em Hervidero, em frente a Ayuí, talvez pensando em estender sua influência às províncias platinas de Entre Rios, Corrientes e Misiones, que considerava como um prolongamento da Banda Oriental, nomeando comandante da praça de Montevidéu o seu amigo e fiel seguidor D. Fernando Otorgués.

A administração de Otorgués em Montevidéu foi caótica, devido aos desmandos perpetrados por sua soldadesca contra os indefesos civis. A tal ponto chegaram as arbitrariedades cometidas, com ou sem seu consentimento, que Artigas decidiu nomear Rivera para substituir Otorgués. Rivera, então com apenas 24 anos, impôs-se como comandante militar, restaurando a disciplina da tropa e reconquistando a simpatia da população civil para a causa artiguista. Mas o estrago estava feito, pois entre a parte mais culta da população, começou a vicejar forte desconfiança sobre que tipo de governo Artigas propunha para a Banda Oriental.

E Artigas tornou esse sentimento adverso ainda pior, ao criar nas costas do rio Uruguai, ao norte de Paisandu, uma espécie de "campo de concentração", onde foram comfinados cerca de 3.000 pessoas - espanhóis, platinos, orientais dissidentes - para serem "purificados". Esse "campo de concentração" passou à história com o nome de Purificación.

A inconteste autoridade de Artigas sobre a Banda Oriental, baseava-se mais nas milícias que lhe devotavam cega obediência do que nos seus dotes de administrador, tão necessários à construção de uma nova nação.

ATLAS HISTORICO MILITAR ARGENTINO, Cel. Martin Suarez. Expedicíon a la Banda Oriental.

HERRERA, Luiz Alberto de. La Misón Ponsomby. 1930.

BARROSO, Gustavo. O Brasil em face ao Prata. Ed. Imprensa Nacional, 1930.

CONI, Emilio Angel. El gaúcho: Argentina, Brasil, Uruguay. Buenos Aires: Editorial Sudamericana,1945.

ACEVEDO, Eduardo. Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia, 3ª Ed., 1942.

A segunda intervenção portuguesa na Banda Oriental

A conturbada situação vivida pela região platina e, em particular pela Banda Oriental, não era desconhecida na corte do Rio de Janeiro, que estava, justificadamente, alarmada.

Era do conhecimento geral que Artigas considerava como seus inimigos, pela ordem, os espanhóis, os buenairenses e os portugueses do Brasil. E que pretendia reaver os Sete Povos das Missões na primeira oportunidade que surgisse.

Para substituir D. Diogo de Souza foi nomeado D. Luis Teles da Silva Caminha e Menezes, Marques de Alegrete, que tomou posse em 13 de novembro de 1814.

Por essa época, Artigas havia encarregado seu capitão Andrés Artigas, conhecido como Andresito, de reunir tropas nas costas do rio Uruguai e preparar a retomada das Missões portuguesas. Andresito era um índio nascido em São Borja e que fora adotado por Artigas ainda criança.

Alertado, o Marques de Alegrete mobilizou as tropas disponíveis e as concentrou nos três pontos chave, Missões, Rio Pardo e na Vila do Rio Grande e enviou relatórios para o Rio de Janeiro relatando o agravamento da situação.

O Ministro da Guerra, D. Fernando José Portugal de Castro colocou o Príncipe Regente a par da situação e aconselhou-o a autorizar uma nova intervenção militar na Banda Oriental, para acabar de vez com Artigas e restaurar a boa ordem nas fronteiras meridionais do Brasil.

Mais ainda, para uma empreitada dessa envergadura, a seu critério, tinham que vir tropas experimentadas de Portugal.

Com o consentimento do Príncipe Regente, D. Fernando tratou de consultar Lisboa sobre a possibilidade de organizar um corpo expedicionário e enviá-lo ao Brasil.

O inglês marechal-de-campo Willian Carr Beresford, que havia participado da primeira invasão inglesa no Rio da Prata, e que fugira para Londres, após comandar um destacamento inglês em apoio ao exército português que acabou por expulsar os franceses de Portugal, era o comandante do exército luso na Europa e membro do Conselho de Regência, em Lisboa.

Beresford respondeu que sim, poderia formar com facilidade uma divisão de voluntários, pois veteranos das campanhas napoleônicas, agora desempregados, era o que não faltava em Portugal.

Mobilizada, a tropa recebeu o nome de Divisão de Voluntários Reais do Príncipe, sob o comando do marechal-de-campo Carlos Frederico de Lecor, futuro Visconde de Laguna, veterano das campanhas contra os franceses e indicado por Beresford. A Divisão, tão logo foi constituída, embarcou em dois escalões para o Rio de Janeiro.

No dia 13 de maio de 1816, aniversário do agora rei D. João VI, pois sua mãe D. Maria I falecera no dia 20 de março, a Divisão desfilou em continência ao soberano, em grande parada na Praia Grande, Niterói. Foi lido na ocasião o decreto que mudou a denominação da tropa para Divisão de Voluntários Reais d'El Rei.

Artigas, em julho de 1815, havia instalado, em Concepción del Uruguay, província de Entre-Rios, um *Congreso* de seus seguidores, em aberto desafio a Buenos Aires. Nesse congresso, cinco províncias - Oriental, Entre-Rios, Corrientes, Córdoba e Santa Fé - o reconheceram como *Jefe de los Orientales* y *Protector de los Pueblos Libres*. E formaram a chamada Liga Federal, sob sua liderança.

Para Artigas realizar o sonho de constituir uma grande nação soberana na área platina, só faltava retomar dos portugueses o território das Missões orientais e o distrito luso de Entre-Rios da Capitania de São Pedro (território situado entre os rios Quaraí e Ibicuí).

Partindo para a ação, Artigas constituiu quatro destacamentos e lhes atribuiu as seguintes missões:

- um destacamento chefiado por Andresito Artigas deveria atacar São Borja;
- um destacamento a seu comando transporia o rio Quaraí e conquistaria o Entre-Rios lusitano;
- um destacamento comandado por Otorgués defenderia a fronteira do rio Jaguarão; e
- um destacamento comandado por Rivera ficaria em observação entre Maldonado e o Chuí.

Em 16 de novembro de 1815, Artigas determinou o fechamento da fronteira com o Brasil, o que foi considerado como uma informal declaração de guerra, exatamente como os portugueses queriam.

No dia 12 de junho de 1816 Lecor, com o grosso de sua divisão, zarpou para Santa Catarina. A esquadra que levava a tropa enfrentou assustadores temporais. Seus navios se dispersaram e foram chegando aos poucos à ilha de Santa Catarina.

Mareado, Lecor tomou a decisão de prosseguir por terra para Porto Alegre, enquanto a esquadra seguiria para Maldonado. Essa decisão atrasou a progressão da tropa, que só chegaria a Montevidéu em 20 de janeiro de 1817.

Em sua passagem por Porto Alegre, Lecor acertou com o governador da Capitania as linhas gerais das operações militares que se seguiriam. Em suma, Lecor em atitude ofensiva para ocupar Montevidéu e o Marques de Alegrete em atitude defensiva, para manter a integridade territorial da Capitania.

A Divisão de Lecor avançaria em duas colunas, uma pelo litoral, comandada por ele próprio e iria direto a Montevidéu via Maldonado, e outra, comandada pelo brigadeiro Bernardo da Silveira Pinto, progrediria pela via Jaguarão-Cerro Largo-Minas, também com objetivo final em Montevidéu.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Bento Gonçalves e as guerras de Artigas. Ed. IEL, 1979.
DUARTE, Paulo de Queiroz. Lecor e a Cisplatina. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.
NOBRE, Fernando. As Fronteiras do Sul. São Paulo: Of. Gráficas Monteiro Lobato, 1922.

A proclamação da independência das Províncias Unidas do Prata

O governo do *Director Supremo* D. Carlos Maria de Alvear foi curto e tumultuado. Uma rebelião, a chamada Sublevação de Fontezuelas, o destituiu, em 15 de abril de 1815.

Além de derrubar o *Director Supremo*, essa sublevação também dissolveu a Assembleia Constituinte, que estava em recesso. Sem *Director* e sem *Asemblea* o Cabildo de Buenos Aires reassumiu o comando da instável revolução platina, que decidiu pela imediata convocação de um "Congreso Nacional". Para acalmar as desconfianças com Buenos Aires, foi escolhida a cidade de Tucuman para sediar esse "Congreso". Com mandato provisório, o general José Rondeau foi nomeado novo *Director.*

Como Rondeau estava ausente, no Alto Peru, onde foi derrotado na batalha de Sipe-Sipe, foi nomeado interinamente para a função de *Director* a D. Ignácio Alvares Thomas, que renunciou na primeira oportunidade. Nomeado para substituir D. Ignácio, o respeitado general D. Antonio Gonzales Balcarce assumiu em 17 de abril de 1816 e conseguiu, por fim, dar alguma estabilidade à direção política da revolução no Prata.

Foi com extrema dificuldade que o "Congreso Nacional", convocado por Buenos Aires, se reuniu em Tucuman, em face da desconfiança de algumas províncias. Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e a Província Oriental, além de não mandarem representantes, ainda instalaram um congresso próprio, em Paisandu.

O "Congreso Nacional" conseguiu superar, entre outros, os arraigados antagonismos existentes entre Buenos Aires e as Províncias. A aproximação entre os Unitários, partidários de um governo central forte e os Federalistas, que propugnavam por algum tipo de autonomia provincial, resultou, em 3 de maio de 1816, na eleição do coronel D. Juan Martin de Pueyrredón, representante da província de San Luiz, como Director del Estado.

Finalmente, no dia 9 de julho de 1816, foi apresentada aos congressistas a seguinte proposição:

"*Si querian que las Províncias de la Unión fuesen uma Nación libre e independiente de los reyes de España?*

Todos votaram *"sim"*!

Estava proclamada a independência política do antigo Vice-Reinado do Prata, agora *Províncias Unidas en Sud América*.

Proclamada a independência, surgiu a dúvida sobre a forma de governo seria adotada. Monarquia Absolutista, Monarquia Constitucional, República? Surpreendentemente, os congressistas se inclinaram pela Monarquia Constitucional.

O problema, praticamente insolúvel, passou a ser quem seria o monarca. Descartada a figura de um rei que viesse da Europa, até um rei descendente dos Incas foi considerado.

Mais importante que essas discussões bizantinas, era a constatação de que, ainda que a independência tivesse sido proclamada em Tucuman e ali estivesse funcionando o Congresso, o coração da revolução platina continuava a pulsar na culta, rica e poderosa Buenos Aires.

O Director Pueyrredón não vacilou e transferiu-se para a capital portenha. E assim surgiu um fato inusitado em termos de administração do novo Estado: o Poder Executivo estava em Buenos Aires e o Poder Legislativo em Tucuman.

No segundo semestre de 1816, o céu ficou cada vez mais escuro no horizonte das *Províncias Unidas en Sud América.* Um prenúncio de caos.

Externamente, a perspectiva de uma separação pacífica da Espanha não havia prosperado e o rei Fernando VII ameaçava punir severamente as colônias rebeldes.

Internamente, os portugueses se preparavam para invadir a Banda Oriental; Artigas, absoluto na Banda Oriental, expandia sua influência sobre as províncias vizinhas; Santa Fé se declarara independente, Córdoba estava imersa em conflitos locais; La Rioja e Santiago de Estero estavam sublevadas; o Paraguai, totalmente isolado e inexpugnável, o Alto Peru ocupado por tropas realistas que haviam avançado sobre Salta e Jujuy.

O Director Pueyrredón elegeu como prioridade maior de seu governo manter a unidade das *Províncias Unidas* e conseguiu, ainda que de maneira sangrenta, pacificar as províncias de Córdoba, Santiago del Estero e Santa Fé, enquanto tentava, infrutiferamente, estabelecer algum tipo de diálogo com Artigas.

As Províncias Unidas, que tentaram, sem êxito, obter algum tipo de apoio em Londres e Lisboa contra a provável tentativa de recolonização por parte da Espanha passaram a ver com simpatia uma intervenção lusitana na Banda Oriental, que diminuísse a influência de Artigas sobre as províncias de Entre Rios e Corrientes.

Em 25 de setembro de 1816, o Congresso decidiu também mudar-se para Buenos Aires, encerrando o sonho de afastar essa cidade da liderança das Províncias Unidas.

ARRILI, Bernardo Gonzales. Historia de la Argentina. Buenos Aires: Editorial Nobis.
DARACT, Julio Cobos. Historia Argentina. Buenos Aires: Edicion Virtus.
ACEVEDO, Eduardo. Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia, 3ª Ed., 1942.
IBARGUREN, Carlos. Juan Manuel de Rosas. Buenos Aires: Libreria La Facultad, 1933.
CASTELLANOS, Alfredo. La Cisplatina, la Independencia y la Republica caudillesca (1820-1838). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental,1977.

A guerra contra Artigas

A guerra começou para valer no segundo semestre de 1816. De Jaguarão, saiu uma força comandada pelo coronel Félix José de Matos que ocupou Cerro Largo em 13 de agosto de 1816.

No dia 24 de setembro, o major Manuel Marques de Souza, passando a fronteira no Chuí, ocupou a Fortaleza de Santa Tereza.

Nas Missões, Andresito cruzou o rio Uruguai e sitiou São Borja. Em socorro dessa praça, foi destacada uma coluna sob o comando do Tenente Coronel José de Abreu. Após desbaratar uma força artiguista que havia recém transposto o rio Uruguai no Passo do Yapeyú, proximidades da atual cidade de Itaqui, Abreu seguiu para o norte, sempre costeando o grande rio.

Em 3 de outubro, sem ser pressentido pelos "bombeadores" orientais, Abreu atacou as tropas que sitiavam São Borja, obtendo uma completa vitória, inviabilizando definitivamente o plano de Artigas de reconquistar as Missões Orientais.

O general Curado, acampado no rio Ibirapuitã-Chico, encarava duas fortes forças inimigas: ao sul, o próprio Artigas, na região de Santana e a oeste, o coronel Rafael Verdun, nas margens do rio Quaraí.

Contra Verdun, o general Curado enviou uma força comandada pelo brigadeiro João de Deus Menna Barreto, que derrotou os orientais no Combate do Ibirocai, em 19 de outubro de 1816.

Os caudilhos platinos Aguiar (Entre Rios), Aêdo (Corrientes) e Ramirez (Entre Rios), cada um com cerca de 400 combatentes pretendiam invadir o Rio Grande e juntar-se com Artigas, porém desistiram da empreitada ao saber do que acontecera em São Borja e no rio Ibirocai.

Restava, pois, somente Artigas, ainda com cerca de 2.000 combatentes na região de Santana.

Para enfrentá-lo, o general Curado transferiu seu acampamento para o rio Ibirapuitã, bem mais próximo do inimigo. Após algumas escaramuças entre as respectivas vanguardas, em 27 de outubro de 1816, travou-se o Combate do Carumbé, em que Artigas foi fragorosamente derrotado, tendo se refugiado nas matas do rio Arapeí.

No acampamento do Ibirapuitã, o general Curado gastou o mês de novembro dando um descanso às suas tropas e reajustando os seus dispositivos, valendo-se de suprimentos e reforços enviados pelo Marquês de Alegrete.

Mas Artigas também aproveitou essa trégua para se rearticular, nas margens do rio Arapeí.

O capitão-general do Rio Grande, o Marquês de Alegrete, decidindo que era hora de intervir pessoalmente na guerra, deslocou-se para o acampamento do general Curado e, no dia 15 de dezembro de 1816, assumiu o comando geral das operações.

Decidido a acabar com Artigas de uma vez por todas, o Marquês de Alegrete atravessou o rio Quaraí e, após enviar uma coluna comandada pelo coronel José de Abreu para atacar com sucesso o acampamento de Artigas no rio Arapeí, esperou o grosso do exército oriental instalado em posição defensiva apoiada no arroio Catalão.

No dia 4 de janeiro de 1817, o coronel Latorre, à frente de um contingente de 3.000 combatentes, atacou a posição lusa. Após seis horas de violento combate, os orientais bateram em retirada, em completa desordem, na direção do rio Uruguai, perseguidos de perto pelos portugueses.

Esses dois combates, Arapeí e Catalão, representaram um duro golpe no poder militar de Artigas, que deixou de constituir-se em ameaça à Capitania de São Pedro. Satisfeito, o Marquês de Alegrete devolveu o comando das operações ao general Curado e retornou a Porto Alegre.

A seguir, o general Curado repassou o rio Quaraí e acampou às suas margens, durante um ano.

Afastado o perigo artiguista ao sul da Capitania, o Marquês de Alegrete voltou sua atenção para a ameaça representada por Andresito Artigas que, na margem direita do rio Uruguai, constituía-se em permanente ameaça às Missões Orientais.

Alegrete não queria nem podia arriscar e mandou ordens ao brigadeiro Chagas Santos, comandante das Missões, para que cruzasse o rio Uruguai e privasse o inimigo de "todos os meios" que poderiam ser utilizados para tentar repetir uma invasão nas Missões portuguesas.

O brigadeiro Chagas Santos cumpriu sua missão ao pé da letra. Cruzando o rio Uruguai ao sul de São Borja, de 14 de janeiro a 13 de março de 1817, demoliu e saqueou as povoações de Japeju, La Cruz, São Tomé, Santa Maria, São Xavier, Mártires, Conceição, São José, Apóstolos e São Carlos.

As Missões Ocidentais deixavam de ser, e para sempre, uma ameaça à integridade territorial do Rio Grande do Sul.

Cumprida a missão, o brigadeiro Chagas Santos repassou o rio Uruguai, no dia 13 de março de 1817.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Bento Gonçalves e as guerras de Artigas. Ed. IEL, 1979.

ACEVEDO, Eduardo. Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia, 3ª Ed., 1942.

CIDADE, F. de Paula, General. Lutas ao sul do Brasil, com espanhóis e seus descendentes. Biblioteca Militar, V 159, 1927.

LORETO, Aliatar . Capítulos de História Militar do Brasil. Ed. Biblioteca Militar, 1946.

SILVA, Alfredo Pretextrato Maciel da. Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889 – Traços Biográficos. Ed. Biblioteca Militar, V 31-32.

TORRES HOMEM, J. S., Coronel. Annaes das Guerras com os Estados do Prata e Paraguay. Imprensa Nacional,1911.

LARA, Diogo Arouche de Moraes. Memórias da Campanha de 1816. Rio de Jaeiro: Revista do IHGB, Tomo 7, 1931.

O avanço do general Lecor pelo litoral e a ocupação de Montevidéu

A Divisão de Voluntários Reais, sob o comando do general Lecor, ao chegar à vila do Rio Grande, foi reforçada por uma tropa da cavalaria miliciana gaúcha, comandada pelo major Manoel Marques de Souza. O general Lecor, veterano das campanhas europeias, assim se referiu a essa tropa

> *...guerreiros amestrados na luta peculiar dos povos da Banda Oriental, que não soem combater com regras, disciplina e tática dos soldados europeus, mas praticar assaltos inopinados, cometer emboscadas ardilosas, empregar úteis estratagemas, servindo-se sobretudo de cavalos...*

A cavalaria gaúcha deu início à invasão da Banda Oriental por Jaguarão e, a 24 de setembro de 1816, conquistou a Fortaleza de Santa Tereza, onde ficou à espera do grosso da coluna que se deslocaria pelo litoral.

A vanguarda do grosso, comandada pelo general Sebastião Pinto, chegou a Santa Tereza em 27 de setembro e prosseguiu em direção ao sul. Em 19 de novembro foi atacada por uma coluna oriental comandada por Fructuoso Rivera, nos "Banhados de Índia Morta". A tropa oriental, mais numerosa, mas composta basicamente por cavalarianos sem formação militar, atacou com entusiasmo, mas após quatro horas de luta

contínua contra a veterana infantaria portuguesa e sofrer pesadas perdas, foi obrigada a se retirar em completa desordem.

Continuando seu avanço, Lecor, em 22 de novembro, fez junção com uma tropa de marinheiros e fuzileiros navais que havia desembarcado em Maldonado.

A coluna do general Bernardo da Silveira, que saiu da vila oriental de Cerro Largo, no dia 23 de novembro, avançou na direção de Montevidéu, encontrando apenas pequenas resistências por parte das forças do coronel Otorgués.

No dia 1 de dezembro, as tropas reunidas de Otorgués e Rivera, conseguiram deter a progressão do general Bernardo da Silveira no Combate de Caasupá. Um desentendimento entre Otorgués e Rivera, propiciou ao general Bernardo retomar a ofensiva, batendo-os por partes e no dia 4 de janeiro de 1817 entrou na vila oriental de Minas. Estava livre o caminho para Montevidéu.

No dia 13 de janeiro de 1817, o general Bernardo da Silveira ocupou Pan de Azucar, onde aguardou a chegada do general Lecor.

O general Lecor, a 14 de janeiro, saiu de Maldonado e deu início ao lanço final sobre Montevidéu, cujo porto já se encontrava bloqueado pela esquadra do Conde de Viana.

A junção das duas colunas se deu em Pan de Azucar no dia 15 de janeiro e a queda da capital oriental era apenas questão de tempo, pois o comandante militar de Montevidéu, D. Miguel Barreiro, no comando de 800 homens, abandonou a cidade em 18 de janeiro, indo ocupar uma posição defensiva no rio Santa Lúcia, cerca de 50 km a oeste.

No dia 19 de janeiro, uma delegação do Cabildo de Montevidéu foi ao encontro do marechal Lecor e ofereceu-lhe as chaves da cidade. No dia seguinte Lecor entrou na cidade sob pálio, com direito a Te Deum e a sempre eficiente administração lusitana passou a governar a cidade.

A bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves estava tremulando na boca do Rio da Prata, içada que foi...*entre vivas, salvas e repiques de sinos*...

DUARTE, Paulo de Queiroz. Lecor e a Cisplatina. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.
CIDADE, F. de Paula, General. Lutas ao sul do Brasil, com espanhóis e seus descendentes. Biblioteca Militar, V 159, 1927.
CÁCERES, Ramón de, Coronel. Reseña de la Revolución Oriental. Montevideo: Revista Historica, Publicación del Museo Histórico Nacional, Tomo 29, Ano 52, 1952.

A inócua gritaria contra a invasão lusa na Banda Oriental

Em Buenos Aires, apesar de todas as evidências em contrário, os platinos custaram a acreditar que as tropas de Lecor, vindas da Europa, destinavam-se a ocupar a Banda Oriental. Inicialmente, pensavam que elas fossem apenas reforçar as fronteiras do Rio Grande e, talvez, dar uma merecida lição em Artigas.

Mas quando a Divisão de Voluntários Reais ultrapassou os limites da Banda Oriental, em formação de combate e com manifesto ânimo de prosseguir para Montevidéu, veio o susto.

O *Director* Puyerredón, enfrentando graves problemas internos e externos, ficou indignado com a ofensiva portuguesa e tentou intervir na questão. Em correspondência ao Cabildo de Montevidéu prometeu proteção, sem especificar de que tipo. Tentou ainda aliciar Artigas para a causa portenha, em face de um inimigo comum, sem êxito.

Concretamente, Puyerredón mandou um emissário com uma carta destinada ao marechal Lecor, em que, após os costumeiros rapapés diplomáticos, terminava por exigir o fim da ofensiva lusa e o retorno das tropas para o território rio-grandense.

O Cabildo de Montevidéu, após consultar Artigas, enviou dois emissários à Buenos Aires, em busca de definição sobre o apoio prometido para resistir à ofensiva lusa. Puyerredón prometeu auxiliar com tropas e armas, dentro de um convênio de “mútua aliança”.

Esse convênio estipulava

> *...que el território de la Banda Oriental del Rio de la Plata jurará obediência al soberano Congreso y al Supremo Director del Estado de la misma forma que las demás províncias...*

Artigas, obviamente, não aceitou esse convênio e determinou aos emissários orientais, que haviam negociado a “mútua aliança” que regressassem imediatamente a Montevidéu e repreendeu-os pela desastrada iniciativa. Claramente, Artigas optou por combater sozinho contra os invasores portugueses.

Após receber a carta de Puyerredón, Lecor, em ofício-resposta, também usou de diplomacia, mas deixou bem claro quais os objetivos da ofensiva portuguesa: acabar definitivamente com a anarquia artiguista, assegurar que a Banda Oriental não mais faria parte das Províncias Unidas do Rio da Prata e afastar qualquer tentativa de Buenos Aires interferir na questão oriental.

A resposta de Lecor colocou Puyerredón à frente de um dilema, o de declarar, ou não, guerra aos portugueses invasores da Banda Oriental. Na realidade não tinha como enfrentar os portugueses, pois os poucos meios de que dispunha estavam todos empregados nas campanhas militares contra as próprias províncias rebeladas e contra as forças realistas no Alto Peru e no Chile. Além disso tinha que administrar suas diferenças com Artigas, que não perdia oportunidade de hostilizar Buenos Aires.

Embora fosse chefe de um governo ainda não reconhecido pelas nações europeias, Puyerredón não hesitou em queixar-se da invasão portuguesa diretamente à Santa Aliança, um tratado político-religioso que surgiu após a queda de Napoleão e da celebração do Congresso de Viena (1814-1815) e que tinha sido assinado pelo czar russo Alexandre I, pelo rei da Prússia, Frederico Guilherme III, e pelo imperador da Áustria, Francisco I.

Internamente, Puyerredón acabou por constatar que não tinha apoio para abrir uma nova frente de combate, contra os portugueses, o que o levou a, honrosamente, abster-se de intervir na Banda Oriental.

Os orientais nunca perdoariam os platinos por essa omissão.

Puyerredón, numa última e dramática tentativa de não perder a Banda Oriental, expediu ordens para que o general San Martin, que combatia as tropas realistas no Chile, retornasse com seu exército e atacasse as tropas portuguesas de Lecor. San Martin respondeu que não faria isso, pois sua missão era combater e expulsar os realistas espanhóis que ameaçavam a independência das Províncias Unidas.

SILVA, J. M. Pereira da Silva. História da Fundação do Império Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. B. L. Garnier Editor, 1864.
SANTOS, Amilcar Salgado dos. Artigas. Revista Militar Brasileira, 1930-1931.
ACEVEDO, Eduardo. Manual de Historia Uruguaya. Montevideo: Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia, 3ª Ed. Montevide, 1942.
Comisión de Bernardino Rivadavia ante España y otras Potencias de la Europa.

A retumbante vitória diplomática de Portugal na Europa

D. João VI não informara oficialmente nenhum país sobre a sua intenção de invadir a Banda Oriental. Apenas, e somente à Inglaterra e à Espanha, limitara-se a avisar que reforçaria suas fronteiras no sul do Brasil com uma divisão trazida da Europa, a fim de precaver-se contra vizinhos revolucionários e baderneiros. Na prática, os principais países europeus sabiam o que estava para acontecer.

O embaixador inglês no Rio de Janeiro oficiou ao governo luso se declarando alarmado com os boatos de uma intervenção armada portuguesa na Banda Oriental e lembrou que a Grã-Bretanha era garante do armistício de 1812, que regulou a retirada das tropas de D. Diogo de Souza da região platina.

O embaixador espanhol no Rio de Janeiro, em nota oficial, perguntou ao governo luso se D. João VI havia recebido consentimento do rei D. Fernando VII para uma "suposta" invasão da Banda Oriental e considerando insatisfatória a resposta protocolar recebida, protestou formalmente, em 8 de novembro de 1816.

Os franceses acompanharam toda a movimentação diplomática com cautela, evitando imiscuir-se em assunto que não lhes dizia respeito diretamente.

O rei D. Fernando VII, impotente para responder em força à ousadia portuguesa no Rio da Prata, apresentou queixa formal ao Congresso de Viena.

Como as conquistas napoleônicas tinham modificado a divisão política de quase toda a Europa Ocidental e Central, quando se tornou iminente a derrota militar de Napoleão, os dirigentes dos principais países europeus - Rússia, Inglaterra, Áustria e Prússia - organizaram o Congresso de Viena (1814 - 1815), cujo objetivo básico era restabelecer a antiga divisão política do continente.

Após a derrota definitiva de Napoleão e seu confinamento na ilha de Santa Helena, a França passou a participar da cúpula dirigente do Congresso de Viena, que assim adquiriu maior representatividade.

Ante a queixa formal da Espanha, delegados da Rússia, Inglaterra, Áustria, Prússia e França enviaram uma nota aos governos português e espanhol em que alertavam para o perigo de uma guerra e pediam que Portugal explicasse a invasão da Banda Oriental.

Após assegurar-se do apoio de sua velha aliada, a Inglaterra, a diplomacia portuguesa conseguiu convencer as principais potências europeias que sua iniciativa no Prata fora eminentemente defensiva, face às tropelias cometidas pelos artiguistas contra o Rio Grande e que a independência das colônias espanholas na região do Prata era irreversível.

Estudadas e discutidas as posições portuguesas e espanholas, a Inglaterra apresentou um Projeto de Conciliação, que previa a evacuação portuguesa da região, em troca do compromisso espanhol de enviar uma expedição militar para restabelecer a ordem na Banda Oriental e a indenizar Portugal pelos prejuízos sofridos na fronteira do Rio Grande e as despesas com as operações desenvolvidas até então.

Os portugueses, sabendo que a Espanha não tinha condições de cumprir nenhuma das cláusulas que lhe diziam respeito, apressaram-se em aceitar o Projeto e assiná-lo de pronto. Como o representante espanhol recusou-se a assinar o Projeto, Portugal passou de "réu" a "vítima", conquistando o aberto apoio dos demais países "mediadores" à sua causa.

O retorno do rei Fernando VII ao trono espanhol, longe de unir e pacificar o país, contribuiu para agravar ainda mais a difícil situação em que a Espanha se encontrava.

O rei reassumiu o trono de uma nação empobrecida pela guerra, que havia danificado sua infraestrutura e desorganizado sua economia, um quadro agravado por não ser mais possível contar com os recursos oriundos das colônias americanas, que lutavam pela independência. Alheio a essa nova realidade, o rei, por decreto, tentou restaurar o antigo regime absolutista, que fora varrido pelas ideias libertárias despertadas pela Revolução

Francesa. O resultado foi o surgimento de uma onda opositora por parte de importantes segmentos liberais, que não admitiam perder os avanços democráticos obtidos durante a ausência do rei. O confronto entre absolutistas e liberais resultou em completa instabilidade institucional, tornando praticamente impossível levar avante qualquer negociação séria com Madri.

O Projeto de Conciliação foi então abandonado pelos “mediadores”, liberando Portugal para prosseguir na busca de seus objetivos na Banda Oriental.

SILVA, J. M. Pereira da Silva. História da Fundação do Império Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. B. L. Garnier Editor, 1864.

JANOTTI, Aldo. Uma questão mal posta: a teoria das Fronteiras Naturais como determinante da invasão do Uruguay por D. João VI. São Paulo: Revista da História, Ano26, V 52, Tomo I, 1975.

A consolidação do poder luso na Banda Oriental

Longe das intrincadas negociações diplomáticas que aconteciam na Europa, os generais Lecor e Curado tratavam de bem conduzir as suas respectivas responsabilidades na até então vitoriosa campanha contra Artigas e, subsidiariamente, de ocupação da Banda Oriental.

O primeiro, instalado na praça de Montevidéu, usando sempre que possível meios pacíficos para solucionar eventuais divergências com os orgulhosos orientais, mas não deixando de tomar medidas duras quando necessário, consolidava a ocupação da cidade. O segundo, acampado na fronteira do Rio Grande, acionava as armas e guerreiros que tinha a seu comando para coibir as ainda existentes “correrias” artiguistas.

Os artiguistas que tinham evacuado Montevidéu, para se radicarem na campanha oriental, com o tempo deixaram de ser “pequenos bandos” para se transformarem em ameaça não desprezível à autoridade portuguesa.

Guerrilhas lideradas pelos caudilhos Suárez, Otorgués, Lavalleja, Bauzá, Manuel Oribe, Ignácio Oribe e Zuñiga passaram a hostilizar as patrulhas portuguesas que saíam dos muros da cidade em busca de gado e outros gêneros alimentícios.

Quando a situação do abastecimento à cidade se agravou, Lecor optou por atacar os acampamentos artiguistas, enviando poderosas expedições que aumentaram o perímetro de segurança em torno da capital.

Parcela significativa da população de Montevidéu, tão logo sentou a poeira da ocupação lusitana, começou a pensar no futuro. Não queriam a volta de Artigas com seu atrabiliário caudilho Otorgués; não queriam nada com os platinos e muito menos com a Espanha. Mas não queriam ser ocupados militarmente pelos portugueses.

Em março de 1817, o Cabildo de Montevidéu mandou uma delegação ao Rio de Janeiro levando uma proposta de incorporação da Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob a denominação de *Reyno Cysplatino*.

As condições em que se daria essa incorporação, entretanto, dariam ao *Reyno* praticamente o status de *reino independente,* o que obviamente não interessava a Portugal. A proposta foi rejeitada.

Em meados de 1817, as atividades bélicas lusitanas na Província Oriental foram freadas. Uma perigosa rebelião, liberal e republicana, havia eclodido em Pernambuco e obviamente, para lá foram dirigidas as atenções e prioridades da coroa portuguesa.

Artigas não soube se aproveitar da nova situação. Para dificultar o abastecimento de suprimentos alimentares a Montevidéu, deu ordens a seus caudilhos para arrasar os campos dos próprios orientais, causando revolta e consequente perda de simpatia pela

sua causa. Pior ainda, nomeou o famigerado Otorgués como comandante do "sítio" a Montevidéu, o que desagradou a alguns de seus principais caudilhos, Rufino Bauzá, os irmãos Oribe, Gabriel Velazco, V. Monjaime e Atanásio Lapide, que procuraram algum tipo de acordo com Lecor.

Lecor admitiu levá-los para Buenos Aires, em navio português, com a condição de que não pegariam em armas contra o exército lusitano pelo prazo de um ano. Os orientais insubordinados aceitaram e, em outubro de 1817, foram embarcados e conduzidos para Buenos Aires.

Otorgués, desmoralizado, recolheu-se em Mercedes, no interior de Corrientes. E o "cerco" a Montevidéu se afrouxou e logo desapareceu.

Andresito Artigas começou a recrutar gente e a reunir meios na povoação de Apóstoles, que havia sido poupada pelo brigadeiro Chagas Santos. Informado, o general Curado, responsável pelas fronteiras do Rio Grande, enviou novamente o brigadeiro Chagas Santos para terminar com a ameaça no seu nascedouro. Após atravessar o rio Uruguai, Chagas Santos atacou Apóstoles no dia 2 de julho, só que desta vez os índios estavam alertados e bem entrincheirados. O assalto fracassou e o brigadeiro teve que se retirar de volta para São Borja, sem ser perseguido.

Ao saber que D. José Antonio Berdun estava mobilizando gente nas proximidades de Belém, entre os rios Quaraí e Arapeí, o general Curado destacou o capitão Bento Manuel Ribeiro para atacá-lo. No dia 14 de setembro Bento Manuel atacou o acampamento oriental junto ao Arroio de Las Lenguas. Uma completa derrota para os Orientais. D. José Berdun e seu imediato, D. Pedro Mosquera, foram aprisionados e enviados para Porto Alegre.

DUARTE, Paulo de Queiroz. Lecor e a Cisplatina. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.
VICO, Cel. Horacio J. La Batalla de Sarandi. Montevideo: Publicaciones de la Comisión Nacional de Homenaje del Sesquicentenario de los Hechos Historicos de 1825, 1975.
CASTELLANOS, Alfredo. La Cisplatina, la Independencia y la Republica caudillesca (1820-1838). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental,1977.

Continua a Guerra de Artigas

Em fins de 1817, os boatos de que Fernando VII tinha organizado no porto de Cadiz uma expedição punitiva para recolonizar o Vice-Reinado do Prata, provocou um ambiente de pânico em Buenos Aires, levando o Diretório, com anuência do Congresso, a propor um novo tratado aos portugueses, expandindo o armistício de 1812.

As bases da proposta platina eram:
- a ocupação da Banda Oriental pelos lusos visava apenas a neutralizar Artigas;
- ao término da ocupação, a Banda Oriental ficaria autônoma;
- a Coroa portuguesa não se aliaria a inimigos das Províncias Unidas do Rio da Prata;
- em caso de guerra com a Espanha, Portugal seria aliado das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Diplomaticamente essas bases foram ratificadas pelo governo português, mas as instruções enviadas a Lecor, mandando-o impedir o desembarque de estrangeiros (ou seja, espanhóis) em Montevidéu ou Maldonado, foram complementadas por:

> *...se têm ordens de ir a Buenos Aires, que vão. Entretanto, S.M. neste caso é neutral, e não tomará partido por uns e por outros; pois não há de fazer guerra a Buenos Aires nem à Espanha.*

Assim, com a carta-branca dos platinos para liquidar Artigas e com o esmagamento da Revolução Pernambucana, que permitiu que as atenções da Corte do Rio de Janeiro retornassem à Província Oriental, os comandantes lusitanos no Prata ficaram à vontade para aplicar o respeitável poder militar que tinham às mãos contra os artiguistas.

Embora o exército português na Província Oriental fosse muito inferior, em efetivos, às tropas inimigas reais ou potenciais, era muito superior a todas elas em disciplina, armamento e eficiência operacional, que são os fatores que mais pesam em combate.

Artigas sobrevivera ao ano de 1817, mas com uma asa quebrada. As sucessivas derrotas frente aos portugueses e a perda de Montevidéu haviam abalado seu prestígio. Alguns de seus tenentes/capitães caudilhos ousaram contestar sua liderança. Alguns até desertaram. Estrategicamente estava cercado: por um lado, Paraguai e Buenos Aires lhe eram francamente hostis; pelo outro, "um cordão sanitário" constituído pelas tropas lusas do brigadeiro Chagas Santos nas Missões, do general Curado no Quaraí, do tenente-general Marques de Souza no Jaguarão e o general Lecor em Montevidéu e Maldonado, neutralizavam em definitivo quaisquer veleidades artiguistas de reconquistar a Banda Oriental ou invadir o Rio Grande.

Mas Artigas tinha seus trunfos. A indiada das Missões e os miseráveis da campanha oriental mantinham-lhe uma fidelidade que beirava o misticismo. Eram aproximadamente 12.000 combatentes à disposição de Artigas nessa época; um efetivo considerável para uma tropa irregular. Artigas não precisava pagar soldo às suas tropas e nem lhes faltariam mantimentos e cavalos, pois os butins às fazendas e vilas supriam essas necessidades logísticas que tiram o sono dos comandantes regulares. O relato do botânico francês Saint-Hilaire, que teve a oportunidade de observar cerca de 30 prisioneiros artiguistas empregados na construção de um fortim, em Torres, é contundente a esse respeito:

> *...Todos são índios, salvo apenas um. Entretanto, a maior parte mostra traços de sangue espanhol. Uns vieram das Missões, outros de Entre Rios e outros do Paraguay. Quero crer que se atiraram à luta visando somente a pilhagem...*

Quanto às armas e munições, os rios estavam livres, e as províncias de Entre Rios e Corrientes asseguravam um contínuo fluxo de suprimento desses ítens. Dois acontecimentos, em fins de 1817, iriam determinar o recrudescimento das operações na Banda Oriental.

O primeiro ocorreu em 3 de dezembro de 1817, quando o Congresso de Tucumán, antes de se transferir para Buenos Aires, aprovou um *Reglamento Provisório* para o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata. Tinha caráter acintosamente unitarista, pois entre disposições provocativas aos federalistas, concedia poderes ao *Director* Pueyrredón para nomear os governadores das províncias. É claro que os caudilhos provinciais, liderados por Artigas e sua "Liga Federal" não aceitaram, levando Pueyrredón a enviar tropas para dominá-los. As províncias chamadas litorâneas, por se localizarem às margens dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, destroçaram essas expedições. Artigas recuperou prestígio, fama e a irresponsável insolência frente aos portugueses.

O segundo decorreu da "janela de oportunidade" vislumbrada por comerciantes dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, dois países brancos e protestantes, em fazer algum dinheiro com a guerra intermitente que assolava a região platina, conduzida por mestiços católicos. No dia 8 de dezembro de 1817, o cônsul britânico em Buenos Aires chegou ao quartel-general de Artigas, em Purificación, e com ele celebrou um surrealista "Tratado de Amizade", regularizando relações comerciais entre a Inglaterra e o governo rebelde oriental. Em seguida, foi a vez do cônsul dos Estados Unidos visitar

oficialmente Purificación, tendo nesta ocasião Artigas enviado uma mensagem ao presidente James Monroe, qualificando-se como um chefe-de-estado amigo.

Os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra não respaldaram as iniciativas de seus respectivos cônsules, mas por muito pouco Artigas não foi reconhecido no plano político internacional como beligerante frente aos portugueses. Essas iniciativas, entretanto, deram a Artigas a oportunidade de vender "Cartas de Corso", que foram compradas por alguns armadores de Buenos Aires, Londres e Baltimore, facultando-lhes a liberdade para apresar navios mercantes portugueses em alto mar. Estima-se que Artigas tenha vendido 170 "Cartas de Corso" e vários navios mercantes portugueses foram apresados por corsários ingleses e americanos, até que a diplomacia lusitana conseguiu que os governos de Londres e Washington acabassem com essa verdadeira pirataria.

Insatisfeita com o rumo da guerra, o governo luso instou Lecor a agir mais energicamente, pois na visão de alguns de seu desafetos, vinha conduzindo a campanha de *...modo frouxo e vagaroso...*

A retomada da ofensiva pelos portugueses começou pelo desastre que foi a tentativa do general Sebastião Pinto de conquistar a província platina de Entre Rios. Comandando uma tropa insuficiente para atingir o objetivo a que se propunha, o general Sebastião Pinto iniciou sua marcha no início de 1818, mas ao acampar no Rincão do Pará, ainda em território oriental, foi atacado pelo capitão Julian Laguna e obrigado a pedir reforços a Montevidéu. Lecor enviou em seu socorro o general Bernardo da Silveira que, em 20 de março de 1818, realizou a junção com a coluna detida. Após o general Bernardo convencer o general Sebastião Pinto da impossibilidade de prosseguir para Entre Rios, iniciou-se uma penosa retirada que durou até meados de abril, quando a tropa portuguesa, exausta e faminta, foi acolhida pelas muralhas de Montevidéu.

A coroa portuguesa, ao tomar conhecimento do ocorrido, determinou que todas as operações militares, atuais ou futuras na Banda Oriental, ficariam sob o comando pessoal do general Lecor, reafirmando o princípio de guerra que preconiza a unidade de comando. Com essa medida, o general Curado que, em meados de fevereiro havia saído de Catalán com o objetivo de atacar Artigas em seu acampamento de Purificación, passou a ficar, oficialmente, sob as ordens do general Lecor.

Como havia a sempre latente ameaça representada por Andresito Artigas, novamente ativo na margem direita do rio Uruguai e que poderia atacar a retaguarda da progressão do general Curado pela margem esquerda do rio Uruguai, o brigadeiro Chagas Santos recebeu a missão de realizar uma operação de limpeza na margem direita do grande rio, atacando Andresito em sua base de São Carlos. Transpondo o rio Uruguai pelo passo de São Borja, Chagas Santos atacou e destruiu São Carlos, tendo Andresito escapado para Corrientes. Não satisfeito, Chagas Santos arrasou também Santos Reis, Vera Cruz, São Tomé, Apóstolos, São Francisco Xavier, Santa Maria Maior, Concepción. Santos Mártires, São José, Candelária, Corpus e Santo Inácio, que haviam sido abandonadas pelos índios, foram apenas saqueadas. Estava solucionada a questão da segurança da retaguarda do general Curado.

Integrante da vanguarda do general Curado, o brigadeiro Joaquim Álvares, que atuava junto à margem esquerda do rio Uruguai, aprisionou no dia 3 de abril de 1818 um dos mais próximos auxiliares da Artigas, o general D. Juan Antonio Lavalleja, que foi enviado para o Rio de Janeiro.

A vanguarda da coluna lusitana, comandada pelo brigadeiro João de Deus Menna Barreto, avançando rapidamente, atacou de surpresa um acampamento artiguista, formado por gente de Corrientes, conseguindo importante vitória, que passou à história como *Combate do Guabiju.* Após esse combate, em que foi destroçada a tropa de cobertura de Artigas, nada mais havia que impedisse o ataque português a Purificación. Ar-

tigas não hesitou em evacuar rapidamente seu QG, refugiando-se em território de Corrientes, ordenando aos habitantes da região que fizessem o mesmo. Como alguns moradores contestassem a ordem, volantes artiguistas passaram a agir com violência para assegurar o cumprimento das ordens do caudilho e o resultado foram casas incendiadas, plantações destruídas, gado roubado, homicídios gratuitos, ou seja, terra arrasada.

O general Lecor, em março de 1818, decidiu expandir a presença portuguesa nas margens do Prata, enviando uma expedição para reconquistar a histórica Colônia do Sacramento, que foi reocupada no dia 20 de maio e prosseguiu até Paysandu. Um entendimento entre Lecor e o Director Pueyrredón facilitou a entrada de uma flotilha lusitana encarregada de patrulhar o rio Uruguai e assim completar o isolamento de Artigas. Quando soube desse entendimento, Artigas sentiu-se traído e rompeu definitivamente com Buenos Aires.

A flotilha lusa, após estabelecer a ligação com a vanguarda do general Curado, comandada pelo capitão Bento Manuel Ribeiro, passou a ser hostilizada por peças de artilharia instaladas na margem direita do rio Uruguai, nas estratégicas localidades de Perucho Verna, Passo do Vera e Arroyo de la China. Acionado, o capitão Bento Manuel Ribeiro transpôs o rio a nado com sua tropa e arrasou com as baterias artiguistas, retornando com cerca de 400 prisioneiros, 2.000 cavalos e expressivo butim de armas e munições.

O restante do ano de 1818 foi consumido com entreveros de pequena monta que, se não ameaçavam a ocupação militar portuguesa, mantinha acesa a esperança artiguista de retomar a ofensiva e conseguir expulsar o invasor.

DUARTE, Paulo de Queiroz. Lecor e a Cisplatina. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1984.
NOBRE, Fernando. As Fronteiras do Sul. SP: Of. Gráficas Monteiro Lobato,1922.
SILVA, J. M. Pereira da Silva. História da Fundação do Império Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. B. L. Garnier Editor, 1864.
WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Bento Gonçalves e as guerras de Artigas. Ed. IEL, 1979.
CIDADE, F. de Paula, General. Lutas ao sul do Brasil, com espanhóis e seus descendentes. Biblioteca Militar, V 159, 1927.

O fim de Artigas na Banda Oriental

O fim de Artigas na Banda Oriental começou no dia 19 de outubro de 1818, data em que o Marquês de Alegrete passou as funções de governador e capitão-general da Capitania do Rio Grande de São Pedro para D. José de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Souza, Conde da Figueira.

O Conde da Figueira tinha apenas 30 anos de idade e assumiu o cargo com ordens expressas de acabar com a guerra na Banda Oriental, liquidando com Artigas. O novo governador começou enfrentando más notícias, pois em abril de 1819, Andresito Artigas invadiu as Missões Orientais mais uma vez!

Cumprindo ordens de Artigas, o índio André, à frente de 1.600 índios, havia cruzado o rio Uruguai, no dia 28 de abril de 1819, pelo Passo de Santo Izidro e não teve dificuldade em ocupar a vila de São Nicolau. O brigadeiro Chagas Santos, saiu de São Borja e atacou Andresito no dia 9 de maio, sendo repelido e obrigado a retornar para sua base, acampando em segurança no rio Icamaquã, de onde pediu reforços a José de Abreu e ao Conde da Figueira.

O Conde da Figueira resolveu assumir pessoalmente as operações e, após realizar junção com as tropas de José de Abreu em Alegrete, deslocou-se para as barrancas do

rio Uruguai, em busca de Andresito. Após ocupar São Luis, que fora abandonada pelos invasores, a vanguarda lusitana, comandada por José de Abreu, atacou Andresito, que estava acampado às margens do arroio Itacurubi. A vitória portuguesa foi total e Andresito, que conseguiu escapar, mesmo ferido, em direção ao rio Uruguai, acabou prisioneiro e enviado ao Rio de Janeiro. Acabava-se assim o *exército missioneiro guaranítico artiguenho.*

Após a vitória no arroio Itacurubi, os portugueses reocuparam São Nicolau e neutralizaram remanescentes das tropas de Andresito que vagueavam pelas Missões.

Assim, a região missioneira da margem esquerda do rio Uruguai estava novamente sob o absoluto controle português e o Conde da Figueira pôde então se voltar para a missão que o fizera vir ao Rio Grande, derrotar Artigas, definitivamente.

O arquivo de Andresito, apreendido no arroio Itacurubi, forneceu-lhe o plano de Artigas: juntar o máximo de forças na região de Santana e invadir o Rio Grande pelo divisor dos rios Santa Maria e Ibirapuitã. Um plano irrealista pois Artigas, que já combatia em duas frentes, contra Lecor em Montevidéu e contra Buenos Aires em Entre Rios e Corrientes, abriria uma terceira frente de luta. Prenúncio certo de derrota.

O Conde da Figueira concentrou suas forças em Santana e, para evitar alguma surpresa, guarneceu toda a fronteira do Rio Grande: Manuel Marques de Souza em Jaguarão, Félix José de Matos entre as nascentes do rio Jaguarão e a região de Santa Tecla, Bento Correia da Câmara em Santa Tecla e José de Abreu no rio Quaraí.

Com toda a segurança, o Conde da Figueira, começou a concentrar em Santana as tropas destinadas a buscar o confronto com o grosso das tropas artiguistas. Artigas, que estava em Corrientes, às voltas com a intrincada política platina, resolveu se antecipar à ofensiva lusa. Atravessou o rio Uruguai pouco acima de Paysandu e seguiu direto para o rio Tacuarembó, onde na região de Lunarejo se concentrava o grosso de suas tropas na Banda Oriental.

Artigas organizou sua força de 2.500 homens em três "divisões", ao comando, respectivamente, dos caudilhos D. Andrés Latorre, D. Pantaleón Sotelo e D. Manuel Cairé, este último um cacique missioneiro. A divisão de La Torre recebeu a missão de invadir o Rio Grande, atravessando o rio Quaraí.

José de Abreu, inferiorizado em meios, pressentiu a manobra artiguista e retraiu pressionado na direção do rio Santa Maria, sendo acolhido pelo brigadeiro Bento Correia da Câmara no rio Ibicuí da Armada.

No dia 10 de janeiro de 1820, o Conde da Figueira iniciou a campanha contra Artigas, na direção do acampamento de Tacuarembó, sendo retardado por partidas artiguistas, que foram sistematicamente batidas.

Numericamente, as forças de Artigas eram de assustar: cerca de 2.500 homens apoiados por quatro canhões. Contudo, nesse efetivo, só alguns poucos eram entrerrianos, orientais e correntinos. A absoluta maioria era formada por índios - charruas, minuanos, guaranis - armados de lança e acompanhados pelas famílias. Isto é, um aglomerado heterogêneo, carente de oficiais experientes, sem disciplina nem armamento adequado, motivados para a luta apenas pela promessa de saques.

Artigas piorou essa alarmante realidade, ao entregar o comando geral dessa tropa a D. Andrés Latorre. "*...D. Andrés Latorre, baliente sin duda, era el Jefe em quien tenia Artigas mayor confianza, y el que perdió más batallas, por su incapacidade sin limites...*

Sotelo e o índio Cayré foram mantidos como comandantes divisionários. E montado esse cenário de hecatombe anunciada, Artigas retirou-se para além rio Uruguai, para dirigir de perto a também preocupante guerra com Buenos Aires.

O Conde da Figueira, à frente de sua bem adestrada tropa, atacou a posição oriental na manhã do dia 22 de janeiro de 1820. A vitória portuguesa foi completa, nesse Combate do Rio Taquarembó que, historicamente, marca o fim do artiguismo na Banda Oriental.

Artigas nunca mais voltaria (vivo) para o seu torrão natal. Acampado na região de Abalos, em Corrientes, acolheu o derrotado Latorre com o que sobrara de seu exército, menos de 500 homens. Preocupado com o pequeno efetivo de que dispunha, determinou a Rivera que viesse se juntar a ele.

D. Fructuoso Rivera, ciente de que era o único líder com prestígio e força para manter acesa a chama do nacionalismo oriental, não atendeu ao chamado de Artigas. Mais ainda, tratou de negociar um acordo justo com os portugueses. Manteria o comando de suas tropas e receberia os galões de coronel do exército luso, condições aceitas por Lecor.

Com a integração de Rivera e seu regimento ao exército luso, encerrou-se momentaneamente a resistência militar dos orientais à ocupação lusitana da Banda Oriental.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul((1820-1821). Edição Comemorativa ao Centenário Farroupilha, Ariel Editora Ltda, 1935.
WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Bento Gonçalves e as guerras de Artigas. Ed. IEL, 1979.
CIDADE, F. de Paula, General. Lutas ao sul do Brasil, com espanhóis e seus descendentes. Biblioteca Militar, V 159, 1927.
CÁCERES, Ramón de, Coronel. Reseña de la Revolución Oriental. Montevideo: Revista Historica, Publicación del Museo Histórico Nacional, Tomo 29, Ano 52,1952.
BEVERINA, Juan, Coronel. La guerra contra el Imperio del Brasil. Buenos Aires: Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.
HOLANDA, Sérgio Buarque de . Historia Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 1970.

O destino de Artigas

A perda da Banda Oriental para os portugueses abalou profunda e irremediavelmente o prestígio de Artigas. E os caudilhos de Entre Rios e Corrientes, vitoriosos na luta contra Buenos Aires, não mais aceitaram a interferência de Artigas em seus feudos.

Artigas, não se considerando vencido, reforçado por um milhar de índios missioneiros, liderados pelo cacique Siti ("general" Siti), reorganizou suas forças e cedendo o comando operacional ao seu caudilho D. Gorgôni Aguiar, invadiu a província de Entre Rios, desafiando militarmente seu governador, D. Francisco Ramirez.

Inicialmente foi vitorioso, desbaratando no *Arroyo Grande* o destacamento entrerriano de D. Gervásio Correa. No dia 15 de junho de 1820, uma nova vitória, essa apertada, no *Arroyo de las Gauchas*. Mas no segundo semestre de 1820, com as tropas reforçadas por efetivos enviados por Buenos Aires, Ramirez aplicou sucessivas derrotas nos artiguistas em *Bajada Yuqueri, Sauce Luna, Esquina, Mocoretá* e, finalmente, no dia 24 de junho de 1820, em *Bajada del Paraná*, quando o exército invasor de Artigas...*fué completamente hecho em pedazos...*

Em seguida, uma completa derrota, complementar, em *Las Tunas*. E mais outra, essa definitiva mesmo, em *Cambay*.

Sob implacável perseguição de Ramirez, Artigas conseguiu chegar em Candelária, às margens do rio Paraná. Cruzando o rio em 23 de setembro, solicitou asilo ao Ditador paraguaio, D. José Gaspar Rodriguez de Francia.

Francia não queria envolver-se, direta ou indiretamente, com o que acontecia no turbulento cenário político platino e, na prática, decidiu “internar” Artigas.

Inicialmente Artigas ficou recluso na capital paraguaia, em uma cela do convento de La Merced, por seis meses; depois, insulado em um sítio em Curuguati, distante 240 quilômetros de Assunção, com uma pensão mensal de 32 pesos, equivalente ao soldo de um tenente do exército paraguaio.

Com a morte de Francia, que nunca o recebeu pessoalmente, Artigas foi encarcerado novamente por um mês. Depois, internado de novo. Finalmente, recebeu permissão para se estabelecer mais próximo de Assunção, em uma chácara suburbana, sob vigilância policial.

No ano de 1841, D. Fructuoso Rivera, seu antigo tenente, já presidente da República Oriental del Uruguay, convidou-o para retornar à pátria, mas Artigas não aceitou.

Artigas morreu em seu sítio em Ibiray, no dia 23 de setembro de 1850, aos 86 anos de idade, dos quais 30 passados no exílio paraguaio.

Em 1855, seus restos mortais foram transladados para Montevidéu. Atualmente, estão depositados em imponente mausoléu, no centro da Praça Independência, na capital uruguaia, sob a guarda de soldados do Regimento “Blandengues de Artigas”, unidade herdeira das tradições da tropa em que o caudilho começou sua vida militar como soldado, sob bandeira da Espanha.

BAEZ, Cecilio. Historia Colonial del Paraguay y Rio de la Plata. Asunción: Imprenta Zamphirópolos e Cia, 1926.

PASCUAL, A. D. de. Apuntes para la historia de la Republica Oriental del Uruguay. Paris: Ed. TH. Ducessois Editor, 1864.

CÁCERES, Ramón de, Coronel. Reseña de la Revolución Oriental. Montevideo: Revista Historica, Publicación del Museo Histórico Nacional, Tomo 29, Ano 52, 1952.

A anarquia geral nas Províncias Unidas do Rio da Prata

O ano de 1820 caracterizou-se pela instalação da anarquia geral nas Províncias Unidas do Rio da Prata. O processo revolucionário iniciado em Buenos Aires, em 1810 e oficializado em Tucuman, em 1816, desde seu início buscou atingir dois objetivos essenciais ao seu sucesso.

O primeiro, e fundamental, era a sobrevivência do processo face à inevitável reação da metrópole espanhola, que certamente não ficaria passiva frente à insubordinação de suas colônias. Por isso, a revolução platina teria que destruir, na mais ampla acepção do verbo, o ainda poderoso aparato político-militar espanhol existente nas terras sul-americanas, cuja sede estava no Peru. E, ao mesmo tempo, se manter em condições de repelir expedições punitivas, despachadas da Europa.

O segundo, do ponto de vista quase que exclusivo dos “portenhos”, era a conservação da unidade política e a integridade territorial do derrocado Vice-Reinado do Prata, naturalmente que sob a égide de Buenos Aires.

O primeiro objetivo foi, com muita luta, alcançado, mas o segundo, não.

Para atingir o primeiro objetivo, foi organizado e despachado para o Peru, um exército revolucionário, sob o comando do advogado Manuel Belgrano. O avanço platino, via Tucuman e Alto-Peru (atual Bolívia), foi relativamente fácil até atingir o lago Titicaca, onde foi detido pelo exército do general Goyeneche, que resolveu contra-atacar na direção de Tucuman, onde também foi detido. Estava criado o impasse ao norte.

No segundo semestre de 1817, uma nova investida espanhola chegou a conquistar Jujuy e Salta, mas foi contida e repelida pelas guerrilhas do caudilho Martin Guemes, governador de Salta, prolongando o impasse.

Coube ao general San Martin o mérito de encontrar uma solução para esse impasse. Como chegar ao Peru por terra, via Alto-Peru não se mostrava exequível; a solução era chegar por mar, via Chile, mesmo que isso implicasse em atravessar o formidável obstáculo representado pela cordilheira dos Andes.

San Martin, que era governador da província andina de Cuyo (atuais províncias de Mendoza, San Luis e San Juan), se ofereceu para realizar essa verdadeira façanha e o Congresso de Tucuman o nomeou "*Capitán General del Ejército de los Andes*". San Martin, com seu exército, atravessou os Andes, participou ativamente da independência do Chile e por mar alcançou Lima, onde proclamou, em 1821, a independência do Peru, resolvendo assim, a favor dos platinos, a ameaça espanhola em sua fronteira norte.

Enquanto San Martin se preparava, o Director Pueyrredón ofereceu um armistício aos espanhóis, que aceito em abril de 1819, congelou temporariamente a frente norte.

O segundo objetivo, evitar a desintegração territorial do extinto Vice-Reinado do Prata, se mostrou mais difícil e sangrento de ser conquistado. A histórica antipatia que as províncias interioranas devotavam a Buenos Aires, por vezes beirava o ódio, como Domingos Sarmiento imortalizou em sua obra Facundo, publicada em 1845:

> *...Ella sola, em la vasta extensión argentina, está em contacto com las naciones europeas, ella sola explota las ventajas del comercio extranjero, ella sola tiene poder y rentas. En vano le han pedido las províncias que les deje pasar um poco de civilización, de indústria y de población europea; una política estúpida y colonial se hizo sorda a estos clamores...*

O certo é que a revolução buenairense optou pela sujeição militar das sempre relutantes províncias, que resultou na perda do Paraguai, já no ano de 1811, na perda da Banda Oriental em 1815, e em fratricidas disputas, que só terminariam com a vitória de Buenos Aires na batalha de Pavón, travada 1861, contra uma coligação de províncias e que abriu caminho para a sonhada unidade argentina, que só se consolidou em 1868, data do fim da última revolta "montonera" contra o poder central.

Já no ano de 1817, o caudilho Francisco Ramirez, insuflado por Artigas e sua Liga Federal, sublevou a província de Entre Rios. Buenos Aires reagiu enviando sucessivas expedições para reprimir a revolta, mas Ramirez conseguiu derrotá-las e Entre Rios ficou praticamente autônoma.

O exemplo de Entre Rios foi seguido pelo caudilho Estanislau Lopes, governador de Santa Fé, igualmente estimulado por Artigas e sua Liga Federal. Novamente Buenos Aires tentou debelar a rebelião, mas derrotada militarmente em 1818, assistiu a Santa Fé, e sua aliada Corrientes, também se tornarem autônomas.

Igualmente autônomas se declararam as províncias de Salta, sob o caudilho Guemes, La Rioja, sob o caudilho Caparros e Santiago del Estero, sob o caudilho Ibarra.

Com a proclamação da *Constituición de las Províncias Unidas de Sudamérica pelo* Congresso de Tucuman em 1819, unitária, os caudilhos provinciais, federalistas por interesse e natureza, se colocaram em aberta rebelião contra Buenos Aires.

O Director Pueyredón, acuado, decidiu suspender a luta contra os realistas espanhóis, o que explica o armistício de 1819, e determinou que o Exército dos Andes (San Martin) e o do Norte (Belgrano) retornassem e atacassem as províncias rebeldes. SanMartin se recusou, justificando que sua missão era combater os espanhóis e Belgrano, que inicialmente obedeceu, acabou por retirar-se de cena, declarando-se doente, não sem antes lastimar-se:

> *...Todo es desolación y miséria; las casas, abandonadas; las famílias, fugitivas o arrastradas; los campos, desiertos de ganados; todo, enfim, invadido de hombres que se han destinado a una guerra de las más terribles que puedan presentar-se, pués para ellos todos son enemigos com tal que no sean de su partido...*

No dia 19 de junho de 1819, Pueyrredón, cansado, desiludido, desacreditado, renunciou, sendo substituído pelo general Rondeau, que pouco pôde fazer. O Exército do Norte, última tropa confiável, primeiro se sublevou, recusando-se a participar da guerra civil e em seguida dissolveu-se.

Em princípios de 1820, as províncias de Tucumán (sob o general Barnabé Aráoz) e de Córdoba (sob o general Bustos) se proclamaram independentes, sendo seguidas pela distante San Juan.

Mais que contra a ideologia unitarista do Constituição de 1819, o ódio merecido ou gratuito a Buenos Aires alastrou-se pelas províncias interiores. *Cada caudillo enarboló su bandera,* predominantemente de cor vermelha. Carlos Ibarguren relata:

> *...La montonera era uma bárbara caterva de milícias irregulares, compuesta de gauchos e índios que seguían fanáticos a sus caudilhos, empujados por su ódio tan delirante al gobierno de la capital y sus ejércitos regulares que sufocó hasta el noble entusiasmo de la independência...*

Com as forças de Buenos Aires varridas dos territórios de Entre Rios e Santa Fé, as tropas dos caudilhos Francisco Ramirez e Estanislau Lopez partiram para conquistar a capital. Rondeau juntou as tropas que pôde e partiu para o enfrentamento, sendo fragorosamente derrotado na batalha de Cepeda, ao sul da cidade de Rosário.

Com a derrota, Rondeau refugiou-se a bordo de um navio inglês e coube ao coronel Soler, comandante das últimas tropas a defender Buenos Aires, buscar uma trégua com os caudilhos vitoriosos. Assim, em 17 de fevereiro de 1820, celebrou-se, em Lujan, um armistício preliminar, com duras condições impostas por Lopez:

> *...Desaparezcan de entre nosotros el Congreso y Directorio de Buenos Aires...para que se elija um gobierno...que conduzca al bien de todos. De lo contrario la guerra continuará com más empeño...*

Como essas exigências extremas, fim do Diretório e dissolução do Congresso, foram aceitas sem resistência, desapareceu assim a autoridade nacional nas *Províncias Unidas de Sudamérica.*

Ao Cabildo de Buenos Aires só restou eleger D. Manuel Sarratea como governador da província, uma autoridade apenas local. Sarratea, "convertido" ao federalismo, firmou com Ramirez e Lopez o chamado Tratado de Pilar.

O Tratado de Pilar oficializou o fim do Diretório e a dissolução do Congresso, revogou a Constituição de 1819, reconheceu a autonomia das províncias platinas e vagamente, previu a convocação de uma nova assembleia nacional constituinte, com sede em Santa Fé.

O Tratado ainda admitiu que o Diretório havia cometido excessos e alinhavou a possibilidade de criar um tribunal para julgar, por alta traição, os mesmos personagens que, pouco antes haviam proclamado a independência da Espanha.

No dia 25 de fevereiro de 1820, o caudilho Francisco Ramirez entrou em Buenos Aires e sua escolta amarrou as rédeas dos cavalos na Pirâmide de Maio, no centro da Praça de Maio.

Ramirez, tendo acesso a documentos que relatavam negociações entre algumas cabeças pensantes da revolução platina, inclusive o grande Belgrano, com nobres europeus, visando encontrar um "príncipe' para ser coroado rei das Províncias Unidas do Rio da Prata, divulgou essa documentação, provocando tamanha indignação popular que essa iniciativa foi sepultada para sempre.

Com o caos instalado na outrora orgulhosa capital portenha, os governos se sucederam. O general Juan Ramón Balcarce, à frente de um movimento popular afastou Sarratea e assumiu o governo, por uma semana. Montoneras de Lopez e Ramirez afastaram Balcarce e repuseram Sarratea no poder. O general Alvear tentou um golpe, mas foi derrotado e expulso da cidade. Em maio, um movimento popular bem sucedido, tirou Sarratea do poder e colocou D. Ildefonso Ramos Mejia em seu lugar. Inconformado por não ter sido lembrado, o general Soler se autoproclamou governador e marchou sobre a capital.

Assustado, o civil D. Mejia renunciou, sendo substituído pelo general Martín Rodrigues, que também não foi reconhecido por Soler, que acabou por assumir o governo.

Sentindo-se forte, Soler decidiu enfrentar os caudilhos em Santa Fé, sendo fragorosamente derrotado por Estanislau Lopez na batalha de Cañada de La Cruz, e foi obrigado a renunciar.

O coronel D. Manuel Dorrego, recém chegado do exílio nos Estados Unidos, foi eleito novo governador. Após neutralizar uma nova tentativa de golpe de estado por parte de Alvear, Dorrego também decidiu enfrentar os caudilhos federalistas. Conseguiu uma vitória contra Lopez em Morón, mas foi derrotado em 2 de setembro de 1820 em Gamoral, na que foi considerada a mais sangrenta batalha da guerra civil platina.

Dorrego se sustentou até fins de 1820, quando foi substituído pelo general Martin Rodriguez, após os caudilhos federais, devidamente "indenizados" em dinheiro, armas e animais terem se retirado da cidade.

Para complicar ainda mais as coisas, começaram a eclodir conflitos entre as províncias. La Rioja se separou de Córdoba, Catamarca e Santiago del Estero se separaram de Tucumán. Tucumán e Salta entraram em conflito, bem como Entre Rios e Santa Fé.

Os índios bravios, que haviam sido empurrados para o sul de Buenos Aires, aproveitaram as confusões do momento e promoveram uma arrasadora investida de saques e incêndios, chegando a ameaçar a capital.

A instabilidade político-militar, que se abateu sobre as províncias platinas, explica porque os platinos nada podiam fazer, em 1820, para evitar a total tomada da Banda Oriental pelos portugueses.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo. Ed. W. M. Jackson Inc., Colección Panamericana, 1946.

AYARRAGARAY, Lucas. La Anarquia Argentina y el Caudilhismo. Buenos Aires: Ed. Felix Lajouane, 1904.

VICO, Horacio J., Coronel. – La Batalla de Sarandi. Montevideo: Publicaciones de la Comisión Nacional de Homenaje del Sesquicentenario de los Hechos Historicos de 1825, 1975.

DARACT, Julio Cobos. Historia Argentina. Buenos Aires: Edicion Virtus.

IBARGUREN, Carlos. Juan Manuel de Rosas. Buenos Aires: Libreria La Facultad, 1933.

ARRILI, Bernardo Gonzales. Historia de la Argentina. Buenos Aires: Editorial Nobis,

DUARTE, Paulo de Queiroz. Lecor e a Cisplatina. Rio de Janeiro: BIBLIEX,1984.

FRAGOSO, A. Tasso. A batalha do Passo do Rosário. Imprensa Militar, 1922.

VELHINHO, Moisés. O Rio Grande e o Prata. Contrastes. RS: Ed. SEC/IEL, 1962.

A Banda Oriental se torna província de Portugal

Com a derrota artiguista na Batalha de Tacuarembó, cessou toda a resistência armada à dominação portuguesa na Banda Oriental.

Longe dos atrapalhados caudilhos artiguistas e dos conflitos que ensanguentavam as demais províncias platinas, o comércio de Montevidéu floresceu e a cidade recuperou seu brilho.

Na estruturação de seu governo, Lecor colocou em postos-chave lideranças locais de confiança e, excepcionalmente, alguns portugueses. O Cabildo de Montevidéu foi mantido e prestigiado e o *Tribunal del Consulado* restabelecido, tal como era antes da intervenção de Buenos Aires. Foram criadas *Câmaras de Aplicaciones* e a *Junta Superior de Real Hacienda*. A partir de 1820, os cabildos do interior foram reestruturados e juízes territoriais empossados.

O Comando Geral da Campanha foi entregue a D. Fructuoso Rivera, subordinado ao exército português, mas totalmente composto por efetivos orientais.

O florescente comércio local, entretanto, logo percebeu que havia saído do monopólio comercial espanhol para cair no igualmente sufocante monopólio comercial luso, o que obviamente ficou atravessado na garganta dos sempre influentes homens de negócios orientais.

No interior, a situação econômica era ainda mais grave para os orientais, pois a riqueza rural dissipara-se com os nove anos de guerra (1811-1820) e a rapina portuguesa agravara esse quadro. Durante o conflito, o puro e simples roubo de gado, as *arreadas,* havia levado para o Rio Grande milhares de cabeças de gado.

...Nuestros campos estaban desolados: habían soportado primero una guerra devastadora, luego uma rapina sin limites...

Com a concessão de sesmarias na faixa norte da Banda Oriental a portugueses, essa região ficou economicamente vinculada ao Rio Grande e para regularizar essa situação, surgiu a ideia de anexá-la formalmente, fixando a sempre indefinida fronteira no rio Arapeí.

Nasceu assim o chamado *Tratado de La Farola*, um humilhante acordo imposto por Lecor aos orientais. Em troca de uma faixa de 100.000 quilômetros quadrados ao norte do rio Arapeí, que incluía os fortes de São Miguel e Santa Tereza, os portugueses construiriam um farol na ilha das Flores, na boca do rio da Prata, e perdoariam uma dívida que o Cabildo de Montevidéu havia contraído com o invasor luso.

O tratado foi assinado em 3 de novembro de 1819 por representantes lusos e orientais e a seguir ratificado pelo Conde da Figueira e pelo Cabildo de Montevidéu.

Como D. João VI não ratificou a ata que fixava a nova fronteira, o Tratado de La Farola morreu ao natural e passou à história oriental sob os termos de "disparatado", "nefando", "monstruoso".

O cenário político europeu, relativamente estável após a derrota de Napoleão e a intensa movimentação diplomática que resultaram no Congresso de Viena e na Santa Aliança, onde as potências vencedoras conciliaram suas posições, retomando o viés absolutista das cortes europeias, foi sacudido por ventos liberais, primeiro na Espanha (Revolta de Riego) e logo em seguida em Portugal (Revolução do Porto).

A chamada "Revolução do Porto", que eclodiu em Portugal em agosto de 1820, tinha ideário liberal e humanista. Com isso, a Banda Oriental transformou-se em um enorme problema para os portugueses pois, afinal, Portugal ali mantinha um poderoso exército de ocupação.

Em 1821, o governo revolucionário espanhol, que mantinha o rei Fernando VII virtualmente preso, pediu formalmente ao também revolucionário governo português, pois D. João VI se encontrava no Brasil, que desocupasse a Banda Oriental, mas não foi atendido.

A Revolução do Porto constituiu uma junta provisória para governar o Portugal continental e convocou as Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa para elaborar uma Constituição para Portugal. Enquanto a Carta estava sendo feita, entrou em vigor uma Constituição provisória, que seguia o modelo espanhol. A Junta exigiu o retorno da Corte que se encontrava no Brasil, visto como forma de "restaurar a dignidade metropolitana".

Sem alternativa, D. João VI retornou a Portugal, mas tentou deixar resolvida a questão oriental antes de seu retorno a Lisboa, expedindo instruções precisas ao general Lecor sobre como proceder, em nome de Portugal, na Banda Oriental:

> *...três são unicamente as hipóteses que são lícitas assentar sobre o futuro do país que hoje se acha ocupado pelas Armas Portuguesas. Porquanto, ou ele se une de uma vez cordial e francamente ao reino do Brasil; ou ele prefere incorporar-se a alguma de outras províncias vizinhas; ou enfim se constitui em estado independente...*

O general Lecor ficou estarrecido quando recebeu essas instruções, que contrariavam todas as instruções anteriores e punha por terra todo o esforço despendido com a invasão e conquista da Banda Oriental e decidiu pugnar por uma quarta alternativa, incorporar o território oriental a Portugal.

Passando à ação, Lecor deu ordens para que se convocasse um Congresso Geral Extraordinário, que decidiria qual seria o futuro da Banda Oriental. Dessa forma, no dia 18 de junho de 1821, reuniu-se o dito Congresso. Na abertura dos trabalhos foi lida uma mensagem do general Lecor, informando que o rei de Portugal, Brasil e Algarves solicitava a incorporação da Banda Oriental à Monarquia Portuguesa,*...como o único recurso que em meio a tão funestas circunstâncias, pode salvar o país dos males da guerra e dos horrores da anarquia...*

Se isso fosse feito pelo Congresso, o general Lecor estava autorizado a continuar com o seu exército mantendo a ordem interna e a segurança externa da Banda Oriental; caso contrário, isto é, se a decisão do Congresso fosse pela independência ou a incorporação a outro estado, o exército português evacuaria imediatamente o território oriental.

O Congresso não demorou em concluir que a Banda Oriental não tinha condições para se tornar um estado independente; que subordinar-se a Buenos Aires, nem pensar; anexar-se à província do Rio Grande seria suicídio político; que juntar-se às províncias de Entre Rios, Santa Fé ou Corrientes, um absurdo; que, a pior hipótese de todas, retornar à condição de colônia espanhola, seria um crime inexpiável.

Dessa forma, no dia 31 de julho de 1821 foi posta em votação e aprovada por aclamação, uma *Acta de Incorporación* da Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Essa *Acta de Incorporación* deixava bem claro em seu artigo *1º - "Este território debe considerar-se como um Estado diverso de los demás del Reino Unido, bajo el nombre de Cisplatino (alias) Oriental".*

Quatro dias depois, a *Acta de Incorporación* foi jurada pelo general Lecor e pelo *Congresso Cisplatino* e, nos meses de agosto e setembro desse mesmo ano de 1821, pelos Cabildos do interior.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Um soldado do Reino e do Império (Vida do Marechal Calado). Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, V 50,1952.

SANTOS, Amilcar Salgado dos. Pela glória de Artigas. Escolas Salesianas, 1934.
ARMITAGE, John. Historia do Brasil. Ed. Livraria Editora Zelio Valverde,1943.
CASTELLANOS, Alfredo. La Cisplatina, la Independencia y la Republica caudillesca (1820-1838). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.

A Banda Oriental se torna província do Império do Brasil

Os ventos liberais desencadeados pela Revolução do Porto não tardaram em atravessar o Atlântico e chegar ao Brasil, pelo Pará, onde no dia 1º de janeiro de 1821 o governador foi deposto. No dia 10 de fevereiro chegaram à Bahia, onde o governador também foi deposto, sendo substituído por D. Felisberto Caldeira Brandt Pontes de Oliveira e Horta, futuro Marquês de Barbacena, que aderiu ao movimento e foi aclamado presidente da Junta Provisória.

Os militares lusos em guarnição no Brasil aderiram em grande número à nova ordem política de Portugal. No dia 21 de fevereiro as notícias chegaram ao Rio de Janeiro e cinco dias depois estourou uma rebelião na cidade e graças ao príncipe D. Pedro, que enfrentou a situação de forma serena e conciliadora, a baderna não atingiu foros de tragédia. Sozinho, acalmou a tropa e o povo, controlando a situação, enquanto os cortesãos, inclusive seu pai, se refugiaram, amedrontados, no palácio real.

No dia 26 de abril, a guarnição de Porto Alegre amotinou-se, derrubando o governador e criando uma Junta Governativa, presidida pelo tenente-general Manuel Marques de Souza, que conseguiu manter os mais exaltados sob controle. Na Banda Oriental, esse vendaval revolucionário vindo da cidade do Porto chegou como mais um complicador na já complicada situação política da área.

Na madrugada de 20 de março de 1821, insubordinando-se, o coronel Antônio Claudino Pimentel, com a complacência do general D. Álvaro da Costa, que vinha mantendo sérios atritos com o general Lecor, liderou a Divisão de Voluntários Reais na ocupação da principal praça de Montevidéu e exigiu que Lecor jurasse a Constituição que ainda seria feita pelas cortes de Lisboa. Aproveitou também a oportunidade para exigir o pagamento dos soldos, atrasados em mais de um ano, e providências para o mais breve retorno para a Europa.

Experiente e tolerante, o velho general ordenou uma formatura geral em “Grande Parada”, quando então prestou o dito juramento. Porém, quando lhe foi exigida a criação de Juntas Governativas, para compartilhar o poder, se negou a tanto, contando com o apoio dos brigadeiros Manuel Jorge Rodrigues, comandante da Colônia do Sacramento e Manuel Marques de Souza, comandante da cavalaria rio-grandense aquartelada em Canelones, que também não admitiram dividir seu poder.

A situação política na Banda Oriental continuou basicamente a mesma, mas a unidade de propósitos da tropa de ocupação portuguesa na região estava cindida. A Revolução do Porto ferira a monarquia absolutista portuguesa de morte. No dia 2 de fevereiro de 1821, D. João VI jurou a primeira Constituição Portuguesa, que ele não sabia qual era, e o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve se tornou uma monarquia constitucional.

No dia 7 de março D. João VI anunciou que voltaria à Europa e firmou decreto nomeando D. Pedro como Príncipe-Regente do Brasil. Começava aí, para valer, o processo de independência do Brasil.

No dia 26 de abril de 1821, D. João VI, acompanhado da família real e de cortesãos, iniciou a viagem de volta a Portugal, levando na bagagem, além dos bens da coroa portuguesa, todos os recursos disponíveis em ouro e diamantes do tesouro nacional.

O conceito de liberalismo dos revolucionários constitucionalistas do Porto, traduzido nas ações das Cortes de Lisboa, era o europeu pós-napoleônico, ou seja, metrópole é

metrópole e colônia é colônia. Assim tratou de acabar com a concepção de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, ou seja, o Brasil, simplesmente, deveria voltar a ser colônia de Portugal, acelerando o processo que levaria à independência do Brasil.

Para começar, determinou o regresso de D. Pedro a Portugal, pois afinal, uma colônia não precisava de um Príncipe-Regente, bastava um governador ou coisa equivalente. Mas no dia 9 de janeiro de 1822, o jovem D. Pedro, anunciou sua decisão de ficar no Brasil, desobedecendo a autoridade das Cortes. O passo seguinte na direção da independência foi a exigência de um cumpra-se de D. Pedro para qualquer determinação portuguesa que chegasse ao Brasil. Com essa decisão, o Brasil, de fato, deixou de ser colônia de Portugal.

Após publicar um decreto que considerava inimigas as tropas portuguesas que eventualmente fossem enviadas ao Brasil e lançar um "Manifesto às Nações Amigas" informando por que o Brasil não mais aceitava imposições da metrópole, D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, oficializou a independência do Brasil. No dia 1º de dezembro de 1822, D. Pedro I foi sagrado Imperador do Brasil.

Com a anexação forçada pela *Acta de Incorporación*, a situação da Banda Oriental no contexto português ficou extremamente delicada, pois representava, na prática, um avanço de Portugal sobre uma colônia espanhola, desafiando abertamente o acertado no Congresso de Viena.

Ciente de que a posição de Portugal em relação à Banda Oriental era insustentável a longo prazo, D. João VI não só não ratificou a Acta mas começou a pensar num substituto para o general Lecor no comando das Armas e Administração Civil da Cisplatina. Entretanto a independência do Brasil paralisou qualquer iniciativa a esse respeito, pois D. Pedro I, quando ainda Príncipe-Regente, já havia manifestado interesse em manter a Banda Oriental incorporada ao Brasil.

A notícia de que o Brasil estava se tornando independente de Portugal repercutiu intensamente na Banda Oriental, sendo o rompimento da unidade militar das tropas luso-brasileiras que a ocupavam a primeira e mais importante repercussão.

A tropa regular portuguesa, sob o comando do general D. Álvaro da Costa de Souza Macedo, manteve-se fiel à metrópole. Já a tropa de origem brasileira, alinhou-se com o general Lecor, apoiando com entusiasmo a independência do Brasil. O povo oriental, atordoado, não sabia o que fazer.

Em uma derradeira tentativa de resolver o impasse por meios pacíficos, os comandantes portugueses convocaram um Conselho Militar, para que se manifestasse sobre o assunto. O resultado foi taxativo:

...Conquistada pelas armas portuguesas, não deve esta província destacar-se de Portugal para seguir a sorte do Brasil...

Em face desta manifestação, o general Lecor, reconhecendo que a Divisão de Voluntários Reais tinha o controle da situação em Montevidéu, abandonou a cidade, indo juntar-se ao brigadeiro Manuel Marques de Souza, em Canelones. Seguro com o apoio de Marques de Souza, Lecor partiu para uma ousada ofensiva, exigindo que os cabildos do interior e as milícias departamentais prestassem juramento de fidelidade a D. Pedro I.

Fundamental para o êxito dessa exigência foi a total adesão do "Regimento de Dragones de la Unión", comandado por D. Fructuoso Rivera. A importância desse alinhamento político de D. Fructuoso Rivera foi tamanha que a novel e agradecida Coroa brasileira concedeu-lhe o Hábito de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, no dia 23 de janeiro de 1823 e, quatro meses depois, o promoveu a brigadeiro do Exército Imperial Brasileiro.

A ofensiva de Lecor no interior deu resultado, com a adesão da maior parte dos cabildos interioranos, das milícias departamentais e, mais importante, das tropas lusas das

guarnições menores espalhadas pela Banda Oriental, ficando a autoridade do general Álvaro da Costa, comandante da Divisão de Voluntários Reais, reduzido à guarnição de Montevidéu, assistido pelo Conselho Militar e aguardando ordens de Lisboa.

A confusão decorrente do feroz antagonismo que se estabeleceu no seio das tropas de ocupação, encorajou o até então subjugado nacionalismo oriental a se manifestar, através da convocação de uma nova Assembleia, na prática um novo Cabildo, que se instalou no dia 31 de dezembro de 1822.

Essa Assembleia decidiu negar obediência ao general Lecor e pedir apoio a Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios para a causa da independência da Banda Oriental.

A instabilidade política que se abateu em 1820 sobre as províncias oriundas do Vice-Reinado do Prata, obviamente não poupou as províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios.

Em Buenos Aires, em 3 de abril de 1821, a Câmara de Representantes elegeu o general Martín Rodriguez como governador. Martín Rodriguez escolheu para auxiliá-lo a Manuel José Garcia como ministro da fazenda e a Bernardino Rivadavia como ministro de governo.

Martín Rodrigues, em represália a ataques dos índios a povoações localizadas ao sul de Buenos Aires, comandou três campanhas militares contra as principais tribos que habitavam o “deserto”, empurrando-as para o sul e incorporando vastas áreas à província de Buenos Aires.

Os ministros da fazenda e de governo implantaram uma série de reformas econômicas e políticas que recolocaram Buenos Aires no caminho do progresso e da prosperidade, que logo se refletiu em crescente poder político e militar, permitindo a retomada das negociações com as principais províncias interioranas.

O resultado desse diálogo foi o “Tratado del Quadrilátero”, firmado em 25 de janeiro de 1822, entre as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes. Esse tratado, como todos, proclamava a paz, a amizade, a união entre as províncias signatárias, reconhecendo-lhe, respectivamente, a liberdade, a independência, a representação política e os direitos políticos básicos.

O tratado previa uma aliança militar em caso de ameaças por parte de espanhóis, portugueses ou outro poder estrangeiro ao “território nacional”, lançando as bases para as quatro províncias travar uma guerra contra Portugal, cujo exército ocupava a Banda Oriental.

Foi nesse cenário que o pedido de socorro de Montevidéu chegou a Buenos Aires, Entre Rios, Corrientes e Santa Fé.

Buenos Aires prontamente recusou-se a ajudar, pois estava empenhada em sustentar a campanha militar de San Martin nos Andes e julgava arriscado envolver-se em nova e incerta aventura contra os portugueses, justo quando a situação interna e externa dava sinais de melhoria.

Entre Rios, recém saída de uma desastrosa guerra com Santa Fé e governada pelo coronel Lucio Norberto Mansilla, que tinha sólidos laços com Buenos Aires, acompanhou a negativa portenha.

Corrientes, que havia sido incorporada pelo caudilho Francisco Ramirez à República de Entre Rios, tendo recuperado sua autonomia em 1821, também não tinha interesse nem recursos para se envolver em uma guerra com os portugueses, uma vez que correria o risco de ser invadida, também acompanhou a posição de Buenos Aires.

O pedido de auxílio enviado a Santa Fé solicitava *...de sus hermanos los santafecinos su poder y auxílio para salvación de su tierra, que no pueden esperar de sus próprios esfuerzos...*foi muito bem recebido por seu governador, D. Estanislau Lopez, então no auge de seu prestígio.

Santa Fé tinha poder militar e promovia uma política imperialista na área, buscando hegemonia na mesopotâmia platina. Tinha, portanto, grande interesse em acabar com a presença lusa na Banda Oriental, que prejudicava a sua atividade econômica, dependente dos portos e contrabandos orientais. Decidido a intervir na Banda Oriental, Lopes pressionou Entre Rios a apoiá-lo, e Mansilla, sem muito entusiasmo, começou, em agosto de 1823, a concentrar algumas tropas nas margens do rio Uruguai.

O governo de Buenos Aires decidiu inviabilizar essa intervenção. Vislumbrando que a ação das tropas de Entre Rios e Santa Fé atrairia os portugueses para suas fronteiras, resolveu boicotar o empréstimo que representantes do Cabildo de Montevidéu negociavam com os comerciantes de Buenos Aires, para prover as tropas daquelas províncias, que começavam a se concentrar nas margens do rio Uruguai. Essa providência bastou para dispersar a tropa que apenas começava a se organizar.

No campo diplomático, Buenos Aires despachou um emissário que logrou convencer os demais integrantes do Tratado do Quadrilátero da inviabilidade, no momento, de uma guerra contra os portugueses.

Enquanto isso, as facções portuguesas na Banda Oriental e seus aliados locais, Rivera apoiando Lecor e os irmãos Oribe apoiando o general D. Álvaro da Costa, partiam para a luta armada, que terminou com a rendição honrosa de D. Álvaro e seu embarque para Portugal, acompanhado da pequena tropa que lhe era fiel. No dia 28 de fevereiro, com a bandeira verde-amarela do Império Brasileiro tremulando na foz do Rio da Prata, a última força militar europeia no sul da América embarcou de volta para a Europa.

O general Carlos Francisco Lecor entrou triunfalmente em Montevidéu, pela segunda vez, no dia 2 de março de 1824. No dia 9 de maio de 1824, o Cabildo de Montevidéu jurou fidelidade ao imperador D. Pedro I e obediência à Constituição Imperial por este outorgada:

> *...Juro por los Santos Evangelios obedecer y ser fiel à la Constituición política de la nación brasileña, à todas sus leyes y al emperador constitucional y defensor perpétuo del Brasil, Pedro I...*

A Província Cisplatina estava, oficialmente, integrada ao Império Brasileiro. Buenos Aires reagiu diplomaticamente, enviando, sem sucesso, um emissário ao Rio de Janeiro, em busca de uma saída pacífica dos luso-brasileiros da Província Cisplatina.

A Inglaterra, que possuía crescente influência em Buenos Aires, considerou intervir na questão, mas julgou conveniente consultar os Estados Unidos antes de qualquer decisão. O presidente dos Estados Unidos, James Monroe, não hesitou em responder à consulta inglesa, de como seria a reação americana a uma eventual atuação inglesa na América do Sul:

> *...É impossível que as potências aliadas* (ou seja, a Santa Aliança) *prolonguem seu sistema político a qualquer parte deles* (ou seja, as colônias americanas de Portugal e Espanha que começavam a se separar das metrópoles) *sem ameaçar nossa paz e felicidade...É, portanto, igualmente impossível que olhemos tal interferência, qualquer que ela seja, com indiferença...*

Era a Doutrina Monroe: *A América para os americanos.* No momento, a Província Cisplatina pertencia ao Império Brasileiro.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Um soldado do Reino e do Império (Vida do Marechal Calado). Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, V 50,1952.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Historia Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 1970.
CASTELLANOS, Alfredo. La Cisplatina, la Independencia y la Republica caudillesca (1820-1838). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.

O fim do poder colonial espanhol na América do Sul

O ano de 1810 marcou o início da sublevação sul-americana contra o poder colonial da Espanha. Sem qualquer prévia combinação, dois polos revolucionários passaram a dirigir a luta de libertação contra os realistas, um no Prata, outro na Venezuela.

A sede do poder colonial espanhol na América do Sul estava no Peru, ou seja, não haveria independência para as colônias espanholas nesse continente enquanto a coroa espanhola não fosse expulsa do Peru.

Para enfrentar os revolucionários, a Espanha enviou para os Andes os seus mais duros generais, pois não era suficiente ganhar as batalhas, mas deixar claro que quem ousasse enfrentar o poder real seria punido severa e exemplarmente.

E os patriotas americanos, que inicialmente tentaram manter a luta em termos civilizados, não tardaram em retaliar as atrocidades cometidas pelos realistas, numa versão "crioula" da Lei de Talião.

Nesse cenário extremo, dois comandantes revolucionários se destacaram, Simon Bolívar, ao norte, e José de San Martin, ao sul.

D. Simón José Antonio de la Santíssima Trinidad Bolívar y Palacios nasceu em Caracas, no dia 24 de julho de 1783. Sua família, de origem basca, integrava a aristocracia *criolla* venezuelana e seu pai, inclusive, tinha o título de marquês.

Órfão de pai aos três anos de idade e de mãe aos nove anos, foi mandado por seu tutor para Madri, com o objetivo de completar a educação iniciada em Caracas. Retornou à Venezuela com 19 anos, casou e enviuvou aos 21 anos.

Viúvo, retornou à Europa e iniciou uma série de viagens que o levariam a conhecer os principais países europeus, envolvidos pelo furacão desencadeado por Napoleão Bonaparte.

Após viajar pelos Estados Unidos, retornou à Venezuela em 1807, recolhendo-se a uma propriedade rural da família e se integrou ao incipiente movimento contra o domínio espanhol na América.

Em 19 de abril de 1810, inicia-se o movimento que levaria a independência à Venezuela, com a formação em Caracas de uma *Junta de Gobierno* que não reconhece a autoridade de D. José I, que Napoleão Bonaparte havia colocado no trono espanhol, enquanto mantinha o rei Fernando VII confinado em Bayonne.

Os combates entre realistas e revolucionários começaram efetivamente em 1811, pelas cidades do interior e, em 1813, Simón Bolívar ocupa Caracas e recebe o título *El Libertador.*

Vinda do Peru, no entanto, a reação espanhola foi avassaladora e Bolívar teve que fugir para a Jamaica, em 1815. Do nada, Bolívar formou um novo exército e em fins de 1816, partiu para o contra-ataque. Saindo de Angostura, atual Ciudad Bolívar, no vale do rio Orinoco, atravessou os *llanos* (planície costeira) e os Andes e surpreendeu os realistas na região de Tunja, buscando abrir caminho para a conquista de Santafé de Bogotá, capital da província de Nova Granada.

Com a vitória na Batalha de Boyacá, no dia 9 de agosto de 1819, ocupou Bogotá e libertou a atual Colômbia.

Prosseguindo pelos Andes, atacou e venceu os realistas na Batalha de Carabobo em 24 de junho de 1821, e ocupou Caracas, libertando a Venezuela pela segunda vez. Após,

uniu Colômbia e Venezuela em um só país, a Grã-Colômbia, com capital em Bogotá. Redigiu de próprio punho a Constituição desse novo Estado, do qual foi eleito presidente.

Agora só faltava prosseguir para o sul e expulsar os espanhóis do Peru.

D. José Francisco de San Martin nasceu, em 1778, na aldeia missioneira de Yapeyú, na margem direita do rio Uruguai, próxima da atual cidade argentina de Paso de los Libres. Seu pai era tenente do exército espanhol, comandante da guarnição lá destacada.

Tinha oito anos de idade quando sua família retornou à Espanha onde, em 1789, iniciou sua carreira militar como cadete do Regimento de Múrcia. Mandado para a África, em campanha contra os mouros de Oran, teve seu batismo de fogo em Melilla. Transferido para o Exército de Aragón, lutou contra os franceses que haviam invadido a Espanha.

No ano de 1811 era tenente-coronel do Real Exército Espanhol, quando tomou conhecimento da sublevação ocorrida no Prata. Pediu baixa no exército espanhol e seguiu para Buenos Aires, via Londres, onde foi iniciado na Maçonaria através da Loja Lautaro, junto com Carlos Maria de Alvear, José Matías Zapiola e Tomáz Guido, destacados personagens do processo de independência das províncias platinas.

Em janeiro de 1812, a bordo de uma fragata inglesa, esses homens seguiram para Buenos Aires, onde chegaram cinquenta dias depois e foram inicialmente recebidos como espiões.

Superadas as desconfianças, San Martin ofereceu seus préstimos à causa revolucionária americana, deixando bem claro que era soldado, não político. Comissionado no posto de tenente-coronel, derrota em 1813 uma expedição realista que saindo de Montevidéu tentava desembarcar na região de San Lorenzo, ao norte da vila de Rosário.

A seguir se incorpora ao Exército do Norte, sob o comando de Belgrano. Com o impasse estabelecido na fronteira norte, San Martin logo percebeu que a única alternativa viável para atacar o coração do poder espanhol na América do sul, o Peru, seria por mar, via Chile.

Em abril de 1814, foi obrigado a pedir licença por motivo de saúde e deslocou-se para Córdoba, para recuperar-se. Em agosto desse ano foi nomeado Governador de Cuyo (atuais províncias argentinas de Córdoba, Mendoza, San Juan e San Luis). A estada em Cuyo, além de propiciar seu restabelecimento, permitiu a San Martin iniciar o planejamento que resultaria na libertação do Chile e Peru do jugo espanhol.

San Martin convenceu o Director Pueyrredón da viabilidade de seu plano. Com um mínimo de recursos, criou o Exército dos Andes e, em janeiro de 1817, iniciou a travessia da cordilheira na direção do Chile.

No Chile, em 1810, uma Junta Governativa foi formada, para decidir o que deveria ser feito enquanto o rei Fernando VII estivesse confinado em Bayonne. No ano seguinte, se reuniu um Congresso Nacional, que se dividiu entre realistas e revolucionários. O Vice-Rei do Peru tratou de enviar um “Exército Pacificador”, para conter o ímpeto revolucionário e o conflito que se seguiu foi violentíssimo, até que em 1814 um tratado de paz foi assinado por D. Bernardo O’Higgins pelos chilenos e pelo general Gainza pelos espanhóis.

Esse tratado teve vida efêmera e em 2 de outubro de 1814, o exército realista derrotou completamente os patriotas na Batalha de Rancágua, obrigando O’Higgins a se refugiar em Mendoza.

A travessia dos Andes, verdadeira epopeia, foi bem sucedida. San Martin, tirando partido do fator surpresa, derrotou os espanhóis na Batalha de Chacabuco, no dia 12 de fevereiro de 1817. No dia seguinte o Exército dos Andes ocupou Santiago e os chilenos ofereceram a chefia do governo a San Martin, que recusou em favor de O’Higgins.

O *criollo* D. Bernardo O'Higgins assumiu o governo, com o título de *Director Supremo* e no ano seguinte proclamaria oficialmente a independência do Chile.

Antes que o ano de 1817 terminasse, os revolucionários ainda obtiveram uma nova vitória sobre os realistas, na Batalha de Talcahuano, em 7 de dezembro.

O Vice-Rei do Peru, quando soube do ocorrido em Chacabuco, preparou uma poderosa expedição militar, com mais de 5.000 homens, destinada ao Chile. O exército realista partiu do porto peruano de Callao e desembarcou ao sul de Santiago, em janeiro de 1818, marchando em direção à capital.

O exército patriota buscou o confronto com o exército realista. O choque ocorreu na Batalha de Cancha Rayada, em 19 de março de 1818, onde os patriotas foram fragorosamente derrotados. O'Higgins foi ferido em combate e San Martin retraiu para Santiago.

San Martin conseguiu reorganizar sua tropa e novamente partiu para o confronto que ocorreu na Batalha de Maipu, a 15 quilômetros de Santiago, no dia 5 de abril de 1818. A vitória patriota, além de vital, foi estupenda e cruenta, sendo considerada por alguns historiadores como a mais renhida da independência sul-americana. Ao saber da vitória em Maipu, Simón Bolívar declarou:

...El dia de América há llegado...

Era verdade, pois após Maipu, o Vice-Rei do Peru desistiu definitivamente de intervir no Chile e no Prata, dedicando-se apenas a defender o Peru.

Terminada a campanha no Chile, o governo de Buenos Aires chamou San Martin para dar-lhe novas missões, a pacificação das "províncias rebeldes" e uma quase certa guerra com os portugueses do Brasil na Banda Oriental.

San Martin discordou com veemência, reafirmando que a prioridade ainda deveria ser expulsar os espanhóis do Peru. Como o governo manteve sua posição, San Martin renunciou ao comando do Exército dos Andes. Protegido, porém, por seus "irmãos" maçons da Loja Lautaro, foi mantido no posto e autorizado a voltar ao Chile.

Para atacar o Peru partindo do Chile, San Martin necessitava de apoio naval e acabou contratando um almirante escocês, Lord Thomas Cochrane, veterano das lutas contra Napoleão para constituir uma Marinha capaz de neutralizar as forças navais espanholas que operavam nas costas do Pacífico.

Mas em 1819, impotente ante as revoltas de Santa Fé e Entre Rios, o governo de Buenos Aires expediu uma ordem para que San Martin retornasse ao Prata com o seu exército e "pacificasse" as províncias rebeladas.

Talvez pela primeira e única vez na vida, o general San Martin desobedeceu a uma ordem legal e negou-se a retornar. O nome do Exército dos Andes foi mudado para *Ejercito Libertador del Peru,* formado por platinos e chilenos.

No dia 7 de setembro de 1820 o Exército Libertador desembarcou na baía de Paracas e ocupou a localidade de Pisco, cerca de 300 quilômetros ao sul de Lima, onde San Martin reforçou suas tropas com um contingente de negros libertos.

O Vice-Rei do Peru, sem condições militares para enfrentar o Exército Libertador, pois dispunha de 20.000 homens, mas que estavam espalhados por todo o Peru, tentou uma negociação, que não teve êxito, pois San Martin exigiu uma rendição incondicional.

No dia 3 de outubro, San Martin despachou seu general Juan Antonio Álvarez de Arenales para a região serrana do Peru, abrindo uma nova frente contra os realistas e reembarcou o grosso de seu exército rumo ao porto de Callao, a mais forte cidadela espanhola na costa do Pacífico.

O desembarque do Exército Libertador na baía de Ancón, a 36 quilômetros de Lima, provocou um golpe de estado, com o Vice-Rei Pezuela sendo substituído pelo general

La Serna, que também tentou, sem sucesso, um acordo com San Martin e a guerra se prolongou por mais quatro anos.

Com Callao e Lima sitiadas e os peruanos aderindo em massa às forças de San Martin, o Vice-Rei La Serna evacuou Lima e se fortificou no vale do Yaupa.

Lima foi ocupada sem luta e no dia 9 de julho de 1821, o general San Martin entrou na cidade onde, a 28 de julho proclamou a independência do Peru. Pessoalmente, San Martin redigiu a Constituição peruana, desenhou sua bandeira e assumiu o governo com o título de *Protector del Peru*.

O Peru, mesmo com a independência proclamada, convivia com um poderoso exército realista, acantonado nas montanhas andinas.

Enquanto San Martin atacava os espanhóis pelo sul, Simón Bolívar atacava pelo norte. Conquistou Guayaquil, o mais importante porto espanhol no Pacífico e o anexou à Grã-Colômbia. A partir dali, lançou seu melhor general, D. José de Sucre, como sua vanguarda, na direção de Quito.

A resistência das tropas realistas aumentou e Sucre viu-se obrigado a pedir socorro a San Martin, que o acudiu com 1.500 homens, sob o comando do general Andrés de Santa Cruz.

Fortes, os americanos saíram vitoriosos nas batalhas de Rio Bamba e de Pichincha. Esta última, a apenas 18 quilômetros de Quito foi decisiva para a rendição dessa praça, na qual o general Sucre proclamou a independência do Equador.

No dia 16 de julho de 1822, Simón Bolívar entrou triunfalmente em Quito.

A aproximação dos exércitos de San Martin e Bolívar, que inclusive já estavam operando em conjunto, trouxe à luz um problema inquietante. Ou seja, quem seria o comandante supremo para a ultima campanha contra os realistas, que ainda resistiam no Peru.

Bolívar e San Martin não se conheciam pessoalmente. Mantinham contato, cordial e respeitoso, por cartas. A prudência determinou que ambos aceitassem um encontro pessoal.

San Martin não se humilhou em embarcar na galera "Macedônia" e velejar para Guayaquil, onde aportou em 26 de julho de 1822, para se encontrar com Bolívar.

As conferências pessoais entre San Martin e Bolívar - foram três, no dia 26 de julho, sem testemunhas - totalizaram apenas quatro horas.

O que ocorreu nesse curto embate de fortíssimas personalidades é um mistério. Oficialmente, nada se sabe. Extraoficialmente, transpareceu que San Martin, para evitar uma guerra com Bolívar, que havia avançado sobre Guayaquil e Quito e já tinha decidido atacar os espanhóis que ainda permaneciam no Peru, renunciou à disputa para definir a quem caberia o comando das operações para completar a expulsão dos espanhóis da América do Sul e retornou para o Peru.

Ao chegar em Callao, San Martin proferiu apenas duas declarações sobre seu encontro com Bolívar:

" *El Libertador no es el hombre que pensábamos*" e "*El Libertador nos há ganado de mano*".

A seguir, San Martin escreveu uma cordial carta a Bolívar, informando-o que renunciava ao governo do Peru e convocou o *Congresso Constituyente* peruano, diante do qual renunciou ao título de *Protector del Peru.* Sob emoção, os congressistas aceitaram a renúncia, mas concederam-lhe o título de *Fundador de la libertad del Peru.*

Via Chile, San Martin retornou a Mendoza, atravessando os Andes acompanhado apenas por seu ordenança, dois cavalos e uma mula. Em Mendoza soube da anarquia que reinava no Peru e recusou um desesperado convite para restabelecer a ordem, justificando-se...*seria preciso fuzilar alguns chefes e não tive coragem de fazer isso com camaradas que me haviam acompanhado na felicidade e na desgraça...*

Após a morte de sua esposa, que desde 1819 vivia em Buenos Aires, em agosto de 18-23, San Martin retornou a essa cidade, mas continuou negando-se a participar das sangrentas guerras internas que assolavam a região do Prata. No dia 10 de fevereiro de 18-24, seguiu para a Europa, levando além dos títulos, sua filha Mercedes e o Estandarte de Pizarro, único espólio de guerra do qual não abriu mão.

San Martin radicou-se na Bélgica e, em 1828, sabendo da guerra contra o Império do Brasil, decidiu voltar ao Prata, chegando ao porto de Buenos Aires em 6 de fevereiro de 1829. A guerra contra o Brasil havia acabado e as Províncias Unidas do Rio da Prata encontravam-se na maior anarquia política. Sentindo-se hostilizado pelos dirigentes de Buenos Aires, San Martin dirigiu-se a Montevidéu, onde foi muito bem recebido pelo presidente D. Fructuoso Rivera.

Na primeira oportunidade retornou para a Europa, radicando-se com a filha nas proximidades de Paris. Faleceu no dia 17 de agosto de 1850 aos 72 anos. Por 30 anos permaneceu sepultado na França. Coube ao presidente Avellaneda trazer seus restos mortais para a Argentina, onde repousam na Catedral de Buenos Aires, sob permanente guarda de dois de seus granadeiros.

Após a saída de cena de San Martin, Simón Bolívar partiu para a conquista do Peru. Comandou pessoalmente seu "Exército Libertador" por algum tempo, mas adoentado passou o comando ao general Sucre, a quem coube a glória de vencer os realistas na última e decisiva "Batalha de Ayacucho", travada em 9 de dezembro de 1824, que simbolizou o fim do poder colonial espanhol na América do Sul.

Bolívar, como forma de bem definir a separação territorial entre os antigos Vice-Reinados do Prata e do Peru, criou em1825 um "estado tampão", a Bolívia, formada pelas quatro províncias do Alto Peru que em 1816 haviam se declarado, no Congresso de Tucuman, anexadas às Províncias Unidas do Rio da Prata: Potosi, Cochabamba, La Plata e La Paz.

Desgostoso com os evidentes sinais de desagregação da Grã-Colômbia, idealizada por ele em 1819, em Angostura, atual Ciudad Bolívar, e que reuniria num só país a Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá, El Libertador morreu em 17 de dezembro de 1830, aos 47 anos. Cinco países lhe devem sua independência: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

LUDWIG, Emil. Bolivar, Cavaleiro da Glória e da Liberdade. Ed. Globo, 1943.
DARACT, Julio Cobos. Historia Argentina. Buenos Aires: Edición Virtus.
IBARGUREN, Carlos. Juan Manuel de Rosas. Buenos Aires: Libreria La Facultad, 1933.
ARRILI, Bernardo Gonzales. Historia de la Argentina. Buenos Aires: Editorial Nobis.
ROJAS, Ricardo. El Santo de la Espada – Vida de San Martin. Buenos Aires: Ediciones Rosso.
CHIARELLO, Antonio. A histórica entrevista de Bolívar e San Martin in Caderno de Sábado, suplemento do Correio do Povo, Porto Alegre, edição de 20/12/ 1980.
VILLEGAS, Osires Guillermo, General. Perfil do General José de San Martin. Ed. Instituto San Martiniano do Brasil, RJ, 1971.
HERRERA, Luiz Alberto de. La Misión Ponsomby, 1930.

A influência maçônica na independência das colônias ibéricas na América do Sul

Há unanimidade entre os historiadores de que a Maçonaria tem origem no surto de construção de gigantescas catedrais ocorrido na Idade Média, que enriqueceu os profis-

sionais ligados à construção civil, desde simples pedreiros e talhadores de pedras até os intelectualizados arquitetos.

Como esses profissionais passassem a ter o privilégio de se deslocar livremente pelo território europeu, começaram a ser conhecidos como "pedreiros livres".

Procurando preservar para si os conhecimentos responsáveis pela sua prosperidade, os "pedreiros livres" começaram a se congregar em confrarias fechadas, uma derivação das "corporações de ofício" existentes nessa época.

Passada a febre da construção de catedrais, essas congregações dedicaram-se a "edificar templos à virtude e cavar masmorras ao vício", com a admissão de outras categorias profissionais.

A denominação de "Loja", dadas a essas confrarias, tem origem na palavra inglesa "Lodge", ou seja, a choupana em que eram guardadas as ferramentas com que os "pedreiros livres" trabalhavam. Já a expressão Maçon, deriva das palavras Mason (inglês) e Maçon (francês), que significam pedreiro.

As lojas maçônicas se espalharam pela Europa devido à sua intransigente defesa da liberdade de consciência e de pensamento e não tardaram em chegar às Américas, junto com os navios dos colonizadores.

Eram maçons, entre outros, José Bonifácio, Simon Bolívar e San Martin.

É portanto desnecessário ressaltar a importância que a maçonaria teve no processo que levou as colônias sul-americanas a declararem-se independentes de Espanha e Portugal.

CAMINO, Rizzardo da. Introdução à Maçonaria. Ed. Gráfica Editora Aurora Ltda.
LUDWIG, Emil. Bolivar, Cavaleiro da Glória e da Liberdade. Ed. Globo, 1943.
ROJAS, Ricardo. El Santo de la Espada – Vida de San Martin. Buenos Aires: Ediciones Rosso.

O sangue negro no Prata

O ingresso de negros africanos no Brasil foi significativamente superior ao ocorrido na América espanhola. O clima, as atividades econômicas e, principalmente, a efetiva presença portuguesa na África negra, onde os espanhóis só puseram o pé em 1778, em territórios que hoje integram a Guiné Equatorial, explicam essa situação.

Entretanto, a participação africana na colonização espanhola empreendida na Bacia do Prata, não foi desprezível.

Em 1770, no governo do Vice-Rei Vertiz y Salcedo, Buenos Aires tinha 22.000 habitantes, dos quais 4.600 eram negros escravos e 1.000 eram negros livres.

A escravidão em terras platinas acabou oficialmente no dia 2 de fevereiro de 1813, através de decreto baixado pela Assembléia Geral Constituinte, organizada pelos revolucionários de Buenos Aires e quase todos os negros libertados foram incorporados compulsoriamente na infantaria platina.

Os poucos que escaparam dessa conscrição foram alistados, também à força, três anos depois, quando as matanças das campanhas contra os realistas espanhóis e as sangrentas disputas internas, tornaram escassas as reservas humanas para o recrutamento de soldados.

Um decreto de 19 de dezembro de 1816, assinado pelo "Director" Pueyrredon, mandou incorporar ao exército regular platino todos os escravos ainda disponíveis *"...para no elevarlos al rango de ciudadanos sino después que el precio de sus acciones militares hayan comprado este precioso don..."*

Sem reclamar, os negros platinos seguiram para a luta e os 14 anos de combates pela independência, entremeados pelas guerras civis, dizimaram a população negra nas Províncias Unidas do Rio da Prata.

Na Banda Oriental, a presença africana foi mais intensa, pois Montevidéu era um porto receptor de escravos negros.

Artigas incorporou negros no primeiro exército oriental e o arguto viajante Saint-Hilaire observou que os melhores soldados do caudilho oriental eram negros fugidos.

A partir de 1817 os portugueses incrementaram a presença africana na Banda Oriental, com a criação, em Montevidéu, dos 1º e 2º Batalhões de Negros Libertos. Cada um desses batalhões tinha o efetivo aproximado de 700 homens.

Cabe destacar que tanto portugueses quanto espanhóis e seus descendentes sulamericanos foram idênticos em priorizar a infantaria como destino de seus combatentes negros.

ARRILI, Bernardo Gonzales. Historia de la Argentina. Buenos Aires: Editorial Nobis.
CASTELLANOS, Alfredo. La Cisplatina, la Independencia y la Republica caudillesca (1820-1838). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental,1977.
BARROSO, Gustavo. O Brasil em face ao Prata. Ed. Imprensa Nacional, 1930.

Os trinta e três orientais

Os anos de 1822 e 1823 foram extremamente conturbados na sempre tumultuada Banda Oriental, ou Província Oriental ou Província Cisplatina. Os orientais nativos assistiam, sem entender direito, a confusão entre portugueses fiéis ao rei de Portugal e portugueses e brasileiros fiéis ao imperador D. Pedro I.

A Província Cisplatina não ocupava uma posição de destaque nas preocupações do governo imperial brasileiro. As prioridades diplomáticas estavam todas voltadas para o reconhecimento da independência pelas principais potências do hemisfério norte e as prioridades militares dirigidas a sufocar os focos de resistência de portugueses leais a Lisboa e os rebeldes da Confederação do Equador, no nordeste brasileiro.

Durante o longo período em que esteve sitiado em Montevidéu, o general D. Álvaro da Costa, empunhando patrioticamente a bandeira lusitana, estimulou as lideranças locais em seus sonhos de autonomia.

Quando, em fins de fevereiro de 1824, os últimos destacamentos portugueses embarcaram de volta para a Europa, encerrando, oficialmente, a presença portuguesa na Banda Oriental, a liderança local esperava que as chaves de Montevidéu lhes fossem devolvidas, como previa o Tratado de 1816.

No dia 2 de março de 1824 o general Carlos Frederico Lecor entrou triunfalmente em Montevidéu, pela segunda vez, ignorando o Tratado de 1816, assinado por ele mesmo.

Houve indignação e ostensiva reação por parte de numerosos orientais. Diversos, na maioria militares, fugiram para Buenos Aires, onde passaram a organizar o núcleo da força revolucionária oriental de 1825.

Nesse segundo período de seu governo, o general Lecor implantou, legalmente, uma verdadeira ditadura militar na Província Cisplatina. Apesar da Constituição Imperial de 1824 determinar um governo civil para cada província, isso nunca foi feito na Cisplatina.

A indignação e o descontentamento dos orientais com a situação se agravou com a administração do general Lecor, que nos centros urbanos, passou a privilegiar os comerciantes brasileiros e, quanto ao campo, foi rigoroso na cobrança de impostos.

No campo militar, D. Juan Antonio Lavalleja, um dos comandantes artiguistas que foram enviados presos para o Rio de Janeiro em 1818, e que havia sido anistiado em 1821, retornando à Banda Oriental, se integrou ao movimento liderado pela loja maçonica "Los Caballeros Orientales", visando obter a independência do Império Brasileiro.

Posto sob o comando e vigilância de seu compadre D. Fructuoso Rivera como subcomandante do Regimento "Dragones de la Union", aproveitou em 1822 uma missão de compra de cavalos no interior para desertar, e iniciar o aliciamento de simpatizantes para a causa da independência.

Lecor ordenou a Rivera que prendesse o desertor. Na noite de 19 de novembro de 1822, Rivera atacou e destruiu o acampamento de Lavalleja no *Rincón de Zamora*, atual Departamento de Tacuarembó, deixando, entretanto, que todos fugissem para a província platina de Entre Rios.

O governador de Entre Rios, general Lucio Mansilla, negou qualquer tipo de apoio a Lavalleja, que seguiu para Buenos Aires, onde foi bem acolhido pelas autoridades e pelos maçons da Loja Lautaro.

Em Buenos Aires Lavalleja passou a liderar um grupo de exilados orientais que, determinados, apenas esperavam o momento propício para dar início à efetiva luta pela independência da Banda Oriental.

No dia 9 de maio de 1824 o general D. Juan Gregorio de Las Heras foi eleito para substituir o general Martin Rodrigues no governo da província de Buenos Aires. Las Heras convocou um *Congreso General Representante de las Provincias Unidas em Sud America* que se instalou em Buenos Aires, em 16 de dezembro de 1824.

Nesse Congresso as províncias chegaram a um acordo, que ficou conhecido como "*Ley Fundamental*", em que se oficializava a denominação de "*Provincias Unidas del Rio de la Plata*" para o estado que se constituía e atribuía-se a Buenos Aires, até o advento de um Poder Executivo Nacional, as responsabilidades de dirigir a política externa e tratar da segurança externa das províncias participantes.

Quanto à Constituição das "*Provincias Unidas*", que ainda seria feita, ficou decidido que teria que ser apreciada por todas as províncias, antes de ser promulgada. Até lá, cada província se regeria por suas próprias leis orgânicas. Quanto à forma de governo, ficou decidido que as "*Provincias Unidas*" constituiriam uma Federação.

Teoricamente, foi uma vitória dos federalistas sobre os unitários, acalmando as desconfianças das províncias em relação a Buenos Aires. De qualquer forma, estavam unidas as províncias platinas e sob a liderança dos portenhos. Podiam envolver-se mais ativamente na questão da Banda Oriental, ocupada pelos "portugueses" desde 1817.

A cautelosa posição do governo das Províncias Unidas com relação à ocupação brasileira da Banda Oriental terminou na noite de 21 de janeiro de 1825, quando chegou a Buenos Aires a notícia da derrota dos espanhóis em Ayacucho. O fim do poder colonial espanhol na América do Sul foi comemorado com entusiasmo pelo povo nas ruas e o fim da ocupação brasileira da Banda Oriental, considerada um resquício do colonialismo europeu, passou ao centro das preocupações do governo platino, que passou a apoiar, aberta e oficialmente, os rebeldes orientais.

Com o apoio recebido, Lavalleja decidiu agir, criando uma comissão de exilados orientais, denominada de *Comision Oriental,* com a missão de angariar recursos de toda ordem destinados à realização de uma campanha militar na Banda Oriental. A comissão foi tão bem sucedida, que Lavalleja, exultante, decidiu, em 14 de março de 1825, invadir a Banda Oriental, à frente de seu grupo de seguidores.

No dia 19 de abril de 1825, Lavalleja e sua tropa desembarcaram no *Rincón de la Agraciada,* ao norte de Colônia, dando início ao levante destinado a expulsar os brasileiros da Banda Oriental, que deveria incorporar-se às Províncias Unidas.

O número dos que efetivamente acompanharam Lavalleja nesse desembarque ou que a ele se juntaram logo após sua chegada é motivo de grande controvérsia, variando entre 21 e 40, mas oficialmente, passou à história como os " *33 Orientales*".

No dia seguinte ao desembarque, os "33", que já eram "50", deram início à posteriormente chamada Cruzada Libertadora, uma jornada sem volta como Lavalleja, dramaticamente exortou a seus seguidores: *...Ahora, soldados de la Patria, a vencer o morir!...*

A progressão de Lavalleja, em direção a Montevidéu, seu principal objetivo, foi extremamente rápida e no dia 24 de abril o cabildo de Soriano aderiu à revolução e o número de insurgentes subiu para 200 homens, que montaram acampamento junto ao arroio Monzón.

A reação do general Lecor não tardou, enviando 1.000 soldados, sob o comando de D. Fructuoso Rivera para atacar Lavalleja. Rivera, amigo e padrinho do filho mais velho de Lavalleja, chegando ao acampamento de Monzón em 29 de abril, pediu para parlamentar com seu compadre. A conversa, a sós, durou cerca de duas horas e, ao seu término Rivera e Lavalleja estavam aliados na luta contra o Império Brasileiro.

No dia seguinte o *Regimento Dragones Orientales,* acantonado em Durazno, soube do encontro de Monzón e sublevou-se, prendeu seu comandante e aderiu aos insurgentes.

No dia 2 de maio, Lavalleja ocupou San José, sem luta e no dia seguinte Canelones também foi ocupada sem luta, pois as forças imperiais retraíram para Montevidéu. Na verdade, todos os destacamentos imperiais se retraíram para Montevidéu, deixando o interior à própria sorte.

No dia 7 de maio, isto é, 17 dias após o desembarque dos "33" e para surpresa de todos, ...e *ante el estupor de las autoridades brasileñas de la plaza...*a bandeira tricolor adotada por Lavalleja foi hasteada no Cerrito, nos arredores de Montevidéu, matérializando um quase inacreditável cerco à cidade. Inacreditável, porque o efetivo imperial dentro dos muros era muito maior que o da força sitiante. Imediatamente, uma coluna de 1.500 combatentes foi organizada e saiu da cidadela para atacar os sitiantes.

Essa coluna, formada predominantemente por orientais, desertou em massa tão logo foram transpostos os portões da cidade e não houve combate. Com o que sobrou, a força imperial voltou para Montevidéu.

Sem muitas opções, o general Lecor colocou a prêmio as cabeças de Lavalleja (1.500 pesos) e Rivera (2.000 pesos) e passou a prender os orientais simpatizantes de Lavalleja, antes que fugissem de Montevidéu e fossem engrossar as fileiras rebeldes. O bergantim "Pirajá", ancorado no porto, foi transformado em navio presiganga, para isso.

Em resposta, a loja maçônica "Caballeros Orientales" fomentou a insubordinação em um dos batalhões brasileiros da guarnição, que exigiu extrema energia para ser abafada e por pouco os portões da cidade não foram abertos aos rebeldes orientais.

O governo de Buenos Aires, embora negasse diplomaticamente qualquer ingerência nos acontecimentos que se desenrolavam na Banda Oriental, continuava a apoiar a *Comision Oriental* criada por Lavalleja e sucessivos carregamentos com suprimentos de toda ordem saíram do porto da cidade com destinos aos portos fluviais da margem esquerda do rio Uruguai.

Enquanto ganhava tempo com manobras diplomáticas, o governador Las Heras, antevendo uma guerra com o Império do Brasil, tratou de organizar um exército, após conseguir do Congresso uma lei autorizando-o a tomar imediatas providências militares para a defesa territorial e moral do estado platino.

Lavalleja tratou de transformar seu êxito militar em êxito político, organizando um embrião de Estado para administrar a Banda Oriental. Primeiro se autonomeou *Comandante em Jefe del Ejercito de la Patria* e decretou uma mobilização militar deter-

minando...*a todos los jefes, oficiales e ciudadanos que em épocas anteriores hayan servido a la patria, se presenten a su cuartel general...* Coberto militarmente, tratou de convocar um governo provisório.

No dia 14 de junho de 1825, na vila de Florida, instalou-se o *Gobierno Provisorio Oriental,* convocado por Lavalleja, sendo eleito para presidi-lo D. Manuel Calleros, deputado por Colônia, cidade ainda ocupada pelos imperiais. Três dias depois o Governo Provisório convocou os povos orientais para a eleição de uma *Sala de Representantes de la Provincia.* Cada *pueblo* deveria eleger um deputado.

Com eleições realizadas a toque de caixa, no dia 20 de agosto de 1825, reuniu-se na mesma vila Florida a *Honorable Sala de Representantes de la Província Oriental.* A Sala de Representantes designou dois deputados para representar a Banda Oriental no *Congreso General Constituyente de las Provincias Unidas del Rio de la Plata,* reunido em Buenos Aires, deixando bem claro que, voluntariamente, a Banda Oriental se incorporava às Províncias Unidas do Rio da Prata.

Os deputados receberam instruções precisas para, em Buenos Aires...*pedir la más pronta declaración de guerra al Imperio del Brasil...*

No dia 25 de agosto de 1825, a *Sala de Representantes* promulgou três leis fundamentais para o futuro da Banda Oriental.

A primeira, chamada de *Lei Declaratoria de la Independencia,* em seu artigo 1º determina a destruição de todos os documentos oficiais expedidos entre 1816 e 1825, iniciando assim o desmonte da estrutura administrativa montada por Portugal e o Império Brasileiro. O artigo 2° dessa mesma lei estabelece que a Banda Oriental

> *...se declara de hecho y de derecho, libre e independiente del rey de Portugal, del Emperador de Brasil, y de cualquiera otro del universo, y com amplio poder de darse las formas que, em uso y ejercicio de su soberania, estime como conveniente.*

Por essa lei, o dia 25 de agosto é a data em que os uruguaios comemoram sua independência.

A segunda, chamada *Lei de la Unión com las Províncias Unidas del rio de la Plata,* após introito explicativo, dizia:

> *...Queda la Provincia Oriental del rio de la Plata unida a las demás de este nombre em el território de Sud America, por ser la libre y espontânea voluntad de los Pueblos que la componem, manifestada com testimonios irrefragables, y esfurezos heroicos desde el primer período de la regeneración política de dichas províncias..*

.

A terceira criou a bandeira nacional...*tres franjas horizontales, celeste, blanco y punzón* (vermelho intenso)...

No dia 1º de setembro foi decretada a anistia para todos os desertores orientais que, no prazo de um mês, se apresentassem no *Ejercito Libertador* e no dia 5 de setembro foi promulgada a Lei do Recrutamento Militar, mandando incorporar ao *Ejercito Libertador* todos os homens solteiros...*vagos y malentrenidos...*e os casados...*sin ocupación ni oficio...*

Ao contrario de Artigas, Lavalleja tratou de organizar de imediato um Estado, com estrutura política, administrativa e militar e pediu auxílio aos platinos e a eles se submeteu.

A ação de Lavalleja colocou a crise oriental no centro das preocupações de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, precipitando decisões de há muito postergadas, encaminhando espanhóis e seus descendentes para mais uma guerra contra os portugueses e seus descendentes.

CASTELLANOS, Alfredo. La Cisplatina, la Independencia y la Republica caudillesca (1820-1838). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental,1977.
BARROSO, Gustavo. O Brasil em face ao Prata. Ed. Imprensa Nacional, 1930.
PASCUAL, A. D. de. Apuntes para la historia de la Republica Oriental del Uruguay. Paris: Ed. TH. Ducessois Editor, 1864.
LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Ed. BIBLIEX, 1956.

Acaba o poder imperial brasileiro no interior da Banda Oriental

O governo imperial respondeu prontamente à insurreição de Lavalleja, fornecendo os meios legais e materiais para que o general Lecor a sufocasse com energia. D. Pedro I, em maio de 1825, assinou decreto suspendendo as garantias individuais na Província Cisplatina. A seguir criou uma Comissão Militar, uma espécie de tribunal de guerra, encarregada de julgar sumariamente os réus acusados de rebeldia.

Reforços militares, terrestres e navais, foram despachados a toda pressa para o sul. No dia 26 de junho chegaram a Montevidéu dois batalhões de infantaria, um deles o famoso "Batalhão do Imperador", cujo porta-bandeira era o tenente Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias e patrono do Exército Brasileiro, e um esquadrão de cavalaria. A esquadra que os transportou, comandada pelo almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, era composta por uma fragata, duas corvetas e seis brigues.

Além de transportar a tropa, o almirante Lobo recebeu instruções para fazer saber ao Governo de Buenos Aires

> *...o justo ressentimento de S. M. I., pelo seu comportamento para com o Império...esperando firmemente que aquelle Governo ordene a seus súditos envolvidos na revolução que desistão da revoltosa empresa começada...*

Na realidade, o governo de Buenos Aires apesar de sua escancarada simpatia pelos insurretos da Banda Oriental, gostaria de evitar um confronto direto com o poderoso Império Brasileiro, para o qual não estava preparado. Essa situação começou a mudar no dia 5 de julho de 1825, quando a esquadra do almirante Lobo entrou no porto de Buenos Aires com os morrões (mechas para acionar os canhões) acesos, não deixando, portanto, dúvidas quanto a suas intenções de bombardear a cidade, caso não fosse atendido o ultimato que a seguir entregaria ao governo platino.

O ultimato exigia que o governo platino desse as devidas explicações quanto ao apoio fornecido aos insurgentes orientais, se desculpasse pelo apedrejamento recentemente sofrido pelo consulado brasileiro em Buenos Aires e que se mantivesse absolutamente neutro na questão oriental.

Como o governo platino não dispunha de meios para responder militarmente ao afrontoso ultimato, foi obrigado a contemporizar, negando qualquer envolvimento com o que se passava na Banda Oriental e informando que seu ministro de relações exteriores, D. Manuel José Garcia, viajaria para o Rio de Janeiro para tratar do assunto diretamente com o Imperador, pois a rebelião dos orientais...*afecta em demasia la tranquilidade de las demás províncias de la republica...*

O almirante Lobo deu-se por satisfeito e saiu do porto de Buenos Aires, voltando a patrulhar o estuário do Prata.

O governo de Buenos Aires, após contornar a ameaça representada pela presença da esquadra imperial em seu porto, tratou de operacionalizar a mobilização de um "Exér-

cito de Observação", que havia sido criado por lei do Congresso aprovada em 31 de maio de 1825.

O Congresso em fins de junho votou uma verba de 500.000 pesos para a manutenção da força a ser mobilizada e no dia 14 de Julho de 1825, o general Martin Rodrigues, ex-governador da província de Buenos Aires, foi nomeado *General de la Linea del Uruguay.*

A organização do "Exército de Observação" foi bastante tumultuada, pois os contingentes enviados pelas províncias careciam de motivação, disciplina e preparo militar, e as deserções eram comuns, mas de qualquer forma, em dezembro de 1825, um efetivo de aproximadamente 1.200 combatentes, sob as ordens do general Martin Rodrigues, encontrava-se reunido na foz do arroio del Molino, logo ao norte de Concepción del Uruguay.

Enquanto as províncias platinas continuavam a travar a disputa entre unitários e federalistas, na Banda Oriental, os combates entre os insurgentes a as tropas imperiais, recrudesceram no segundo semestre de 1825, embora sem maiores consequências.

No dia 23 de junho, no Combate de Las Vacas, o tenente imperial Tomáz Gómez destroçou uma coluna oriental. No dia 15 de julho, o coronel Vasco Antunes Maciel saiu de Colônia com seus cavalarianos e atacou os orientais que estavam acampados na Quinta do Rico, mostrando que a cidade não estava sob sítio. No dia 18 de julho, Manuel Oribe tentou um assalto noturno a Montevidéu, mas foi facilmente repelido e retraiu para seu acampamento no Cerrito.

No dia 17 de agosto, foi a vez de Lavalleja atacar Colônia, sendo repelido e obrigado a se retirar para o interior da província. Os orientais dominavam o interior ("campanha"), mas não conseguiam conquistar os pontos fortes imperiais na Cisplatina.

O presidente da Província do Rio Grande de São Pedro (com o advento da Constituição Imperial de 1824, as províncias passaram a ter "presidentes" e não mais "governadores"), D. José Feliciano Fernandes Pinheiro, preocupado com a segurança de sua fronteira com a Cisplatina, determinou ao Governador da Armas da Província (antigamente "comandante das armas"), general José de Abreu, que se encontrava acampado no passo do Rosário sobre o rio Santa Maria, que mobilizasse algumas tropas e "fechasse" a fronteira, isolando a Cisplatina do Rio Grande.

Abreu interpretou a missão à sua maneira e decidiu invadir a Província Cisplatina e acabar com a revolta de Lavalleja. Sem esperar a chegada dos reforços que lhe foram enviados, partiu para o sul seguindo o vale do rio Uruguai. No dia 28 de maio, cruzou o rio Arapeí e alcançando, em 5 de julho, o passo do Palmar no rio Negro, acampou no local até 14 de julho.

Seu plano era ocupar a vila de Mercedes, próxima ao *Rincón de las Gallinas,* onde estavam reunidos 6.000 cavalos, que compunham a remonta estratégica do Exército Imperial. Abreu aguardaria em Mercedes a chegada dos reforços e prosseguiria na direção de Montevidéu, para fazer a junção com as tropas de Lecor, que estavam sitiadas nessa capital.

O general José de Abreu chegou a Mercedes e lá se instalou, à espera da chegada de dois regimentos milicianos recrutados nas Missões. Impaciente, decidiu buscar combate com D. Fructuoso Rivera, que estava acampado às margens do "Arroio del Águila".

A vanguarda da tropa imperial, sob o comando do coronel Bento Manuel Ribeiro, atacou em 4 de setembro o acampamento de Rivera, que surpreendido, foi obrigado a se retirar para o sul, sendo perseguido por sete léguas, até o arroio Coquinho.

Complementarmente, no dia 23 de setembro, saiu de Colônia um destacamento imperial sob o comando do major Cepeda, que desbaratou a força oriental que sitiava a ci-

dade, terminando o sítio que lhe era imposto. No dia 15 de setembro, Bento Manuel Ribeiro chegou a Montevidéu.

A arrojada ofensiva do general Abreu, aparentemente muito bem sucedida, pecava pela excessiva dispersão de seus meios e disso se aproveitou o experiente Rivera. Percebendo que a cavalhada imperial continuava no *Rincón de las Gallinas*, aos cuidados de uma guarda mínima, reduzida por Abreu para 50 homens, Rivera tomou a audaciosa decisão de roubá-los.

Ao alvorecer de 24 de setembro, Rivera atacou de surpresa a ainda sonolenta guarda imperial, que foi rapidamente vencida. Rivera, com um pequeno efetivo, havia se apoderado de toda a remonta imperial na Província Cisplatina. Enquanto organizava a retirada da cavalhada, Rivera foi informado de que uma tropa imperial dava entrada no *Rincón.*

A tropa imperial era constituída pelos dois regimentos de milicianos missioneiros, que sem saber da presença dos orientais, chegava no *Rincón* após extenuantes jornadas através da campanha oriental. Os dois regimentos, além de não observarem os mínimos mandamentos de segurança, por julgarem estar em terreno amigo e pela rivalidade existente entre seus respectivos comandantes, marchavam como dois corpos distintos, sem um comando único.

Rivera esperou que os regimentos entrassem no *Rincón* e os atacou de surpresa. A vitória oriental foi total, sendo os dois regimentos imperiais completamente desbaratados, e o *Combate do Rincón de las Gallinas* colocou um ponto final na pretensão brasileira de resolver a crise oriental em curto prazo e apenas na esfera estritamente militar.

O general José de Abreu, sentindo o peso da derrota, retornou para o Rio Grande a bordo de uma das embarcações que patrulhavam o rio Uruguai, e as tropas que haviam invadido a Cisplatina sob o seu comando retraíram para as suas posições originais na fronteira.

A partir daí desapareceu a presença imperial terrestre nas margens do rio Uruguai. Estavam pois quase livres as ligações entre a Banda Oriental e as províncias de Entre Rios e Corrientes. Armas, dinheiro e suprimentos podiam agora chegar facilmente a Lavalleja, pois apenas uma esquadrilha da marinha imperial, cheia de limitações, patrulhava a extensa área.

Se na "campanha" a situação era totalmente favorável aos insurgentes, no estuário do rio da Prata o domínio imperial era absoluto. Lecor contava em Montevidéu com três mil homens, apoiados por 68 canhões e com seu porto aberto e protegido pela esquadra do almirante Lobo. A guarnição de Colônia contava com um milhar de combatentes para defendê-la, sob o competente comando do brigadeiro Manuel Jorge Rodrigues.

Em fins de setembro Lecor determinou ao coronel Bento Manuel Ribeiro que saísse de Montevidéu com a missão de ajuntar o maior número de cavalos que fosse possível e atacar Florida, depois de conseguida a cavalhada.

Bento Manuel Ribeiro, à frente de cerca de 1.100 combatentes, saiu de Montevidéu em 1º de outubro e interpretando a missão recebida como derrotar Lavalleja e Rivera o mais rápido possível, planejou, acertadamente, atacar primeiro Rivera e depois Lavalleja, antes que esses caudilhos se juntassem. Bater o inimigo por partes, um clássico da estratégia.

Sabedor de que Rivera estava acampado nas margens do arroio Sarandi, entre as vilas Florida e Durazno, Bento Manuel Ribeiro, após receber o reforço de uma coluna comandada pelo coronel Bento Gonçalves, que se deslocara desde Jaguarão, decidiu atacá-lo imediatamente.

Toda essa movimentação foi acompanhada pelos orientais, e Lavalleja e Oribe trataram de acorrer em apoio a Rivera. Assim, no dia 12 de outubro de 1825, enfren-

taram-se às margens do arroio Sarandi as tropas imperiais de Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves, cerca de 1.500 combatentes, e as tropas orientais de Rivera, Lavalleja e Oribe, em número de 2.400. A vantagem estratégica buscada por Bento Manuel Ribeiro não se concretizara.

Bento Gonçalves, dada a flagrante inferioridade de meios, ponderou a Bento Manuel Ribeiro, que talvez fosse melhor empreender um retraimento e aguardar condições mais vantajosas para atacar os castelhanos. A resposta de Bento Manuel, que tinha pessoal antipatia a D. Fructuoso Rivera, foi emblemática

> *...Estou acostumado a surrar esses gringos um contra quatro. Não seria agora que iria evitar a luta. Faço tanto caso deles que vou atacá-los em coluna de meio e sem reservas...*

A Batalha de Sarandi não comportou, em nenhum dos lados, qualquer movimento tático. Foi um ataque frontal simultâneo, que obviamente favoreceria o lado com maior efetivo. Após o choque inicial, a superioridade numérica dos orientais levou a tropa imperial de roldão e Bento Manuel, percebendo que um cerco era iminente, ordenou a retirada, inicialmente em boa ordem, mas que acabou em debandada.

Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves conseguiram transpor o caudaloso rio Yi e como o caminho para Montevidéu estava cortado, retraíram para Santana e Jaguarão, respectivamente.

A Batalha de Sarandi, travada no dia do aniversário de D. Pedro I, foi uma das maiores derrotas sofridas pelos lusos e brasileiros, considerando-se o Exército Colonial Português, o Exército do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o Exército Imperial. Nunca houve tão grande número relativo de baixas e tão profundas consequências para a história nacional.

Após a Batalha de Sarandi, seguiu-se a retirada para o Rio Grande das pequenas guarnições que ocupavam Mercedes, Salto e Paysandu e em fins de 1825, os orientais atacaram e conquistaram os fortes de Santa Tereza e São Miguel. Ocupadas por brasileiros só restavam as praças-forte de Montevidéu e Colônia.

CHELLE, Luis Eldemiro. Los Principales Hechos Historicos del año 1825. Montevideo: Ed. Publicaciones de la Comisión Nacional del Sesquicentenario de los Hechos Historicos de 1825, 1975.
ARRILI, Bernardo Gonzales. Historia de la Argentina. Buenos Aires: Editorial Nobis,
PASCUAL, A. D. de. Apuntes para la historia de la Republica Oriental del Uruguay. Paris: Ed. TH. Ducessois Editor,1864.
LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Ed. BIBLIEX, 1956.
CARNEIRO, David. História da Guerra Cisplatina. Cia. Editora Nacional, 1946.

As primeiras consequências da Batalha de Sarandi

Os eventos ocorridos na Banda Oriental sempre tiveram repercussão na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Quando a notícia do desastre em Sarandi chegou a Porto Alegre, o governador José Feliciano entrou em pânico. Não tinha a menor ideia onde andava o seu Comandante das Armas, o general José de Abreu e o temor de que Lavalleja invadisse o Rio Grande era uma hipótese bastante realista.

José Feliciano agiu. Com os meios de que dispunha estabeleceu uma linha defensiva do mar até Bagé, sob o comando do marechal Correa da Câmara e dali, até o rio Uruguai, sob o comando do brigadeiro Barreto.

Em 19 de novembro de 1825, o general José de Abreu reapareceu, em São Gabriel, onde reassumiu o Comando das Armas e instalou o seu QG. Tratou logo de reforçar a linha de defesa montada pelo governador, estendendo-a por toda a fronteira. Dispôs os destacamentos apoiados em quatro pontos fortes: nas Missões, o coronel João José Palmeiro, acampado na foz do Ibicuí; no rio Quaraí, o coronel Bento Manuel Ribeiro, com avançadas até o rio Arapeí; em Santana, o brigadeiro Barreto; no Jaguarão, o coronel Bento Gonçalves, com guarda no Chuí.

No Rio de Janeiro, a notícia da tragédia em Sarandi causou "assombro e estupor". Não se entendia como o enorme Império Brasileiro, com poderoso exército e numerosa armada na área, pudesse estar sendo desafiado pelo que se pensava ser um punhado de maltrapilhos.

A reação do Imperador foi imediata, despachando reforços para Montevidéu e o Rio Grande, via Santa Catarina. Em São Francisco de Paula, atual Pelotas, no início de 1826, começou a ser organizada uma "Divisão Expedicionária do Sul".

José Feliciano fora brilhante governador, mas era civil; e em tempo de guerra, melhor um general. Por isso, em novembro de 1825, José Feliciano, já visconde, foi chamado para o ministério e para substituí-lo foi nomeado o experiente brigadeiro José Egídio Gordilho Veloso de Barbuda, português de nascimento. Para o Comando das Armas, em substituição ao general José de Abreu, foi nomeado o general Francisco de Paula Massena Rosado, também português de nascimento, que assumiu em janeiro de 1826.

SILVA, Alfredo Pretextrato Maciel da. Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889 – Traços Biográficos. Ed. Biblioteca Militar, V 31-32.
CIDADE, Cap. Francisco de Paula. Uma Brigada de Cavalaria Ligeira no Serviço de Cobertura – Bento Manuel no Quarahy em 1826. Ed. Imprensa Militar, EME, RJ,1931.

Começa a Guerra Cisplatina

A notícia da espetacular vitória em Sarandi repercutiu em todo o mundo platino...*hasta el más lejano rincón...*e foi festejada com os tradicionais...*repiques de campanas, Te Deuns, festejos, iluminación, musicas, fuegos artificiales...*

Em Buenos Aires o consulado brasileiro foi depredado na noite de 20 de outubro e o cônsul Falcão da Frota informou ao Rio de Janeiro que o Congresso das Repúblicas Unidas já tinha decretado a guerra, havendo apenas dúvida se haveria ou não declaração formal de guerra.

No dia 24 de outubro de 1825, depois de cinco dias de acaloradas discussões, o *Congreso Constituyente* decidiu aceitar o pedido da Banda Oriental para reincorporar-se às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em seguida foram admitidos no plenário os dois deputados enviados pela *Sala de Representantes de la Provincia Oriental.* Um passo provocador e irreversível.

Lavalleja exultou com essa notícia e felicitou seus seguidores...*Pueblos! Ya están cumplidos vuestros más ardientes deseos: ya estamos incorporados a la gran Nación Argentina...*

O passo seguinte foi dado pelo general Martin Rodriguez, comandante do *Ejercito de Observación,* concentrado no arroio del Molino, às margens do rio Uruguai. Convocou Lavalleja para uma entrevista, que ocorreu no dia 3 de novembro, no Passo de Paysandu, quando providências militares conjuntas foram acertadas.

Ficou combinado que, tão logo o general Martin Rodriguez penetrasse na Banda Oriental, o *Ejercito Libertador* de Lavalleja ficar-lhe-ia subordinado. Lavalleja levantou o problema da guarda dos prisioneiros de guerra imperiais, cerca de 2.000, e ele não dispunha de efetivo para vigiá-los. Ficou acertado que seriam levados para a margem direita do rio Uruguai e passariam à guarda dos platinos. Planos para uma futura invasão do Rio Grande foram esboçados.

No dia 4 de novembro, o general Martin Rodriguez sugeriu ao governo platino que seu exército seguisse logo para a Banda Oriental, o que foi negado pelas autoridades de Buenos Aires.

Em fins de outubro, Lavalleja ainda ofereceu ao governo imperial uma alternativa para evitar uma guerra aberta. Propôs

> *...una transacción pacifista que mantenga las relaciones de amistad y comercio que siempre há deseado esta Provincia...mientras la libertad de nuestros derechos no está reconocida y assegurada, no podremos envainar las espadas que com sólo este fin hemos empuñado...*

A oferta não mereceu resposta.

Coube ao ministro D. Manuel José Garcia a ingrata tarefa de informar oficialmente ao governo imperial brasileiro a *Reincorporación* da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata. O documento, com data de 4 de novembro de 1825, foi entregue ao general Lecor em Montevidéu, com a solicitação de que fosse encaminhado com a maior urgência ao Rio de Janeiro, aos cuidados do ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Luís José Carvalho e Mello. O documento, redigido em linguagem cuidadosa, equivalia a uma declaração de guerra.

No dia 10 de dezembro de 1825, D. Pedro I declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata:

> *...Tendo o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, executado atos de hostilidade contra este Império, sem ser provocado, e sem proceder declaração expressa de guerra...declaro, guerra contra as ditas Províncias e seu Governo...*

Em carta de dois dias depois, o governo imperial autorizou o cônsul Falcão da Frota a pedir os seus passaportes e retirar-se para Montevidéu...*em consequência do insulto que lhe fizera a população na noite de 20 de outubro...*

Declarada a guerra, o governo imperial agiu rápido. No dia 21 de dezembro, o almirante Lobo impôs bloqueio naval a Buenos Aires, dando o prazo de 40 dias para os navios estrangeiros saírem do porto. Com o reforço de navios recebido da Corte, sua esquadra ascendeu a 30 embarcações, tornando impressionante a presença naval brasileira nas águas platinas.

A resposta veio no primeiro dia do ano de 1826, quando o Congresso Nacional Constituinte autorizou o Poder Executivo (Buenos Aires), a *...resistir la agresión del império del Brasil...*autorizando ainda o corso marítimo contra navios e propriedades imperiais.

A declaração oficial de guerra veio no dia 3 de janeiro, assinada pelo general D. Juan Gregorio de Las Heras:

> *...Vosotros, valientes Americanos, que habeis dado la independência à nuestro pais, desenvainad vuestras espadas de nuevo. Um rey, nacido em el outro lado del Atlántico, insulta vuestra paz, el honor y gloria de vuestros hijos...Â las armas ciudadanos, à las armas...*

Era a guerra. Por decreto de 7 de janeiro de 1826 do governo platino, todos os súditos brasileiros residentes no território das Províncias Unidas do Rio da Prata foram internados.

CHELLE, Luis Eldemiro – *"Los Principales Hechos Historicos del año 1825", Ed. Publicaciones de la Comisión Nacional del Sesquicentenario de los Hechos Historicos de 1825, Montevideo, 1975.*
BEVERINA, Cel. Juan – *"La guerra contra el Imperio del Brasil", Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*
PASCUAL, A. D. de – *"Apuntes para la historia de la Republica Oriental del Uruguay", Ed. TH. Ducessois Editor, Paris, 1864.*
ACEVEDO, Eduardo – *"Manual de Historia Uruguaya", Ed. Libreros Editores A. Monteverde y Cia., Montevideo, 1942.*
GÓMEZ, Dr. Hernán F. – *"Corrientes em la guerra con el Brasil", Imprenta del Estado, 1928.*
"Collecção Escragnolle Doria", Ed. Arquivo Nacional, V 49, 1957.

A guerra diplomática

Os governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, visando conquistar aliados para a luta que com certeza eclodiria, desenvolveram prévia e intensa atividade diplomática.

O Império Brasileiro e as Províncias Unidas, trataram, prioritariamente, de obter o apoio da Inglaterra. O governo platino despachara para Londres, em princípios de 1825, o experiente D. Bernardino Rivadavia com instruções de que

> *...aproveitasse todas as ocasiões que se lhe apresentassem...para inclinar o governo britânico a empregar a sua influência no sentido de que...a Corte do Brasil deixasse livre a Província Oriental...*

O governo imperial detectou essa missão de Rivadavia e contra-atacou, pedindo ao diplomata inglês sir Charles Stuart, que encontrava-se no Rio de Janeiro tratando do reconhecimento da independência do Brasil por parte de Portugal, que fizesse chegar ao governo inglês que

> *...só a intervenção de Sua Majestade Britânica poderia ter segura eficácia junto ao governo das Províncias Unidas do Rio da Prata para que se evitassem as hostilidades...*e para tanto solicitava*...a oficiosa intervenção do governo britânico no assunto...*

Sir Charles Stuart estudou a questão e, junto com a solicitação brasileira, encaminhou a Londres o seu parecer de que o melhor mesmo seria o governo inglês apoiar a independência da Cisplatina. Paralelamente, o representante inglês em Buenos Aires, Woodhine Parish, reiteradamente defendeu perante o ministro de relações exteriores inglês, George Canning, uma aberta intervenção britânica na questão.

Mas Canning não embarcou nessas complicações sul-americanas. Em ofício de 16 de junho de 1825, já se manifestara sobre a matéria...*Negamo-nos em intervir em uma disputa em que não temos interesse...Na questão entre Brasil e Buenos Aires, V. Excia. não deve entrar...*

Para os Estados Unidos da América, o governo de Buenos Aires enviou o general D. Carlos Maria de Alvear, em busca do apoio norte-americano na questão da Banda Ori-

ental. O governo norte-americano negou-se a se envolver no conflito e Alvear retornou a Buenos Aires.

Os governos das antigas colônias espanholas recém libertadas não podiam ser esquecidos. D. Carlos Maria Alvear e o Dr. José Miguel Díaz Vélez foram nomeados *Ministros Plenipotenciarios y Enviados Extraordinarios del Gobierno de las Provincias Unidas del Rio de la Plata* para obter de Simon Bolívar a devolução das quatro províncias alto-peruanas que haviam sido anexadas ao Peru e o apoio do Libertador na iminente guerra com o Império Brasileiro.

Chegando em Salta, a missão Alvear - Diaz Vélez constatou que as quatro províncias do Alto Peru já se haviam constituído em um estado independente, a Bolívia, e após serem recebidos por Bolívar em Potosi, nos dias 8 e 9 de outubro de 1825, foram informados de que o Libertador, talvez por influência inglesa, não tinha interesse em intervir na questão da Banda Oriental. Com isso, Alvear e Diaz Vélez retornaram ao Prata.

O governo imperial brasileiro também buscou apoio na América do Sul, investindo no Paraguai. D. Antônio Manuel Corrêa da Câmara, primeiro cônsul do Império do Brasil em Buenos Aires, foi o diplomata escolhido para ser enviado ao Paraguai, em missão não oficial, recebendo as seguintes instruções:

> *...por meios indiretos obter partido nessa Província do Paraguay, que sobre todas as outras é a que mais nos importa atrair, e fará os maiores esforços...para separar as relações que houver entre esse governo e o de Buenos Aires, pois a experiência nos mostra como convém que jamais se liguem...*

No dia 25 de agosto de 1825, ostentando um chapéu de plumas que encantou toda Assunção, Corrêa da Câmara foi recebido por *El Supremo,* D. José Gaspar Rodriguez de Francia e durante três meses negociou as bases sobre as quais se solidificaria a amizade entre Brasil e Paraguai.

Entre as exigências paraguaias, bastante modestas e prontamente atendidas, destacava-se o reconhecimento da independência paraguaia, razão pela qual o Brasil foi o primeiro país a reconhecer oficialmente a independência da República do Paraguai, em 19 de abril de 1826. Com isso, ao eclodir a Guerra da Cisplatina, o Paraguai se mostrou imune às tentativas de aliciamento por parte de Buenos Aires.

Reconhecida a independência do Paraguai, D. Pedro I, em 20 de outubro de 1826, nomeou o mesmo Corrêa da Câmara como *...meu encarregado de Negócios junto ao Governo da República do Paraguay...*

Corrêa da Câmara teve que fazer a viagem para o Paraguai por terra, pois a guerra havia fechado a via fluvial pelo Rio da Prata.

Em resumo, os platinos nada conseguiram com Bolívar e o Brasil apenas reassegurou a neutralidade do auto isolado Paraguai. A Inglaterra negou-se a intervir na questão da Banda Oriental. Buenos Aires e Rio de janeiro teriam que se entender sozinhos.

DOCCA, E. F. Souza – *"A Convenção Preliminar de Paz de 1828", Ed. Empreza Graphica Rosseti Ltda, SP, 1929.*
"Arquivo Diplomático de Independência", Ed. MRE, 1972, V 1, 2, 3 e 5.
"La gestión diplomática del General Alvear em el Alto Peru" (Misión Alvear- Dias Velez, 1825-1827), documentos compilados por Ernesto Restelli, Ed. Talleres Gráficos de Luis Gotelli, Buenos Aires, 1927.
CONTRERAS, Eleazar Lopes – *"El pensamento de Bolivar Libertador", Fragmentos de Cartas y Documentos, Editorial Lex, La Habana, Cuba, 1950.*
MENDONÇA, Renato de – *"Fronteira em Marcha", Ed. BIBLIEX, 1956.*

Intensifica-se a Guerra Cisplatina

Em dezembro de 1825, o governo platino mandou o "Exército de Observação" entrar na Banda Oriental, mas o seu comandante, general Martin Rodriguez, reportando várias deficiências na organização e preparação da tropa, informou que essa invasão seria um desastre e, recusando-se a assumir essa responsabilidade, renunciou ao comando.

O ministro da guerra platino insistiu para que Martin Rodriguez cumprisse a ordem recebida mas ante novo pedido de demissão, decidiu exonerá-lo sumariamente*...sin conceder otros fundamentos para la renuncia, relevarlo del mando...*e nomear o general José Rondeau para substituí-lo.

Enquanto Rondeau não chegava, Martin Rodriguez tratou de cumprir a ordem recebida, de tal forma que no dia 17 de fevereiro de 1826, todo o exército platino estava reunido às margens do rio Daymán, na margem esquerda do rio Uruguai.

Na esfera política o governo de Buenos Aires, que pela "Ley Fundamental" de 23 de janeiro de 1825 responderia provisoriamente pelo poder executivo das Províncias Unidas do Rio da Prata, pressionou o *Congreso General* para que criasse um poder executivo nacional capaz de conduzir a guerra que se aproximava.

No dia 6 de fevereiro de 1826, o Congresso aprovou a "Lei da Presidência", criando provisoriamente os cargos de "*Presidente de las Provincias Unidas del Rio de la Plata*", que seria designado pelo próprio Congresso e de ministros de Governo, Guerra, Marinha, Relações Exteriores e Fazenda até que se promulgasse uma Constituição.

No dia seguinte, em eleição onde a maioria dos eleitores eram de Buenos Aires ou de províncias partidárias do unitarismo, D. Bernardino Rivadávia foi eleito presidente e um mês depois Buenos Aires foi escolhida como Capital da República. Evidentemente as principais províncias do interior não gostaram desse indicativo de retorno ao unitarismo.

Em carta ao governador Ibarra, de Santiago del Estero, escreveu o governador Bustos, de Córdoba:

> *...con la misma sorpresa de usted, se recibió aqui la noticia del nulo nombramiento de presidente...ahora sospecho mucho más por la iniquidade y el descaro de estos hombres sin vergüenza que quieren poner a las províncias peor yugo que el antes tenian...*

Em resposta Ibarra assegurou-lhe *...vive seguro que el judio Rivadavia ni es ni será reconocido por esta província...*

No seu discurso de posse Rivadávia comprometeu-se a ir à guerra contra o Brasil:

> *...El Rio de la Plata debe ser tan exclusivo de estas Provincias como su nombre...Por lo tanto, el Presidente de la República...desde hoy no se moverá em otro espacio que em aquel que interviene entre la victoria y la muerte...*

Em seguida decidiu manter o general Martin Rodriguez como comandante do exército em operações na Banda Oriental, fazendo com que o general Rondeau retornasse a Buenos Aires.

Rivadavia teve que enfrentar a difícil questão sobre a quem caberia o comando das tropas na Banda Oriental, que na visão de Lavalleja, lhe caberia, por ser *Gobernador y Capitán-General de la Provincia.* Mas como ficaria o general Martin Rodriguez, *General-em-Jefe del Ejercito Nacional de Operaciones,* que havia recebido determinação do Ministro da Guerra platino de enquadrar as forças orientais*...embebiéndolas em las filas del ejército de observación sin permitirles constituir cuerpo separado...*

Como o comando não foi dado a Lavalleja, este passou a hostilizar o general Martin Rodriguez, inicialmente de forma velada, mas logo atingindo níveis de aberta insubor-

dinação. Em 31 de março de 1826, o general Martin Rodriguez convocou uma reunião de comandantes em San José e Lavalleja informou que não iria, pois não podia desguarnecer a campanha.

Essa patriótica insubordinação de Lavalleja, além de insultar os platinos, teve um efeito secundário e inesperado, pois deu a Rivera o motivo que tanto esperava para romper publicamente com Lavalleja. À frente de seu regimento *Dragones de la Unión* desligou-se das forças orientais de Lavalleja, uma verdadeira deserção, e incorporou-se às forças de Martin Rodriguez.

Lavalleja, por fim, teve que ceder, passando a chefia do governo para D. Joaquín Suárez e apenas como militar apresentou-se ao general Martin Rodriguez. Até que enfim, em meados de 1826, as tropas na Banda Oriental tinham um comando único.

Enquanto platinos e orientais se preparavam para a *Guerra del Brasil,* as forças orientais aumentaram a pressão sobre as sitiadas Montevidéu e Colônia, realizando ataques esporádicos, que embora sangrentos, não obtiveram maiores resultados.

Do lado brasileiro, o general Francisco de Paula Massena Rosado, nomeado Comandante das Armas da Província do Rio Grande de São Pedro, deslocou-se para Santana do Livramento, onde assumiu o comando da "Divisão Expedicionária do Sul" no dia 3 de fevereiro de 1826.

De chegada, Massena Rosado incompatibilizara-se com o presidente da província, o brigadeiro Gordilho, que era o responsável pelo apoio logístico às tropas em operações. Em seguida, visando concentrar todos os meios disponíveis em Santana, quase desmontou a cortina de proteção da fronteira que havia sido estabelecida pelo presidente José Feliciano e que fora mantida e reforçada pelo general José de Abreu.

Atendendo a ponderações dos comandantes da fronteira, deixou o coronel Bento Gonçalves em Jaguarão e o coronel Bento Manuel em Quaraí.

Da rixa entre o Comandante das Armas e o Presidente da Província, resultaram privações de toda ordem a que foram submetidas as tropas reunidas no "Acampamento Imperial Carolina", como o acampamento de Santana foi batizado pelo general Massena Rosado.

Em março de 1826, cerca de 400 combatentes brasileiros, que haviam sido feitos prisioneiros na Banda Oriental, particularmente na batalha de Sarandi, foram embarcados em três navios para serem internados na província platina de Santa Fé. Durante a navegação pelo rio Paraná, os prisioneiros de uma das embarcações conseguiram dominar a tripulação e a obrigaram a navegar na direção do estuário do Rio da Prata, onde foram acolhidos pela flotilha imperial de Sena Pereira.

Esses 119 brasileiros, 49 oficiais, 2 cadetes e 68 praças foram festivamente recebidos na Colônia do Sacramento.

BALDRICH, J. Amadeu – *"Historia de la Guerra del Brasil", Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*

BEVERINA, Cel. Juan – *"La guerra contra el Imperio del Brasil", Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*

LUNA, Carlos Correa – *"La campanha del Brasil y la Batalla de Ituzaingó", Ed. Talleres Gráficos del Instituto Geográfico Militar, 1927.*

ARRILI, Bernardo Gonzales – *"Historia de la Argentina", Editorial Nobis, Buenos Aires.*

PALOMEQUE, Alberto – *"El General Rivera y La Campaña de Misiones", Ed. Arturo E. Lopez, Buenos Aires, 1914.*

Uma Testemunha Ocular- "Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires".

SILVA, Theotonio Meirelles da – *“Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brazileira”, Ed. Typographia Perseverança, V 1 e 3, 1881/1883.*

A investida do general Rivera sobre o Quaraí

A presença de Bento Manuel entre os rios Quaraí e Arapeí era uma ameaça ao avanço do exército platino em direção ao Rio Grande e essa situação não passou despercebida ao comandante do *Ejercito Nacional de Operaciones,* general Martin Rodriguez.

O general platino concluiu que não poderia continuar avançando com seu flanco exposto e que seria necessário neutralizar a força de Bento Manuel. Acampado com seu exército em San José, organizou um destacamento de soldados orientais, cerca de 400 homens ao comando de D. Fructuoso Rivera para, junto com o RC nº 1, do coronel Brandsen, um veterano oficial francês que viera para integrar-se ao “Exército dos Nades” de San Martin, para atacar Bento Manuel.

Em 5 de maio de 1826, após receber um reforço de 170 homens e três canhões, Rivera iniciou seu deslocamento para o norte e a 16 de maio atravessou o rio Arapeí. Alertado sobre a investida de Rivera, o general Rosado deu ordens a Bento Ribeiro para que retraísse, atraindo Rivera para o interior da província, onde pretendia destruí-lo, possivelmente no Passo do Rosário.

Chegando ao rio Quaraí, a situação se estabilizou, pois Rivera, frente a frente com a força de Bento Manuel, não tentou mais avançar, limitando-se a recolher o gado existente na região, cerca de 100 mil cabeças e em 2 de junho iniciou a retirada, deixando um destacamento de 200 homens para cobrir sua retaguarda.

Bento Manuel solicitou autorização para atacar essa força de cobertura, negada pelo general Rosado, que reiterou ordens no sentido de que todas as forças disponíveis deveriam se concentrar em Santana ou suas imediações de modo a atrair o inimigo para o Passo do Rosário, onde planejava destruí-lo.

Arrasado, Bento Manuel em ofício ao presidente da província, datado de 8 de junho, queixou-se nos seguintes termos

> *...Tenho o desgosto de participar a V. Exa. que os loiros que se preparavam para esta Província se tornaram em um borrão para sua História. O traidor Fructuoso Rivera veio com 1.500 ou pouco mais de homens, até a distância de 8 ou 10 léguas de mais de 3.000 soldados nossos, quase todos de cavalaria, rodeados dos melhores cavalos da Província e estava o tempo que quis, roubou o que muito lhe pareceu, fez alcaides nos districtos de além Quarahym e voltou muito airoso. Ah céus! Ou os brasileiros degeneraram, ou algum pecado andamos pagando.*

Dois dias mais tarde, em novo ofício ao presidente da província, complementou sua queixa...*tal modo de fazer a guerra não entendo. Vir o inimigo à barba de um exército que se acha com dobrado ou tripulo em forças e voltar impunemente! Nunca vi!...*

A inércia ou incompetência do general Rosado não passou despercebida ao presidente da província que, no dia 24 de junho enviou ao seu Comandante das Armas e particular desafeto um irônico ofício expressando

> *...apresso-me a felicitar a V. S. da evasão das tremendas Cohortes inimigas do território da Província. Exaltando...o prudentíssimo plano de V.S. em buscar atrair os rebelados à S. Diogo, no intuito de cortar-lhes a retaguarda, dar-lhes pelas espaldas, e aniquilá-los de hum golpe...seria prudentíssimo deixa-los entranhar athé Porto Alegre...*

Com desavenças no alto comando, começava mal para o Império a Guerra da Cisplatina...

BEVERINA, Cel. Juan – *"La guerra contra el Imperio del Brasil", Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*
LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de – *"Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata", Ed. BIBLIEX, 1956.*

O desenvolvimento da guerra no ano de 1826

No dia 6 de maio de 1826, no Rio de Janeiro, foi solenemente aberta a primeira sessão da 1ª Legislatura (1826-1829) da Assembleia Geral do Império, conforme previsto na Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador.

O cerimonial foi rigorosamente obedecido. Na sua "Fala do Trono", pronunciamento do Imperador que abria os trabalhos legislativos, D. Pedro I declarou:

> *...Todo o Império está tranqüilo, exceto a província Cisplatina...A província Cisplatina é a única que não está em sossego, como já disse, pois homens ingratos, e que muito deviam ao Brasil, contra ele se levantaram, e hoje se acham apoiados pelo governo de Buenos Aires, atualmente em luta contra nós. A honra nacional exige que se sustente a província cisplatina, pois está jurada à integridade do Império...*

Em seu "Voto de Graça", que era a resposta da Assembleia à fala do Imperador, os deputados se manifestaram dando

> *...graças pelo infatigável empenho com que tem mantido a integridade do Império, sustentando a união de todas as suas províncias...*e assegurando*...que com todos os meios ao seu alcance coadjuvará o governo, para que a honra, e dignidade nacional não sofra a menor quebra...*

Assim o Imperador podia contar com incondicional apoio político para continuar a guerra. O maior problema estava, entretanto, na área militar. A Comissão de Marinha e Guerra da Assembleia, composta por três deputados, sendo dois generais do Exército Imperial, pediu informações ao governo sobre efetivos, armamentos, arsenais, hospitais etc. e não obteve resposta, pois o próprio governo nada sabia.

Na Banda Oriental o general Martin Rodriguez, além do mau relacionamento com Lavalleja, passou a ter problemas com Rivera, pela tolerância com os excessos cometidos por seus comandados contra a desarmada população civil brasileira ou mesmo oriental.

Chamado à ordem pelo general Martin Rodriguez, Rivera nada fez para conter sua "gauchada bravia". O general platino decidiu então neutralizá-lo militarmente, dissovendo seu fiel regimento "*Dragones de la Unión*", com cujo efetivo criou duas outras unidades, RC nº 5 e RC nº 6.

Indignado, Rivera pediu seu desligamento do Exército, com o que Martin Rodriguez imediatamente concordou. Rivera seguiu para Buenos Aires, mas antes, arrebanhou pessoal licenciado e desertores dos "Dragones", juntou-os com milicianos do Regimento de Paisandu, sob o comando do tenente coronel José Raña e deixou um forte núcleo de tropas orientais, que lhe eram fiéis, na região de "Los Porongos". O comando dessa tropa, praticamente rebelada, foi entregue ao irmão de Rivera, D. Barnabé Rivera.

Em Buenos Aires, Rivera, em carta endereçada ao Ministro da Guerra platino, narrou sua versão dos fatos e pediu a substituição do general Martin Rodriguez. O governo platino reagiu decretando a prisão de Rivera, que buscou a proteção do caudilho federalista Juan Manuel de Rosas. Rosas acolheu Rivera e deu-lhe uma carta de apre-

sentação ao caudilho de Santa Fé, D. Estanislau Lopez. Rivera conseguiu chegar a Santa Fé, onde permaneceu até 1828.

Na fronteira de Jaguarão, durante todo o ano de 1826, ocorreram combates entre tropas orientais e imperiais, sem nenhum dos lados conseguir uma vantagem significativa.

Na fronteira das Missões, o governador da província platina de Misiones, D. Felix de Aguirre atravessou o rio Uruguai e após arrebanhar milhares de cabeças de gado, retornou à sua província, julgando estar a salvo. O general Rosado, sabedor da incursão platina, enviou uma força sob o comando do coronel Bento Manuel Ribeiro, para enfrentar o invasor. Bento Manuel, que tinha recebido liberdade de ação por parte do general Rosado, atravessou o rio Uruguai e derrotou, em 5 de novembro de 1826, as tropas de Aguirre, no Combate do Meriñay, retornando ao Rio Grande com todo o gado que havia sido roubado.

O ano de 1826 terminou com as fronteiras do Rio Grande bem defendidas por Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro.

CALÓGERAS, J. Pandiá – *"Formação Histórica do Brasi", Ed. BIBLIEX, 1957.*
BALDRICH, J. Amadeu – *"Historia de la Guerra del Brasil", Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*
PALOMEQUE, Alberto – *"El General Rivera y La Campaña de Misiones", Ed. Arturo E. Lopez, Buenos Aires, 1914.*
LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de – *"Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata", Ed. BIBLIEX, 1956.*

O general Alvear assume o comando do Exército Republicano

No início do segundo semestre de 1826, as tropas imperiais, em posição claramente defensiva, não eram motivo de grande preocupação por parte do general Martin Rodriguez. O seu problema eram as tropas orientais. Lavalleja continuava insistindo na tese de que o comando de todas as forças militares na Banda Oriental lhe cabia por direito. A ocupação de seu acampamento em Durazno pelo exército de Martin Rodriguez o impedia de qualquer reação armada e por isso limitava-se a não cooperar com os platinos, em passiva insubordinação.

As tropas orientais em Paisandu, fiéis a Rivera, estavam em aberta rebelião contra Martin Rodriguez e dentro de seu próprio acampamento, o general platino encontrava resistências por parte da "turma dos Andes", os veteranos de San Martin. Martin Rodriguez acabou por dar parte de doente, um sutil pedido para ser substituído.

Sensível ao que se passava, o presidente platino D. Bernardino Rivadávia nomeou, em 14 de agosto de 1826, o general José Maria de Alvear, que era então o seu Ministro da Guerra e da Marinha, para assumir o comando do exército republicano na Banda Oriental.

O general Alvear, então com 37 anos de idade e 10 anos como general, assumiu o comando no dia 1º de setembro de 1826 e começou acertando, ao levar como seu Chefe de Estado-Maior o brigadeiro Miguel Estanislau Soler, um militar profissional enérgico e experiente.

A primeira decisão de Alvear foi juntar os dois acampamentos, San José e Durazno, em um só, no Arroyo Grande, um afluente do rio Negro. Em seguida tratou de enfrentar a rebeldia oriental, pois...*al llegar a Durazno vió que el abismo era mayor de lo que em Buenos Aires se creia...*

D. Barnabé Rivera desde agosto se adonara das costas do rio Negro. Seus "capitães", Caballero, Raña, Araucho, Anacleto, cometiam todo tipo de tropelias na área sob seu

controle. O acinte maior ocorreu quando as volantes de Barnabé se apossaram da bagagem pessoal do general Martin Rodriguez, em trânsito de volta para Buenos Aires.

Alvear deu ordens para que os regimentos dos coronéis Brandsen e Laguna atacassem as tropas de Barnabé. O encontro se deu no Paso de Los Toros, sobre o rio Negro e Barbabé, Caballero, Raña e Araucha foram presos.

Alvear então decidiu convencer Lavalleja a cooperar, dando-lhe 24 horas para se enquadrar...*si usted no obedece...repaso imediatamente el uruguay, com todo el ejército...dejando a los orientales que se compongan com los brasileiros y los riveristas*...E com isso acabou-se a rebeldia de Lavalleja.

Por fim Alvear enfrentou a "turma dos Andes", composta por destacados combatentes do *Exército dos Andes* de San Martin, como Paz, Lavalle, Olazábal, Brandsen, Olavarria, Iriarte, Angel Pacheco, Nazar, Buenaventura Alegre, Eugênio Garzón, Manuel Escalada. Esses oficiais não gostavam de Alvear, a quem acusavam de ter pouca experiência em operações militares, o que era verdade. Alvear, por seu turno, não os suportava, por considerá-los vaidosos e arrogantes, o que também era verdade.

Contra a "turma dos Andes" Alvear brandiu o regulamento militar: o comandante era ele e quem não estivesse satisfeito que fosse logo embora ou enfrentasse os rigores do regulamento.

O coronel Manuel Escalada, comandante do RC nº 3, encilhou o cavalo e foi embora, à testa de seus oficiais, deixando a tropa acéfala. Para o seu lugar foi nomeado o coronel Angel Pacheco, com ordem de reorganizar a unidade. O coronel Lavalle, o mais refratário à Alvear, foi suspenso, temporariamente, do comando de sua unidade. Os coronéis Paz e Garzón resolveram contemporizar e por fim, todos se submeteram ao novo comandante-em-chefe.

Alvear, em pouco tempo, concentrou a tropa em um só lugar e sob um único comando, acabou com a rebeldia oriental e disciplinou a "turma dos Andes", dando ao Exército Republicano razoável capacidade operacional.

Alvear, pragmaticamente, desistiu de esperar por mais reforços prometidos pelas províncias, porque os governadores das províncias mais próximas da Banda Oriental desconfiavam que a verdadeira intenção de Buenos Aires era a de estabelecer o unitarismo e cessaram a cooperação com o Poder Executivo Nacional.

Lavalleja, ainda ressentido com os platinos, não permitiu que os quase 4.000 orientais empregados nos cercos de Montevidéu e Colônia fossem se juntar ao Exército Republicano.

Todavia, Alvear deu-se satisfeito com o que tinha, cerca de 9.000 combatentes apoiados por 16 canhões e partiu em busca do Exército Imperial.

Alvear não tinha um plano estratégico definido quando iniciou sua marcha, apenas definiu Bagé como objetivo a ser alcançado ao mesmo tempo que se cobriria face a Santana do Livramento, onde sabia estar o grosso do Exército Imperial. Se isso fosse conseguido, o Exército Imperial estaria liquidado, pois interpondo-se entre Santana e as bases de Rio Pardo e São Francisco/Rio Grande, as tropas no acampamento "Imperial Carolina" ficariam isoladas e impedidas de receber qualquer reforço ou suprimento. Em uma segunda fase, e se necessário, os brasileiros seriam batidos por partes, primeiro em Santana e depois em São Francisco/Rio Grande.

No dia 26 de dezembro de 1826, o Exército Republicano saiu de Arroyo Grande, tendo na vanguarda o 1° Corpo, de Lavalleja. Começava a invasão da Província do Rio Grande pelas tropas da agora chamada República Argentina.

"Archivo del General Juan A. Lavalleja (1826-18270"

ARRILI, Bernardo Gonzales – *"Historia de la Argentina", Editorial Nobis, Buenos Aires.*
IBARGUREN, Carlos – *"Juan Manuel de Rosas", Libreria La Facultad, Buenos Aires, 1933.*
BALDRICH, J. Amadeu – *"Historia de la Guerra del Brasil", Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*
BEVERINA, Cel. Juan – *"La guerra contra el Imperio del Brasil", Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*
WIEDERSPAHN, Henrique Oscar – *"A Campanha de Ituzaingô", Ed. BIBLIEX, 1961.*
FRAGOSO, Gen. A. Tasso – *A Batalha do Passo do Rosário", Imprensa Militar, 1922.*

O general Barbacena assume o comando do Exército Imperial

A concentração do Exército Imperial no acampamento de Santana, batizado pelo general Rosado como "Imperial Carolina" teve início em fins de 1825 e início de 1826. O local escolhido para o acampamento não poderia ser pior:

> *...Em um pequeno recinto montuoso desta povoação nova e isolada, coberto de areia, desarborizado, e banhado apenas em uma de suas orlas por pequenos regatos, origens do Ibicuhy que, no verão, ou secam ou se tornam insalubres, estabeleceu o general Rosado o seu Quartel-General em março de 1826, ocupando os poucos casebres que ali deparou, e em redor de si fez amontoar as tropas, que em diversos períodos e de diferentes províncias convergiam para aquele ponto para a organização do Exército...*

Foram cerca de oito meses de fome, frio, miséria e morte. Os depoimentos das testemunhas são coincidentes sobre a total falta de estrutura do acampamento. O marechal Luiz Manuel de Lima e Silva, que lá esteve como capitão, escreveu de memória:

> *...As tropas do norte, que tiveram que fazer as marchas no rigor do outono, não traziam capote...Assim chegaram também os recrutas do Ceará...Assim exposta a tropa às intempéries, e tendo por único alimento carne, muitas vezes sem sal, sofreu muito o estado sanitário do exército...Desenvolveu-se no acampamento a desinteria e, se não me falha a memória, em poucos meses foram aí enterradas 500 ou 600 praças...*

A situação sanitária da tropa era agravada pela precariedade dos hospitais de campanha e a escassez de medicamentos, como registrou o capitão Seweloh, um alemão a serviço do Exército Imperial:

> *...O hospital de Livramento era um quadro hediondo de misérias e desgraças. Doentes de todas as classes, sem separação, sem remédios, sem tratamento, morreram no chão indiscriminadamente... sem encontrar o menor desvelo na hora derradeira...*

O marechal Manuel Luiz Osorio viveu, como tenente, o horror do "Imperial Carolina". Em 1877, como senador do Império, registrou na tribuna do Senado, as dolorosas recordações desse maldito acampamento: *...O exército enterrou ali mais de 700 soldados, mortos quase à fome, no estado mais deplorável, sem medicamentos, sem hospitais. Tudo era miséria.*

A causa principal desse desastre logístico tinha origem na desavença entre os generais Gordilho e Rosado. Suprimentos havia, só que o general Gordilho os enviava para um Depósito Geral em São Francisco de Paula (Pelotas) e não diretamente para Santana. A situação deteriorou-se a tal ponto que só restou ao governo imperial afastar os dois generais, nomeando presidente da província o general Salvador José Maciel e comandante do exército o general Carlos Frederico Lecor, que estava cercado em Montevidéu.

O general Maciel assumiu o governo em 4 de novembro de 1826 e o general Lecor não chegou a assumir o comando do exército, pois por decreto de 12 de setembro de 1826, o governo imperial nomeou o general Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, o Visconde de Barbacena, para o comando do Exército do Sul.

Logo após ser nomeado, Barbacena foi elevado a marquês e promovido a tenente-general, o que não afastou a desconfiança sobre a sua capacidade de comandar um exército em operações, pois segundo

> *...a nomeação de Barbacena...causou o maior espanto na Côrte porque ninguém o conhecia como militar e muito menos como general...Mostrou sua capacidade como diplomata e depois como ministro dos Negócios Estrangeiros e de Finanças e foi um hábil parlamentar...O marquês nunca comandara um soldado e se alguma vez viu exércitos formados, seria nas paradas...*

Barbacena embarcou para o sul em 3 de novembro de 1826, levando consigo gente competente. Como Ajudante-General, o brigadeiro José de Souza Soares de Andrea; como Quartel-Mestre General, o brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos; como Chefe de Estado-Maior, a primeira vez que essa expressão aparece na história militar brasileira, introduzida por Barbacena, o marechal Gustavo Henrique Brown, um alemão mercenário contratado em Londres em maio de 1826. O marechal Brown (Braun, antes de "inglesado"), era um soldado experiente. Marechal-de-Campo reformado do Exército de Portugal e coronel do exército inglês.

Barbacena chegou a Porto Alegre em 23 de novembro de 1826 e de imediato começou a assumir o controle da situação, organizando um trânsito regular de carretas para abastecer o acampamento de Santana e planejando mudá-lo para *...local mais apropriado...*No dia 17 de dezembro seguiu para Santana, via Rio Pardo.

OLIVEIRA, Cel. J. J. Machado de – *"Recordações Históricas", in Revista do IHGB, 1869.*

SEWELOH, Anton Adolfo Frederico de – *"Reminiscências da Campanha de 1827 – Caderno de Notas", separata da Revista Militar Brasileira, Ano 26, nº 1, Jan/Mar, 1936.*

SILVA, Alfredo Pretextrato Maciel da – *"Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889 – Traços Biográficos", Ed. Biblioteca Militar, V 31-32.*

LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de – *"Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata", Ed. BIBLIEX, 1956.*

BARBACENA, Visconde de – *"História da Campanha do Sul em 1827 – A Batalha de Ituzaingó", in Revista do IHGB, Tomo 49, 2º Trim. 1886.*

TORRES HOMEM, Cel. J. S. – *"Annaes das Guerras do Brazil com os Estados do Prata e do Paraguay", Imprensa Nacional, 1911.*

Uma Testemunha Ocular- "Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires".

A viagem de D. Pedro I ao Teatro de Operações

Nos últimos dias de 1826, D. Pedro I decidiu acompanhar de perto o esforço de guerra no sul, deslocando-se para o teatro de operações. Uma decisão temerária, pois as águas do Atlântico Sul eram traiçoeiras e infestadas de corsários. A presença do Imperador na frente de combate, famoso que era por sua coragem pessoal e arroubos de comportamento, constituía-se num risco com consequências imprevisíveis.

O desaparecimento de D. Pedro I nessa quadra da história na emergente nação brasileira seria uma tragédia de proporções inimagináveis.

Na tarde de 23 de novembro de 1826, o imperador embarcou na nau "Pedro I" e escoltado por uma flotilha composta por 10 embarcações, dirigiu-se para o sul. Ao amanhecer de 29 de novembro, essa flotilha avistou, por acaso, o corsário "Chacabuco", que andava em corso no litoral catarinense. Assustado, o "Chacabuco" afastou-se para alto mar, sem ser perseguido. Nesse mesmo dia, a flotilha ancorou na ilha de Santa Catarina, debaixo de um furacão, que não chegou a causar maiores danos.

Desde Santa Catarina, D. Pedro I prosseguiu por terra para Porto Alegre. Foi curta a permanência do imperador nessa cidade, pois ao receber notícias do grave estado de saúde da imperatriz D. Leopoldina e convencer-se de que o lugar de um imperador era na Corte e não em uma frente de batalha, D. Pedro I decidiu retornar imediatamente ao Rio de Janeiro.

Após tomar medidas emergenciais destinadas a solucionar os graves problemas que afligiam a tropa mobilizada para a guerra e realizar uma rápida visita às unidades acampadas em São José do Norte, o imperador saiu de Porto Alegre via terrestre e no dia 25 de dezembro, em Torres, encontrou-se com o Visconde de São Leopoldo, que trazia a notícia do falecimento de D. Leopoldina, acontecido no dia 11 de dezembro. D. Pedro embarcou em Santa Catarina e a 14 de janeiro de 1827 estava de volta ao Rio de Janeiro.

RANGEL, Alberto – *"D. Pedro I e a Marquesa de Santos", Ed. Livraria Francisco Alves, 1916.*
BOITEUX, Contra-Almirante Lucas Alexandre – *"Nossas Campanhas Navais – A Guerra Cisplatina", in Revista Marítima Brasileira, 1957-1958-1959.*
LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de – *"Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata", Ed. BIBLIEX, 1956.*

A guerra naval

O Império tinha uma força naval de respeito, a maior parte herdada dos portugueses, composta por cerca de 90 embarcações dotadas de canhões e 30 embarcações desarmadas, destinadas ao apoio logístico. O problema que se apresentava era a falta de pessoal qualificado para guarnecer tantos navios, pois um bom número de marinheiros havia optado por retornar a Portugal, quando da independência do Brasil

A solução óbvia foi contratar marinheiros estrangeiros, na maioria ingleses, que haviam perdido o emprego com o fim das guerras napoleônicas. Guarnecidos os navios, o governo imperial buscou decidir a guerra que se iniciara enviando dois terços de sua esquadra para o Prata, para atuar sob o comando do almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, um português que optara por permanecer no Brasil e que já se encontrava em operações de bloqueio ao porto de Buenos Aires.

A esquadra imperial, composta por navios construídos para operar em alto mar, desde logo encontrou enormes dificuldades quando chamada a operar nas águas mais rasas dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, formadores do grande estuário platino.

O acesso ao porto de Buenos Aires era feito por *...três canais de acesso dependentes das marés, um dos quais perigosíssimo...*e o porto de águas profundas mais próximo da capital platina era o da enseada de Barragán, onde ocorreu o desembarque das tropas inglesas em 1806. Buenos Aires, apesar de ficar na beira do Rio da Prata, era de difícil abordagem em termos de um assalto naval por parte de navios de grande calado. Em resumo, era mais fácil bloquear o acesso ao porto de Buenos Aires, o que foi feito pela esquadra imperial, do que atacá-lo diretamente.

A marinha platina praticamente não existia, pois da esquadrilha improvisada por Brown em 1814, restavam apenas seis pequenos barcos mal armados. Pressionado pelo bloqueio brasileiro, o presidente Las Heras convocou novamente William George Brown para organizar uma esquadra com os escassos meios disponíveis. Para tanto Brown foi comissionado como *Almirante de la Esquadra Nacional.*

Brown requisitou e armou dez lanchões, que eram utilizados na navegação entre os portos fluviais da bacia platina, aumentando assim a sua esquadra para 16 embarcações. Essa "esquadra" concentrou-se no ancoradouro de *Los Pozos,* cerca de três quilômetros ao norte de Buenos Aires. A denominação *Los Pozos* decorria da existência de bancos de areia no leito do rio, dando origem a verdadeiros poços, de diferentes tamanhos e profundidades. A entrada para esse ancoradouro era feita por um único canal, estreito e sinuoso, tornando o local praticamente impossível de ser hostilizado diretamente pela esquadra imperial.

A seguir, Brown transformou quatro navios mercantes em corvetas de combate, batizadas "25 de Mayo", "Congreso Nacional", "República " e "Sarandi", aumentando sua frota para 20 navios artilhados por mais de 100 canhões e tripulados por 1.300 homens, na maioria ingleses.

Uma tentativa platina de comprar navios de guerra do Chile malogrou completamente. O coronel Ventura Vásquez, enviado a Santiago com essa missão, limitou-se a comprar três navios, todos em péssimo estado de conservação. A fragata "Maria Isabel", rebatizada como "Buenos Aires", naufragou ao sul do Chile, levando consigo toda a tripulação; a corveta "Independencia", rebatizada "Montevideo", não conseguiu sair do porto de Valparaíso; a corveta "Chacabuco" foi a única embarcação a conseguir, a duras penas, contornar o cabo Horn e atracar na Patagônia.

O resultado dessa missão*...fué um verdadero desastre, al que contribuyeron los malos tempos y los errores de los hombres...*Uma fortuna foi posta fora, cerca de 1.200.000 pesos*...una enormidade, sin duda, pero no mas grande que la avidez del vendedor...*

Apesar de todas as dificuldades, Brown conseguiu aumentar sua esquadra para 40 embarcações, nenhuma grande, e 200 canhões e iniciou a guerra naval contra a esquadra imperial, composta por 30 naves de alto bordo e 50 de menor porte.

A primeira ação de vulto da improvisada esquadra platina ocorreu em 5 de fevereiro de 1826, quando o almirante Brown tentou pela primeira vez levantar o bloqueio do porto de Buenos Aires, realizado por 17 grandes navios da armada imperial. Ao detectar a presença dos navios platinos, de pequeno calado, se aproximando em ordem de batalha, a esquadra imperial deu as costas ao inimigo, em busca de águas mais profundas, onde poderia manobrar com mais facilidade. Brown considerou a manobra como uma retirada e ordenou o regresso de seus navios para a segurança de Los Pozos.

No dia 9 de fevereiro, Brown saiu novamente de sua base, desta vez com mais navios e novamente a esquadra imperial buscou águas mais profundas, sendo seguida pelos navios platinos. Após navegar três horas de costas para o inimigo, os navios imperiais receberam ordens de meia-volta e atacaram a flotilha platina, que sofreu severas perdas e teve que retirar-se para Los Pozos.

Esse enfrentamento, o combate naval de Corales, deixou bem claro como seria a guerra naval entre a poderosa, porém pesada armada imperial e a pequena, porém ágil, esquadra platina. Em águas profundas, a supremacia imperial era inconteste, porém nos canais de pouco calado, a agilidade das embarcações platinas compensavam seu menor poder de fogo. Talvez num excesso de prudência, o almirante Lobo decidiu levantar o bloqueio aproximado do porto de Buenos Aires, optando por bloquear a entrada do Rio da Prata, o que resultou em maior liberdade para as ações do almirante Brown.

No dia 24 de fevereiro, nova investida dos navios platinos contra navios imperiais foi prontamente repelida, só que o almirante Brown, após sair do alcance dos canhões da corveta "Liberal" e da fragata "Imperatriz", em vez de retirar-se para Los Pozos, seguiu, sem ser perseguido, para a Colônia do Sacramento, onde na manhã seguinte intimou a guarnição brasileira a se render.

O comandante da Colônia, brigadeiro Manoel Jorge Rodrigues, rechaçou a intimação platina. Após duelos entre as baterias de terra e os canhões dos navios, na noite de 1º de março o almirante Brown ordenou o desembarque de mais de 300 homens em ousada operação anfíbia. O desembarque fracassou e os platinos sofreram pesadas perdas.

O almirante Lobo, em 12 de março de 1826, tomou duas decisões extremamente funestas para o Império Brasileiro: retirou a flotilha do rio Uruguai, deixando assim livre a ligação entre a província platina de Corrientes e a Banda Oriental e determinou a evacuação da tropa de infantaria que guarnecia a ilha de Martin Garcia, estratégico ponto de apoio para a navegação entre a Banda Oriental e o porto de Buenos Aires. Essas decisões levaram o governo imperial a retirá-lo do comando da esquadra. Enquanto aguardava seu substituto, o almirante Lobo viu sua esquadra sofrer perdas consideráveis para o almirante Brown, como resultado de pequenos combates navais, de muito triste recordação para os brasileiros.

Na noite de 10 de abril de 1826, o almirante Brown, navegando sob uma bandeira francesa, se dirigiu ao porto de Montevidéu onde, além de pequenos mercantes imperiais, assaltou a escuna "Isabel Maria", dotada de cinco canhões e guarnecida por 36 homens. Finalmente detectado, Brown içou sua própria bandeira e recuou para Los Pozos, perseguido pela fragata "Nichteroy", comandada pelo inglês James Norton, que lhe infligiu severos danos.

Na noite de 26 de abril, o almirante Brown, um irlandês, buscou desforrar-se do inglês James Norton, assaltando a fragata "Nichteroy" em pleno porto de Montevidéu. À frente de uma pequena flotilha, o "25 de Mayo", o "Balcarce" e o "Independência", penetrou no porto sem ser pressentido, até abordar a fragata "Imperatriz". Houve intensa troca de fogos entre a flotilha platina e a fragata imperial. Uma tentativa de abordagem foi repelida após hora e meia de combate corpo a corpo, e Brown conseguiu novamente se retirar para Los Pozos.

No dia 3 de maio, nova investida de Brown resultou no combate do "Banco Ortiz", com nova retirada para Los Pozos.

No dia 12 de maio, chegou a Montevidéu o novo comandante-em-chefe da esquadra imperial em operações de guerra no Rio da Prata, o almirante Rodrigo Pinto Guedes, que tratou de reorganizar a esquadra em quatro divisões:

- A 1ª Divisão sob seu comando, integrada pelas naves mais pesadas e encarregada da linha exterior de bloqueio.
- A 2ª Divisão sob o comando de James Norton, integrada por naves menos pesadas e encarregada da linha interior de bloqueio.
- A 3ª Divisão sob o comando do Capitão de Fragata Jacintho Roque de Senna Pereira, integrada por navios leves, encarregada de patrulhar os rios Paraná e Uruguai.
- A 4ª Divisão, integrada pelos navios em reparos no porto de Montevidéu.

O almirante Lobo seguiu para o Rio de Janeiro e ao chegar foi recolhido preso à Fortaleza de Santa Cruz. Submetido a Conselho de Guerra, acabou absolvido "por falta de provas".

Sob o comando do almirante Guedes, finalmente o porto de Buenos Aires começou a sentir para valer o efeito de um bloqueio naval e a sua alfândega chegou, por vezes, a fechar por falta de movimento.

A esquadra imperial ficou mais dinâmica e os comandantes dos navios mais motivados para o combate. Nos dias 23 e 25 de maio, ocorreram pequenas escaramuças entre as flotilhas de Norton e Brown, mas sem qualquer resultado prático.

O almirante Guedes decidiu dar combate a Brown em seu refúgio de Los Pozos e para isso reuniu suas 2ª e 3ª Divisões. Na manhã de 11 de junho, as duas Divisões, sob o comando de Norton tentaram chegar a Los Pozos, mas após as embarcações mais leves roçarem seus cascos na areia do leito do rio, Norton decidiu se retirar para águas mais profundas, constatando a inviabilidade de se atingir o reduto de Brown com os navios disponíveis.

A boa notícia dessa ação é que a escuna "Isabel Maria" que havia sido apresada por Brown no porto de Montevidéu e estava ancorada no porto de Buenos Aires, foi recuperada e retornou a Montevidéu.

Ao anoitecer de 29 de julho, nova investida do almirante Brown resultou em sua completa derrota. Seu navio, a orgulhosa "25 de Mayo", foi tão seriamente avariado no confronto com a 2ª Divisão Naval Brasileira que obrigou Brown a se refugiar no bergantim "Republica" e a retornar para o porto de Buenos Aires, levando sua nave capitânea a reboque. Esforço inútil, pois a "25 de Mayo" acabou indo a pique no dia seguinte. Foi nesse combate, que passou à história como o *Combate de Quilmes,* que o capitão inglês John Pascoe Grenfell, comandante da "Caboclo", perdeu um braço.

Brown estava sem barcos e sem tripulantes, pois os marinheiros, recrutados com promessas de ricos butins que nunca se concretizaram, começaram a desertar. Nesse quadro, sem força naval nem esperança de obtê-la depois da fracassada tentativa no Chile, o governo de Buenos Aires optou por reforçar as ações corsárias.

BOITEUX, Contra-Almirante Lucas Alexandre – *"Nossas Campanhas Navais – A Guerra Cisplatina", in Revista Marítima Brasileira, 1957-1958-1959.*
MAIA, Prado – *"A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império", Ed. Cátedra, MEC.*

A guerra de Corso

Em 25 de outubro de 1826, o governo platino expediu instruções para o almirante Brown realizar uma expedição de corso contra navios mercantes brasileiros, estipulando o prazo de quatro a cinco meses para essa ação. Já na noite de 27 de outubro, Brown saiu de Los Pozos com seus únicos barcos em condições de velejar, os brigues "Congresso" e "Republica" e a escuna "Sarandi".

Mal saíram, foram detectados e atacados pelos navios imperiais que bloqueavam o porto de Buenos Aires e o "Congresso" e o "Republica" regressaram para a segurança de Los Pozos, mas a "Sarandi" conseguiu sair para mar alto e dirigiu-se para o sul.

No cabo Corrientes, na região da atual cidade argentina de Mar del Plata, Brown emcontrou por acaso a corveta "Chacabuco", que vinha do Chile. Apesar da precária condição da sua embarcação, a tripulação da "Chacabuco", com a promessa de segura e fácil rapina, concordou em seguir o almirante Brown em sua expedição de corso nas costas brasileiras.

No dia 10 de novembro, Brown tentou entrar no porto de Cabo Frio, na costa do atual estado do Rio de Janeiro, mas foi repelido pelo fortim da barra. Na retirada, saqueou a carga de três pequenas embarcações de navegação de cabotagem.

Rumou para o sul, evitando o porto do Rio de Janeiro e na altura da Ilha Grande, abordou e roubou a carga de três iates. No dia 18 de novembro, tentou penetrar no canal da ilha de São Sebastião, no litoral paulista, e novamente foi repelido pelo fortim do porto. A "Sarandi" foi avariada no casco e no velame e Brown decidiu regressar a Buenos Aires, saqueando quatro pequenos barcos comerciais que encontrou pelo caminho. A expedição, que era para durar de quatro a cinco meses durou apenas dois meses, pois Brown entrou no porto de Buenos Aires em fins de dezembro.

A "Chacabuco", que havia se desgarrado da "Sarandi", chegou à ilha de São Sebastião em 20 de novembro, à procura de Brown. Não o encontrando, seu comandante, Santiago Bynon decidiu desembarcar e atacou o pequeno povoado da ilha, mas foi rechaçado pela milícia local. Ao regressar para Buenos Aires, a "Chacabuco" deparou-se com a escolta de D. Pedro I, então em viagem para o Rio Grande do Sul, mas conseguiu evadir-se para alto mar.

Em Maldonado, muito próximo de Montevidéu, operava o pirata francês Cesar Fournier, promovido a capitão corsário do governo de Buenos Aires. Na noite de 21 de setembro, à frente de 27 homens – ingleses, franceses e norte-americanos – embarcados em três lanchas, Fournier havia abordado a escuna brasileira "Leal Paulistana", então ancorada no porto de Maldonado. Essa embarcação foi vendida aos platinos e rebatizada como "Maldonado".

Motivado pelo sucesso de sua primeira ação, Fournier planejou nova abordagem. Dispondo de um lanchão e oito baleeiras, recrutou cerca de 200 homens no porto de Maldonado e na madrugada de 16 de dezembro rumou para o assalto ao brigue "Rio da Prata", fundeado ao largo. As baleeiras conseguiram abordar o brigue, mas dado o alarma, a tripulação reagiu e após uma hora de combate corpo a corpo, os atacantes foram dizimados. Fournier conseguiu escapar a nado. Dos 48 homens que guarneciam o lanchão, que foi apreendido, só um escapou com vida.

BRAVO, C. F. Rubens Peach – *"Guerra de Corso – O fruto de suas lições", in Revista Marítima Brasileira, Abr/Mai/Jun, 1980.*

O Combate do Juncal e a malograda expedição à Patagônia

Em fins de dezembro de 1826, a antiga Flotilha do Uruguai, agora denominada 3ª Divisão da Esquadra, encontrava-se ociosa no porto da Colônia do Sacramento. Como o Exército Republicano acampado na Banda Oriental supria-se com o que vinha de Buenos Aires, Entre Rios e Corrientes através dos passos do rio Uruguai, o almirante Pinto Guedes determinou à 3ª Divisão que retornasse a patrulhar as águas desse rio.

Dessa forma, em princípios de dezembro de 1826, a 3ª Divisão começou a remontar o rio Uruguai e ancorou na foz do rio Negro. O governo de Buenos Aires, ao tomar conhecimento dessa ação brasileira, acionou o almirante Brown, que acabara de chegar do seu corso no litoral brasileiro.

Brown preparou uma flotilha, formada unicamente por embarcações de pequeno calado, mais adequadas para operar em águas rasas e a 28 de dezembro chegou à foz do rio Uruguai. Subindo o rio, em 29 de dezembro defrontou-se com a Divisão imperial na foz do rio Negro e a atacou, sem maiores consequências.

Brown visualizou então a possibilidade de bloquear a 3ª Divisão, impedindo sua saída do rio Uruguai. Descendo o rio, instalou uma posição de artilharia guarnecida por qua-

tro canhões na Punta Gorda, local em que o rio se estreitava e conseguiu apoio do governo platino para fortificar a ilha de Martin Garcia, estrategicamente situada na confluência do rio Uruguai com o Rio da Prata. A seguir Brown ancorou sua flotilha ao largo da ilha de Martin Garcia, à espera da 3ª Divisão.

Ao tomar conhecimento dessa situação, o almirante Pinto Guedes organizou uma força naval, à qual deu o nome de "Divisão Auxiliadora", para socorrer a 3ª Divisão. A nova força, constituída por oito embarcações, capitaneada pela corveta "Maceió", sob o comando do capitão de fragata Frederico Mariath, saiu de Montevidéu em 16 de janeiro de 1827, e no dia seguinte se defrontou com a flotilha platina, fundeada na "Playa Honda", ao largo da ilha de Martin Garcia, local de difícil navegação, devido à existência de numerosos e traiçoeiros bancos de areia.

Ao se aproximar, a Maceió encalhou, levando Brown em 18 de janeiro, a tentar abordá-la, com um contingente embarcado em sete baleeiras. Quando as baleeiras se encontravam à distância de tiro, Mariath reagiu com pesado fogo de canhões e intensa fuzilaria, levando Brown a suspender a operação, face às pesadas baixas sofridas. Após esse combate, Mariath limitou-se a observar a flotilha platina, sem hostilizá-la.

Em princípios de fevereiro, o comandante da 3ª Divisão, Senna Pereira, decidiu descer o rio. A Divisão passou sem maiores problemas pela bateria de canhões de Punta Gorda, mas ao aproximar-se da foz do rio verificou que estava bloqueado pela esquadra de Brown, apoiada pelos canhões de Martin Garcia.

Para atingir o estuário do Rio da Prata seria necessário optar por navegar por este ou por oeste da ilha de Martin Garcia. Senna Pereira optou pelo canal de este, chamado apropriadamente de "canal del Infierno", devido às dificuldades que impunha à navegação.

Ao amanhecer do dia 8 de fevereiro, após avistar a esquadra de Brown, Senna Pereira decidiu fundear entre as ilhotas de Juncal e Dos Hermanas, visando compactar sua formação, que se alongara na descida do rio. Às 13 horas desse mesmo dia, com vento favorável, Senna Pereira mandou suspender e atacar o inimigo, que já formava em linha de batalha.

Seguiram-se duas horas de canhoneios mútuos, sem consequências e como por volta das 16 horas desabou uma tempestade de verão, os procedimentos de guerra foram suspensos por ambos os contendores,

Na manhã de 9 de fevereiro, as duas esquadras novamente se defrontaram. Em duas horas de combate, com cinco barcos brasileiros fora de combate, o comandante Senna Pereira aprisionado após ser ferido na cabeça e o restante dos navios brasileiros se retirando rio acima, a "Batalha do Juncal" estava decidida a favor dos platinos. Sem pressa, pois sabia que os navios remanescentes da "Flotilha do Uruguai" não tinham como escapar, Brown tratou de recompor e reorganizar sua esquadra. Assim que pôde iniciou a perseguição e no dia 13 de fevereiro capturou três navios brasileiros, que háviam se refugiado no rio Guale-Guaychú. As tripulações de cinco canhoneiras abandonaram suas embarcações e solicitaram asilo junto às autoridades de Entre Rios, que lhes foi concedido. Somente duas embarcações da "Flotilha do Uruguai" conseguiram escapar da perseguição de Brown, as fragatas "Dona Paula" e "Victória da Colônia" que, esgueirando-se pelo rio Tinto, terminaram por chegar em segurança no porto da Colônia do Sacramento, no dia 14 de fevereiro. Foi a maior derrota sofrida pela Marinha Imperial Brasileira.

Enquanto ocorria a destruição da "Flotilha do Uruguai", outro acontecimento dessastroso para a Marinha Imperial tinha lugar na distante Patagônia. Em fins de 1826, o governo imperial decidiu enviar uma expedição naval à foz do rio Negro, na Patagônia argentina, cerca de 1.000 quilômetros ao sul de Buenos Aires. As motivações dessa

decisão foram a necessidade de neutralizar uma alternativa usada por Buenos Aires para escapar do bloqueio que paralisava seu porto e destruir as bases de navios corsários que agiam na costa brasileira.

No dia 16 de fevereiro de 1827, uma divisão naval composta por quatro barcos levantou âncoras de Maldonado, sob o comando de capitão de fragata James Shepperd. A missão dessa divisão, bastante genérica, era capturar ou afundar navios corsários que encontrasse pelo caminho e destruir as fortificações que defendiam as povoações situadas na foz do rio Negro.

No dia 25 de fevereiro a divisão chegou à barra do rio Negro, local de difícil navegação, exigindo a colaboração de práticos conhecedores de seus obstáculos para alcançar o porto da vila de Carmen de Patagones. Temerariamente Shepperd decidiu entrar no rio, bombardeando e destruindo um fortim que a protegia. A corveta "Duqueza de Goyaz" encalhou e terminou por afundar. A seguir a corveta "Itaparica" também encalhou, necessitando vários dias de dura faina para voltar a navegar. Com esses dois insucessos, Shepperd decidiu atacar Carmen por terra, desembarcando toda a tropa e deixando apenas uma pequena guarnição em cada navio.

Após penoso deslocamento através de terreno hostil, a tropa atacou a vila de Carmen, que se encontrava muito bem preparada para resistir. Uma das primeiras baixas dos atacantes foi a de seu comandante, James Shepperd, que caiu mortalmente ferido. Não restou ao seu substituto, capitão Eyre, outra alternativa a não ser ordenar a retirada, realizada sob cerrado tiroteio e ataques de um pelotão de cavalaria formado por milicianos locais. Eyre acabou por aceitar uma oferta de rendição incondicional, resultando presos 11 oficiais e 300 praças.

O navio corsário "Chacabuco", após a malograda expedição de corso na costa brasileira, estava ancorado, imprestável, no porto de Carmen. Seu experiente comandante, capitão Bysson, mobilizou os barcos em condições de navegar que estavam no porto e partiu para o ataque dos praticamente indefesos barcos brasileiros, que além de estarem fracamente guarnecidos, não dispunham de armas de fogo, que haviam sido levadas por Shepperd e foram facilmente dominados.

O triste saldo negativo dessa malograda expedição à Patagônia foi a perda de quatro navios, 28 canhões, uma centena de mortos e seis centenas de prisioneiros.

Dos prisioneiros, cerca de 200 eram mercenários ingleses que aceitaram ser incorporados à armada platina. Os brasileiros foram enviados a diferentes prisões e há registro de que, no ano de 1833, ainda havia alguns trabalhando como forçados na vila de Carmen de Patagones.

No dia 16 de agosto de 1827, um lote desses prisioneiros foi despachado de Carmen de Patagones para uma prisão na província de Santa Fé, no brigue "Anna", escoltado pela "Chacabuco" e a "Imperatriz", que fora rebatizada como "Ituzaingó". Os tenentes Joaquim Marques Lisboa (futuro Marquês de Tamandaré) e Joaquim José Ignácio (futuro Conde de Inhaúma), combinaram uma rebelião a bordo e à frente de uma centena de prisioneiros, dominaram a tripulação do "Anna", sem que os barcos da escolta percebessem. Na primeira oportunidade escaparam da vigilância da escolta e rumaram para Montevidéu, onde chegaram em 26 de agosto.

NOBRE, Fernando – *"As Fronteiras do Sul", Of. Gráficas Monteiro Lobato, SP,1922.*
BOITEUX, Contra-Almirante Lucas Alexandre – *"Nossas Campanhas Navais – A Guerra Cisplatina", in Revista Marítima Brasileira, 1957-1958-1959.*
BALDRICH, J. Amadeu – *"Historia de la Guerra del Brasil", Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*

SILVA, Theotonio Meirelles da – *"Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brazileira", Ed. Typographia Perseverança, V 1 e 3, 1881/1883.*

Combate de Monte Santiago e o fim da guerra naval

Na noite de 6 de abril de 1827, o almirante Brown saiu de Los Pozos, cumprindo ordens do governo platino para executar novas ações de corso no litoral brasileiro. Levava com ele todos os barcos de sua esquadra que ainda tinham alguma condição de combater, ou seja, apenas a escuna "Sarandi" e os brigues "Republica", "Independencia" e "Congreso".

A esquadra imperial de bloqueio, as corvetas "Liberal" e "Maceió" e mais seis brigues, sob o comando de Norton, estava fundeada a 14 quilômetros a sudeste de Buenos Aires e detectou a movimentação de Brown.

Norton imediatamente mandou suspender âncoras e manobrou para cercar a pequena flotilha platina, o que ocorreu na manhã de 7 de abril. Sentindo-se cercado, Brown buscou refúgio nas águas da Enseñada de Barragán. Os brigues "República" e "Independencia" encalharam antes de atingir a Enseñada, na região conhecida como Monte Santiago. A "Sarandi" veio em socorro dos brigues encalhados e lançou âncora. Os três navios, parados, foram duramente bombardeados pelos barcos imperiais. Norton percebeu a rara oportunidade de finalmente derrotar Brown e mandou vir de Colônia barcos de pequeno calado para manobrar nas águas rasas onde os barcos platinos estavam encalhados.

Ao clarear de 8 de abril, chegaram de Colônia seis escunas e Norton planejou o ataque final. Às 11 horas da manhã os barcos platinos foram atacados por oito navios brasileiros de pequeno calado, à distância de tiro de pistola. Brown ferido na perna, ferimento que o fez mancar pelo resto da vida, transferiu-se para a "Sarandi" e afastou-se dos dois barcos encalhados.

Às 14 horas, Norton ordenou a abordagem e ao anoitecer não havia mais resistência nos barcos encalhados, pois os remanescentes de suas tripulações ou se renderam ou pularam na água. Tanto o "Republica" quanto o "Independencia" foram incendiados e afundados.

Brown soube aproveitar a escuridão e o tumulto decorrente das abordagens para voltar ao porto de Buenos Aires com a "Sarandi" e a "Congreso", repletos de mortos e feridos. A "Sarandi", mal podendo flutuar*...sin um tablon sano em el casco...,* definitivamente imprestável para qualquer emprego futuro.

Essa batalha determinou o fim da guerra naval regular entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. O bloqueio ao porto de Buenos Aires se tornou mais efetivo, fazendo com que o governo platino, debilitado economicamente, às voltas com novas rebeliões em algumas províncias, que não aceitavam a Constituição votada em 1826, fortemente unitarista, e pressionado pela população portenha que pedia o fim da guerra, tomasse a iniciativa de começar negociações visando o fim da guerra.

Apesar de todas as dificuldades, a Marinha Imperial cumpriu com sua missão no estuário do Prata, contribuindo decisivamente para um desfecho satisfatório da questão da Banda Oriental.

BOITEUX, Contra-Almirante Lucas Alexandre – *"Nossas Campanhas Navais – A Guerra Cisplatina", in Revista Marítima Brasileira, 1957-1958-1959.*

A ação dos corsários platinos no litoral brasileiro

O corso, do francês “guerre de course”, foi uma prática que infestou os mares até meados do século XIX. Consistia em um país em guerra contratar navios particulares, nacionais ou de qualquer bandeira, inclusive de países não envolvidos no conflito, com a finalidade de hostilizar a vida econômica do inimigo, mediante o apresamento de seus barcos mercantes e respectivas cargas. Era uma atividade típica de países com inferioridade naval.

O Império Brasileiro pensou em se valer da guerra de corso, se necessário, na Guerra da Independência e na Guerra da Cisplatina, mas não há registro de que tenha utilizado corsários, em nenhuma dessas guerras, nem nunca.

Os registros existentes informam que o governo de Buenos Aires, desde o início da “Guerra del Brasil”, até fins de 1827, expediu 136 cartas de corso, das quais se valeram pouco mais de 30 corsários.

O apresamento de pequenas embarcações de cabotagem no litoral brasileiro prometia ser atividade que renderia muito lucro com pouco esforço. Vagabundos dos portos, e também grandes comerciantes do Prata e de outros países, logo se deram conta de que essa atividade podia trazer muito dinheiro sem grandes riscos.

Grandes firmas de Buenos Aires compraram e armaram embarcações e as despacharam em corso, sendo logo seguidas por armadores norte-americanos de Baltimore.

> *...a maior parte destes corsários eram lindas escunas de Baltimore e brigues de um a doze peças, guarnecidos por aventureiros de todas as nações...de maneiras que em pouco tempo a costa toda desde o Maranhão até o Rio Grande ficou infestada por estes audazes depredadores...*

Alguns nem mesmo esperaram a declaração formal de guerra. O pirata francês Fournier, conhecido como “Bibois”, armou uma barca com 14 pequenos canhões, tripulou-a com a escória do cais, batizou-a com o patriótico nome de “Lavalleja” e, na noite de 8 de novembro de 1825, esquivou-se do bloqueio imperial e saiu do porto de Buenos Aires, rumo ao sul do Brasil. Até o fim do ano havia apresado 18 embarcações brasileiras.

No total, esse tipo de guerra acabou custando ao Brasil cerca de uma centena de embarcações e o clamor popular e a pressão política forçaram o governo a reagir.

No campo diplomático, foi acionada a representação brasileira nos Estados Unidos da América e, em pouco tempo, estava proibida a ação dos corsários financiados pelos comerciantes de Baltimore.

No campo militar, a Marinha Imperial encarou o problema e o resolveu com eficácia. Apenas 12 corsários escaparam da caçada brasileira, pois o resto foi apresado ou afundado.

Detalhe curioso é que, mesmo depois de presos, os corsários continuavam a dar prejuízo ao erário imperial, pois junto das cartas de corso, recebiam patentes de oficiais platinos e assim faziam jus a certas vantagens previstas na legislação internacional de guerra.

BRAVO, C. F. Rubens Peach – *“Guerra de Corso – O fruto de suas lições”, in Revista Marítima Brasileira, Abr/Mai/Jun, 1980.*

BOITEUX, Contra-Almirante Lucas Alexandre – *“Nossas Campanhas Navais – A Guerra Cisplatina”, in Revista Marítima Brasileira, 1957-1958-1959.*

ARMITAGE, John – *“Historia do Brasil”, Ed. Livraria Editora Zelio Valverde,1943.*

A primeira invasão do Rio Grande do Sul e o “general terreno”

Assim como o "general inverno" foi decisivo na derrota do "Grande Armée" de Napoleão frente ao exército russo, o "general terreno" foi decisivo para o impasse em que terminou a incursão do Exército Republicano no território do Rio Grande do Sul.

As peculiaridades do terreno em que o Exército Republicano e o Exército do Sul se enfrentaram ofuscam a importância dos principais atores dessa campanha. Alvear, Turma dos Andes, Lavalleja pelos platinos e Barbacena, marechal Henrique Brown, mercenários alemães pelos imperiais, apenas para citar alguns, tiveram suas ações fortemente condicionadas pelas características da região norte da Banda Oriental e sul da Província do Rio Gran-de, até hoje e não por acaso, as mais pobres da República do Uruguai e do Estado do Rio Grande do Sul.

Campos pedregosos ou arenosos, de difícil progressão pela cavalaria; escassez de água, por ser um divisor das nascentes dos grandes rios, agravada pela seca característica dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro; elevadas temperaturas e sol abrasador no verão, fizeram com que a progressão dos exércitos fosse condicionada pelo acesso às escassas disponibilidades de água para consumo de homens e animais.

Assim o Exército Republicano progrediu seguindo o curso do Rio Negro, até suas nascentes em Bagé e o Exército do Sul se deslocou pelas coxilhas em que se encontram as nascentes do arroio Cunhapiru, um afluente do rio Negro, as nascentes dos rios Ibicuí da Armada e Santa Maria e terminou por concentrar-se nas nascentes do rio Camaquã.

Em fins de 1826, o Exército Republicano, sob o comando de Alvear, se aproximou da fronteira do Rio Grande, tendo aparentemente como primeiro objetivo a vila de Bagé. O Exército Imperial encontrava-se dividido em dois núcleos, em Santana e em São Francisco de Paula (Pelotas).

No dia 1º de janeiro de 1827, em Santana, o Marquês de Barbacena assumiu o comando do Exército do Sul. Em seguida, deu início a um intenso programa de inspeções e ficou horrorizado com o que viu. Em Santana, se amontoavam em redor de 4.500 homens, 14.500 cavalos (dos quais, segundo relatório redigido por Barbacena, apenas 18 tinham condições de serem montados) e 12 canhões, com 600 munições.

Barbacena, para confirmar boatos sobre a movimentação do inimigo, determinou a Bento Manoel Ribeiro e a Bento Gonçalves, comandantes das fronteiras de Quaraí e Jáguarão, que saíssem em missão de reconhecimento.

Bento Manuel detectou a presença da vanguarda do inimigo no rio Tacuarembó, um afluente do rio Negro, o que levou Barbacena a intuir, acertadamente, que a intenção de Alvear era cortar a ligação entre os dois núcleos do Exército Imperial, que assim seriam batidos por partes. Após expedir ordens para o marechal Brown sair de São Francisco de Paula com sua tropa e vir ao seu encontro, Barbacena decidiu sair de Santana o mais rápido possível, tomando o rumo de Bagé.

Era uma situação crítica, de emergência. Para aligeirar a marcha, a tralha e os inúteis não iriam. Assim ficaram em Santana, no hoje chamado Cerro do Depósito, junto com a bagagem supérflua, cerca de 500 homens, doentes ou estropiados e, no dia 12 de janeiro, o Exército do Sul iniciou seu deslocamento para Bagé.

Essa decisão de Barbacena foi a mais acertada de toda a guerra. Até o general Alvear reconheceu...*ser uma decisión que le hace mucho honor, no sólo por los conocimientos militares que supone, sino también por ser uma resolución atrevida...*

A marcha do exército platino desde o acampamento de Arroio Grande, iniciada em 26 de dezembro foi penosa, devido ao calor, falta de água e de pasto para a cavalhada. De qualquer forma, em 18 de janeiro o Exército Republicano acampou em Aceguá, cerca de 40 quilômetros ao sul de Bagé, onde permaneceu até o dia 20 de janeiro.

Em criticada decisão, em vez de seguir direto para Bagé ou atacar Barbacena a oeste ou Brown a leste, Alvear decidiu transpor o rio Negro pelo passo do Valente, em opera-

ção, que devido às fortes chuvas que se abateram sobre a região, durou cinco dias e somente no dia 26 de janeiro sua vanguarda, finalmente, ocupou Bagé, que havia sido evacuada. Em Bagé, Alvear permaneceu até o dia 31 de janeiro, aparentemente esperando um ataque das forças de Barbacena.

Em 13 de janeiro, o Exército do Sul acampou nas nascentes do arroio Cunhapiru, onde permaneceu até o dia 17 de janeiro, quando reiniciou a marcha para leste e em fim de jornada acampou nas nascentes do Ibicuí da Armada.

No dia 21 de janeiro o exército imperial acampou no arroio Ponche Verde, região da atual cidade de D. Pedrito, nascente do rio Santa Maria. Prosseguindo em marcha forçada, atravessou o rio Santa Maria e no dia 28 de janeiro chegou às nascentes do rio Camaquã, onde estabeleceu uma sólida posição defensiva, apoiada no Arroio das Palmas. No dia 31 de janeiro, foi feita a junção com as tropas do marechal Brown, que chegaram de São Francisco de Paula. Graças à indecisão de Alvear sobre qual coluna atacar, se a de Barbacena ou a de Brown, e à sua demorada permanência em Bagé, o Exército do Sul estava salvo.

No dia 31 de janeiro, cansado de esperar por um ataque que não vinha, Alvear retomou sua marcha no interior do Rio Grande. Marcha errática, aparentemente sem objetivo definido. Assim acampou nas nascentes do Camaquã, onde constatou que não tinha como assaltar as posições imperiais solidamente consolidadas "serra acima"*...seria uma demência atacarlo...*

Alvear decidiu então seguir para oeste, praticamente uma retirada, em direção a Santana e, consequentemente à segurança da Banda Oriental. No dia 8 de fevereiro, acampou nas imediações de São Gabriel, que foi saqueada, e nos dias 12 e 13 de fevereiro acampou nas margens do rio Vacacaí.

Enquanto isso, o Exército do Sul, finalmente reunido, permanecia acampado no Arroio das Palmas e o marechal Brown aproveitou essa pausa para submeter a tropa a rigoroso treinamento, que seria decisivo para o desfecho do combate que se travaria menos de duas semanas depois.

No dia 9 de fevereiro, baseado nas informações de seus vanguardeiros, Barbacena se convenceu, acertadamente, de que o inimigo estava se retirando e baseado nas sugestões que recebia, estas sim equivocadas, de que seu efetivo de 6.600 homens*...segundo a bazofia dos valentes da província, bastava para bater doze mil, quanto mais nove, ou dez, que era quanto se dizia ser a força de Alvear...*decidiu perseguir o inimigo. Para isso lançou como flancoguardas as brigadas de Bento Manuel Ribeiro, pela direita, e de Bento Gonçalves, pela esquerda. À uma hora da madrugada do dia 10 de fevereiro, o exército imperial deixou o acampamento no Arroio das Palmas e tomou a direção oeste.

Entre os dias 10 e 20 de fevereiro, ambos os exércitos seguiram para oeste, na direção geral dos passos sobre o rio Santa Maria, maior obstáculo natural da região. Exército Republicano à frente e Exército do Sul em seu encalço, protegidos pelas respectivas forças de segurança, que inclusive se tirotearam nos Combate do Vacacaí e do Umbu.

Alvear decidiu transpor o rio Santa Maria pelo Passo do Rosário, atual cidade gaúcha de Rosário do Sul, que foi atingido no dia 19 de fevereiro. O Exército do Sul saiu de São Gabriel em 18 de fevereiro e acampou nos banhados do Inhatium, então completamente secos pela estiagem de verão.

FRAGOSO, Gen. A. Tasso – *A Batalha do Passo do Rosário", Imprensa Militar, 1922.*

A Batalha do Passo do Rosário (Batalla de Ituzaingó)

O dia 19 de fevereiro de 1827 amanheceu com os dois exércitos cerrando em marcha forçada sobre o Passo do Rosário. O exército platino estava a 30 quilômetros do passo e o exército imperial o seguia a uma distância de apenas 20 quilômetros.

Por volta do meio dia de 19 de fevereiro, o exército platino iniciou a transposição do rio Santa Maria. Um esquadrão chegou a transpor o rio, ao preço de alguns homens e cavalos afogados. Seu comandante informou a Alvear que o rio estava sem condições de ser transposto em segurança, pois estava...*muy correntoso*...

Mesmo assim, Alvear insistiu na transposição, mas ante as ponderações de seus principais comandantes, acabou por suspender a operação e convocou um Conselho de Guerra para as 16 horas. Após ásperas discussões com Lavalleja, em que chegou a ameaçá-lo de fuzilamento, e tomar conhecimento de que sua retaguarda já estava sendo atacada pela vanguarda do exército imperial, Alvear decidiu retroceder e preparar-se para o combate.

Por volta das 18 horas o exército platino iniciou sua movimentação para colocar-se em ordem de batalha, que terminou por volta da meia noite.

O exército imperial, ao meio dia de 19 de fevereiro, acampou na estância de Antônio Francisco Pereira, a 18 quilômetros do Passo do Rosário, ou seja a 10 quilômetros do local em que ocorreria a batalha no dia seguinte. À semelhança de Alvear, Barbacena também convocou um Conselho de Guerra que terminou com a decisão de atacar o exército platino no dia seguinte. Essa parada permitiu que o exército platino se reorganizasse, ocupasse vantajosas posições defensivas e assim evitasse sua destruição. A parada de Alvear em Bagé salvou o exército imperial e a parada de Barbacena na estância de Antônio Francisco salvou o exército platino.

Às 2 horas da madrugada do dia 20 de fevereiro, o grosso do exército imperial começou a marcha na direção do Passo do Rosário.

Às 6 horas da manhã, Barbacena foi à frente e constatou que o inimigo não só não estava se retirando, como estava se preparando para atacar o exército imperial que se aproximava e calculou os efetivos platinos em 9.000 homens. Mesmo assim decidiu atacar, pois considerou que em caso de insucesso, sempre seria possível retirar-se para uma linha segura apoiada no rio Cacequi.

Barbacena repetiria o mesmo erro de Bento Manuel Ribeiro na Batalha de Sarandi, ou seja, atacar com inferioridade de meios um inimigo bem posicionado e que lutaria até as últimas consequências, pois o rio Santa Maria impedia qualquer ideia de retirada.

Às 7 horas da manhã, apesar de ainda não estar totalmente desdobrado, o exército imperial iniciou seu ataque sobre as posições platinas. Os platinos responderam com pesado fogo de canhões e sucessivas cargas de cavalaria, que acabaram por deter o avanço brasileiro por volta do meio dia.

Detido o avanço brasileiro, e com sua tropa totalmente desenvolvida no terreno, Alvear tirou partido de sua superioridade numérica e partiu para o ataque, empregando suas tropas até então mantidas em reserva, envolvendo completamente as posições brasileiras.

Às duas horas da tarde, a cavalaria platina, muito superior em efetivos, embora não conseguisse penetrar nos “quadrados” da infantaria brasileira, passou a carregar contra os flancos da posição e, contornando-os, atacou a área de retaguarda, onde estavam os suprimentos e o grosso da artilharia, praticamente decidindo a batalha.

Barbacena avaliou corretamente a situação: a superioridade da cavalaria platina sobre a brasileira era avassaladora; a artilharia praticamente desaparecera, à exceção de duas peças comandadas pelo tenente Emilio Mallet, que já informara estar prestes a esgotar sua munição; o inimigo, perigosamente, já operava à sua retaguarda; a infantaria, base das 1ª e 2ª Divisões resistia, mas lutava também com outro inimigo, a fumaça resultante

do fogo ateado no pasto alto pelos experientes cavalarianos orientais, um conhecido recurso da “guerra gaúcha”, que diminuía a eficácia dos fuzis e pistolas.

Barbacena fez o que se espera de um comandante: decidiu. Inicialmente deu ordens para as duas Divisões retrair para suas posições iniciais. Em seguida mandou tocar retirada. Pela segunda vez, Barbacena salvou o Exército do Sul da sua completa destruição.

...O sinal de retirada soou do centro, repetindo-o todos os corpos...

A retirada, como Barbacena previra, foi na direção do rio Cacequi. O desaferramento da 1ª Divisão foi coberto por uma linha de atiradores e a bateria do tenente Mallet. Tão logo a Divisão tomou a estrada no rumo ao Cacequi, essa força de cobertura de incorporou à Divisão, sem ser hostilizada pelo inimigo.

A ordem de retirada chegou à 2ª Divisão junto com uma carga da cavalaria platina. Dois esquadrões avançaram sobre o flanco direito da Divisão, onde o quadrado fez fogo*...com tanta felicidade...*que do primeiro esquadrão só ficaram montados 20 homens e o segundo se retirou em disparada. Foi a última carga da batalha.

Começou então a 2ª Divisão o seu retraimento, em ordem. Ao ultrapassar uma coxilha, a vanguarda da divisão se deparou com um destacamento de cavalaria platina que lhe barrava a progressão. A vanguarda carregou sobre o inimigo em passo acelerado, obrigando-o a se afastar. Foi o último combate aproximado com os platinos.

A 2ª Divisão seguiu atrás da 1ª Divisão pela estrada de Cacequi. A infantaria em quadrado, feridos ao centro; a cavalaria cobrindo a retaguarda. No caminho, ia recolhendo tudo o que fora abandonado pela 1ª Divisão: feridos, carretas, cavalhada, boiada de tração.

Quanto aos canhões, Barbacena alertou Calado para que não arriscasse tropas tentando salvar peças deixadas para trás. O general Calado respondeu que podia levá-los e o fez. Os canhões foram salvos puxados a braço pela infantaria. Apenas uma peça, já sem rodas, não pôde ser levada e foi deixada encravada dentro de uma sanga.

A perseguição inimiga foi curta e desalentada. A fome, sede, cansaço, a todos dominava, brasileiros e platinos, homens e animais.

Às 23 horas, o exército imperial fez alto três quilômetros antes do Passo do Cacequi. Um brevíssimo descanso e continuou até o rio. Barbacena, um exemplo para a tropa, mal se mantendo montado de tão cansado, mandou acampar, mas o marechal Brown insistiu, corretamente, que o rio fosse transposto, o que foi feito. Às duas horas da manhã do dia 21 de fevereiro as últimas tropas da 2ª Divisão, trazendo os canhões, cruzaram o rio.

No dia seguinte, o Exército do Sul seguiu em sua retirada na direção geral do leste, que só terminou no dia 2 de março de 1827, quando transpôs o rio Jacuí pelo passo do São Lourenço (atual cidade gaúcha de Cachoeira do Sul), acampando na margem norte desse rio e onde iniciou sua reorganização visando o prosseguimento da guerra.

O Exército Republicano levantou acampamento na tarde de 21 de fevereiro e também tomou a direção do rio Cacequi. No dia seguinte, chegou ao passo, já perdido o contato com os brasileiros. Acertadamente, Alvear concluiu que não tinha condições para cruzar o rio e perseguir Barbacena. Sua cavalhada estava faminta e estropiada, o terreno era desconhecido, a população hostil. Além disso, sabia que Barbacena continuava com seus temidos quadrados de infantaria intactos, salvara sua artilharia (menos um canhão) e mantinha muita cavalaria, reforçada por 1.500 homens de Bento Manuel Ribeiro, que não participaram da batalha do dia 20 de fevereiro.

Tomou então Alvear a direção de São Gabriel. Após breve parada nessa vila, decidiu retornar para a Banda Oriental, por Bagé. No prosseguimento, montou acampamento em Los Corrales, perto da atual cidade uruguaia de Cerro Largo.

A Batalha do Passo do Rosário, a maior batalha travada em território brasileiro, foi um acontecimento grandioso, que enobrece a história militar de Argentina, Brasil e Uruguai, mas sua importância histórica deve-se ao fato de ter sido a última batalha de uma guerra entre portugueses e espanhóis que começou na península ibérica no século XIV, nas batalhas de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde.

Arma, arma. Real, real.
Viva El Rei de Portugal

Viva o Imperador do Brasil
Viva a República

Chegara a hora, tanto na península ibérica quanto na América, de portugueses e seus descendentes e espanhóis e seus descendentes, tratarem de apreender a viver juntos.

BALDRICH, J. Amadeu – *"Historia de la Guerra del Brasil", Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*
FRAGOSO, Gen. A. Tasso – *A Batalha do Passo do Rosário", Imprensa Militar, 1922.*
LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de – *"Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata", Ed. BIBLIEX, 1956.*
ARRILI, Bernardo Gonzales – *"Historia de la Argentina", Editorial Nobis, Buenos Aires.*
SEWELOH, Anton Adolfo Frederico de – *"Reminiscências da Campanha de 1827 – Caderno de Notas", separata da Revista Militar Brasileira, Ano 26, nº 1, Jan/Mar, 1936.*
LUNA, Carlos Correa – *"La campanha del Brasil y la Batalla de Ituzaingó", Ed. Talleres Gráficos del Instituto Geográfico Militar, 1927.*
BARBACENA, Visconde de – *"História da Campanha do Sul em 1827 – A Batalha de Ituzaingó", in Revista do IHGB, Tomo 49, 2º Trim. 1886.*
CARNEIRO, David – *"História da Guerra Cisplatina", Cia. Editora Nacional, 1946.*
TÍTARA, Ladislau do Santos – *"Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do do Sul da América , na Guerra de 1851 a 1852, e dos acontecimentos mais notáveis que precederam-na, desde vinte anos", Ed.BIBLIEX, V 151-152, 1950.*

Uma pausa na guerra terrestre

No Passo do São Lourenço, os combatentes do Exército do Sul, em marcha contínua durante dois meses e saídos de uma gloriosa batalha, puderam finalmente gozar de um merecido repouso e foram alvo, pela primeira vez em toda a campanha, de agradecida e explícita atenção do governo imperial.

Trazidas pelo rio Jacuí, vindas de Porto Alegre, toneladas de suprimentos de guerra e de boca inundaram o acampamento. Acabou a miséria da tropa. Para maior conforto foram construídos barracos de taipa e palha...*extremamente cômodos e arejados...*

O general Barbacena, no dia 26 de março, se tocou para Porto Alegre, disposto a exigir do presidente Salvador José Maciel algum pagamento para o seu exército. Voltou com três meses de soldos atrasados, para todos. Foi uma festa no acampamento!

Quatro meses durou essa folga. Os soldados estavam bem alimentados, pagos, descansados, alegres. A remonta completada, com cavalos vindos do norte da província. O general Barbacena usou todo o mês de maio na execução de revistas e inspeções. O Exército do Sul estava recuperado.

O Exército Republicano chegou a trancos e barrancos a Los Corrales, nas proximidades de Cerro Largo, na Banda Oriental. Estava exausto, mal montado, mal suprido. Para levantar o moral, o presidente Rivadávia promulgou decreto em que reconhecia

> *...el aprecio y gratitud que se debe a los vencedores del ejército imperial y deseando acordales um premio...reserva para la terminación de la guerra aquella parte de el que en época presente seria inconciliable... com los apuros de su Erário...*

Quer dizer, prêmios em dinheiro, só no fim da guerra e se tivesse dinheiro em caixa, todos perceberam.

Quanto aos "troféus" conquistados na batalha, três bandeiras imperiais que estavam encaixotadas e sem guarda na tralha da retaguarda, e foram apreendidas sem luta, foram encaminhadas ao *"Presidente del Senado del Clero"*, para serem expostas no altar-mor da catedral de Buenos Aires onde permaneceram por longo tempo.

Em fins de março, o general Alvear remeteu um longo relatório ao Ministro da Guerra platino, repleto de respeitosas queixas. Nele admitiu a impossibilidade de derrotar o exército imperial*...las operaciones de este Ejercito... no puede oferecer sino resultados efêmeros y victorias sin consecuencia*s...e termina sugerindo que se busque a paz: *...Si el gobierno de la Republica aprovecha estas circunstancias, se podrá conseguir uma paz honrosa del Emperador...aconsejaria que se hiciesese la paz lo más pronto posible...*

E, em Los Corrales, os orientais, que desde o início da campanha eram um problema, se tornaram um grande problema para Alvear, desertando em massa. Politicamente, com a nomeação do brigadeiro platino Miguel Estanislau Soler para o cargo de Governador Militar da Província Oriental, realizada por Alvear e ratificada pelo governo de Buenos Aires em março de 1827, Lavalleja, que se considerava candidato natural ao cargo, aumentou o grau de suas profundas desavenças com seu comandante, como registrou em carta

> *...El insulto, el desprecio y outra porcion de excesos com que há querido humillarme es el trato que le he merecido em todo el discurso de la campaña...Fuy tratado de cobarde e inepto a presencia de muchos oficiales...*

Não bastasse, a cizânia instalou-se na liderança oriental, de mãos dadas com a indisciplina. Exemplo disso foi a nota enviada pelo coronel Zufriategui ao brigadeiro Lavalleja, no dia 4 de abril de 1827, na qual o desafiava para um duelo, alegando que, em carta a D. Trápani, Lavalleja o havia chamado de covarde*...Una calumnia semejante no se lava sino com sangre...*

E até o exilado Rivera, lá de Santa Fé, enviou correspondência a Lavalleja, datada de 23 de abril de 1827, alertando-o para se acautelar com Alvear*...lo más malo que yo he conocido...*Nessa carta, Rivera aproveita para pedir a devolução de uma tropa de gado sua, que fora confiscada em Arroyo Grande, alegando que era gado seu e não confiscado de estancieiros brasileiros.

Paradoxalmente, a "derrota" no Passo do Rosário tonificara o exército imperial e a "vitória" em Ituzaingó abatera o ânimo do exército platino.

SEIDLER, Carl – *"Dez anos no Brasil", Ed. Livraria Martins, SP, 1941.*

MACHADO, Cesar Pires – *"História e Curiosidades", Ed. Martins Livreiro, Porto Alegre, 2002.*

BALDRICH, J. Amadeu – *"Historia de la Guerra del Brasil", Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*

LUNA, Carlos Correa – *“La campanha del Brasil y la Batalla de Ituzaingó”, Ed. Talleres Gráficos del Instituto Geográfico Militar, 1927.*
HERRERA, Luiz Alberto de – *“La Misión Ponsomby”, 1930.*
“Archivo del General Juan A. Lavalleja (1826-1827)”, Publicado por el Archivo General de la Nación de la República Oriental del Uruguay, 1935.

A segunda invasão do Rio Grande do Sul

Nos primeiros dias de abril de 1827, Alvear recebeu uma carta do Ministro da Guerra. Com data do dia 3 desse mês, nela o ministro lamentava a obstinação do Imperador em continuar a guerra e ordenava a Alvear

> *...obrar ativa e energicamente contra el enemigo...*acrescentando que *...contribuirá sin duda poderosamente a este objeto el que el Señor General se esfuerce em ocupar cuanto antes el território y ciudad de Rio Grande...*

Após responder ao Ministro da Guerra que*...espera que este último esfuerzo será secundado por la fortuna, que a el deba la Republica la paz com el Imperio...*Alvear tratou, disciplinadamente, de cumprir a ordem recebida.

O exército platino saiu de Los Corrales no dia 13 de abril, tomando novamente a direção de Bagé. Na testa da coluna, novamente o 1º Corpo de Lavalleja, cuja vanguarda, comandada pelo tenente Julio Bedun, desertou inteira no primeiro dia de marcha, dirigindo-se para Santana, que foi saqueada.

Após tiroteios sem maiores consequências com patrulhas imperiais que vigiavam a fronteira, os primeiros escalões platinos ocuparam Bagé em 18 de abril. No dia seguinte, chegou Alvear, ali se instalando.

Ao tomar conhecimento da nova invasão, Barbacena mandou que o brigadeiro Barreto, que estava acampado com sua tropa na região de São Sepé, se aproximasse do inimigo, para acompanhar sua marcha. Barreto seguiu para o sul, à frente de um milhar de homens, acampando às margens do Camaquã-Chico, no lugar chamado de “Campo do Rufino”. A sua vanguarda avançou até Santa Tecla, nas imediações de Bagé e passou a hostilizar a vanguarda de Alvear.

Alvear decidiu atacar, em força, a tropa do brigadeiro Barreto, destacando para tanto um contingente de 3.000 homens, que sob seu comando, seguiu para o norte, com a intenção de destruir a força imperial.

No dia 23 de abril, Alvear ocupou o acampamento do “Campo do Rufino”, que fora abandonado por Barreto na noite anterior para ocupar uma nova posição apoiada no rio Camaquã. Os platinos chegaram a tentar abordar essa nova posição, mas Alvear sustou o ataque e ordenou a retirada para Bagé. Esses foram os combates do “Campo do Rufino” e do “Camaquã-Chico”, irrelevantes em termos da nova campanha.

Barbacena oficiou ao Ministro da Guerra dando conta de que Alvear nada mais fez do que

> *... perder quase dous mezes, dando-me tempo de vestir a maior parte das tropas, ajuntar alguns cavalos, receber munições de guerra, fortificar a villa do Rio-Grande, e metter nella guarnição...*

Informou ainda não ver nenhum perigo nessa segunda investida de Alvear, pois em Bagé não ficaria, por carência de pasto e de água; para o interior ele não seguiria, pois não era louco; e que nenhuma utilidade teria a ocupação de São Francisco de Paula (Pelotas), pois fora retirado tudo*...quanto havia de valor ali...*

As movimentações seguintes de Alvear indicam que não tinha nenhum plano estratégico, a não ser tentar conquistar a vila do Rio Grande, para forçar o governo imperial a negociar a paz, sua ideia fixa após Ituzaingó.

No dia 29 de abril saiu de Bagé, tomando o rumo geral do leste. Como os orientais continuavam a desertar e sua falta de cavalos era alarmante e não havia como consegui-los na área, que fora totalmente evacuada, Alvear despachou o coronel Leonardo Oliveira para Maldonado e o coronel Ignácio Oribe para Cerro Largo, para recrutar cavalos e gente.

O coronel Ignácio Oribe chegou a Cerro Largo com seu regimento "Dragones Orientales" cansado de guerra e resolveu se dar uma pausa para descanso. O tenente-coronel Bonifácio Izás Calderon, que havia se retirado com seu regimento, antes do início do combate do Passo do Rosário, para Jaguarão, soube da presença de Oribe em Cerro Largo e resolveu agir. Atacou Oribe na madrugada de 10 de maio, intimando-o à rendição. Após breve combate, em que sofreu pesadas baixas, Oribe se rendeu sendo posteriormente enviado para o Rio de Janeiro, onde ficou encarcerado na Fortaleza de Santa Cruz, junto com seu subcomandante, major Firmin Lavalleja.

Essa brilhante façanha livrou o coronel Calderon do Conselho de Guerra a que fatalmente seria submetido, por sua inexplicável retirada prematura do campo de batalha no dia 20 de fevereiro.

Alvear sentiu o golpe e em indignada carta a Lavalleja afirma

> *...Yo no sé que apatia es la que sé há apoderado em la Banda Oriental...La deserción em la Banguardia há continuado. Si los Orientales se empeñan em perder su país, creo que lo conseguirán...*

Em nova tentativa de conseguir cavalos, Alvear determinou ao coronel Lavalle que, com sua brigada, buscasse encontra-los na região de Herval, cerca de 30 quilômetros ao norte do rio Jaguarão. Lavalle ocupou a vila do Herval no dia 21 de maio, mas como nada conseguiu, decidiu retornar para Bagé. O tenente-coronel Calderon, que havia ido a Pelotas entregar os prisioneiros feitos na tomada de Cerro Largo, estava retornando a incorporar-se à sua brigada e passou a fustigar a retaguarda de Lavalle. Num dos combates que se seguiram, o "Combate do Herval", Lavalle foi baleado num dos joelhos e obrigado a passar o comando de sua brigada ao coronel Olazábal.

Esse combate, de pequena expressão militar, foi entretanto de capital importância para o prosseguimento das operações platinas, pois convenceu Alvear da inviabilidade da conquista da vila de Rio Grande.

No dia do combate, ele estava com o grosso do exército a meio caminho entre Bagé e Herval, mas no dia seguinte iniciou uma retirada em direção à Banda Oriental, cruzando o rio Jaguarão e acampando novamente em Cerro Largo, onde chegou a 1º de junho.

Em correspondência ao Ministro da Guerra expressou a dificuldade de prosseguir na campanha sem os meios necessários e concluiu informando a suspensão de qualquer avanço sobre o território brasileiro

> *...he creído indicado el momento de desistir del empeño de uma nova campaña em el invierno, que no podia continuar sin evidente peligro del ejército...*reconhecendo que*...hay obstáculos em el mundo que no está en manos de los hombres em vencerlos; y el que tiene la estupidez de querer arrostralos sufre imediatamente la pena...*

Terminou dessa forma melancólica a segunda invasão do Rio Grande, da qual o grosso do exército imperial, acampado às margens do Jacuí, nem tomou conhecimento.

“Exposición que hace el General Alvear para contestar al Mensaje del Gobierno del Septiembre de 1827”
“Archivo del General Juan A. Lavalleja (1826-1827)”, Publicado por el Archivo General de la Nación de la República Oriental del Uruguay, 1935.
BALDRICH, J. Amadeu – *“Historia de la Guerra del Brasil”, Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*
LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de – *“Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata”, Ed. BIBLIEX, 1956.*
BARBACENA, Visconde de – *“História da Campanha do Sul em 1827 – A Batalha de Ituzaingó”, in Revista do IHGB, Tomo 49, 2º Trim. 1886.*
BEVERINA, Cel. Juan – *“La guerra contra el Imperio del Brasil”, Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*

A “guerra” nas capitais

No teatro de operações a guerra da cisplatina marchava para um impasse. Dois poderosos exércitos se defrontavam, sem a menor condição de um destruir o outro. O foco da guerra passou a ser a situação de Montevidéu e Colônia.

O quadro de impasse era o mesmo nessas duas localidades. As forças imperiais acantonadas nessas duas cidades, estavam cercadas, mas só por terra. As águas do Rio da Prata, sob absoluto controle da Armada Imperial, lhes garantiam permanente fluxo de gentes e suprimentos. Numerosa tropa e poderosa artilharia guarneciam suas muralhas. Assim, nem de longe se poderia vislumbrar a hipótese dos platinos ocuparem essas duas praças de guerra pela força.

Os choques entre sitiantes e sitiados eram constantes, alguns sangrentos. Vitórias de parte a parte, sem influir em nada na estabilidade da situação. Os platinos atacavam as colunas imperiais que saíam; em represália, os brasileiros arrasavam os acampamentos inimigos mais próximos.

Destaque talvez para o assalto ao reduto de Punta del Este, na madrugada de 19 de agosto de 1827, comandado pessoalmente por Lavalleja. A guarnição da praça, 240 homens, comandados pelo tenente-coronel Salustiano dos Reis, apoiada por 13 canhões, repeliu a investida. Furioso, Lavalleja vociferou...*Este há sido um pequeno contraste que mui pronto lo pagaran com usura los enemigos...*

Os orientais ocupariam Punta del Este, realmente, mas não lutando. Dez dias depois, o general Magessi ordenou a evacuação da praça, alegando não poder sustentá-la sem proteção naval, pois a Marinha dizia que não podia desviar navios para proteger pessoal em terra.

Em Buenos Aires, a situação política começou a se deteriorar. Com a Ley Fundamental, de 23 de novembro de 1825, as províncias platinas haviam admitido, com reservas, constituir-se em um único país, criando um Poder Executivo Nacional, chefiado por um Presidente de las Provincias Unidas del Rio de la Plata e auxiliado por cinco ministérios.

D. Bernardino Rivadávia foi escolhido para ser o primeiro presidente. Por ser um reconhecido unitário, essa escolha ficou atravessada na garganta dos caudilhos provinciais mais poderosos, todos eles, obviamente, federalistas. Mas devido à guerra com o Império Brasileiro, a sensível questão da elaboração de uma Constituição para o país, unitária ou federalista, ficou para ser resolvida depois. Para isso, continuaria a funcionar em Buenos Aires o *Congreso Constituyente*.

Com Rivadávia na presidência, em fins de 1826, os unitaristas, em verdadeiro golpe parlamentar, pois houve manipulação no número dos delegados que podiam votar, con-

seguiram extrair do Congresso uma Constituição de natureza unitária, que foi sancionada pelo governo em 24 de dezembro de 1826...*la forma de gobierno de la Nación Argentina era la representativa, republicana, consolidada em unidad de régimen...*

O Poder Executivo seria encabeçado por uma só pessoa, com o título de Presidente de la Republica Argentina. Essa foi a primeira vez que a expressão República Argentina substituiu Províncias Unidas. O poder legislativo seria bicameral. O poder judiciário exercido por uma Corte de Justiça.

Por ser um sistema unitário, os governadores provinciais seriam nomeados pelo Presidente da República e trabalhariam sob a dependência desta.

> *... En cada provincia habrá un gobernador que la rija, bajo la inmediata dependencia del Presidente de la República.*
> *... Tendrá la edad de treinta años, y las calidades necesarias para senador.*
> *... El Presidente nombra los gobernadores de las provincias, a propuesta en terna de los consejos de administración.*
> *... En cada capital de provincia habrá un concejo de administración, que, velando por su prosperidad, promueva sus particulares intereses.*

E isso obviamente não foi aceito pelos principais caudilhos provinciais. Estava instalado o caos político, de novo. Com arrogância, o presidente Rivadávia optou por enfrentar militarmente os caudilhos rebeldes, impondo a Constituição de 1826 pela força. Foi um erro que agravou o problema.

O governador da província de Buenos Aires, general Las Heras, renunciou, negando-se a participar de uma futura guerra civil. Tropas que estavam sendo mobilizadas para reforçar a luta contra os brasileiros foram desviadas para sufocar os levantes no interior. O general Balcarce foi enviado para Mendoza; o general Arenales, para Salta; e o general La Madrid, para Tucumán.

Em março de 1827, D. Valentin Gomez, reitor da Universidade de Buenos Aires, em carta a Alvear relatou...*Em Salta acaba de haver uma revolução espantosa em que morreu mais gente de parte a parte que em Ituzaingó...*

Em Tucumán, o general La Madrid derrubou o governador rebelde e assumiu o governo da província e em seguida se impôs em Salta e Catamarca. Em represália, os governadores de Santiago de Estero, Juan Felipe Ibarra e de La Rioja, Facundo Quiroga, se aliaram e derrotaram La Madrid, nas sangrentas batalhas de Tala e Ciudadela. Em Córdoba, o governador Juan Bautista Bustos declarou-se desligado da unidade platina. O país tornou-se uma ficção.

Em Buenos Aires, Rivadávia passou a enfrentar uma campanha difamatória sem precedentes, conduzida pelo congressista coronel Manuel Dorrego, através das páginas de um pasquim intitulado "El Tribuno".

Sem dinheiro, sem soldados, com províncias sublevadas, com uma guerra externa em andamento, em que o bloqueio naval brasileiro se tornara implacável, Rivadávia, encorajado pela diplomacia inglesa, a quem interessava, e muito, o fim da guerra, optou por negociar a paz com o Império Brasileiro.

Assim, no dia 19 de abril de 1827, Rivadávia teve a coragem de nomear D. Manuel José Garcia para a delicada missão de seguir para o Rio de Janeiro e iniciar conversações de paz com o Império Brasileiro.

No Rio de Janeiro, a repercussão da Batalha do Passo do Rosário acabou por colocar a Guerra da Cisplatina na agenda política. Era uma guerra impopular, travada numa terra distante, que obrigava a população a suportar recrutamentos compulsórios e exauria os sempre escassos recursos públicos. Parecia ser apenas um capricho do imperador.

Na Câmara dos deputados vários deputados ocuparam a tribuna para criticar a condução da guerra e até no conservador Senado o governo foi criticado pelo senador Vergueiro

> *...Como é possível que este Império, que dispõe de recursos muito superiores a Buenos Aires, quer em número de soldados, quer em dinheiro, já em navios de guerra, já enfim em adiantamentos e progresso, não conte senão derrotas por mar e por terra?...*

A Guerra da Cisplatina entrara na agenda política do Império para ficar.

CARNEIRO, David – *"História da Guerra Cisplatina", Cia. Editora Nacional, 1946.*
BALDRICH, J. Amadeu – *"Historia de la Guerra del Brasil", Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*

A Missão Garcia no Rio de Janeiro

Paz com o Brasil. Em abril de 1827, essa sugestão do governo britânico, do vitorioso general Alvear, do acuado governo de Buenos Aires e de qualquer cidadão platino dotado de um mínimo de bom senso, se materializou na Missão Garcia.

As instruções que D. Manuel José Garcia recebeu para o desempenho de sua espinhosa missão no Rio de Janeiro, poderiam ser resumidas em um dos seus parágrafos...*acelerar la terminación de la guerra y el establecimiento de la paz entre la Republica y el Brasil...*

Em outro parágrafo instruía a Missão Garcia no sentido de primeiro lugar concluir uma convenção preliminar de paz; em segundo lugar, que essa convenção de paz fosse firmada em termos honrosos; em terceiro lugar, que a convenção tivesse por base a devolução da Banda Oriental à República Argentina. Caso esta última proposta não fosse possível, que a Banda Oriental se tornasse um estado separado e independente.

A Inglaterra, que se recusara a intervir em 1825, quando das negociações que acabaram na eclosão da guerra, por não acreditar que tanto Buenos Aires quanto o Rio de Janeiro chegariam a tão longe, em face dos múltiplos e graves problemas que enfrentavam tanto no campo interno quanto no externo, sentindo seu comércio com as províncias platinas e o Império do Brasil extremamente reduzido pela guerra, finalmente decidiu agir.

O primeiro ministro inglês, George Canning, já em 1826, despachou para Buenos Aires um dos melhores diplomatas de que dispunha, Lord John Ponsomby, instruindo-o para, antes de assumir seu posto no Prata, o de Ministro Especial Plenipotenciário, fazer uma longa escala no Rio de Janeiro, em trabalhos preparatórios visando o fim da guerra, com base numa proposta que culminasse com a independência da Banda Oriental.

Ponsomby chegou ao Rio de Janeiro em março de 1826 e, imediatamente, iniciou contatos com a diplomacia brasileira. A máxima concessão que obteve, para levar a Buenos Aires, foi a proposta brasileira de que, em troca do reconhecimento platino da incorporação da Banda Oriental ao Império Brasileiro, Montevidéu seria declarado um porto livre.

Em fins de agosto de 1826, Lord Ponsomby chegou a Buenos Aires e, de imediato, aproximou-se de D. Pedro Trápani, o líder dos orientais na capital portenha, a quem surpreendeu com a possibilidade da Banda Oriental se tornar um país independente. Até então, o máximo que os orientais haviam ousado sonhar era com um estado confederado às Províncias Unidas.

No dia 20 de setembro, Ponsomby apresentou suas credenciais ao presidente Rivadávia. Aproveitou a oportunidade para apresentar a proposta brasileira, prontamente recusada e expressar sua opinião pessoal, de que a total independência da Banda Oriental era a única base para o início de negociações, visando acabar a guerra entre Brasil e as Províncias Unidas.

No dia 25 de setembro, o governo platino, comunicou formalmente a Ponsemby, a recusa à proposta brasileira, mas que aceitava a ideia britânica de independência para a Banda Oriental. Ponsemby imediatamente transmitiu essa proposta ao embaixador britânico no Rio de Janeiro, Sir Robert Gordon, para que a transmitisse ao governo brasileiro.

No dia 21 de novembro, o ministro de relações exteriores do Império, o Marquês de Inhambupe (Antônio Luís Pereira da Cunha) respondeu a Gordon que o governo imperial recusava a contraproposta platina.

Nova proposta de Ponsomby foi encaminhada ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1827, que novamente foi recusada. Assim, em princípios de 1827, Lord Ponsomby já tinha dúvidas sobre o que mais estaria conspirando contra sua humanitária missão, se a anarquia implantada na República Argentina pela Constituição de 1826 ou se a irracional teimosia do imperador brasileiro.

Como bom diplomata que era, Ponsomby não desanimou e sugeriu ao presidente Rivadávia que, talvez, fosse conveniente enviar uma missão diplomática, oficial e especial, ao Rio de Janeiro a fim de conseguir a abertura de negociações de paz. Foi assim que acabou surgindo a “Missão Garcia”.

D. Manuel José Garcia chegou ao Rio de Janeiro no dia 6 de maio de 1827, isto é, três dias depois de, na “Fala do Trono”, o Imperador assegurar aos representantes do povo que a Cisplatina era definitivamente uma província brasileira e que a guerra contra os platinos continuaria a qualquer preço.

Com esse ambiente, Garcia pensou em retornar imediatamente para Buenos Aires, mas foi convencido pelo embaixador inglês a permanecer e tratar dos assuntos relacionados com a guerra com extrema cautela.

A primeira entrevista de Garcia com a diplomacia brasileira foi no dia 12 de maio de 1827 e os representantes brasileiros se mostraram duros e irredutíveis. Sem alternativas, Garcia acabou por assinar, no dia 24 de maio, uma Convenção Preliminar de Paz em termos extremamente desfavoráveis para os platinos. Por essa convenção:

> *...a Argentina renunciava à Banda Oriental...*
> *...o Império Brasileiro se comprometia a dar um tratamento diferenciado à Província Cisplatina...*
> *...a Argentina retiraria imediatamente suas forças militares da Banda Oriental...*
> *... a Argentina desmilitarizaria a ilha de Martin Garcia...*
> *...a Argentina indenizaria os danos causados ao Brasil por seus navios corsários...*
> *...durante 15 anos estaria assegurada a livre navegação no Rio da Prata, até que um acordo definitivo, garantido pela Inglaterra, fosse obtido...*
> *...seriam iniciadas negociações para a celebração de um “Tratado de Comércio e Navegação” entre Brasil e Argentina...*
> *...os termos da Convenção seriam ratificados pelos respectivos governos no prazo máximo de 50 dias, e trocados os respectivos documentos na cidade de Montevidéu...*

Um adendo, secreto, a essa Convenção Preliminar previa que

> *...no caso de se levantarem chefes que pretendam mover guerra ou continuá-la contra qualquer das Altas Partes Contratantes estas se obrigam a vedar por todos os meios*

possíveis, que eles sejam socorridos por quaisquer dos habitantes ou residentes nos seus respectivos estados, castigando severamente aos infratores com todo o rigor das leis...

D. Manuel José Garcia retornou para Buenos Aires em 21 de junho de 1827, seguindo direto para o palácio de governo onde passou às mãos do presidente Rivadávia a Convenção Preliminar. Tão logo a Convenção Preliminar foi divulgada, a oposição, capitaneada pelo coronel Dorrego, promoveu arrasadores ataques contra Rivadávia, que recuou, recomendando ao Congresso Constituinte que a rejeitasse, o que ocorreu no dia 25 de junho.

A presidência de D. Bernardino Rivadávia, já abaladíssima com a reação das províncias à sua Constituição de 1826, não resistiu ao fracasso da Missão Garcia. Cansado e desiludido, Rivadávia renunciou à presidência no dia 27 de junho de 1827.

O Congresso aceitou a renúncia de Rivadávia no dia 30 de junho, oferecendo o cargo ao seu deputado coronel Manuel Dorrego, que não aceitou. No dia 7 de julho tomou posse na presidência, a contragosto, o Dr. Vicente Fidel Lopez. A crise política, entretanto, permaneceu e nenhum dos convidados para assumir o ministério aceitou. Na prática, havia desaparecido o Poder Executivo nacional.

Cada província passou a governar-se por si própria, numa clara vitória do federalismo sobre o unitarismo e o Presidente Provisório e o Congresso Constituinte se dobraram a essa realidade, pois em Buenos Aires foi restabelecida a "Junta de Representantes de Buenos Aires", que elegeu, no dia 12 de agosto, o coronel Dorrego para seu governador provincial.

A autonomia das províncias foi oficialmente reconhecida quando o presidente Lopez renunciou, a 18 de agosto de 1827...*Cesó entonces la autoridade nacional, representada por el Presidente...*Nesse mesmo dia o Congresso Constituinte se autodissolveu, através de uma lei curtíssima...*en consideración a las extraordinárias cincunstancias de la Republica... El Congreso y Gobierno Nacional quedan disueltos...*

Essa mesma lei delegou à província de Buenos Aires, enquanto se esperava a manifestação das demais províncias, a direção da guerra, as relações exteriores e as finanças nacionais.

O coronel Manuel Dorrego, em seus primeiros atos de governo (provincial), convocou uma "Convenção Nacional" a se reunir em Santa Fé e tratou de colocar alguma ordem na desordem que ele mesmo semeara.

Por pouco Lord Ponsomby não deu por encerrada sua missão pacificadora no Prata. Com um imperador teimoso e um presidente inexistente, era mesmo o caso de desistir. Mas Buenos Aires não tinha como continuar a guerra com o Brasil e no dia 15 de outubro, o ministro das Relações Exteriores de Dorrego, D. Manuel Moreno, solicitou que Ponsomby intermediasse a entrega ao governo imperial de uma nova proposta de paz, que resumidamente, se assentava em quatro itens:

- A cessação imediata das hostilidades;
- Tratativas de paz sob a mediação inglesa;
- No caso de não se chegar a um acordo, a vigência de uma trégua por 12 meses;
- A retirada imediata dos beligerantes do território da Banda Oriental, que posteriormente decidiria a sua união com a República ou com o Império.

Levada ao governo brasileiro pelo embaixador Gordon, D. Pedro I julgou a proposta não admissível.

BALDRICH, J. Amadeu – *"Historia de la Guerra del Brasil", Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*

BEVERINA, Cel. Juan – *“La guerra contra el Imperio del Brasil”, Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*
MAGALHÃES, Marize Arcuri – *“Relações Brasil-Inglaterra no 1º Império”, in Revista de História, Ano 23, V45, São Paulo, 1972.*
CASTELLANOS, Alfredo – *“La Cisplatina, la Independencia y la Republica caudillesca (1820-1838), Ediciones de la Banda Oriental, Montevideo,1977.*
DOCCA, E. F. de Souza, - *“A ConvençãoPreliminar de Paz de 1828”, Ed. Empreza Graphica Rosseti Ltda, SP,1929.*
HERRERA, Luiz Alberto de – *“La Misión Ponsomby”, 1930.*
BOITEUX, Contra-Almirante Lucas Alexandre – *“Nossas Campanhas Navais – A Guerra Cisplatina”, in Revista Marítima Brasileira, 1957-1958-1959.*
ARRILI, Bernardo Gonzales – *“Historia de la Argentina”, Editorial Nobis, Buenos Aires.*

A guerra continua

Enquanto a diplomacia procurava uma alternativa que levasse à paz, o Exército Republicano permanecia inativo e sufocado de problemas no seu acampamento de Cerro Largo. O que não impediu que seus principais comandantes, a “Turma dos Andes”, se pronunciassem enfaticamente em apoio à não ratificação da Convenção Preliminar firmada por Garcia. Em 12 de julho de 1827, enviaram ao governo um manifesto

> *...Los generales y jefes abajo subscritos han resueltos manifestar por si y a nombre del Ejército de operaciones, los sentimentos de que han sido animados al ver la magnânima resolución del gobierno, de 25 de junio anterior, por la que se repele la Convención preliminar celebrada por el Enviado de la Republica, señor Manuel José Garcia y la Corte del Brasil...El Ejército se prepara a nuevos sacrifícios em la convicción de la causa que defende y com la más decidida confianza de conseguir nuevas victórias...*

Essa postura guerreira não encontrava respaldo nas condições espirituais e materiais da tropa. As províncias interioranas, que já pouco ajudavam, com a Constituição de 18-26 suspenderam todo e qualquer auxílio. De Buenos Aires, então falida política e financeiramente, nada podia esperar. O general Alvear terminou por renunciar ao comando do Exército em operações.

Coube ao presidente Dr. Vicente Fidel Lopez, em sua curtíssima gestão, substituir Alvear por Lavalleja, Essa substituição foi recebida como uma ofensa pelos oficiais de carreira do exército platino, causando indignação na “turma dos Andes”. Lavalleja, que se encontrava em Durazno, cuidando da política interna da Banda Oriental, que estava em ebulição com a cisão entre unitaristas e federalistas, não teve nenhuma pressa em seguir para Cerro Largo e assumir o comando para o qual fora designado.

Somente após reassumir as funções de governador da província e consolidar seu poder sobre a Banda Oriental, Lavalleja seguiu para o acampamento de Cerro Largo, em fins de 1827, para assumir o comando, em substituição a Alvear.

A situação da tropa em Cerro Largo lembrava as provações que a tropa imperial passou no acampamento “Imperial Carolina” em 1826...*privaciones que rodean al ejército, la vergonzoza desnudez em que halla, y la imposibilidad de socorrerlo...*

A animosidade entre platinos e orientais se avolumou e a disciplina quase entrou em colapso. A deserção dos orientais passou a ser incontrolável. Havia falta de tudo, principalmente de cavalos. O general Paz, em ofício ao Ministro da Guerra lamentou a situação deixada pelo general Alvear, com *...la caja exausta....* e concluiu informando

que muitos desertores se dedicavam a assaltar os indefesos moradores da vizinhança, exigindo*...un remédio pronto, decisivo e eficaz...*

Paralelamente, os sítios de Montevidéu e Colônia foram praticamente abandonados e florescia um comércio clandestino entre sitiantes e sitiados. O entusiasmo pela guerra havia caído muito.

No dia 24 de dezembro de 1827, Lavalleja apareceu em Cerro Largo e assumiu o comando-em-chefe do exército.

O Marquês de Barbacena, após a Batalha do Passo do Rosário, a retirada para a região de Cachoeira do Sul e a recuperação do poder de combate do Exército do Sul, deu sua missão por encerrada. O inimigo esgotara suas possibilidades ofensivas, abandonara às pressas o território nacional e, segundo as informações, definhava em meios e gentes no acampamento de Cerro Largo. A cavalaria imperial restabelecera com eficiência uma rede de cobertura na fronteira, o que impedia qualquer eventual surpresa. Barbacena pediu ao Imperador para ser substituído.

No dia 5 de junho, Barbacena passou o comando, interinamente, ao general Calado e seguiu para o Rio de Janeiro de navio. Ao passar por São José do Norte, Barbacena passou o comando interino ao marechal Brown, no dia 20 de junho, pois esse oficial era de maior patente do que o general Calado e só não recebera o comando no acampamento do Passo do Lourenço por se encontrar em missão na fronteira.

Brown, após conferenciar com o presidente da província em Porto Alegre, retornou para o acampamento do Exército do Sul, onde chegou em 9 de julho e logo tratou de movimentar a tropa na direção de Jaguarão, para ficar mais próximo do inimigo acampado em Cerro Largo.

No dia 13 de setembro de 1827, chegou a informação a Brown de que Barbacena fora oficialmente exonerado do comando do Exército do Sul. O governo imperial o despachava para nova missão na Europa, escolher, entre a nobreza europeia, uma esposa para o imperador viúvo.

Brown, pensando que seria efetivado no comando, concentrou as tropas em São Francisco de Paula (Pelotas), vila do Rio Grande e Cerrito (Jaguarão). No dia 14 de outubro Brown ocupou o forte de Santa Thereza, que estava desocupado, com um batalhão reforçado, um primeiro passo para atacar Lavalleja em Cerro Largo.

O plano de Brown, de destruir o exército de Lavalleja em Cerro Largo, foi abortado no dia 3 de novembro de 1827, com a nomeação de um novo comandante para o Exército do Sul, o general Carlos Frederico Lecor. Com essa surpreendente decisão, o governo imperial sinalizava que estava mais interessado em obter a paz do que dar prosseguimento com a guerra.

O general Lecor desembarcou na vila do Rio Grande em 4 de novembro de 1827. Mandou chamar Brown com o qual teve uma conferência no dia 26 de novembro e ordenou-lhe, transmitindo instruções do Imperador, que não ultrapassasse o rio Jaguarão, retirasse a infantaria da linha de fronteira e, partir desse dia, apenas se mantivesse na defensiva.

Como o general Lecor não assumiu logo o comando, só o faria em 22 de janeiro de 1828, os principais comandantes do Exército do Sul, que nunca assimilaram ficar subordinados a um estrangeiro, passaram a não cumprir as ordens de Brown, com reflexos danosos na disciplina da tropa.

Brown retornou para o Cerrito no dia 2 de dezembro, onde recebeu ordens de Lecor para levar todo o exército para o Camaquã-Chico. Brown cumpriu parcialmente a ordem de Lecor de se afastar da fronteira, pois deslocou o exército para o arroio Candiota, um afluente do rio Jaguarão, onde acampou na região conhecida como Tapera do Madruga.

Em 16 de janeiro a brigada do brigadeiro Barreto, que estava acampada na região de Bagé, se reuniu ao exército no novo acampamento.

O exército foi então organizado em duas divisões, uma de infantaria, sob o comando do brigadeiro Calado; outra de cavalaria, sob o comando do brigadeiro Barreto.

A retirada do exército imperial da fronteira surpreendeu Lavalleja, que não hesitou em aproveitar a nova situação. À frente de 2.000 homens cruzou o rio Jaguarão pelo passo do Sarandy, em busca, principalmente, de gado e cavalos nas estâncias da região.

Ao tomar conhecimento dessa provocação de Lavalleja, Brown decidiu atacá-lo. Como estava proibido de realizar ações ofensivas, determinou que se fizesse um "reconhecimento em força" da posição inimiga, marcado para a noite de 18 de janeiro.

Cientes de que o general Lecor estava por chegar ao acampamento e desgostosos com a decisão do marechal Brown tirar o brigadeiro Calado do comando da cavalaria, por desavenças menores, os comandantes de cavalaria, com o brigadeiro Barreto à frente, informaram a Brown que era inconveniente a realização do "reconhecimento em força" antes da chegada do novo comandante. Na prática, uma insubordinação.

Brown então renunciou ao comando, mas foi persuadido a permanecer no acampamento até a chegada de Lecor.

No dia 22 de janeiro, Lecor chegou ao acampamento da Tapera do Madruga e nesse mesmo dia assumiu o comando do exército, restabelecendo a disciplina. O marechal Brown concordou em permanecer no exército, como chefe do Estado-Maior e os brigadeiros Calado e Barreto foram promovidos a marechal-de-campo.

No dia 29 de janeiro, o exército marchou na direção leste e acampou a 25 quilômetros da vila de Cerrito. Lavalleja inicialmente se assutou com a movimentação, mas após concentrar todos os meios de que dispunha, se dispôs a uma aventura, apossar-se da cavalhada do exército imperial, mantida à retaguarda do acampamento.

O plano de Lavalleja era simples: atacar de frente, fixando o inimigo, enquanto uma coluna desbordaria o acampamento e recolheria a cavalhada lá atrás. Ao amanhecer de 22 de fevereiro, Lavalleja despachou três colunas para inquietar as vanguardas brasileiras, ficando ele com o grosso em uma elevação próxima. A missão de desbordamento em busca da cavalhada foi confiada ao regimento "Dragones Orientales".

Alguns postos avançados brasileiros chegaram a ser ocupados, mas com isso a surpresa foi quebrada. Os clarins soaram o alarme e, sob a direção pessoal do marechal Brown, a infantaria formou em linha de atiradores e deteve a progressão oriental. Os postos avançados foram reocupados e Brown partiu para atacar o grosso de Lavalleja, que retraiu sem combater.

Os "Dragones Orientales", que deveriam recolher a cavalhada, só não foram dizimados porque Lecor impediu que a cavalaria os atacasse. Mesmo assim, sua retirada foi tão tumultuada que só conseguiu se reunir a Lavalleja três dias depois, bastante desfalcado. Essa ação passou à história com o nome de "combate nos campos do Padre Felisberto", que na realidade não passou de um cerrado tiroteio.

Em retirada, Lavalleja repassou o rio Jaguarão pelo mesmo passo do Sarandi e recolheu-se à segurança de Cerro Largo. O exército imperial, deixando uma vigilância no rio Jaguarão, retraiu inicialmente para o arroio do Trelho e um mês após marchou novamente, indo acampar na "estância do Marques", onde permaneceu até 20 de junho de 1828.

ARRILI, Bernardo Gonzales – *"Historia de la Argentina", Editorial Nobis, Buenos Aires.*

GÓMEZ, Dr. Hernán F. – *"Corrientes em la guerra con el Brasil", Imprenta del Estado, 1928.*

BEVERINA, Cel. Juan – *"La guerra contra el Imperio del Brasil", Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*
BARBACENA, Visconde de – *"História da Campanha do Sul em 1827 – A Batalha de Ituzaingó", in Revista do IHGB, Tomo 49, 2º Trim. 1886.*
LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de – *"Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata", Ed. BIBLIEX, 1956.*
OSÓRIO, Fernado Luis – *"História do General Osório", Ed. Typ. de G. Leuzinger e Filhos, RJ, 1894.*

Operações na Lagoa Mirim

Nada de relevante aconteceu na pacata lagoa Mirim na Guerra Cisplatina, devido ao simples fato de que nela não havia quaisquer objetivos que estimulassem os beligerantes a ali desenvolver operações de guerra.

Em setembro de 1826, o governo platino intentou um plano amalucado. Contratou Agostinho Dragumet, um marinheiro desertor do Império, para que organizasse em Canelones um grupo de mercenários e adquirisse algumas pequenas embarcações para serem artilhadas e transportadas em carreta para a Lagoa Mirim. Após Dragumet conseguir uma carreta e um lanchão, a falta de pagamento por parte de Buenos Aires abortou o plano.

O conhecido corsário Cesar Fournier, com base de operações em Maldonado, soube do interesse de Buenos Aires e, com duas baleeiras embarcadas em carretas e cerca de cem mercenários, se tocou para a Lagoa Mirim. Não teve dificuldades em, de chegada, aprisionar meia dúzia de pequenos e desarmados barquinhos, que praticavam o incipiente comércio local. Eufórico com a facilidade da rapina, retornou a Maldonado, a buscar mais carretas para o transporte das cargas roubadas.

Fournier só não contava que, na sua ausência, parte dos "piratas" desertasse, sob o comando do "tenente" Charlie Lidell, se apresentasse ao comando brasileiro em Jaguarão com as duas lanchas, os seis barquinhos aprisionados, um canhão e vários petrechos de guerra. Lidell requereu ficar com o butim e ser incorporado à Marinha Imperial, o que lhe foi negado.

Com isso, Fournier desistiu da Lagoa Mirim e partiu para um novo périplo de rapinas no litoral brasileiro, no primeiro semestre de 1827.

Em princípios de abril de 1827, Lavalleja concebeu uma nova ofensiva contra os imperiais. A operação seria extremamente complexa: o coronel Leonardo Oliveira, saído do Chuí, avançaria pelo litoral; o general José Maria Paz, saído de Cerro Largo, pelo rio Cebolati, atravessaria a Lagoa Mirim e, juntos, convergiriam sobre a vila de Rio Grande.

O coronel Leonardo Oliveira avançou até trinta quilômetros à frente do Taim, pilhando o que encontrou pelo caminho. O general Lecor reagiu enviando dois batalhões para a vila de Rio Grande e a tropa que havia retraído do Taim ante a investida oriental contra-atacou. O coronel Oliveira, sem qualquer notícia do general Paz, decidiu voltar para o acampamento de Cerro Largo. O Taim foi reocupado pelos imperiais.

Para apoiar a travessia da Lagoa Mirim pela tropa do general Paz, os orientais improvisaram uma flotilha composta por uma canhoneira, duas goletas, dois lanchões e uma baleeira, todas as embarcações armadas com um canhão. Para guarnecer essa flotilha, saiu de Buenos Aires um grupo comandado pelo major Calixto Garcia da Silva, que segundo Lavalleja era...*oficial muy valiente, y lo mismo los oficiales que le acompanham, pero son muy locos, y la suerte quiera que no van hacer alguna embarrada...*

Em 11 de abril de 1828, a flotilha oriental aguardava o general Paz na barra do rio Cebolati na Lagoa Mirim. No dia seguinte, um dos lanchões naufragou, durante um motim de sua tripulação. Uma semana depois, a tripulação da baleeira desertou, apresentando-se às autoridades brasileiras. O general Paz, que não era homem de aventuras, deu por encerrada a missão e retornou para Cerro Largo.

Com o avanço da coluna do coronel Oliveira, além do reforço da guarnição da vila de Rio Grande, uma pequena flotilha imperial, comandada pelo capitão Francisco Clare, foi mandada para a Lagoa Mirim, composta por uma escuna, dois iates e três lanchas.

Essa flotilha atacou os barcos orientais que, ou foram afundados, ou escaparam pelo rio Jaguarão. O major Calixto foi feito prisioneiro. Terminava assim a investida oriental na Lagoa Mirim.

Annaes do Parlamento, Anno 1827.

BOITEUX, Contra-Almirante Lucas Alexandre – *"Nossas Campanhas Navais – A Guerra Cisplatina", in Revista Marítima Brasileira, 1957-1958-1959.*

BEVERINA, Cel. Juan – *"La guerra contra el Imperio del Brasil", Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*

Falta dinheiro para continuar a guerra

O ano de 1828 vai encontrar o Império do Brasil e a República Argentina mergulhados em profunda crise econômica.

No ano de 1826, como consequência natural do advento do Poder Executivo nacional, surgiu em Buenos Aires o chamado "Banco Nacional", uma concepção brilhante do presidente Rivadávia que, bem administrado, representaria um signitivo avanço na aspiração platina de constituir um governo unitário, próspero, que paulatinamente conquistasse a confiança das arredias províncias oriundas do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Como em economia as necessidades tendem a superar as disponibilidades, quando Rivadávia renunciou à chefia do governo platino, a situação do "Banco Nacional" era francamente falimentária, não podendo, portanto, continuar a sustentar as despesas governamentais, aumentadas em muito, pela guerra com o Brasil. Essa situação foi explicitada pelo novo presidente, coronel Dorrego, em carta a Pueyrredón

> *...Necesitamos la Paz! No podemos continuar la guerra. Rivadavia há dejado el país em esqueleto, exhausto totalmente el tesoro. Em el parque no hay uma bala que tirar a la esquadra enemiga. Hago esfuerzos inauditos para montar la fundición; no hay um fusil, ni um grano de pólvora, ni com que comprar-la...nuestro estado no puede ser peor...*

A situação brasileira não era melhor. Tão logo chegou ao Brasil, o príncipe-regente D. João criou o "Real Erário do Brasil" para guardar o dinheiro da Coroa trazido de Portugal. À semelhança do acontecido no Prata, logo as despesas do governo passaram a superar os ingressos provenientes dos impostos, o que levou D. João a buscar empréstimos junto a particulares.

Essa situação levou à uma solução óbvia, constituir um banco nacional, com a finalidade de emprestar dinheiro para o governo e, subsidiaramente, emitir uma moeda oficial para facilitar o crescente comércio resultante da abertura dos portos às nações amigas.

No dia 12 de outubro de 1808, nasceu o Banco do Brasil, com capital inicial de 1.200 contos, representados por 1.200 ações de um conto de réis. Essas ações seriam vendidas a capitalistas, comerciantes e fazendeiros. Com lastro em ouro, prata e diamantes, o Banco emitiria apólices, que circulariam como papel-moeda.

Também à semelhança do ocorrido no Prata, o governo imperial não hesitou em avançar sobre o caixa do Banco, que tomou o rumo da falência. No ano de 1821, com o retorno do agora rei D. João VI a Portugal, o Banco do Brasil levou o golpe final, pois o rei levou em sua bagagem o pequeno lastro em ouro e diamantes que ainda existia. Era a falência à vista, do banco e do Brasil.

O princípe D. Pedro continuou a gastança promovida por seu pai e a situação se agravou quando das lutas pela independência contra os portugueses, a repressão à revolta da Confederação do Equador e a Guerra da Cispatina.

Exauridas as fontes de empréstimos nacionais, o imperador D. Pedro I autorizou a contratação de empréstimos no exterior. O negociador brasileiro, o Marquês de Barbacena, contraiu com capitalistas ingleses, o famoso "empréstimo da independência", em 1824, que aliviou o caixa nacional, permitindo ao governo voltar à sacar contra o Banco do Brasil.

No dia 29 de agosto de 1825, o Brasil conseguiu que Portugal reconhecesse a sua independência, à custa de uma vultosa quantia, a título de indenização. Nos anos de 1826 e 1827, o governo imperial continuou admistrando com orçamentos deficitários e o ano de 1828 começou, portanto, com o governo imperial endividado e sem dinheiro em caixa para pagar suas despesas correntes e, principalmente, financiar a guerra com os platinos

> *...um dos sorvedouros por onde se escoa todo o nosso dinheiro é a guerra do sul, e que informações nós temos sobre ella? Nenhuma, sabemos que todas as disposições têm sido más, e que nenhuma vantagem temos obtido até o presente: mas de quem é a culpa?...*

Tanto no Prata quanto no Rio de Janeiro crescia o sentimento de que era hora de acabar com a guerra.

GÓMEZ, Dr. Hernán F. – *"Corrientes em la guerra con el Brasil", Imprenta del Estado, 1928.*

ARRILI, Bernardo Gonzales – *"Historia de la Argentina", Editorial Nobis, Buenos Aires.*

HERRERA, Luiz Alberto de – *"La Misión Ponsomby", 1930.*

BARBACENA, Visconde de – *"História da Campanha do Sul em 1827 – A Batalha de Ituzaingó", in Revista do IHGB, Tomo 49, 2º Trim. 1886.*

ARMITAGE, John – *"Historia do Brasil", Ed. Livraria Editora Zelio Valverde,1943.*

PASCUAL, A. D. de – "Apuntes para la historia de la Republica Oriental del Uruguay", Ed. TH. Ducessois Editor, Paris, 1864.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello – *"História do Banco doBrasil", Ed. AGGS, Indústrias Gráficas S.A., RJ, 1980.*

CALÓGERAS, Dr JoãoPandiá – *"A Política Exterior do Império", in RIHGB, Tomo Especial, 1927.*

Uma Testemunha Ocular- "Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires".

O governador Dorrego tenta um golpe baixo

No período de 1823 a 1830, o exército imperial brasileiro contou em suas fileiras com tropas mercenárias europeias. Com a proclamação da independência, a maior parte da tropa portuguesa em serviço no Brasil retornou para a Europa. Ainda que um grande número de oficiais do exército e da marinha tenha aceitado a cidadania que lhes foi ofe-

recida, a força militar do nascente império ficou reduzida a um mínimo. Mínimo esse desorganizado, mal armado e mal comandado.

Em sua “Fala do Trono” de 3 de maio de 1823, o Imperador declarou

> *...O exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto perfeitamente, de gente vai-se completando conforme o permite a população: e de disciplina, em breve chegará ao auge, já sendo em obediência o mais exemplar do mundo...*

Foi uma época em que D. Pedro I precisava mesmo de soldados. Havia que estar preparado para uma provável retaliação armada de Portugal, enfrentar rebeldias em algumas províncias, preparar-se para uma guerra no Prata, que parecia inevitável.

Dentre outras providências, o Imperador buscou contratar soldados onde eles existiam em grande quantidade, a Europa pós-napoleônica. Entre 1823 e 1825, chegaram ao Brasil cerca de 4.000 alemães destinados ao serviço militar, a maioria viajando sob o disfarce de colonos.

De uma maneira geral, esses alemães foram fiéis e prestimosos soldados do Imperador. Com raríssimas exceções, aqui se radicaram após licenciados do serviço ativo, tornando-se troncos de famílias que se integraram completamente à nascente sociedade brasileira. Mas como todas as tropas mercenárias, por vezes, cometiam atos de indisciplina, que eram severamente punidos, inclusive com castigos corporais, previstos nos regulamentos da época: pranchaços de espada e chibatadas.

Esses castigos físicos indignavam os mercenários alemães e constituíam-se em germes de uma possível revolta dos batalhões de mercenários. Karl Anton Martin Hein e Friedrich Bawer, dois aventureiros alemães radicados no Rio de Janeiro, onde desenvolviam atividades comerciais, em 1825, em conversa com oficiais alemães de dois batalhões de mercenários aquartelados nessa cidade, souberam dessa indignação e vislumbraram a possibilidade de conseguir algum dinheiro junto ao governo de Buenos Aires, acenando com uma fantasiosa revolta dos batalhões de mercenários, enfraquecendo assim o esforço de guerra brasileiro.

Falidos comercialmente, Hein e Bawer viajaram a Buenos Aires. Apresentando-se como representantes dos militares alemães a serviço do governo imperial brasileiro, em fins de 1826 conseguiram uma audiência com o presidente Bernardino Rivadávia e apresentaram seu mirabolante plano: uma rebelião dos batalhões de mercenários alemães no Rio de Janeiro, seguida de uma ocupação da ilha de Santa Catarina, que seria proclamada independente, sob um regime republicano dirigido por alemães e protegido pelo governo platino. Rivadávia, de pronto, repeliu a proposta.

Com a renúncia de Rivadávia, em 5 de julho de 1827, assumiu a presidência o Dr. Vicente Fidel Lopez, que igualmente não deu ouvidos aos dois alemães. Mas, em seguida, a direção da guerra passou a cargo do governador da província de Buenos Aires, coronel Manuel Dorrego. Hein e Bawer renovaram a proposta e Dorrego, na ânsia de acabar a guerra, acreditou na proposta dos alemães, vislumbrando uma forma de enfraquecer moral e militarmente o Imperador e forçá-lo a aceitar negociações de paz.

Dorrego concordou em assinar um “Tratado” com a dupla de alemães, no dia 3 de novembro, que seguia em linhas gerais a proposta original apresentada a Rivadávia. Apesar de “secreto”, em poucos dias esse “Tratado” era do conhecimento de todas as esferas de Buenos Aires, que unanimemente o desaprovaram.

Em fins de 1827, Dorrego convocou Hein e Bawer, informando-os de que alguns navios estavam sendo preparados para recolher os alemães que iriam se sublevar no Rio de Janeiro e levá-los para Santa Catarina. Com essa informação, os alemães decidiram se separar: Hein permaneceria em Buenos Aires, encarregado de receber os recursos finan-

ceiros combinados, devendo seguir para o Rio de Janeiro junto com a esquadra que iria buscar as tropas rebeladas; Bawer seguiria logo para a capital brasileira, para coordenar as providências locais.

No Rio de Janeiro, Bawer fez alguns contatos com oficiais mercenários e ficou na expectativa de receber dinheiro do parceiro que ficara em Buenos Aires. Esse dinheiro nunca chegou.

No dia 9 de junho de 1828, eclodiu uma rebelião dos mercenários do 2º Batalhão de Granadeiros, aquartelado em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, unidade encarregada da segurança do Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista. Um movimento espontâneo, sem preparação nem direção, cujo estopim foi o injusto, desumano e fatal castigo corporal aplicado em um soldado granadeiro alemão. A seguir rebelou-se a outra unidade de mercenários, o 3º Batalhão de Granadeiros, cujo quartel era no Campo de Santana. Isso tudo sem nenhuma ligação com o plano "vendido" por Bawer em Buenos Aires.

Surpreendido pela quartelada, o governo imperial demorou a reagir, mas em nenhum momento foi realmente ameaçado, tamanha a desorganização do levante. Por fim, com auxílio das milícias convocadas, da população civil armada e das equipagens de navios ingleses e franceses surtos no porto, a revolta foi sufocada e os dois batalhões rebeldes dissolvidos. Bawer fugiu para Buenos Aires e assim terminou o "Tratado" Bawer-Hein-Dorrego.

Paralelamente a esse "Tratado" Dorrego tentou patrocinar uma outra e também despropositada iniciativa, combinando com corsários estrangeiros contratados pelo governo platino o sequestro do Impeador D. Pedro I, que seria levado para Buenos Aires. Essas iniciativas nunca se concretizaram.

O embaixador Ponsomby, ao tomar conhecimento das iniciativas de Dorrego, que ameaçavam os seus esforços para terminar a guerra, advertiu-o pessoalmente, de forma clara e precisa, que o governo inglês não admitiria qualquer tentativa de ameaça à integridade física do imperador brasileiro.

LEMOS, Juvêncio Saldanha – *"Os Mercenários do Imperador", BIBLIEX.*

SILVA, J. M. Pereira da – *"Segundo Período do reinado de D. Pedro I no Brazil", Ed. B. L. Garnier Livreiro Editor, Rj, 1871.*

FREGEIRO, Dr. Clemente L. *"La Batalla de Ituzaingó", Ed. Jesús Menéndez, Buenos Aires, 1919.*

SEWELOH, Anton Adolfo Frederico de – *"Reminiscências da Campanha de 1827 – Caderno de Notas", separata da Revista Militar Brasileira, Ano 26, nº 1, Jan/Mar, 1936.*

SANTOS, Amílcar Salgado dos – *"As negociações Bawer-Hein e a rebelião no Rio de Janeiro em 1828", in Revista Militar Brasileira, Ano XV, abr/jun, 1925, V 24.*

Avançam as negociações de paz

No final de 1827, a guerra chegara a um impasse. No estuário do Rio da Prata prosseguia o bloqueio naval brasileiro, que perturbava, e muito, o comércio platino, mas não era suficiente para decidir o conflito.

Em terra, a guerra resumia-se na manutenção de *...dois acampamentos afastados, de onde saíam grupos inimigos para se provocarem um ao outro, sem idéia firme de luta decisiva...*

No campo econômico, ambos os lados estavam financeiramente quebrados, com suas finanças totalmente desequilibradas.

No campo político interno, um dos contendores praticamente deixara de existir como nação organizadaenquanto o outro enfrentava enorme desgaste, insisitindo numa guerra impopular desde o início.

No campo internacional, os governos de Inglaterra, Estados Unidos e França, os países mais afetados comercialmente pelo bloqueio naval imposto a Buenos Aires, eram pressionados internamente pelos setores prejudicados no sentido de obter o fim do bloqueio e ressarcir-se dos prejuízos sofridos.

Lorde Ponsomby sabia disso tudo e decidiu renovar o esforço diplomático para o fim do conflito, tendo como base a percepção inglesa de que a independência da Banda Oriental era a única possibilidade de se obter uma paz honrosa para as três partes envolvidas. Desaparecendo o principal pomo da discórdia entre os governos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, com quem ficaria a Banda Oriental, não haveria mais razão para o conflito continuar.

A fórmula da independência oriental foi bem acolhida pelos líderes orientais radicados em Buenos Aires...*pero sin demasiado entusiasmo y com no pocas prevenciones y reservas...*

Para o governo de Buenos Aires a simples difusão dessa ideia era pura e formal subversão, porém D. Pedro Trápani, aceito como o representante do povo oriental na capital platina, empolgou-se com a sugestão e dela tornou-se principal e acatado difusor.

Em carta a Lavalleja, com data de 4 de maio de 1827, escreveu...*En el Estado Antiguo, y em que se há encontrado la Provincia Oriental ella há sido siempre la manzana de la discórdia: Por el tratado quedado independiente será el Íris de Paz!...*

Nos primeiros dias de janeiro de 1828, Ponsomby recebeu a negativa de D. Pedro à proposta de paz apresentada pelo governo platino e apressou-se em levá-la ao governador Dorrego.

Dorrego ficou decepcionado. Com o seu país se desmantelando, precisava urgentemente de paz com o Brasil. Era a oportunidade esperada por Ponsomby. Quem sabe se uma proposta de paz com base na independência provisória da Banda Oriental, extinguindo assim de pronto o principal pomo da discórdia, não teria chance de prosperar? Ficaria combinado que, durante algum tempo, ela não poderia se unir a nenhum dos lados que a disputavam, mas decorrido esse prazo, a Banda ficaria livre para fazer o que bem entendesse.

Dorrego concordou e Ponsomby encaminhou rapidamente essa nova proposta para o embaixador Robert Gordon no Rio de Janeiro, que por coincidência, havia recebido uma minuta de acordo de paz do governo imperial em que D. Pedro propunha

> *...erigir a Província Cisplatina em um Estado Livre separado e independente, cuja forma de governo S.M.I. há de estabelecer e regular como lhe compete pelo direito que para si reserva...*

Essa contraproposta foi encaminhada a Ponsomby, que a transmitiu a Dorrego em 10 de fevereiro de 1828.

O fim da guerra, se não aparecesse algum incidente mais sério, dependeria apenas de uma discussão sobre se a independência da Banda Oriental seria temporária ou definitiva.

Para acelerar o processo, os ingleses decidiram que os comandantes que se defrontavam, Lecor e Lavalleja, deveriam ser logo informados da grande possibilidade de

abertura de negociações de paz, e para breve. Mr. Fraser, secretário da Legação Britânica no Rio de Janeiro, foi enviado para a frente de combate no sul, com essa missão.

Em março de 1828, Fraser teve encontros com Lecor e Lavalleja, informando-os sobre o andamento das negociações para o fim da guerra. Mr. Fraser a seguir, se deslocou para Durazno, onde conferenciou com D. Pedro Trápani, que se encontrava preso nessa localidade por desavenças com Dorrego e retornou ao Rio de Janeiro via Montevidéu.

Por ordem de Ponsomby, o embaixador inglês em Buenos Aires, Parish, em 18 de março, entregou a Dorrego um "Projeto de Convenção Preliminar" que em princípio foi aceito pelo governo platino. Dorrego, entretanto, antes de iniciar as negociações que teriam lugar no Rio de Janeiro, por imposição de D. Pedro, precisava neutralizar duas potenciais fontes causadoras de embaraços ao bom andamento do ansiado processo de paz.

O primeiro desafio era manter os comandantes do exército em operações afastados dos centros decisórios do governo. Não era segredo que a "turma dos Andes" detestava Dorrego, era ideologicamente unitária e dificilmente aceitaria uma paz "desonrosa". O governo de Buenos Aires tratou de alertar Lavalleja para que *...no dé licencias a los jefes argentinos...*

O segundo cuidado era não permitir que os orientais participassem, direta ou indiretamente, do processo que deveria terminar com a própria independência oriental. Afinal, para Buenos Aires, a Banda Oriental era, formalmente, uma província da República Argentina. Por esse motivo, D. Pedro Trápani, o maior entusiasta da causa da independência, acabou preso em Durazno.

HERRERA, Luiz Alberto de – *"La Misión Ponsomby", 1930.*

FRAGOSO, Gen. A. Tasso – *A Batalha do Passo do Rosário", Imprensa Militar, 1922.*

CALÓGERAS, Dr JoãoPandiá – *"A Política Exterior do Império", in RIHGB, Tomo Especial, 1927.*

BEVERINA, Cel. Juan – *"La guerra contra el Imperio del Brasil", Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*

CASTELLANOS, Alfredo – *"La Cisplatina, la Independencia y la Republica caudillesca (1820-1838), Ediciones de la Banda Oriental, Montevideo,1977.*

IBARGUREN, Carlos – *"Juan Manuel de Rosas", Libreria La Facultad, Buenos Aires, 1933.*

O último combate da Guerra Cisplatina

Após a visita de Mr. Fraser aos acampamentos de Cerro Largo e Arroio do Bote, interpetrada pelo general Lecor como o início de uma trégua não oficial, o comandante imperial baixou totalmente a guarda, ordenando até o licenciamento de alguns destacamentos de milicianos de suas tropas.

O chefe de Estado-Maior, marechal Brown, continuava desconfiado e alertou Lecor para a temeridade dessa medida, pois desconfiava da aparentemente amistosa postura de Lavalleja.

Brown tinha alguma razão. Com o término do conflito no horizonte, os platinos passaram a explorar ao máximo o tempo que ainda restava, não em ações de combate, mas no "apresamento" de gado. Valendo-se da passividade do general Lecor, destacamentos platinos cruzaram o rio Jaguarão e, em princípios de abril começaram a arrebanhar todos os animais que encontravam na margem norte desse rio, desde a barra do rio Telho, até a vila do Cerrito.

Alertado, o general Lecor mandou um piquete de cerca de 20 cavalarianos verificar o que estava ocorrendo, contra a vontade de Brown que pediu ...em *lugar daquela pequena escolta mandasse uma força suficiente para fazer respeitar o nosso território...*

Como o pequeno piquete fosse aprisionado, Lecor teve que autorizar Brown a dirigir uma ação de maior envergadura, a fim de acabar com as tropelias platinas ao norte do rio Jaguarão.

Brown sabia que o grosso do destacamento platino estava nas margens do arroio Las Cañas, um afluente da margem direita do rio Jaguarão, ocupando dois acampamentos: num o general Julian Laguna, com 1.300 homens; no outro, o coronel Andrés Latorre, com 400 homens.

Por isso, organizou uma forte coluna para a empreitada: três batalhões da respeitada infantaria imperial e a 1ª Brigada de Cavalaria.

Brown decidiu atravessar o rio Jaguarão e atacar o inimigo nas suas bases, resolvendo definitivamente o problema.

No dia 15 de abril de 1828, após transpor o rio Jaguarão sem ser detectada, a força brasileira caiu sobre os dois acampamentos platinos. Totalmente surpreendidos, os platinos fugiram com a roupa do corpo, montando cavalos em pelo, abandonando armas e bagagens.

Lavalleja se assustou e convocou todas suas tropas para o acampamento de Cerro Largo, abandonando os postos avançados nas margens do rio Jaguarão. Esse foi o "Combate de Las Cañas", o último da Guerra Cisplatina.

LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de – *"Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata", Ed. BIBLIEX, 1956.*
OSÓRIO, Fernando Luis – *"História do General Osório", Ed. Typ. de G. Leuzinger e Filhos, RJ, 1894.*
BEVERINA, Cel. Juan – *"La guerra contra el Imperio del Brasil", Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*

Rivera invade o território das Missões

D. Fructuoso Rivera, rompido com Lavalleja, conseguira sair de seu exílio em Buenos Aires antes que se cumprisse uma ordem de prisão contra ele e buscara refúgio na província de Santa Fé, colocando-se sob a proteção do governador D. Estanislau Lopez. Isso em fins de 1826.

Com a queda do presidente Rivadávia, Rivera tratou de oferecer seus serviços ao presidente provisório, Dr. Vicente Fidel López. Apresentou um plano temerário: entrar pelas Missões e atacar os imperiais pela retaguarda, ocupando Rio Pardo e Porto Alegre.

O presidente provisório esquivou-se de decidir, exatamente por ser provisório. Mas seu sucessor na condução da guerra, o governador de Buenos Aires, D. Manuel Dorrego, que concordava com qualquer ideia que servisse para acelerar o fim da guerra, topou discutir a proposta, mas recomendou que tanto Rivera, quanto seu irmão Bernabé, deveriam se apresentar em Buenos Aires e enfrentar um julgamento justo dos crimes que eram acusados.

Rivera se encorajou a ir a Buenos Aires para conversar com Dorrego, oficial e diplomaticamente protegido com o título de "Agente Confidencial dos governos de Entre Rios e Santa Fé" e representante pessoal do governador D. Estanislau Lopez.

Dessa forma, Rivera foi muito bem recebido na capital portenha, tanto pelo governador Dorrego quanto pelo Ministro da Guerra, general Juan Ramón Balcarce. Deveu-se a essa acolhida a criação do "Ejército del Norte", cuja missão seria avançar das Missões

sobre Rio Pardo, cooperar com o "Ejército Republicano" de Lavalleja na vitória sobre os imperiais e, numa segunda fase, seguir para o Paraguai, a fim de acabar com o isolamento guarani.

Devidamente credenciado, Rivera assinou, no dia 27 de outubro de 1827, em nome das províncias de Entre Rios e Santa Fé, um tratado com a de Buenos Aires com o objetivo de *...levantar uma furza militar que ocupe los pueblos de las Misiones Orientales, que existen em poder del tirano del Brasil...*

Dorrego tratou de informar Lavalleja sobre a "reabilitação" de Rivera e a decisão de constituir o "Ejercito del Norte", assegurando-lhe que em nenhuma hipótese *se admitirá em la expedición ninguna gente de la Banda Oriental, aun cuando voluntariamente quisiese incorporársele...*

Lavalleja não só não concordou com a "reabilitação" de Rivera como classificou de *...funesto el proyecto, contra el cual protestaba como governador de la Província Oreintal, como general em jefe del Ejército y como ciudadano argentino...*

Dorrego não tinha mais como recuar e deu sinal verde para Rivera agir. Rivera deixou Santa Fé e instalou-se nas margens do rio Uruguai, incursionando pela Banda Oriental no recrutamento de seus antigos comandados. Teve indiscutível sucesso nessa atividade e, inclusive, soldados efetivos do Exército Republicano desertaram para com ele se juntar.

O passo seguinte de Rivera foi tentar algum tipo de acomodação com Lavalleja e, em carta a ele endereçada, datada de 25 de fevereiro de 1828, rogou que se pusesse...*un velo sobre antiguos disgustos*... e que lhe fosse permitido...*pelear por su pátria y bajo sus órdenes, a um amigo y compañero que oferece al Exmo.Sr. General em Jefe su mayor respecto y consideración...*

Essa carta foi encaminhada a Lavalleja através do coronel Manuel Oribe, então destacado no cerco a Montevidéu. Oribe a abriu e leu, ficando furioso com seu conteúdo. Encaminhou-a a Lavalleja mas, com sua tropa, se deslocou para a costa do rio Santa Lúcia, no aguardo de ordens para atacar Rivera.

Enquanto Rivera se movimentava livremente pelo oeste da Banda Oriental, Buenos Aires expediu ordens para que Lavalleja *...uniformara sus medidas militares com las de los generales del ejército del Norte para obrar de acuerdo y em combinación contra el del Imperio brasileño...*

Lavalleja tomou medidas militares, não para enfrentar os brasileiros, mas para enfrentar Rivera, para ele um inimigo muito mais perigoso. Começou apertando a disciplina do seu próprio exército, que havia sido relaxada pela falta de ação e no dia 6 de março de 1828 respondeu à carta de Rivera censurando-o por haver entrado na Província Oriental com gente armada...*sin prévio permisso, ni aviso...*e o acusou de nunca acatar ordens e de ter incorporado a suas fileiras gente desertora do exército regular. Terminou dando um prazo de quatro dias para Rivera se retirar com sua gente para o outro lado do rio Uruguai ou viesse se apresentar pessoalmente. Ao mesmo tempo deu ordens para Oribe atacar Rivera.

Rivera buscou contemporizar com Oribe e enviou um emissário, o capitão Arrué, com escolta, para entregar a Oribe uma proposta de negociação. Oribe não titubeou e mandou fuzilar Arrué e sua escolta. Rivera rechaçou a intimação de Lavalleja e sua sugestão de incorporar-se ao Exército Republicano, não só por haver o coronel Oribe fuzilado os seus emissários mas também

> *...cuanto el oficio de S.E. más es amenazante que conciliador, y también porque no puede abandonar la gran porción de compatriotas que, como el infrascripto, han hecho sus votos...*

E, assim, começou uma guerra civil na Banda Oriental, antes de sua independência.
No dia 20 de março de 1828, o general Lavalleja em pessoa teve que marchar contra uma de suas próprias tropas, o "Escuadrón Defensores del Honor Nacional", que se amotinou, pretendendo incorporar-se às forças de Rivera. Lavalleja atacou impiedosamente, destruindo o esquadrão, que teve 24 mortos e 47 prisioneiros.

Quando Oribe saiu à procura de Rivera, este já se encontrava em território brasileiro. Rivera atravessou o rio Uruguai pelo passo de Santana, na região da atual cidade gaúcha de Uruguaiana e no dia 21 de abril de 1828 chegou às margens do rio Ibicuí. Transpondo o rio Ibicuí a nado, a vanguarda de Rivera atacou e desbaratou a pequena guarda que defendia o passo. Nesse combate morreu o comandante da guarda, tenente Mariano Pinto de Oliveira. O local da travessia passou a ser conhecido pelo nome de Passo Mariano Pinto.

Rivera então organizou sua tropa, cerca de 500 homens, em três "divisões". A 1ª Divisão sob o comando do capitão Felipe Caballero, foi lançada na direção de São Francisco; a 2ª Divisão, comandada por seu irmão, major Barnabé Rivera, foi dirigida para São Borja; e a 3ª Divisão, sob seu comando direto, marchou para as serras de São Martinho.

A conquista das Missões por parte de Rivera foi fácil e rápida. Além de estar guarnecida por unidades de pequeno efetivo, parte da tropa, constituída por índios missioneiros, alguns que haviam combatido sob as ordens de Artigas, desertou e aderiu ao "Exército do Norte" de Rivera, que chegou a alcançar o efetivo de 1.000 combatentes.

Após dominar toda a região das "Missões Orientais", chegando a atingir a região de Cruz Alta, Rivera montou seu Quartel General em Itaqui, onde permaneceu até fins de 1828.

PALOMEQUE, Alberto – *"El general Rivera y la Campaña de Misiones (1828)", Ed. Arturo E. Lopez, Buenos Aires, 1914.*

O fim da Guerra Cisplatina

O governador Dorrego, em 27 de junho de 1828, nomeou o general Juan Ramon Balcarce e D. Thomaz Guido como ministros plenipotenciários para, no Rio de Janeiro, buscar a paz com os brasileiros. Ambos patriotas, experientes, esclarecidos e, principalmente, respeitados.

O primeiro, general do Exército, ministro da Guerra, veterano da campanha no Alto-Peru, um herói nacional.

O outro, uma lenda nacional. D. Thomaz Guido, nasceu em Buenos Aires, em 1788, filho de pai catalão e mãe madrilena. Amigo e confidente de San Martin, foi revolucionário de primeira hora...*actor e testigo*... em todas as fases do processo argentino de sua época. Foi ele quem convenceu o governo buenairense a encerrar a empacada investida pelo norte e abrir a vitoriosa campanha dos Andes. Após a libertação do Chile, San Martin o convocou para a Ajudância-de-pordens pessoal. Libertado o Peru, lá permaneceu, a pedido de San Martin, como ministro do governo, até 1826. Seus restos mortais repousam hoje na catedral de Buenos Aires, frente aos de San Martin.

A chegada dos plenipotenciários platinos à capital imperial foi no dia 6 de agosto de 1828, sendo recebidos *...con toda civilidad y distinción...*

No dia 9 de agosto, o governo imperial nomeou os plenipotenciários que o representariam nas negociações. Nomes de peso, também: José Clemente Pereira, ministro

dos Negócios do Império; marques de Aracaty, ministro dos Negócios Estrangeiros; e tenente-general Joaquim de Oliveira Álvares, ministro da Guerra.

No dia 11 de agosto, os debates tiveram início. Foram seis sessões oficiais, nos dias 11, 14, 19, 21, 23 e 26 de agosto. Na segunda sessão, ou seja no dia 14 de agosto, ficou definida a independência da Banda Oriental. E aí as negociações endureceram um pouco, pois teria que ser definido se tal independência seria temporária (proposta platina) ou definitiva (proposta brasileira).

Balcarce e Tomaz Guido logo perceberam que a independência definitiva da Banda Oriental era o preço a ser pago pela República Argentina para obter a paz com o Império Brasileiro. Tentaram ainda a mediação de Lord Ponsomby para flexibilizar a posição brasileira, que se recusou a intervir, pois a independência da Banda Oriental interessava, e muito, à Inglaterra.

Contudo, o ponto mais sensível da negociação e que exigiu o maior empenho dos plenipotenciários foi a redação do artigo 2º da Convenção Preliminar de Paz. Os platinos se recusavam a admitir que o Império Brasileiro "declarasse" a soberania da província Cisplatina, alegando que isso seria reconhecer um direito original do Brasil sobre aquele território. O que, para os platinos, era inaceitável. Queriam que o Brasil "reconhecesse" a soberania, o que colocaria platinos e brasileiros em pé de igualdade.

A solução: o artigo 2º foi desdobrado em dois; em um o Brasil declarava a soberania oriental; no outro a República Argentina concordava em declarar essa soberania.

No dia 27 de agosto de 1828, foi firmada a "Convenção Preliminar de Paz", em 19 artigos, mais um adicional, pondo fim à guerra entre o Império Brasileiro e a República Argentina e que dava a independência política para a Banda Oriental.

O adicional tratava da navegação no Rio da Prata, de transcedental importância para Brasil, Argentina e Inglaterra e que fora esquecida na Convenção.

A Convenção Preliminar de Paz foi uma vitória para a diplomacia de ambos os lados. Ainda que com um sabor de derrota política, pois nenhum dos dois lados conseguiu o seu respectivo objetivo, que era manter domínio sobre a banda Banda Oriental.

Com essa convenção, os negociadores não apenas acabaram com uma guerra e criaram um novo país: os objetivos estratégicos de platinos ("espanhóis") e brasileiros ("portugueses") foram plenamente atingidos. Os platinos conseguiram o definitivo afastamento dos "intrusos" luso-brasileiros do Prata e os brasileiros impediram também definitivamente a reconstituição do potencialmente ameaçador Vice-Reinado do Prata em relação ao Rio Grande do Sul.

Acabava-se a motivação política que havia levado às batalhas de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde. Nas próximas campanhas que se desenrolariam na Bacia do Prata, os exércitos de Argentina, Brasil e Uruguai atuariam do mesmo lado.

TORRES HOMEM, Cel. J. S. – *"Annaes das Guerras do Brazil com os Estados do Prata e do Paraguay", Imprensa Nacional, 1911.*

FALAS DO TRONO, *Ed. Instituto Nacional do livro, Ministério da Educação e Cultura, 1977.*

PALOMEQUE, Alberto – *"El general Rivera y la Campaña de Misiones (1828)", Ed. Arturo E. Lopez, Buenos Aires, 1914.*

ARRILI, Bernardo Gonzales – *"Historia de la Argentina", Editorial Nobis, Buenos Aires.*

HERRERA, Luiz Alberto de – *"La Misión Ponsomby", 1930*

BEVERINA, Cel. Juan – *“La guerra contra el Imperio del Brasil”, Biblioteca del Oficial, Gráfica de Luis Bernard, Buenos Aires, 1927.*

O fim das hostilidades - A saída de Rivera das Missões

O governo imperial brasileiro ratificou a Convenção Preliminar de Paz no dia 30 de agosto de 1828. No dia seguinte, o secretário da delegação platina, D. Pedro Feliciano Cavia, portando um exemplar da Convenção já ratificada pelos brasileiros, seguiu para Buenos Aires, a bordo do HMS “Nocton”. Lá chegou no dia 17 de setembro. Uma semana depois chegaram os plenipotenciários Balcarce e Guido.

Sem perda de tempo, o governador Dorrego enviou a Convenção Preliminar à apreciação da *Convención Nacional,* por ele antes convocada e já instalada, havia um mês, em Santa Fé.

No dia 26 de setembro, a *Convención Nacional*, sem discussões, aprovou integral, unânime e entusiasticamente a Convenção Preliminar de Paz, autorizando Dorrego a ratificá-la, o que foi feito por decreto de 29 de setembro de 1828.

Nesse mesmo dia 29 de setembro, a escuna “Sarandi” saiu de Los Pozos, arvorando bandeira de parlamentária, na direção da linha de bloqueio do porto buenairense. Aproximou-se da fragata “Nichteroy” e salvou a bandeira imperial com 21 tiros. A “Nichteroy” retribuiu a salva e recebeu a comunicação oficial do tratado de paz, assinado por Dorrego.

No dia seguinte, o CMG James Norton notificou ao capitão-dos-portos de Buenos Aires que estava oficialmente suspenso o bloqueio naval ao porto de Buenos Aires.

Poucos dias depois, a corveta “Nuevo 25 de Mayo”, a nova capitânea da esquadra platina, zarpou para Montevidéu, levando o brigadeiro Miguel Azcuénaga, representante platino na troca das ratificações, conforme previa o artigo 19 da Convenção de Paz.

A cerimônia da troca das ratificações ocorreu no dia 14 de outubro de 1828, sendo o Império Brasileiro representado pelo almirante Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata. A cerimônia por pouco não foi maculada por um acontecimento lamentável. A tripulação da “Nuevo 25 de Mayo”, logo após atracar no porto, se amotinou, encalhou proporsitadamente o navio nas proximidades da foz do rio Santa Lúcia, saqueou o barco, assassinou os poucos que resistiram e fugiu para terra, nos escaleres de bordo.

No dia 21 de outubro de 1828, chegou ao acampamento do general Lecor o platino coronel Vedia, que entregou ao comandante imperial uma cópia do tratado de paz, retornando à sua base no dia seguinte. A partir daí as unidades imperiais começaram a ser retiradas da área, enviadas de volta às suas províncias de origem.

A notícia da Convenção Preliminar de Paz chegou a D. Fructuoso Rivera, por carta do governador Dorrego, de 17 de setembro de 1828. Rivera não gostou da notícia, pois achava que estava em situação vantajosa, mas disciplinadamente informou que o “Ejército del Norte” estava suspendendo todas as operações ofensivas.

No dia 13 de outubro, a notícia da paz definitiva chegou ao acampamento de Cerro Largo. Lavalleja renunciou ao comando do Exército Republicano, transmitindo-o ao general José Maria Paz. A independência da Banda Oriental era um fato novo, inesperado e Lavalleja precisava se posicionar politicamente para governar o novo país. Com a renúncia de Lavalleja, parte das milícias orientais começaram a ser desmobilizadas, permanecendo apenas as que seriam as formadoras do exército regular oriental, que passaram a guarnecer a fronteira com o Brasil.

As tropas do exército regular argentino começaram a ser evacuadas para Buenos Aires no dia 31 de outubro de 1828.

A evacuação das Missões por parte do "Ejército del Norte" foi mais demorada. Ante os boatos do fim da guerra e a independência da Banda Oriental, D. Fructuoso Rivera tratou de se preparar politicamente para os novos tempos que viriam. Começou por tentar legalizar a sua presença nas Missões, por ele declarada mais uma província das Províncias Unidas do Rio da Prata. A manobra não surtiu efeito, pois todos já sabiam da assinatura do tratado de paz, onde a questão das Missões não fora referida.

No dia 10 de novembro, Rivera recebeu oficialmente a notícia da assinatura do tratado de paz e ordens de sair imediatamente das Missões com o "Ejército del Norte", fixando-se em La Cruz, na província argentina de Corrientes.

Rivera se recusou a cumprir a ordem e uma operação militar, a cargo de tropas orientais de Manuel Oribe e brasileiras de Bento Manuel Ribeiro começou a ser preparada. Ante essa ameaça, Rivera decidiu sair das Missões, mas com destino à Banda Oriental, levando tudo o que podia dos saques realizados durante sua permanência em território brasileiro.

Em sua marcha para o sul, Rivera não foi hostilizado pelas tropas brasileiras, um indício de que o governo brasileiro considerava a presença política de Rivera na Banda Oriental um contraponto aos caudilhos Lavalleja e Oribe, que sempre foram fiéis a Buenos Aires e hostís ao Brasil.

Cruzando o rio Quaraí, Rivera fundou na margem esquerda desse rio a cidade de Bella Unión. Prosseguindo em sua marcha, foi aclamado por onde passava, terminando por fixar seu Quartel General em San José, ao sul de Montevidéu. No dia 30 de dezembro de 1828, uma Resolução Oficial do governo provisório de José Rondeau o definiu como*...digno y altamente benemérito general, y le retituye sin mancha su reputación y honores...*

Em poucos meses Rivera passou de traidor, com a cabeça a prêmio, a herói nacional.

HERRERA, Luiz Alberto de – *"La Misión Ponsomby", 1930*

BOITEUX, Contra-Almirante Lucas Alexandre – *"Nossas Campanhas Navais – A Guerra Cisplatina", in Revista Marítima Brasileira, 1957-1958-1959.*

OSÓRIO, Fernando Luis – *"História do General Osório", Ed. Typ. de G. Leuzinger e Filhos, RJ, 1894.*

LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manuel de – *"Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata", Ed. BIBLIEX, 1956.*

PALOMEQUE, Alberto – *"El general Rivera y la Campaña de Misiones (1828)", Ed. Arturo E. Lopez, Buenos Aires, 1914.*

GÓMEZ, Dr. Hernán F. – *"Corrientes em la guerra con el Brasil", Imprenta del Estado, 1928.*

ALENCASTRE, Álvaro de – "*As Missões Orientais do Uruguai e o coronel Joaquim Antonio de Alencastre", Ed. Livraria do Globo, 1933, (Separata do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Ano 13, 1º Semestre.*

BALDRICH, J. Amadeu – *"Historia de la Guerra del Brasil", Imprenta La Harlem, Buenos Aires, 1905.*

Nasce o Estado Oriental, "veludo entre cristais"

Enquanto platinos e imperiais se desmobilizavam, os orientais trataram de dar cumprimento ao estipulado na Convenção de Paz, relativamente à criação do seu país.

O processo, garantido pelos vizinhos e observado pelos ingleses, foi rápido e fácil. Em 4 de outubro de 1828 se realizaram as eleições para a escolha dos representantes distritais; já no dia 22 de novembro uma Assembleia Geral se reuniu na vila de San José. Dois dias depois foi solenemente proclamada a *Asamblea General Constituyente y Legislativa del Estado.*

O próximo passo, que exigiria cuidados, seria o da organização de um governo provisório. Sobre a *Asamblea* pairava a intransponível rivalidade entre Lavalleja e Rivera. Para alívio de todos, prevaleceu o bom senso.

Foi designado para as funções de *Gobernador Provisorio* o general José Rondeau; como vice-governador, D. Joaquín Suarez; como ministro das Relações Exteriores, D. Juan Francisco Giró; como ministro da Fazenda, D. Francico J. Muñoz; como ministro da Guerra, o coronel Eugênio Garzón. Um governo politicamente equilibrado.

A capital do novo país foi se aproximando, aos poucos, de Montevidéu, ainda ocupada por forças brasileiras: San José, Canelones, La Aguada e, finalmente Montevidéu. O nome do novo país foi objeto de longas discussões, mas ao final prevaleceu a denominação de *Estado Oriental del Uruguay.*

Todavia, Lavalleja e Rivera não podiam ficar fora do governo. Assim, Rivera foi nomeado ministro "Universal" e Lavalleja chefe do Estado-Maior do Exército.

Em 10 de setembro de 1829, a *Asamblea* sancionou a *Constituición del Estado Oriental del Uruguai,* que foi imediatamente encaminhada à aprovação da Argentina e Brasil, conforme determinava a Convenção de Paz.

Em janeiro de 1830, Lavalleja e Rivera avançaram nas posições políticas que desempenhavam: Rivera foi nomeado Comandante Geral da Campanha (interior do país) e Lavalleja assumiu o ministério da Guerra.

Um incidente menor precipitou o inevitável confronto entre os dois caudilhos. A *Colonia del Cuarein* fundada por Rivera quando de sua saída das Missões, tinha se tornado um refúgio de assaltantes e saqueadores que cometiam toda sorte de tropelias na região compreendida pelos rios Arapeí e Quaraí.

A situação se deteriorou a tal ponto que a *Asamblea* decidiu a dissolução da *Colonia*, missão a ser cumprida por Rivera. Rivera pediu ao governador Rondeau um batalhão para dar cumprimento à ordem recebida, no que foi atendido, mas a *Asamblea,* dominada por Lavalleja, não autorizou eesa medida, levando o governador a renunciar.

No dia 17 de abril de 1830, Rondeau deixou o governo, sendo substituído por Lavalleja. O primeiro ato do novo govenador provisório foi nomear D. Manuel Oribe para as funções de Primeiro Ministro; o segunfo, cassar o comando do brigadeiro Rivera.

Rivera, em maio de 1830, declarou-se em rebelião contra o governo provisório, com o apoio de Rondeau. Para evitar a eclosão de uma guerra civil, foi negociado um acordo, o chamado *Pacto de los Compadres*. Lavalleja continuava como governador interino e Rivera como comandante da campanha. Dessa forma, em 18 de julho de 1830, foi jurada a Constituição recentemente acordada.

As eleições gerais para deputados aconteceram no dia 1º de agosto de 1830. Em 22 de outubro, a nova *Camara de Representantes*, solenemente se instalou em *Asamblea General* e, dois dias depois, por ampla maioria, elegeu Rivera como Presidente da República.

No dia 6 de novembro de 1830, D. Fructuoso Rivera tomou posse como primeiro presidente constitucional do Estado Oriental do Uruguai.

A população do novo país era estimada em 74.000 almas, das quais 14.000 residiam em Montevidéu.

Segundo Lorde Ponsomby, com a criação do Estado Oriental do Uruguai, os ingleses haviam colocado "um algodão entre dois cristais".

Já na visão realista da diplomacia brasileira,

> "a ter uma Província diferente em tudo, na administração, nos privilégios, nos sentimentos, na cultura, na língua, ansiosa pela independência sempre que houvesse oportunidade, foi, com certeza, preferível um vizinho amistoso".

PASCUAL, A. D. de – *"Apuntes para la historia de la Republica Oriental del Uruguay", Ed. TH. Ducessois Editor, Paris, 1864.*
HERRERA, Luiz Alberto de – *"La Misión Ponsomby", 1930*

Tempos duros na República Argentina

Historicamente, D. Thomaz Guido foi considerado o responsável maior pela condução do processo que culminou com a Convenção de Paz. De volta a Buenos Aires, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

Foi felicitado por O'Higgins, desde o Chile; por Lavalleja, desde Cerro Largo; por Rosas, desde a campanha buenairense; por San Martin, desde a Europa. Em Buenos Aires, a paz foi recebida com satisfação e alívio, mas não com festas ou manifestações de júbilo

> *...El ambiente flotaba algo así como el amargo dejo de uma obra incompleta que esterelizaba triunfos y sacrifícios...El hecho era doloroso y nada más que doloroso. No se asiste impasible a la división del hogar domestico...*

Nos dias 26 e 27 de novembro de 1828, desembarcou na capital portenha a 1ª Divisão do Exército, sob o comando do general Lavalle

> *...Todos veniam tristes, y el Pueblo los recibe sin alegria. Nadie quiere aceptar um final de guerra victoriosa como si hubiese sido lo contrario. Em realidade, vuelven derrotados, y lo que es más, sin gloria...*

Para o general Lavalle, a causa do malogro do exército na guerra era uma só, a falta de apoio e sabotagens promovidas pelos caudilhos federalistas. O governador de Buenos Aires, D. Manuel Dorrego, personificava a ideia federalista e Lavalle o odiava...*Es um cobarde que em lugar de ir pelear al enemigo, há firmado com el Brasil uma paz bochornosa para la Republica...*

Em 1815, após a batalha de Los Guayabos, o jovem Lavalle havia prometido algum dia matar Dorrego. Esse dia estava chegando.

Juan Gallo Lavalle se incorporara ao exército aos 15 anos. Fora tenente de San Martin e coronel de Bolivar. Aos 31 anos, era um calejado general, veterano das campanhas dos Andes e da Banda Oriental. Herói do Chile e Peru, lutara em Chacabuco, Talcahuano, Cancha Rayada, Maipu, Pichincha, Rio Bamba, Moquegua, Torata... Nesta última, que foi uma derrota para as forças patriotas, Lavalle fora incumbido de cobrir a retirada de seu exército. E aguentou 20 cargas em 4 horas. Fazia jus à fama lendária de haver participado de...*cien cargas em cien combates...*

Contra essa biografia, Dorrego tinha pouco a contrapor. De uma maneira geral, a crítica histórica o define como inteligente, ilustrado e ardoroso, qualidades essas neutralizadas pela irresponsável conduta política.

Como deputado, havia atiçado a guerra contra o Brasil, para logo em seguida solapar os esforços que o conflito exigia. Só após conseguir derrubar Rivadávia e assumir o governo da província de Buenos Aires, Dorrego viu o tamanho do problema que ajudara

a criar. Agora tinha que enfrentar os caudilhos federalistas e o exército frustrado por não ter alcançado os objetivos traçados para a guerra com o Brasil.

O general Lavalle formou a sua tropa na praça de Buenos Aires, na noite de 30 de novembro, em aberta rebelião contra o governo. Na manhã seguinte, a cidade estava dominada. Dorrego fugiu para a campanha, em busca da proteção do caudilho Juan Manuel de Rosas. O general Lavalle foi aclamado governador.

Na campanha, Dorrego começou a reunir tropas, com o objetivo de atacar a capital. Após passar o governo ao almirante Brown, Lavalle saiu em busca de Dorrego, à frente de seus *Coraceros*. No dia 12 de dezembro, travou-se a Batalha do Campo de Navarro, com a arrasadora vitória das experientes tropas de Lavalle.

No dia seguinte, Dorrego foi preso, condenado à morte e fuzilado, tendo Lavalle justificado que*...al sacrificar el coronel Dorrego lo hago em la persuasión de que así lo exigen los interesses de um gran Pueblo* e que*...la posteridad me jusgará...*

O fuzilamento de Dorrego maculou a biografia do general Lavalle e enlutou a história argentina. O enterro de Dorrego, no dia 19 de dezembro de 1828, foi acompanhado por uma multidão até então nunca vista na capital portenha. O ato de Lavalle tranformara Dorrego em herói da causa federalista e precipitou a eclosão da latente guerra civil. Após violentos combates com as províncias rebeldes, as tropas unitárias foram derrotadas e o caudilho federalista Juan Manuel Rosas colocou Buenos Aires sob sítio.

No dia 16 de junho, Lavalle convenceu-se de que não mais tinha condições de resistir. Seguiu para o acampamento federalista e entregou o governo de Buenos Aires para Rosas, exilando-se no Uruguai. Lavalle morreria em combate contra Manuel Oribe, em 1841, na província de Jujuy.

O coronel D. Juan Manuel Rosas tratou de restaurar a ordem em Buenos Aires. Em muito pouco tempo, com seus disciplinados soldados, neutralizou os simpatizantes da causa unitária e devolveu a tranquilidade à capital platina.

Em 8 de dezembro de 1829, aos 35 anos, Rosas foi democraticamente eleito governador e capitão-general da província de Buenos Aires. Um de seus primeiros atos foi resgatar a memória de Dorrego, entregando à viúva 100.000 pesos que a legislatura anterior lhe havia concedido*...por haber celebrado la paz com el Brasil...*

Os federalistas haviam se adonado de Buenos Aires, mas no interior, a luta continuou, opondo a “Liga do Interior”, unitarista, à ”Liga do Litoral”, ou "Pacto Federal”, federalista.

Findo o seu mandato de três anos, Rosas retirou-se para sua estância. Foi convidado para concorrer à reeleição, mas não aceitou. Assim, em 12 de dezembro de 1832, foi designado governador da província de Buenos Aires, o general Juan Ramón Balcarce, que não tinha o pulso de Rosas. A luta entre federalistas e unitários recrudesceu, com matanças de parte a parte.

No dia 7 de março de 1835, a “Sala de Representantes” de Buenos Aires nomeou D. Juan Manuel de Rosas governador, com plenos poderes, para restaurar a ordem na República. Rosas agiu com energia e, após pacificar a província de Buenos Aires, se dedicou a combater os caudilhos interioranos, que um a um, foram neutralizados. Até sua queda em 1852, Rosas um “federalista” de origem, manteve a Argentina estável e unitária, consolidando-a definitivamente como nação.

ARRILI, Bernardo Gonzales – *“Historia de la Argentina”, Editorial Nobis, Buenos Aires.*

SARMIENTO, Domingo Faustino – *“Facundo”, Ed. W. M. Jackson Inc., Colección Panamericana, 1946.*

IBARGUREN, Carlos – *"Juan Manuel de Rosas", Libreria La Facultad, Buenos Aires, 1933.*
PASCUAL, A. D. de – *"Apuntes para la historia de la Republica Oriental del Uruguay", Ed. TH. Ducessois Editor, Paris, 1864.*
HERRERA, Luiz Alberto de – *"La Misión Ponsomby", 1930*

Brasil: apogeu do Império, declínio e proclamação da República

A evacuação das tropas imperiais da Província Cisplatina começou no dia 3 de dezembro de 1828, pela Colônia do Sacramento. Quatro dias depois, iniciou-se a retirada imperial de Montevidéu. Nesse dia 7 de dezembro, a fragata "Piranga" e a corveta "Carioca" zarparam de Montevidéu com destino ao Rio de Janeiro. Nelas, embarcado, o Batalhão do Imperador, o mais significativo símbolo da ocupação militar brasileira na capital oriental.

Na praça ficou apenas uma fraca "Divisão de Observação", comandada pelo general Francisco de Souza Soares de Andréa, a quem coube a histórica missão de entregar a cidade ao governo provisório oriental, no dia 3 de abril de 1829. Em seguida, com toda a tropa que ainda restava em Montevidéu, embarcou de volta ao Rio de Janeiro.

Estava assim definitivamente encerrada a presença física luso-brasileira no Prata.

Por decreto de 14 de março de 1829, foi extinto o cargo de comandante do Exército do Sul e, por consequência, esse mesmo Exército. Com isso, a Guerra Cisplatina estava encerrada, de fato e de direito.

O término da guerra trouxe a paz oficial, mas não a tranquilidade para a província do Rio Grande de São Pedro. A ação de grupos de desertores e facínoras licenciados de ambos os exércitos, logo tranformaram a fronteira com o Uruguai e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, em verdadeira terra de ninguém.

Em ação conjunta, o governador correntino Ferré e o comandante brasileiro das Missões, coronel Oliverio José Ortiz, apoiados por D. Fructuoso Rivera, pacificaram a fronteira Brasil-Argentina.

Com o Uruguai, a situação só foi resolvida muitos anos mais tarde, com a marcação definitiva da fronteira e a neutralização dos bandos armados que subsistiam através do contrabando e do roubo de gado.

No Rio de Janeiro, os críticos de sempre trataram de buscar um culpado pelo fraco desempenho militar do poderoso Império na Guerra Cisplatina.

Como não ousaram acusar Lecor ou Barbacena, escolheram, convenientemente o alemão Brown. No dia 1º de maio de 1929, foi instalado um Conselho de Guerra, para julgar o marechal-de-campo em razão de seu desempenho na campanha.

O marechal Brown, indignado, respondeu de próprio punho a todos os quesitos acusatórios, enfatizando que aquele era o primeiro Conselho de Guerra a que era submetido em sua vida, que se passara toda ela nos campos de batalha e juntou à sua defesa um minucioso relatório sobre a campanha. Como não podia deixar de ser, o velho marechal foi absolvido.

O marechal-de-campo Gustavo Henrique Brown, um soldado que merece todo o respeito, faleceu no Rio de Janeiro e foi enterrado com as honras miliares a que tinha direito.

Com o fim da guerra, o cenário político do Rio de Janeiro se agravou de vez. A liderança oposicionista no Senado e na Câmara deixou de lado comedimentos e compôsturas e passou a atacar o Imperador com uma ferocidade inaudita, sem outra limitação que a própria e criminosa irresponsabilidade.

Parlamentares que antes censuravam o governo por ter começado a guerra, agora o criticavam por ter assinado a paz...*os nossos ministros estiveram prontos para fazer uma paz à custa da honra e da dignidade da nação...*

Esse processo corrosivo, que evidentemente só visava ao caos político, só iria acabar em 7 de abril de 1831, quando acossado politicamente e detectando a falta de apoio entre os chefes militares, D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro e retornou a Portugal, onde após ser coroado D. Pedro IV, morreria.

Ao seu filho, D. Pedro II, caberia recuperar o apoio das facções políticas que tinham hostilizado seu pai, pacificar as províncias rebeldes através da atuação do general Luiz Alves de Lima e Silva e solucionar definitivamente os contenciosos que ainda permaneciam na Bacia do Prata, conduzindo o país à vitória nas guerras contra Oribe e Rosas e na guerra do Paraguai.

O Império Brasileiro teve fim em 19 de novembro de 1889, com a deposição de D. Pedro II e a consequente adoção do regime republicano de governo no Brasil.

ARMITAGE, John – *"Historia do Brasil", Ed. Livraria Editora Zelio Valverde,1943.*